UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

Wellington Santos da Silva

Linguística Histórica no Brasil (1950-1990): estudo historiográfico das
continuidades e discontinuidades no tratamento da variação e da mudança
linguística do português brasileiro

Versão Corrigida

São Paulo
2016

Wellington Santos da Silva

Linguística Histórica no Brasil (1950-1990): estudo historiográfico das continuidades e discontinuidades no tratamento da variação e da mudança linguística do português brasileiro

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral

De acordo:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olga Ferreira Coelho Sansone

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo de publicação
Serviço de documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Silva, Wellington Santos da.

Linguística Histórica no Brasil (1950-1990): estudo historiográfico das continuidades e descontinuidades no tratamento da variação e da mudança linguística do português brasileiro/ Wellington Santos da Silva; orientadora: Olga Ferreira Coelho Sansone. – São Paulo, 2016.

244.f

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

1.Linguística Histórica. 2. variação linguística. 3. mudança linguística. 4. português brasileiro. 5. Programas de Investigação. I. Coelho, Olga Ferreira. II. Título.

Agradecimentos

Chegar ao Mestrado na USP sempre foi um grande sonho e muitos caminhos foram trilhados até aqui, alguns mais fáceis, outros mais difíceis. Felizmente, não passei por essa jornada sozinho e, agora, tenho a rica oportunidade de agradecer a muitos que, de um modo ou de outro, fizeram parte dessa história.

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa de pesquisa, sem a qual a realização deste trabalho não seria possível.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Olga Ferreira Coelho Sansone, por acreditar no meu trabalho e apoiá-lo durante toda a sua execução, principalmente nos momentos mais críticos. Agradeço pelos ensinamentos teóricos e metodológicos e também pelas aulas que assisti desde o curso de graduação, por meio das quais me apaixonei pela área de Historiografia Linguística, cujas reflexões constituem parte fundamental da minha ainda jovem carreira profissional.

Agradeço também às professoras Cristina Altman e Marilza de Oliveira pelas valiosas orientações fornecidas em meu exame de qualificação. Após esse episódio, passei a encarar a pesquisa com mais maturidade e direcionamento.

Agradeço aos meus colegas do CEDOCH, Bruna Polachini, Stela Danna, Patrícia Borges, José Vidal Neto, Mariana Viel, Edgard Bikelis, Lygia Torelli, Rodrygo Tanaka, Olivia Yumi e Enio Sugiyama.

Ao longo do meu percurso de formação na USP, tive vários professores que me serviram de inspiração no âmbito do ensino e da pesquisa, os quais também gostaria de agradecer aqui:

À Prof.^a Dr.^a Olga Coelho, agradeço pelas grandes aulas de Historiografia Linguística, sempre sorridentes, profundas e reveladoras, que me levaram a um movimento introspectivo, indagando-me a respeito de que tipo de linguista eu gostaria de ser. Com ela, aprendi a desejar ser um linguista consciente, algo que só a História pode trazer.

À Prof.^a Dr.^a Cristina Altman, agradeço pelo prazer e empolgação demonstrados na partilha do imenso conhecimento que detém sobre a história do pensamento e das práticas linguísticas. Agradeço também pela rica oportunidade que tive de realizar o meu estágio PAE sob a sua supervisão, ocasião na qual, além do enorme privilégio de aprender, obtive também um espaço para trilhar meus primeiros passos na carreira do ensino.

À Prof.^a Dr.^a Esmeralda Negrão, agradeço por sua imensa generosidade acadêmica, por mostrar que a Linguística é coisa séria e que deve ser feita com paixão, especialmente paixão pelos dados. Agradeço também por mostrar que a Linguística e o linguista não devem ser consideradas entidades estáticas, mas sim como objetos fluidos, dispostos a deslindar da maneira mais apropriada os mistérios da linguagem humana. Fazer o estágio na disciplina Elementos de Linguística I sob a sua supervisão foi um grande privilégio.

À Prof.^a Dr.^a Evani Viotti, agradeço pelas aulas densas e desafiadoras, nas quais ela mostrava que a Linguística era muito mais do que sonhava a nossa vã filosofia. Nunca me esquecerei das disciplinas que cursei com ela, nas quais sempre fui instigado a me aprofundar cada vez mais na busca pelo conhecimento.

Ao Prof. Dr. Manoel Corrêa, agradeço pelo exemplo de dedicação, profissionalismo e seriedade, além das maravilhosas aulas sobre Bakhtin e Benveniste, das quais saía sempre boquiaberto.

Agradeço também ao Prof. Dr. Marcelo Módolo, que naquelas frequentes conversas no final da aula de Sintaxe do Português, fomentava ainda mais o meu interesse pelos estudos linguísticos.

Agradeço também ao Prof. Dr. Marcos Lopes, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, por todos os esforços dispendidos para tornar a nossa formação no DL a melhor possível. Aprendi muito com ele e outros membros da CCP durante o período em que atuei como representante discente.

Agradeço ao Prof. Dr. Emílio Gozze Pagotto (UNICAMP) pelos valiosos ensinamentos transmitidos em suas disciplinas. Com ele, aprendo que ser linguista é uma tarefa árdua, de garimpagem, mas também fantástica.

Agradeço ainda aos funcionários do Departamento de Linguística: Érica Flávia, Denise Cristiane e Robson Dantas. Obrigado por sempre esclarecerem as minhas dúvidas e por me ajudarem com as questões burocráticas.

Agradeço também aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes, que de maneira diligente, sempre procuraram atender às minhas solicitações.

Como se sabe, a vida acadêmica não é feita apenas de vida acadêmica. Várias pessoas cruzam a nossa estrada e, por meio da amizade, tornam o caminho mais leve. Gostaria de agradecer a algumas delas:

À Pricila Inácio Martins, agradeço pela profunda amizade que cultivamos desde o primeiro ano de graduação. Agradeço pelas conversas, pelos conselhos, pelas risadas e pelos cafés.

Ao Stênio Silva, agradeço por toda amizade e acompanhamento espiritual, pelos conselhos e pelos passeios. Sua amizade enriquece muito a minha vida.

Ao Daniel Queiroz Nunes, agradeço pelos conselhos, que sempre me ajudaram a formar outras perspectivas sobre a vida. Agradeço também por suas perguntas acadêmicas, pois ao respondê-las, eu tinha a oportunidade de perceber aspectos do meu próprio percurso.

Ao Eduardo Ramos, agradeço pela amizade divertida e pelo socorro sempre presente nas angústias da informática. Sem ele, eu não saberia salvar um arquivo de Word.

Agradeço também aos meus queridos amigos do CRUSP: Eduardo Ramos, Felipe Gilvan, Taís Pinheiro e Clayton Fonseca. Com eles passei momentos muito agradáveis da minha vida uspiana. Sou grato por todo o apoio e incentivo que vocês me dão.

Ao André Daher, agradeço pela amizade e incentivo que, mesmo distante, permanecem sempre firmes.

À Camila Lacerda, minha companheira de cogumelação na biblioteca, agradeço pelas nossas adoráveis conversas no “corredor do acádico”.

À Jemima Alves, minha querida diva reformada, agradeço pela amizade e por acreditar na minha caminhada acadêmica.

Ao Daniel Losnach, agradeço pela amizade leal, pelas risadas e pelas acolhidas em Campinas nos momentos em que precisei passar pela UNICAMP.

Ao Mateus Nunes, agradeço pela amizade sincera e divertida, pelas cantorias e por compartilhar comigo os seus quitutes. Tudo isso tem ajudado muito em minha caminhada.

Ao Marciano Kappaun, agradeço pelos conselhos e pelas dicas metodológicas.

Ao Oseias Rodrigues Jr., agradeço pela ajuda com o inglês.

Agradeço aos meus amigos e colegas da pós, que trilharam esse caminho comigo, tornando-o mais leve e divertido: Aline Benevides, Bruna Polachini, Bruno Guide, Camilla Rezende, Janayna Carvalho, Juliana Osorno, Julia Fernandez, Kamunjin Tanguale, Klauber Renan, Larissa Soriano, Raquel Silva, Rodrigo Godinho Trevisan, Rodrigo Madri, Thiago Chaves Alexandre.

Agradeço também à Igreja Presbiteriana do Butantã, que me concedeu uma vaga na Casa dos Estudantes, sem a qual a conclusão deste trabalho ficaria extremamente comprometida. Gostaria de registrar agradecimentos especiais aos Reverendos Ademir Aguiar e Marcelo Smargiasse, aos presbíteros Paulo Salomão, Rogério Hochheim e Archie Scott, e aos funcionários Ademir e Neta, por toda a ajuda oferecida em meu percurso.

Para fechar com chave de ouro, faço os mais sinceros agradecimentos à minha família, sem a qual nada seria possível:

Primeiramente, agradeço à minha querida e amada mãe Maurília, minha melhor e mais importante amiga. Agradeço por sempre acreditar nos meus sonhos, por se alegrar com as minhas alegrias e, nos momentos de tristeza e desespero, tentar me animar e orar por mim.

Agradeço à minha querida irmã Noemi, minha conselheira oficial. Agradeço por todo o seu carinho e apoio incondicional.

Agradeço também à minha querida irmã Maria Alice, minha irmã da diversão e das risadas. Agradeço por suas orações e por todo o apoio financeiro concedido.

Por fim, agradeço a Deus, por cuidar de mim, por sustentar a minha vida, por estar ao meu lado nos momentos alegres e tristes, como um amigo leal. Reconheço que todos os meus caminhos são guiados por Ele e para a glória dEle.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo observar algumas continuidades e descontinuidades da Linguística Histórica Brasileira do século XX, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dos problemas da variação e da mudança linguística e à formulação do conceito de português brasileiro. A periodização adotada na pesquisa compreende dois momentos: (1) a década de 1950, momento em que tradição filológica deu grande destaque às pesquisas de natureza histórico-diacrônicas e (2) a década de 1980, período em que, de acordo com a literatura, ocorre um reavivamento da Linguística Histórica brasileira, após um enfraquecimento gerado pelo privilégio dado aos estudos de natureza sincrônica. Seleccionamos como principais objetos de investigação as obras de Serafim da Silva Neto (1950) e Fernando Tarallo (1986 e 1991), os quais podem ser considerados *líderes intelectuais* e *organizacionais* da Linguística Histórica no Brasil, levando em consideração o período abordado por nossa pesquisa. A análise foi conduzida com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística, ancorando-se em conceitos como *Programas de Investigação*, *Capas do Conhecimento Linguístico*, *Objeto Observacional* e *Objeto Teórico*. Além disso, como uma perspectiva geral sobre a Historiografia das Ciências, valemo-nos das ideias de Fleck (2010), mais especificamente dos conceitos de *estilo de pensamento* e *tráfego intercoletivo de pensamento*. Como resultados gerais, verificamos que, ao longo do período observado, a Linguística Histórica brasileira mantém uma unidade temática, a saber: a construção da história do português brasileiro. Contudo, em cada um dos autores observados, o referido problema é construído de forma diferente, dadas as especificidades do *objeto observacional* e do *objeto teórico* privilegiado, fazendo com que os problemas da variação e da mudança recebam diferentes interpretações, guiadas por *Programas de Investigação* distintos.

Palavras-chave: Linguística Histórica; variação linguística; mudança linguística; português brasileiro; Programas de Investigação

Abstract

This dissertation aims to deal with some continuities and discontinuities of the Brazilian Historical Linguistics in the twentieth century, particularly regarding to the treatment of problems of variation and linguistic change and to the formulation of the concept of Brazilian Portuguese. The periodization adopted in the survey comprises two parts: (1) the 1950's years, when philological tradition gave great emphasis on diachronic research (2) the 1980's years, during which, according to the literature, there was a revival of the Brazilian Historical Linguistics, after a weakening generated by the privilege given to the synchronic studies. The main objects selected for the research were the works of Serafim da Silva Neto (1950) and Fernando Tarallo (1986 and 1991), scholars that can be considered both intellectual and organizational leaders of Historical Linguistics in Brazil, taking into consideration the period covered by our research. The analysis was conducted based on the theoretical and methodological assumptions of Historiography Linguistics, anchored in concepts such as Research Programs, *Capas do Conhecimento Linguístico*, Observational Object and Theoretical Object. Moreover, as a general model of the historiography of science, we make use of Fleck's ideas (2010), specifically the concepts of *estilo de pensamento* and *tráfego intercoletivo de pensamento*. As general results, we found that over the observed period, the Brazilian Historical Linguistics maintains a thematic unit, namely the construction of the history of Brazilian Portuguese. However, in each of the noted authors, that problem is built differently, given the specificities of observational object and privileged theoretical object, leading the problems of variation and change to receive different interpretations, guided by different research programs.

Keywords: Historical Linguistics; linguistic variation; linguistic change; brazilian portuguese; Research Programs

Sumário

Apresentação	01
Capítulo 1	06
Fundamentação da pesquisa: pressupostos teóricos e opções metodológicas	
1.0. Introdução	06
1.1. Pressupostos teóricos	
1.1.1. Fleck e a constituição dos problemas científicos	06
1.1.2. Sobre a formação do Objeto Observacional e do Objeto Teórico	10
1.1.3. O papel da contextualização	11
1.1.4. A História da Linguística: Programas de Investigação e Capas do Conhecimento Linguístico	13
1.2. Metodologia e Materiais de Pesquisa	18
1.2.1. Periodização	18
1.2.2. Fontes	20
1.2.3. Métodos	24
1.2.4. Modos de exposição e escolhas terminológicas	26
Capítulo 2	28
Matrizes da Linguística Histórica Brasileira	
2.0. Introdução	28
2.1. A Linguística Histórica do século XIX e seus possíveis impactos na Linguística Histórica Brasileira: o papel das analogias conceituais	28
2.1.1. A Linguística Românica	36
2.2. Sapir e a teoria da Deriva	40
2.3. Sociolinguística	42
2.3.1. Sociolinguística no Brasil	46
2.4. Teoria da Mudança (WEINREICH, LABOV & HERZOG 1968)	50
2.4.1. Teoria da Variação e da Mudança no Brasil	62
2.5. Gramática Gerativa	65
2.5.1. Gramática Gerativa no Brasil	70
2.6. Constituição do problema da língua no Brasil	73
Capítulo 3	80
Serafim da Silva Neto (1950): Horizonte de Retrospecção, Objeto Observacional e Objeto Teórico	
3.0. Introdução	80
3.1. Perspectivas de um Romanista em Terras Coloniais: formulação do Objeto Observacional e do Objeto Teórico de Serafim da Silva Neto	80
3.1.1. O lugar de Mendonça (1936) frente à Geração de 1940	85
3.1.2. Silva Neto (1950) e a Linguística Românica: O Português do Brasil no quadro das Línguas Transplantadas	92
3.2. Silva Neto e a influência da Historiografia Brasileira	98

Capítulo 4	107
O Tratamento da Variação e da Mudança Linguísticas na Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil (SILVA NETO, 1950)	
4.0. Introdução	107
4.1. Silva Neto (1950) e a análise da variação e da mudança linguística: análise das capas do conhecimento linguístico	107
4.2. Português do Brasil: uma língua conservadora	128
4.2.1. Aspectos fonéticos conservadores	131
4.3. Algumas observações sobre os conceitos de crioulo e semicrioulo	138
Capítulo 5	141
Fernando Tarallo: Horizonte de Retrospecção, Objeto Observacional e Objeto Teórico	
5.0. Introdução	141
5.1. A Emergência de uma Sociolinguística Histórica Brasileira	141
5.1.2. O Projeto Diacrônico de Tarallo (1984)	143
5.2. A Produção Sociolinguística de Fernando Tarallo	147
5.3. Impactos da Gramática Gerativa na obra de Fernando Tarallo	160
5.4. Tarallo e a construção do objeto observacional e do objeto teórico	174
Capítulo 6	186
O Tratamento da Variação e da Mudança Linguísticas na obra de Fernando Tarallo	
6.0. Introdução	186
6.1. O tratamento da Variação e da Mudança Linguísticas em TARALLO (1986): análise das capas do conhecimento linguístico	186
6.1.1. Mudanças Sintáticas e emergência do Português Brasileiro	192
6.2. O tratamento da Variação e da Mudança Linguísticas em TARALLO (1991): análise das capas do conhecimento linguístico	211
Discussão dos resultados de pesquisa	229
Considerações finais	235
Referências bibliográficas	238

Apresentação

Os trabalhos que tratam da trajetória dos estudos linguísticos histórico-diacrônicos brasileiros apontam que as investigações ligadas a essa área apresentaram, no que se refere ao século XX, um percurso bastante dinâmico. Em linhas gerais, tais revisões observam o predomínio de pesquisas dessa natureza na primeira metade do século, uma queda na produção que adota essa perspectiva a partir da década de 1960 – em virtude da institucionalização da Linguística no Brasil e do predomínio do Estruturalismo – e um reavivamento dessas pesquisas na década de 1980.

A despeito da grande alternância de fases nesse ramo da Linguística, observa-se que aqueles que revisaram a sua produção buscaram enfatizar seus elementos de continuidade, sobretudo no que se refere à sua temática predominante. Conforme atestam vários historiadores, foi ao estudo do português brasileiro, à interpretação de seus processos de variação, mudança e constituição histórica, que os estudiosos da Linguística Histórica mais se dedicaram.

Mattos e Silva (1988) divisa duas gerações de estudiosos na história da Linguística Histórica no Brasil e afirma que, embora pesquisas a respeito da constituição histórica do português brasileiro tenham sido realizadas por grandes expoentes da primeira geração – por exemplo, por Antenor Nascentes (1886-1972), com *O Linguajar Carioca* (1922) e Amadeu Amaral (1875-1929), com *O Dialeto Caipira* (1920) –, esses estudos foram realizados mais intensamente a partir dos trabalhos de pesquisadores ligados à segunda geração da Linguística Histórica *lato sensu*. Serafim Pereira da Silva Neto (1917-1960) é, na opinião de Mattos e Silva (1988), o estudioso mais representativo dessa segunda geração. Segundo ela, o autor sofreu influência dos neogramáticos e foi quem propôs, no Brasil, uma concepção mais abrangente da história de uma língua, evidenciada, em seus trabalhos, pela explicitação da relação entre a história da língua e a história sócio-política de seus usuários. A ele é reputada a atitude de, mesmo ao executar estudos de mudanças internas, por meio de uma orientação *atomizante* herdada dos historicistas que o precederam, direcionar a visão também para os fatores externos condicionadores da mudança linguística. É conhecido como um dos principais investigadores que se voltaram ao problema da constituição histórica do português brasileiro. Mattos e Silva (1988) considera a *História da Língua Portuguesa*, de Silva Neto,

um livro de referência sobre o tema, cujo alcance ainda não teria sido superado, nem no Brasil e nem em Portugal.

Segundo Mattos e Silva (1988), a década de 1960 deve ser tomada como um ponto de referência necessário à reflexão sobre a trajetória dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil. Recorte comum ao de outros trabalhos que tratam da história dos estudos linguísticos nacionais (cf. Coelho 1998; Altman 2004, por exemplo), tal década se configura como representativa pelo fato de ser a época em que a Linguística começa a fazer parte do currículo dos cursos de Letras, nas universidades. Como disciplina curricular, a Linguística teria promovido uma paulatina diminuição do destaque anteriormente dado aos estudos linguísticos históricos, pois as atenções se voltaram, preferencialmente, para os estudos descritivos sincrônicos, influenciados por teorias estruturalistas e, posteriormente, gerativistas. À diferença do que Mattos e Silva (1988) chamou de *Linguística Histórica lato sensu*, essas novas descrições passaram a explorar os fatos sincrônicos depurados de sua historicidade. O período seguinte à disciplinarização da Linguística foi caracterizado pelo crescimento dos estudos descritivos sincrônicos sobre o português do Brasil, que anteriormente era, preferencialmente, objeto de apreciação por parte dos que se dedicavam aos estudos dialetológicos. A língua passou a ser investigada sob novas orientações teóricas. A autora ainda assinala que, no fim da década de 1960, modelos teóricos ligados à Sociolinguística passaram a ser seguidos no Brasil, o que deu centralidade à exploração da realidade linguística do país.

Entretanto, conforme nos informa Mattos e Silva (1988, 1999), a década de 1980 assistiu a um novo período de *fluxo* da Linguística Histórica Brasileira, impulsionado justamente pelas pesquisas realizadas no âmbito da Sociolinguística laboviana. Assim, estabelecia-se uma nova corrente de estudo e compreensão da mudança linguística, introduzida, sobretudo, pela Sociolinguística sincrônica, influenciada pelas propostas de Weinreich, Labov & Herzog (1968), que traziam a possibilidade de se observar a diacronia na sincronia, bem como os fatores internos e externos envolvidos na mudança linguística.

Um dos linguistas representativos dessa geração de retomada dos estudos histórico-diacrônicos é Fernando Luiz Tarallo, que foi um dos grandes líderes e praticantes dessa orientação de pesquisa no Brasil, na década de 1980 (cf. KATO, 1993; CASTILHO, 1993). Tarallo (1984) comparou a Linguística Histórica brasileira que emergia à década de 1980 a uma “Fênix Renascida”, e, na sua carreira como professor da Pontifícia Universidade de São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas, ministrou cursos dessa disciplina.

De acordo com Mattos e Silva (1999), embora a Linguística Histórica brasileira tenha passado por alterações ao longo do tempo, a compreensão histórica do português brasileiro teria se mantido como problema de pesquisa privilegiado. De acordo com ela, as mudanças teriam ficado circunscritas a alguns princípios teóricos e metodológicos, mas todos, desde os filólogos da primeira metade do século XX até os sócio-variacionistas da década de 1980, estariam perseguindo a interpretação da constituição histórica da realidade linguística brasileira.

Dado o contexto exposto nos parágrafos anteriores, nesta apresentação, convém situar alguns dos aspectos que serão tratados nesta dissertação. Primeiramente, é importante esclarecer alguns aspectos do título do trabalho: *Linguística Histórica no Brasil (1950-1990): estudo historiográfico do tratamento da variação e da mudança linguística no português brasileiro*. Em nossa pesquisa, o termo Linguística Histórica corresponde a uma espécie de disciplina ampla e multifacetada ou, em termos mais específicos, a algumas obras que tomaram a história do português falado no Brasil como objeto de estudo, a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Assim, um dos nossos objetivos finais é, diante de duas versões distintas da Linguística Histórica brasileira – com contextos, *backgrounds* e autores distintos – verificar as *continuidades* e *descontinuidades* de interesses, perspectivas e métodos nos modos de contar a história do português falado no Brasil.

Em nosso trabalho, acreditamos que a principal questão a ser debatida é a que diz respeito ao *problema* estudado por essa Linguística Histórica Brasileira ao longo do tempo, ou mais especificamente, qual é o *objeto* dessa área de especialidade. Ele teria mais traços de *continuidade* ou *descontinuidade* ao longo do tempo? De que forma(s) dois dos mais destacados estudiosos que se ocuparam do estudo histórico do português do Brasil, e suas respectivas gerações, entendem do mesmo modo a tarefa de escrever a história de uma língua? Como a questão das fartamente conhecidas variedades do português foram inseridas em estudos sobre a mudança?

Deste modo, abordaremos, nesta dissertação, trabalhos produzidos por Serafim da Silva Neto e Fernando Luís Tarallo, dois grandes autores da Linguística Histórica brasileira em cada um dos subperíodos de *fluxo*, isto é, antes e depois de 1960 – 1950, 1986 e 1991, especificamente. As questões analisadas são o tratamento que os dois referidos autores deram aos problemas da *variação* e da *mudança linguísticas*, bem como ao *problema linguístico brasileiro* – que será definido no segundo capítulo da dissertação.

No que diz respeito à sua estrutura, a dissertação está organizada do seguinte modo:

01. Capítulo 01: *Fundamentação da Pesquisa: pressupostos teóricos e opções metodológicas*. Nesse capítulo, abordamos os principais conceitos teóricos utilizados no trabalho de descrição e análise dos dados, bem como a metodologia utilizada para a execução dessas tarefas.

02. Capítulo 02: *Matrizes da Linguística Histórica Brasileira no século XX*. Nesse capítulo, procuramos mapear um conjunto de teorias sobre variação e mudança linguísticas que foram recebidas no Brasil, conduzindo, de certo modo, a formação da Linguística Histórica aqui produzida. Além disso, propomos um breve histórico do tratamento do ***problema linguístico brasileiro***, fio condutor dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil.

03. Capítulo 03: *Serafim da Silva Neto (1950): Horizonte de Retrospecção, Objeto Observacional e Objeto Teórico*. Nesse capítulo, propomos a reconstrução de alguns aspectos do *horizonte de retrospecção* de Serafim da Silva Neto, procurando mapear os elementos que possibilitaram a emergência de sua obra *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* – texto analisado no capítulo 04. Além disso, propomos uma investigação acerca da formulação do *objeto observacional* e do *objeto teórico* na obra do filólogo.

04. Capítulo 04: *O Tratamento da Variação e da Mudança Linguísticas na Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Nesse capítulo, tendo como ponto de partida os elementos trabalhados no **capítulo 03**, realizamos a descrição e análise da *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, observando o tratamento dado aos problemas da *variação* e da *mudança linguísticas* e ao ***problema linguístico brasileiro***.

05. Capítulo 05: *Fernando Tarallo: Horizonte de Retrospecção, Objeto Observacional e Objeto Teórico*. Nesse capítulo, em analogia ao realizado no **capítulo 03** para Serafim da Silva Neto, propomos a reconstrução de alguns aspectos do *horizonte de retrospecção* de Fernando Tarallo, procurando mapear os elementos que possibilitaram a emergência de seu trabalho no âmbito da Linguística Histórica Brasileira. Tratamos, assim, das relações que esse autor estabeleceu com a Sociolinguística e com a Gramática Gerativa, verificando, a esse respeito, a formulação de seu *objeto observacional* e seu *objeto teórico*.

06. Capítulo 06: *O Tratamento da Variação e da Mudança Linguísticas na obra de Fernando Tarallo*. Nesse capítulo, em analogia ao realizado no **capítulo 04** para a obra de Silva Neto (1950), e tendo como base os elementos trabalhados no **capítulo 05**, realizamos a

análise e descrição dos trabalhos de Tarallo (1986) e Tarallo (1991), observando o tratamento dado aos problemas da *variação* e da *mudança linguísticas* e ao *problema linguístico brasileiro*.

Discussão dos resultados da pesquisa: nessa seção, expomos as conclusões retiradas do trabalho descritivo e interpretativo da obra dos dois autores analisados, tratando de suas implicações para a compreensão das *continuidades* e *descontinuidades* da Linguística Histórica brasileira.

Considerações finais: nessa seção, procuramos apresentar algumas considerações gerais, relacionando, de forma bastante incoativa, os temas estudados em nossas pesquisas a aspectos mais gerais da dos processos de formação e institucionalização da Linguística brasileira.

Capítulo 1

Fundamentação da Pesquisa: pressupostos teóricos e opções metodológicas

1.0. Introdução

Levando em consideração o fato de que esta pesquisa teve como objetivo mapear alguns aspectos da Linguística Histórica Brasileira, por meio da comparação da obra de dois dos autores mais proeminentes nos dois subperíodos por nós selecionados – a saber, Serafim da Silva Neto e Fernando Tarallo –, neste capítulo inicial, abordamos o conjunto dos principais conceitos e referenciais teóricos que nos possibilitaram a descrição e a análise do tratamento dado aos problemas da *variação* e da *mudança linguísticas* no contexto observado. Além disso, expomos a metodologia utilizada na análise e interpretação dos dados.

1.1. Pressupostos teóricos

1.1.1. Fleck e a constituição dos problemas científicos

Reconhecido por muitos estudiosos como o precursor de uma vertente mais externalista dos estudos de ciência, o médico sorologista Ludwik Fleck (1896-1961) nos legou muitos elementos para a compreensão daquilo que ele mesmo chamava de *fisiologia do conhecimento*. Trabalhando especificamente com o surgimento do conceito de sífilis, os estudos de Fleck nos levam a entender que o *conhecimento* não deve ser analisado sob o viés da objetividade estanque, mas deve ser considerado em suas relações sócio-históricas. Fleck problematiza a ideia de que o *fato científico* corresponde a um objeto do mundo natural, pronto para ser descoberto; para o autor, ao contrário, o *fato científico* pode ser muitas coisas diferentes, a depender da leitura que se faz dos objetos do mundo, a qual, frequentemente, é influenciada por elementos externos à prática científica propriamente dita, tais como: a História, a cultura, as crenças etc.

Para Fleck, o conhecimento é essencialmente uma prática histórico-social, que deve, necessariamente, ser submetida à investigação calcada no viés *evolutivo*. Assim, uma epistemologia despida do estudo histórico e comparativo dos conceitos científicos não poderia lograr adequação descritiva e explicativa. Segundo o autor, apenas uma epistemologia comparada teria condições de fornecer uma compreensão adequada do presente. Deste modo, o autor defende que uma epistemologia comparada do conhecimento, afastada de um ideal de

descoberta – segundo o qual a relação de saber se dá, pura e simplesmente, entre o indivíduo e o objeto a ser desnudado –, deve levar em conta o estado do saber que já fora estabelecido anteriormente, pois, não raro, aquilo que se conhece no presente já estava presente, de alguma forma, num momento pregresso.

Segundo Fleck, muitos fatos considerados científicos no momento contemporâneo têm sua origem em ideias, por assim dizer, embrionárias (não científicas): o autor chama essas ideias prévias de *protoideias* ou *pré-ideias*, entendidas como *pré-disposições histórico-evolutivas* de conceitos científicos tidos como modernos. As *protoideias* são caracterizadas pela vagueza e são carentes do estofo da comprovação científica. Abordando o tema de suas pesquisas, Fleck traz como exemplo a existência de uma ideia prévia que afirmava que o sangue sífilítico apresentava alguma alteração, ideia esta existente mesmo num período anterior à sua comprovação científica. Entretanto, o autor salienta que nem sempre se encontrará uma *protoideia* correspondente a cada noção científica e, além disso, adverte que a simples semelhança entre ideias não indica, necessariamente, um vínculo histórico entre elas.

Segundo Fleck, as *protoideias* não devem ser desvinculadas de seu contexto histórico, pois estão intimamente relacionadas a um *estilo de pensamento* particular. Assim, de acordo com outro exemplo fornecido pelo autor, não se pode valorar como verdade ou mentira a ideia grega de átomo, pois, se no âmbito do pensamento científico contemporâneo ela soa como inadequada, no seu *estilo de pensamento*, embebido em um contexto histórico determinado, ela é correta.

Para tratar das concepções que dominam as formações sociais numa determinada época – inclusive as científicas –, Fleck lança mão da noção de *estilo de pensamento*. O *estilo de pensamento* seria, de modo bastante geral, uma espécie de estrutura conceptual sócio-historicamente determinada, caracterizada por conduzir e direcionar a percepção que os indivíduos têm do mundo numa dada época. Dentro da esfera de influência de um *estilo de pensamento* estariam, por hipótese, várias práticas sociais, como a religião, a ciência, a arte, os costumes etc. Deste modo, haveria um “*vínculo estilístico*” entre vários dos conceitos formulados em um determinado período histórico.

De acordo com Fleck, o *estilo de pensamento* está presente, mesmo de forma tímida e confusa, desde as primeiras observações de um indivíduo. Para ele, a percepção pode ser dividida de dois modos, a saber: (1) olhar inicial pouco claro e (2) percepção da forma

(*Gestaltsehen*), desenvolvida e imediata. A confusão do primeiro estágio poderia ser atribuída aos processos sócio-históricos que envolvem os *estilos de pensamento*, formando contradições e sobreposições entre *estilos* divergentes. Já o segundo estágio estaria intimamente ligado a um período em que o *estilo de pensamento* já está mais estável, direcionando fortemente a percepção dos indivíduos que estão sob seu domínio.

Uma das características do *estilo de pensamento* é promover uma certa coerção dos pensamentos e práticas dos indivíduos ao longo de um determinado período histórico. Deste modo, se um indivíduo pertence a uma determinada comunidade influenciada pelo *estilo de pensamento* X, dificilmente, ele poderá pensar da maneira autorizada pelo *estilo de pensamento* Y. De acordo com Obregón (2002: 44), o conceito de *estilo de pensamento* poderia ser aproximado das primeiras definições de *paradigma* (ou, posteriormente, *matriz disciplinar*), de Thomas Kuhn (1962), entendido como uma espécie de concepção de mundo que também imporia limites à percepção dos indivíduos. Assim, ao mesmo tempo em que um *estilo de pensamento* permitiria a percepção atenta de alguns fatos, vedaria a percepção de outros. Fleck dá como exemplo a não-percepção dos fatos de variabilidade na bacteriologia: a formação de um *estilo de pensamento* rígido nessa área do saber – acompanhado por uma metodologia igualmente rígida – teria feito com que os resultados obtidos nas investigações não pudessem encontrar os fenômenos de variabilidade. Para o autor, tal fato corresponderia à chamada *harmonia das ilusões*, algo bastante comum no que se refere ao poder de coerção dos pensamentos por parte dos *estilos*: “*havia espécies fixas porque se aplicava um método limitado e fixo para sua investigação*” (FLECK, 2010: 143). De acordo com Fleck, um fato científico só existe no interior de um *estilo de pensamento*, e é entendido como uma relação recíproca de conceitos intimamente relacionados a essa visão de mundo sócio-historicamente determinada.

Fleck faz uso do termo *coletivo de pensamento* para designar o portador comunitário de um determinado *estilo de pensamento*. O autor considera o *coletivo de pensamento* um conceito funcional, que, deste modo, não se refere, necessariamente, a um grupo fixo ou a uma classe social específica, mas pode corresponder tanto a uma interlocução entre duas pessoas quanto a *coletivos de pensamento* mais especializados, como os grupos científicos. Conforme acentua Obregón (2002), embora possam ser estabelecidas várias relações entre Fleck e Kuhn, à diferença do que aparece neste segundo autor sob o termo *comunidade científica*, o termo *coletivo de pensamento* não se refere apenas ao que está dentro da prática

científica, mas também a interlocuções processadas em outras esferas da sociedade, como a política e os esportes, por exemplo. Nas palavras de Fleck:

Se definirmos o “coletivo de pensamento” como a *comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos, temos, em cada uma dessas pessoas, um portador de desenvolvimento histórico de uma área de pensamento, de um determinado estado do saber e da cultura, ou seja, de um estilo específico de pensamento [...]*. (FLECK, 2010: 82)

Segundo Fleck, existem pelo menos dois tipos de *coletivo de pensamento*, a saber: há os coletivos momentâneos que, geralmente, duram o tempo de uma interlocução entre dois ou mais indivíduos, e os coletivos *estáveis* – ou *relativamente estáveis* –, característicos dos grupos socialmente organizados – como muitos dos grupos científicos. Os *estilos de pensamento* tendem a se fortalecer através desses *coletivos estáveis*, galgando, não raro, o caráter disciplinar, capaz de dominar as formas de pensamento de um determinado espaço/tempo.

As ideias de Fleck para a formação dos conceitos científicos são permeadas pela noção de movimentação dos pensamentos, explicitada pelos conceitos de *tráfego intracoletivo* e *tráfego intercoletivo*. O primeiro tipo de tráfego é elemento fundamental do *estilo de pensamento*, pois, através dele, o *coletivo* se legitima e fortalece as suas formas de pensar. Já o chamado *tráfego intercoletivo*, que tem como uma de suas principais características a modificação sutil ou total de um *estilo de pensamento* quando de sua movimentação para outros coletivos, abre a possibilidade de descoberta de novos fatos científicos, relacionados a novos *estilos de pensamento*, derivados do movimento.

Como é possível notar, a história figura como elemento central no entendimento que Fleck propõe a respeito da ciência, e uma das consequências dessa articulação teórica é a relação orgânica que o autor estabelece entre o passado, o presente e o futuro, como leremos adiante:

[...] Cada época tem concepções dominantes, resto de concepções passadas e predisposições de concepções futuras, em analogia com todas as formas sociais. Uma das tarefas mais nobres da teoria comparada do conhecimento seria a de investigar como as concepções, ideias pouco claras, circulam de um estilo de pensamento (*Denkstil*) para outro, como surgem pré-ideias espontâneas e como se conservam, graças a uma harmonia da ilusão, enquanto formações persistentes e rígidas. Somente por meio dessa comparação e investigação das relações, chegamos a uma compreensão da nossa época. (FLECK, 2010: 70)

Oportunamente, retornaremos a conceitos mobilizados por Fleck para tratar de especificidades da nossa pesquisa. Passemos, agora, a uma breve exposição sobre as noções

de *Objeto Observacional* e *Objeto Teórico* (DASCAL & BORGES NETO 1991), que também desempenharão papel relevante em nossas análises.

1.1.2. Sobre a formação do *Objeto Observacional* e do *Objeto Teórico*

No âmbito dos estudos linguísticos, Dascal & Borges Neto (1991) apresentam uma interessante discussão sobre a definição dos problemas ou objetos científicos. Segundo os autores, quando um *objeto* é abordado sob perspectivas diferentes ou a partir de diferentes *modos de fazer*, consequentemente, ele não se configura como o mesmo *objeto* ao longo das diferentes abordagens. Em linhas gerais, os diferentes objetivos pelos quais um determinado estudo é perseguido fazem com que diferentes *objetos* emergjam. Como exemplo, os autores citam a ‘linguagem’ que, sendo objeto de diferentes esferas do conhecimento humano – da Filosofia, da Literatura, do Jornalismo etc. –, assumiria características específicas no campo da Linguística. Os autores também afirmam que vários exemplos trazidos pela Historiografia das Ciências atestam que os parâmetros de cientificidade são sócio historicamente situados e/ou condicionados. Deste modo, a depender do fluxo histórico, a concepção de ciência e de seu objeto será modificada. No âmbito da Linguística, sobretudo, haveria objetos diferentes a cada momento da evolução histórica da disciplina.

Os autores propõem que, para se entender com quais categorias as práticas científicas operam, deve-se levar em consideração a distinção entre *objeto observacional* e *objeto teórico*. Segundo eles, cada teoria científica delimita uma área da “realidade” como privilegiada para a sua investigação. Assim, de modo bastante geral, o *objeto observacional* de uma determinada disciplina científica seria o fragmento da “realidade” que ela teria optado por observar, ao passo que o *objeto teórico* só seria constituído a partir da definição das unidades básicas de análise, das relações estabelecidas por elas, dos objetivos do estudo e do nível de adequação pretendido. Nesse sentido, o *objeto teórico* seria intradisciplinar e mais formalizado.

De acordo com Dascal & Borges Neto (1991), a divisão entre *objeto observacional*, de um lado, e *objeto teórico*, de outro, pode sugerir uma visão equivocada da noção de “realidade”, que poderia ser entendida como algo palpável, sujeito às divisões naturais propostas pela prática científica. Contudo, segundo os autores, a própria delimitação do *objeto*

observacional já se constituiria como um princípio de teorização, consequência de um trabalho humano sobre a “realidade”.

Segundo os autores, a definição de um dado *objeto teórico* corresponderia, por assim dizer, à criação de um mundo intra-teórico, uma vez que, diante de *objetos observacionais* supostamente iguais, teorias diferentes reconheceriam diferentes entidades básicas e diferentes relações entre elas, levando à formulação de uma realidade particular – dadas as especificidades metodológicas e ontológicas decorrentes de visões de mundo diferentes. Um exemplo disso seriam as chamadas *entidades teóricas*, que, em algumas perspectivas, poderiam não existir no plano do *observável*, mas seriam conceitos úteis na explicação e descrição dos elementos observáveis.

É importante destacar que Dascal & Borges Neto (1991) tiram conclusões extremamente aprofundadas a partir das propostas preliminares aqui referenciadas. Contudo, em função do objetivo e limite do nosso trabalho, utilizamos alguns dos aspectos mobilizados por esses autores para chegar à discussão do *problema linguístico brasileiro*. Nesse sentido, com o auxílio de algumas revisões históricas, procuraremos caracterizar a questão do português falado no Brasil como um *problema científico* perseguido por vários estudiosos ao longo dos anos. Assim, nossa primeira intenção será verificar, no conjunto de trabalhos selecionados como nossas *fontes primárias*, as configurações assumidas pelo *objeto*.

Tratemos, agora, da importância do trabalho de contextualização para a pesquisa em Historiografia Linguística.

1.1.3. O papel da contextualização

Sabe-se que uma das tarefas basilares daquele que se dedica à investigação na área da Historiografia da Linguística é o estabelecimento do contexto de emergência e desenvolvimento das ideias e práticas linguísticas, tarefa esta que parte do pressuposto de que o conhecimento linguístico e os agentes que o geram são elementos históricos e socialmente situados, estando, portanto, sujeitos a influências e injunções que esse fato possa acarretar.

Koerner (1996) classifica a questão da contextualização como um problema teórico-metodológico renitente no âmbito da Historiografia Linguística, digno de uma abordagem mais cuidadosa. De acordo com o autor, o *princípio de contextualização* deveria ser o

princípio norteador de toda pesquisa que abordasse o conhecimento linguístico produzido em épocas passadas. Entre outros aspectos, o *princípio de contextualização* envolve o estabelecimento do *clima de opinião intelectual*, uma vez que o conhecimento linguístico não se origina no vácuo e, deste modo, o desenvolvimento de uma teoria linguística determinada poderia ser melhor ou mais adequadamente explicado por meio da observação de suas relações com, por exemplo, o desenvolvimento de outras disciplinas científicas a ela contemporâneas ou até mesmo com fatores extra-científicos, como a influência de questões de ordem econômica e/ou política, institucionais, interpessoais etc. Além do *princípio de contextualização*, Koerner (1996) salienta que, na pesquisa historiográfica, é necessário seguir duas outras diretrizes, a saber: (i) o *princípio de imanência*, segundo o qual é preciso, inicialmente, estudar o conhecimento linguístico produzido no passado a partir de suas relações mais imediatas – por exemplo, o modo como a teoria linguística emergente interage com as propostas teóricas que lhes são contemporâneas – e também a partir do estudo interno de sua terminologia, sem que se faça referência a teorias linguísticas modernas; (ii) o *princípio de adequação*, segundo o qual, após o estudo imanente do conhecimento linguístico em questão, o historiógrafo deverá procurar estabelecer uma ponte entre o passado e o presente, visando o aproveitamento de sua pesquisa por parte do linguista contemporâneo.

Swiggers (2004) também argumenta que uma das principais tarefas do historiógrafo da Linguística é empreender a pesquisa do conhecimento linguístico em seu contexto social, cultural e político-econômico, tomando como fontes textos teóricos e descritivos, para que possa refletir sobre os elementos que condicionaram o surgimento de das ideias. De acordo com o autor, esse primeiro passo do estudo historiográfico poderia levar à solução de diversos problemas de ordem metodológica – como aquele relativo à “canonização” de autores, por exemplo. Deste modo, podemos verificar a relevância dos aspectos contextuais – e, por assim dizer, históricos – no estudo do conhecimento linguístico, bem como na definição do que pode ser – ou não – caracterizado como um *problema linguístico*.

Outro aspecto que, a nosso ver, está relacionado à questão da contextualização é o conceito de *horizonte de retrospectão*, proposto por Auroux (1992). De acordo com esse autor, o conhecimento linguístico deveria ser entendido como uma *realidade histórica*, em constante relação com seu passado e, por assim dizer, com o seu futuro:

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro, sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUROUX, 1992: 11-2)

1.1.4. A História da Linguística: *Programas de Investigação e Capas do Conhecimento Linguístico*

Nesta subseção, introduziremos o conceito de *Programa de Investigação* (SWIGGERS, 1987 e 2004, entre outros), um conceito operatório da Historiografia Linguística que nos auxiliou na descrição dos dados de pesquisa e na sua subsequente interpretação. Várias razões embasam essa escolha, dentre quais destacaremos algumas.

Primeiramente, é necessário assinalar a complexidade do trabalho historiográfico, uma vez que o objeto de que se ocupa o investigador da área é o conhecimento produzido sobre as línguas e a linguagem, o que é, em certa medida, uma primeira instância de metalinguagem – entendida aqui como uma forma de aproximação da língua objeto. Neste sentido, o historiógrafo da Linguística tem de lidar com uma metalinguagem abarcadora, uma metalinguagem de acesso, que não funcione apenas como uma tradução simples do conhecimento linguístico, mas que seja passível de tratamento a partir de princípios como o da seleção e o da hierarquização, pois, conforme lemos em Swiggers (2004), é preciso ter atenção ao fato de que o historiógrafo da linguística estuda o seu objeto tendo como base um certo tipo de modelização. Como veremos mais adiante, os *Programas de Investigação* propostos por Swiggers parecem cumprir bem esse papel, uma vez que eles não correspondem às teorias linguísticas em particular, mas constituem uma ferramenta por meio da qual o historiógrafo pode fazer articulações entre elas.

Um outro fator que nos motivou utilizar os *Programas de Investigação* foi a sua força e produtividade como conceito operatório, no nível descritivo. Ora, sabemos que o historiógrafo da Linguística deve não apenas descrever o conhecimento linguístico que emergiu num dado lugar e numa dada época, mas deve, além disso, procurar uma explicação para os acontecimentos. A esse respeito, podemos tomar como referência a proposta de Dell Hymes (1974: 1) para quem, à semelhança do que se propunha no âmbito da Gramática Gerativa, o estudo historiográfico também deveria se lançar à *adequação descritiva* e *adequação explicativa*. Assim, argumentamos que a boa interpretação historiográfica só pode nascer

através de uma tarefa descritiva satisfatória, algo possibilitado pelo uso do conceito de *Programa de Investigação*. Neste sentido, está claro para nós que o objetivo precípua da atividade historiográfica é descrever a evolução do conhecimento linguístico ao longo do tempo, mas, antes disso, de acordo com Swiggers (1987: 2713), é importante caracterizar os conjuntos de teorias que representa esse conhecimento que evolui.

Lemos em Swiggers (2004: 129) que, no âmbito da Linguística, os modelos teóricos podem ser entendidos como sistematizações de ideias sobre a linguagem, sobre a sua estrutura, suas unidades descritivas, técnicas de análise etc. Sabemos que em nossa área tais modelos teóricos são perpassados pela pluralidade. Assim, embora possamos dizer – com um elevado grau de condescendência – que o objeto da Linguística é o estudo das línguas e da linguagem, sabemos que, a depender do modelo teórico considerado, os referidos conceitos serão delineados de diferentes maneiras. De acordo com Swiggers (2004), por exemplo, ao longo da história da Linguística, podem ser encontradas as seguintes concepções do objeto ‘língua’ – com as suas respectivas “filiações” –:

- 1) a língua é um meio de expressão do conteúdo mental (tradição platônica e aristotélica);
- 2) a língua é um conjunto de formas (concepção típica dos gramáticos);
- 3) a língua é um objeto histórico, derivado de um antecessor extinto (concepção próxima das pesquisas em torno da “genealogia” linguística dos séculos XVI e XVII);
- 4) a língua é um conjunto de formas que articulam as análises do pensamento;
- 5) a língua é um conjunto de formas que apresentam correspondências “laterais” e “verticais”, situadas no tempo (a visão da gramática histórico-comparativa);
- 6) a língua organiza a visão que o falante tem da realidade;
- 7) a língua é uma convenção social, que existe como uma abstração em relação às suas manifestações parciais e particulares (visão do Estruturalismo de Ferdinand de Saussure);
- 8) a língua é uma estrutura autorregulada e hierarquizada (visão elaborada pelo Estruturalismo europeu e americano);
- 9) a língua é um jogo (visão de Wittgenstein);
- 10) a língua é um objeto de operações matemáticas e probabilísticas (visão de Zellig Harris e Charles Hockett);
- 11) a língua é uma competência interiorizada de regras gramaticais (visão da Gramática

Gerativa).

Não obstante a pluralidade teórica parcialmente descrita acima, Swiggers (1987: 2713) defende que, em meio à diversidade de pontos de vista que, desde o passado, têm emergido na Linguística, é possível encontrar similaridades e analogias. Provavelmente fazendo referência a Thomas Kuhn, no mesmo texto, Swiggers afirma que, dentro das ciências humanas, dificilmente o processo de evolução pode ser descrito em termos de alternâncias absolutas entre paradigma/revolução, mas, ao contrário, ele é marcado pela continuidade e descontinuidade de certos interesses, os quais podem persistir ao longo das épocas históricas. Com o objetivo de ilustrar essas imbricações, Swiggers propõe o conceito de *Programa de Investigação*, que no texto de 2004, conta com a justificativa de tornar possível a referência ao conhecimento linguístico por uma sistematização que vá além da identificação do modelo “X” em oposição ao modelo “Y”. Em outras palavras, ele sugere o uso de uma metalinguagem abarcadora¹.

De acordo com Swiggers (1987: 2714), um *programa* é entendido como um sistema de natureza cognitiva, sustentado por uma orientação particular, a partir da qual são feitas operações e são hauridos resultados. Em outras palavras, um *programa* corresponderia a uma estrutura conceptual canalizadora de uma visão global de língua e de interesses específicos. De acordo com Swiggers (1987: 2714), um *programa* seria caracterizado de acordo com os seguintes parâmetros:

- 1) **Visão de língua:** ponto de vista global sobre a língua/linguagem;
- 2) **Incidência:** contexto específico de inserção dos dados ou área privilegiada para a análise linguística;
- 3) **Técnica:** a “sintaxe” descritiva do *programa* ou as formas de se analisar os dados linguísticos.

É importante salientar que, para o autor, o conceito de *programa* é produtivo porque dá uniformidade aos tipos de pesquisa possíveis na Linguística e engloba um certo número de teorias. Logo, a noção de *programa* se superpõe à noção de *teoria*.

Para Swiggers (2004: 129-30), no âmbito da Historiografia da Linguística, os programas de investigação deveriam ser entendidos como sistemas conceptuais constituídos de teorias que compartilham a mesma visão sobre o objeto científico, a mesma focalização e a mesma técnica de análise em relação ao estudo da língua. Uma vez que a história da Linguística é muitas vezes caracterizada por descontinuidades teóricas, o conceito de

---

¹ Vale dizer que o termo *Programa de Investigação* não foi, originalmente, formulado no âmbito da Historiografia Linguística: Swiggers o tomou emprestado do trabalho de Weizenbaum (1976), que era um físico.

programas de investigação permitiria a percepção de continuidades históricas e de semelhanças nas diferenças.

Partindo da história da Linguística, Swiggers (1987, 2004) propõe a existência de quatro *Programas de Investigação*. São eles:

1) Programa de Correspondência: abarca trabalhos que têm como objetivo central examinar as correspondências entre a língua, o pensamento e a realidade. Neste programa, a língua é entendida como um meio de expressão do pensamento, e a segmentação do pensamento (geralmente equivalente às maneiras como a mente pode perceber o mundo) comanda a segmentação das unidades linguísticas (**visão de língua**). Neste sentido, as relações entre estruturas morfossintáticas e conteúdos ou processos mentais corresponderiam à **incidência** do *programa*. Platão, Aristóteles, Port-Royal, Chomsky, entre outros, são alguns estudiosos que, segundo o autor, podem ser incluídos neste programa. Uma das **técnicas de análise** que compõem o programa de correspondência é a semantização das estruturas gramaticais, que consiste no estabelecimento de classes lógico-semânticas e no estabelecimento de correlações entre os processos mentais e as regras gramaticais;

2) Programa Descritivista: neste programa, a língua é concebida como um conjunto de dados formais, autônomos, ordenáveis de maneira sistemática (**visão de língua**). Nele, distinguem-se duas orientações fundamentais: a “formalista” – que objetiva o inventário e a estruturação das formas – e a “funcionalista” – que relaciona a estruturação formal às funções comunicativas. Panini, os gramáticos alexandrinos e os linguistas estruturalistas como um todo podem ser incluídos neste programa. A incidência da investigação se dá sobre as formas observáveis, nas quais se trabalha com a segmentação e a oposição, bem como com a comparação de formas linguísticas e a sua identificação com funções comunicativas. No plano da técnica, têm-se os seguintes aspectos: determinação de contextos; segmentação; comutação; estudo das relações de proporcionalidade entre os elementos; estabelecimento de relações entre as formas linguísticas e as funções comunicativas;

3) Programa Sociocultural: neste programa, a língua é vista como um fato social e cultural (**visão de língua**). Assim, a ambição dos estudiosos que trabalham de acordo com essa concepção não é, necessária e primordialmente, a construção de uma gramática, nem o estudo da maneira como o pensamento é expresso através da linguagem, mas sim a análise da variação das formas linguísticas no âmbito de uma comunidade linguística e no âmbito dos

usos linguísticos dos falantes. Frequentemente, a variação linguística é correlacionada a fatores externos (como aqueles relativos aos fatos históricos, à classe social, região de procedência, situação de fala etc). Boas, Weinreich, Labov, entre outros, poderiam ser incluídos neste programa. Interessam aos estudiosos inseridos nesse programa os seguintes tópicos de pesquisa: determinação de usos linguísticos; a competência comunicativa; a variação sociolinguística; a expressão de uma cultura através da língua (**incidência**). No plano da **técnica**, as teorias congregadas por este programa buscariam a inserção dos fatos de língua na análise das sociedades ou das culturas, a inserção da análise linguística numa teoria de estratificação social ou de evolução social e cultural.

4) Programa de Projeção: Neste programa, a língua é estudada e descrita a partir da transferência de um modelo elaborado em outra disciplina, a saber, o modelo da Lógica Formal. Há, deste modo, uma modelização secundária, que consiste na tradução de estruturas linguísticas em linguagem formal. Neste caso, no plano da **visão de língua**, entenderíamos que a língua funciona tal e qual ao modelo tomado como base. No que diz respeito à **incidência**, as teorias que compõem o *programa de projeção* examinam certos fragmentos das línguas naturais como se fossem estruturas lógicas (sobretudo as proposições). Como técnica, vemos a tradução das estruturas linguísticas em linguagem formalizada. Swiggers (2004) dá como exemplo de realização os trabalhos de estudiosos da Semântica Formal – dada a sua forte ligação com a Lógica. Neste sentido, também incluímos nesse programa os recentes estudos no campo da Linguística Computacional.

Em nosso trabalho, utilizamos também a proposta das *Capas do Conhecimento Linguístico* (SWIGGERS 2004), conceito intimamente relacionado aos *Programas de Investigação*. De acordo com Swiggers (2004: 133), o conhecimento linguístico corresponde a uma realidade muito complexa, de modo que, ao se tratar de sua dinâmica, tal complexidade deve ser levada em conta. Assim, Swiggers toma como ponto de partida as propostas de Galison (1987, 1997) para a história da Física: a ciência e sua história podem ser comparadas a um muro, constituído por diferentes *capas*, que estabelecem relações complexas entre si. No âmbito da Linguística, Swiggers (2004: 134) indica a necessidade de se considerar as quatro *capas* seguintes:

- 1) *Capa contextual*: diz respeito ao contexto intelectual, político, econômico etc., em que determinado conhecimento linguístico emerge;
- 2) *Capa teórica*: corresponde à visão de linguagem sustentada pelas teorias e práticas

linguísticas, à concepção a respeito das tarefas da Linguística, ao *horizonte de retrospectção*;

- 3) *Capa técnica*: corresponde às formas de análise e à condução do trabalho com os fatos linguísticos;
- 4) *Capa documental*: diz respeito à documentação linguística e filológica que serve de base para a formulação das teorias e práticas linguísticas, como: o número de línguas analisadas, o tipo de dado etc.

Por hipótese, esses parâmetros permitem observar a complexidade da dinâmica do conhecimento linguístico, por meio da análise de suas continuidades e descontinuidades, pois, na perspectiva de Swiggers (2004: 134), a dinâmica que se observa na história das ciências – inclusive na da Linguística – pode ser entendida como “superposições” ocorridas entre as *capas*, de modo que uma mudança científica pode ser tanto integral e/ou revolucionária – aquilo que o autor chama de *mudança transversal* –, repercutindo em todas as *capas*, como parcial, ocorrendo apenas em uma ou outra *capa*.

Em linhas gerais, objetivo final de nossa pesquisa foi, em alguma medida, verificar como se deu o desenvolvimento dos estudos de Linguística Histórica no Brasil, focalizando, por meio da análise do tratamento dos processos de *variação* e *mudança*, a emergência do conceito de *português brasileiro*, que, em tese, foi carreado por essa *tradição*. Deste modo, nas seções abaixo, explicitaremos alguns dos aspectos metodológicos que fundamentam esta dissertação, demonstrando os modos de utilização do arcabouço teórico aqui registrado.

1.2. Metodologia e Materiais de Pesquisa

1.2.1 Periodização

O primeiro aspecto a ser destacado em relação à nossa periodização é que não realizamos um estudo exaustivo das obras produzidas ao longo dos anos compreendidos por nossa cronologia, isto é, de 1950 a 1990. Em nossa pesquisa, privilegiamos os trabalhos de Serafim da Silva Neto e Fernando Luiz Tarallo. A escolha dos dois autores abordados deve-se ao fato de serem eles dois grandes expoentes da Linguística Histórica Brasileira nos dois de seus períodos de franco desenvolvimento (*cf.* MATTOS E SILVA, 1988, 1999; LOBO, 1994). Do ponto de vista teórico, tal seleção está ancorada nas propostas de Murray (1994), especificamente dos conceitos de *liderança organizacional* e *liderança intelectual*. Na

perspectiva de Murray (1994), a prática científica não é construída e/ou conduzida apenas por ideias, mas envolve questões ligadas à sociologia da ciência, tais como: prestígio social de um determinado pesquisador, grau de institucionalização dos grupos de pesquisa, existência de canais para a publicação de ideias etc. Assim, emergem justamente os conceitos de *liderança intelectual* e *liderança organizacional*, que dizem respeito àqueles pesquisadores que, num determinado contexto, têm o poder de direcionar as ideias e práticas de um conjunto de profissionais. O *líder organizacional* tem habilidades, por assim dizer, mais sociais, como a organização institucional de um campo, definição de bolsas de estudo, de canais de publicação etc. Já o *líder intelectual* se constitui enquanto tal devido às suas ideias e realizações num dado campo científico que, não raro, são consideradas *exemplares*, isto é, soluções elegantes e satisfatórias para determinados problemas científicos. Conforme procuraremos mostrar nos capítulos de análise, tanto Serafim da Silva Neto quanto Fernando Tarallo apresentam características da *liderança organizacional* e *intelectual*, guardadas as particularidades de cada contexto. Outro conceito de Murray (1994) a que fazemos menção é a noção de *retórica de ruptura* (ou *retórica revolucionária*), que procura mostrar que, por vezes, não ocorre uma propriamente uma *ruptura epistemológica* em relação às ideias e práticas científicas – processo este que, em tese, levaria à criação de novos problemas e soluções científicos –, mas sim *rupturas* no plano discursivo, que iluminam aspectos da auto percepção dos cientistas e das estratégias de persuasão que eles utilizam².

Uma vez que a literatura afirma existir uma continuidade temática nos estudos da Linguística Histórica brasileira (MATTOS E SILVA 1988, 1999; LOBO 1994; CASTILHO, 2004) selecionamos para análise textos que se ocuparam do estudo da constituição histórica do português brasileiro. No caso de Silva Neto, por exemplo, a *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* pareceu-nos a mais adequada, uma vez que pretende trazer uma interpretação completa para o **problema linguístico brasileiro**. No que diz respeito à obra de Tarallo, optamos pela seleção de dois artigos de apresentação em congressos, dada o seu caráter mais amplo, uma vez que a principal obra do autor – sua tese de Doutorado, *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese* (1983) – trata de um problema sintático bastante particular, cuja análise, de algum modo, está presente nos textos que examinamos em nossa dissertação, dada a sua força para a construção das hipóteses do autor sobre o **problema linguístico brasileiro**. Além disso, acreditamos que o exame dos dois artigos de Tarallo nos dará elementos de comparação com aspectos tratados na obra de Silva Neto, como, por

---

² A esse respeito, veremos até o uso de uma *retórica de conciliação* por parte de Fernando Tarallo.

exemplo, o tratamento dado à hipótese da criouliização – discutido tanto em Silva Neto (1950) quanto no texto *Sobre a Alegada Origem Crioula do Português Brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias*, de Fernando Tarallo.

Nesta dissertação, comparamos a obra dos dois referidos autores com o intuito de mapear a produção da Linguística Histórica Brasileira em seus dois subperíodos de maior desenvolvimento, verificando as suas *continuidades* e *descontinuidades*.

1.2.2. Fontes

Swiggers (2004) chama a atenção para o problema da dimensão do trabalho historiográfico. De acordo com ele, diferentemente do que se costuma pensar, à Historiografia Linguística não cabe o encargo de estudar todos os testemunhos e textos relacionados à linguagem e às línguas, mas, por outro lado, abandonando uma perspectiva extensionalista, a atividade historiográfica deve ser entendida como a reconstrução dos “conteúdos significativos” para a emergência e propagação do conhecimento linguístico. Nesse sentido, conforme diz Altman (2004), o trabalho do historiógrafo implica, necessariamente, a seleção, hierarquização e estruturação de fatos e fontes relevantes. Para a autora, pode haver um certo grau de arbitrariedade na seleção de nomes, fatos e datas, contudo, deve haver um cuidado do historiógrafo quando à coerência da rede de relações criada. Tais aspectos metodológicos são relevantes em nosso trabalho, sobretudo para justificar as nossas escolhas de materiais.

Swiggers (2013) traz uma importante reflexão sobre o conceito de texto. De acordo com o autor, no âmbito da Historiografia Linguística, o texto seria uma espécie de depósito do conhecimento linguístico produzido ao longo do tempo, evidenciando o desenvolvimento das ideias e das práticas linguísticas. Um texto depositório do conhecimento linguístico está inserido numa rede de relações e, por esta razão, o historiógrafo deve estar atento ao circuito no qual o texto a ser analisado está inserido, qual a sua posição em relação a um cânone determinado, aos seus traços argumentativos etc. Na perspectiva do autor, esses e outros fatores deveriam guiar o historiógrafo na seleção de suas fontes.

Portanto, no que diz respeito à escolha dos materiais privilegiados em nossa pesquisa, tomamos como diretriz o parâmetro do *papel dinâmico* exercido pelo texto dentro do contexto intra e interdisciplinar, ou seja, qual a *reação* motivada por ele. De acordo com Swiggers (2013), por meio do parâmetro da *reação*, é possível distinguir pelo menos cinco classes de

textos, a saber: (1) *textos de ação*: que têm como objetivo a organização das ações e dos caminhos traçados pelos pesquisadores de uma determinada área, como os textos programáticos, por exemplo; (2) os *textos de síntese*, cujo objetivo é apresentar uma versão resumida de uma ou mais teorias, como os manuais, por exemplo; (3) os *textos de diluição*, textos que apresentam uma aplicação diluída de uma ou mais teorias; (4) *textos de reação*, exemplificados pelas traduções, resenhas etc; e (5) *textos de entorno*, exemplificados pelos prefácios, correspondências entre autores etc. Em nossa pesquisa, optamos por trabalhar com *textos de diluição*, uma vez que tais textos nos permitirão analisar o modo de recepção de determinadas teorias de **variação e mudança linguísticas** no Brasil. São eles:

1) SILVA NETO, Serafim da. 1950. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

2) TARALLO, Fernando. 1993. *Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX*. In: ROBERTS, I; KATO, M.A. 1993. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica (uma homenagem a Fernando Tarallo)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

3) TARALLO, Fernando. *Sobre a Alegada Origem Crioula do Português Brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias*. In: ROBERTS, I; KATO, M.A. 1993. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica (uma homenagem a Fernando Tarallo)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.³

Os trabalhos acima citados correspondem às nossas *fontes primárias*, ou seja, aqueles que foram efetivamente analisados de acordo com os pressupostos teóricos referenciados na primeira parte do capítulo. Contudo, dada a natureza do estudo historiográfico, a nossa reconstrução do conhecimento linguístico deve estar amparada na consulta e pesquisa de outras fontes, as chamadas *fontes secundárias*, nas quais entraram os outros tipos de textos classificados por Swiggers (2013). A título de exemplo, citamos aqui alguns dos que foram mais relevantes à nossa investigação:

---

³ Os dois textos de Fernando Tarallo foram originalmente escritos em inglês, para serem apresentados em diferentes congressos internacionais. Em nossa pesquisa, entretanto, optamos por utilizar as traduções, por terem sido elas as versões mais divulgadas entre o público brasileiro, uma vez que essas traduções foram retomadas por vários estudiosos posteriores.

ELIA, Sílvio Edmundo. **O Problema da Língua Brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1961.

MENDONÇA, Renato. **O Português do Brasil**: origem, evolução e tendências. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

SILVA NETO, Serafim da. **História da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

TARALLO, Fernando Luís. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. 1983. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania.

TARALLO, Fernando Luís. A Fênix finalmente renascida. **Boletim da Abralin** 6: 95-103, 1984.

TARALLO, Fernando Luís. **A Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

TARALLO, Fernando Luís. Zelig: um camaleão linguista. **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, 2, 1, p. 127-144, 1986.

TARALLO, Fernando Luís. KATO, Mary Aisawa. Harmonia Transistêmica: Variação Intra e Interlinguística, **Predição**, 5, 1989.

Levando em consideração as propostas de Swiggers (2004) – que concebe a Historiografia Linguística como uma disciplina com três faces relevantes, a saber: (i) Historiografia Descritiva⁴; (ii) Metahistoriografia⁵; e (iii) Epi-historiografia⁶ –, argumentamos que nossa pesquisa está situada no âmbito da Historiografia Descritiva, uma vez que propomos um exame sistemático e crítico da produção e da evolução de algumas ideias

---

⁴ A Historiografia Descritiva é entendida como a análise e descrição do conhecimento linguístico.

⁵ Em linhas gerais, a Metahistoriografia pode ser entendida como uma reflexão crítica sobre a atividade historiográfica e compreende, pelo menos, três tarefas: (i) *Tarefa Construtiva*: elaboração de modelos e linguagens para a Historiografia Linguística; (ii) *Tarefa Crítica*: que consiste na análise crítica dos aspectos metodológicos e epistemológicos considerados no trabalho historiográfico; (iii) *Tarefa Metateórica*: que consiste na reflexão sobre o objeto e o *status* da Historiografia Linguística.

⁶ A Epi-historiografia pode ser entendida como um trabalho dedicado à preparação de documentação para o trabalho da Historiografia Descritiva, e se traduz em produtos como traduções de textos, edições, construção de bibliografias especializadas etc.

linguísticas sobre a *variação* e a *mudança*. Contudo, a fim de ampliar os limites da reflexão sobre esse tema, foi necessário dedicar especial atenção a alguns trabalhos de nível meta-documental. Destacamos alguns dos textos consultados para esse fim:

ALTMAN, Cristina. **A Pesquisa Linguística no Brasil** (1968-1988). 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BORGES, Patrícia de Souza. **Línguas Africanas e Português Brasileiro**: análise historiográfica de fontes e métodos de estudos no Brasil (séc. XIX-XXI). 2015. 237. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COELHO, Olga Ferreira. **Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira**: Um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem. 1998. 184f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ELIA, Sílvia Edmundo. **O Problema da Língua Brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1961.

LOBO, Tânia. Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, 12, p. 9-16, 1994.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da linguística histórica no Brasil **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, 4(1), p. 85-113, 1988.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Orientações atuais da Linguística Histórica no Brasil. **Revista de Linguística**, São Paulo, v.1, nº 11, p. 155-174, 1999.

PINTO, Edith Pimentel. **O Português do Brasil**: Textos críticos e teóricos. Vol. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978.

PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil**. Textos críticos e teóricos. Fontes para a teoria e a história. Vol. 2. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1981.

1.2.3. Métodos

Conforme já expusemos na primeira parte do capítulo, a discussão em torno do problema do *objeto* da Linguística Histórica Brasileira será conduzida com base no trabalho de Dascal & Borges Neto (1991). De acordo com os autores, um dos aspectos centrais para se chegar ao *objeto* privilegiado por uma determinada perspectiva teórica é detectar o *objetivo* que os estudiosos em questão têm em mente, uma vez que o objetivo visado pela investigação deixa as suas marcas no modo de construção do *objeto*. Assim, algumas das perguntas que emergiram ao longo de nossa pesquisa foram as seguintes: por que, ao longo do tempo, a história do português brasileiro foi sempre abordada com prioridade? O que diferencia cada uma das abordagens? De acordo com o nosso ponto de vista, uma parte dessas questões podem ser respondidas a partir do exame dos *objetivos* de pesquisa que, conseqüentemente, determinam os *objetos observacionais* e os *objetos teóricos*.

A análise das *fontes primárias* selecionadas foi, fundamentalmente, organizada em torno das chamadas *capas do conhecimento linguístico*, as quais foram relacionadas a outras propostas teóricas, como as de Dascal & Borges Neto (1991) e Fleck (2010). Como exemplo, podemos citar o exame da *capa documental* que, em nossa perspectiva, foi também tratada no domínio do *objeto observacional* privilegiado por um ou outro autor. Vejamos, a esse respeito, o seguinte trecho de Tarallo (1991):

Contrastamos agora os resultados apresentados na tabela 1 com os resultados obtidos no estudo diacrônico. O português do Brasil existe como língua literária somente a partir dos anos 1700. Qualquer material anterior àquela data revelaria, pois, traços do português europeu e enviesaria os dados. Os escritores usados na análise são brasileiros; os dados consistem de cartas, diários e peças teatrais. Para os objetivos de nosso estudo os séculos XVIII e XIX foram divididos em quatro períodos de 50 anos [...] (TARALLO, 1993[1991]: 82-3)

No trecho acima, o objetivo de Tarallo é contrastar a análise de alguns dados sintáticos sincrônicos – retirados do Projeto NURC – com a análise de dados diacrônicos. Para isso, propõe que os dados históricos sejam retirados de textos em prosa, como cartas, diários e peças teatrais. Em uma nota, Tarallo reforça o seu argumento com as ideias de Ellegard (1953), para quem os textos em prosa, apesar de não apresentarem uma versão natural da

língua falada, conteriam exemplos bem próximos desses usos linguísticos praticados em comunidade, como os diálogos, por exemplo. De início, pudemos notar a construção do *objeto observacional* privilegiado na pesquisa, a saber, a língua literária pós-1700 que, em tese, seria a amostra de um português pretensamente brasileiro – ou, pelo menos, escrito no Brasil. É esta a língua que Tarallo quer analisar, situando-a em uma posição contrária à do português europeu. Assim, na esteira de Dascal & Borges Neto (1991), arriscamos dizer que o *objeto observacional* privilegiado pelo autor já contém uma perspectiva teórica, por assim dizer, embrionária. Outro ponto interessante a ser notado é que a primazia dada à análise do texto em prosa parece ter uma importante relação com a perspectiva teórica adotada pelo autor, a saber, a Teoria da Gramática Gerativa chomskiana, na qual o dado sintático é central. Aí já parece haver a articulação de um *objeto teórico* – por nós interpretado como parte da *capa teórica* –, uma vez que uma *gramática brasileira* nasceria da diferenciação entre os padrões sentenciais do português brasileiro e os padrões do português europeu. Num certo sentido, como demonstraremos nos capítulos de análise das obras, isso representa uma mudança em relação aos estudos da geração de Silva Neto, por exemplo, nos quais os dados fonético-fonológicos assumiriam centralidade⁷.

O exame da *capa contextual*, por exemplo, pôde ser relacionado às propostas de Fleck (2010). Na primeira parte do capítulo, vimos que, para este autor, o conhecimento científico não é uma realidade estanque, totalmente distanciada das outras formas de vida; ao contrário disso, muitas vezes, ele é impactado por elementos do mundo extra científico. Deste modo, uma das tarefas do estudioso do conhecimento científico seria proceder a uma *epistemologia comparada* para, na medida do possível, explicitar esses pontos de contato. Em nosso trabalho, parte desse processo foi feito por meio do mapeamento do *horizonte de retrospectão* assumido e/ou negado pelos autores na época de produção de suas obras, como no caso de Silva Neto, cujo trabalho parece ser uma tentativa de fazer, do ponto de vista dos estudos da linguagem, aquilo que outros estudiosos já haviam feito em outras áreas das Humanidades: acentuar e valorizar a prevalência do caráter português no território brasileiro.

Outro aspecto da teoria de Fleck utilizado em nossa análise das fontes primárias foi a noção de *tráfego inter e intracoletivo* de pensamento. Inicialmente, verificamos, no domínio das *capas teórica e técnica*, se havia harmonia entre a *visão geral de linguagem* defendida

---

⁷ Nas pesquisas filológicas os dados de natureza fonético-fonológicas parecem determinantes na descrição e interpretação dos fenômenos, de modo que diferenças métricas entre poemas escritos em Portugal e no Brasil poderiam indicar a existência de uma língua diferente ou não.

pelo autor e os procedimentos técnicos mobilizados na análise dos dados. Nos casos em que isso não aconteceu, procuramos estudar o texto em questão no contexto mais amplo da história da disciplina, verificando eventuais continuidades de perspectivas. Por meio desse tipo de análise, vimos, por exemplo, que embora Silva Neto defenda uma *visão* sociocultural da linguagem, construindo grande parte de sua argumentação com base na *história externa* do Brasil, o filólogo se aproxima de algumas ideias da Linguística Histórica do século XIX, pautando-se no exame da *história interna* da língua. Ainda nesse aspecto teórico-metodológico, procedemos também a uma análise sobre a importância das *analogias conceituais* oriundas das Ciências Biológicas no desenvolvimento da Linguística Histórica do século XIX, com seus respectivos impactos na produção brasileira do século XX.

A fim de sistematizar os resultados decorrentes da análise das *capas*, utilizamos também a proposta de *Programas de Investigação* (SWIGGERS, 1987, 2004). Assim, feita a análise verticalizada das fontes, procuramos explicitar as tendências da Linguística Histórica Brasileira, verificando os seus movimentos teórico-metodológicos ao longo dos dois subperíodos enfocados. Uma vez que, numa análise baseada nos *Programas de Investigação* é possível comparar perspectivas teóricas totalmente diferentes – verificando, minuciosamente, os três parâmetros caracterizadores do *Programa: visão de linguagem; incidência; técnica* –, tal passo metodológico nos ajudou a responder um dos nossos questionamentos fundamentais, isto é: considerando-se o recorte temporal aqui privilegiado, é possível falar em uma Linguística Histórica Brasileira, em um sentido uno e amplo?

1.2.4. Modos de exposição e escolhas terminológicas

No que diz respeito à *modalidade de exposição* (SWIGGERS, 2004), nosso trabalho segue a *modalidade estrutural*, termo que classifica os estudos historiográficos caracterizados pelo foco na estrutura dos aspectos institucionais que possibilitam a origem de determinado conhecimento linguístico, bem como na estrutura das teorias e do campo de investigação. Primeiramente, inserimo-nos na *modalidade estrutural* pelo fato de nos dedicarmos ao estudo de um campo de investigação específico, a saber, a Linguística Histórica Brasileira, mapeando o seu modo de estruturação – interna e externa – ao longo dos subperíodos selecionados para análise. Outro ponto que nos leva a caracterizar o nosso trabalho no âmbito da *modalidade estrutural* é a especial atenção que damos à estrutura das teorias de *variação* e *mudança*

linguísticas adotadas por nossos autores, classificando-as, inclusive, em *Programas de Investigação*, verificando as *continuidades* e *descontinuidades* que marcaram o tratamento dos referidos problemas por parte dos estudiosos brasileiros.

Outro aspecto a ser esclarecido nesta seção diz respeito ao uso dos termos *variação* e *mudança linguísticas* para identificar os nossos principais objetos de estudo neste trabalho. Advertimos que, não necessariamente, os autores analisados utilizaram essa metalinguagem – sobretudo Serafim da Silva Neto. Contudo, valendo-nos do *Princípio de Adequação* (KOERNER, 1996), segundo o qual o historiógrafo deve procurar estabelecer uma ponte entre a teoria linguística do passado e o linguista do presente – desde que ela seja bem alicerçada –, utilizamos os termos *variação* e *mudança linguísticas* todas as vezes em que julgamos que os autores estivessem fazendo referência a esses fenômenos, mesmo que eles mesmos não atribuíssem esses nomes em suas análises. Nessas ocasiões – e nas outras em que criamos uma metalinguagem interna ao nosso trabalho –, optamos pela grafia em itálico e com negrito. No que diz respeito aos termos retirados de outros autores, optamos apenas pela grafia em itálico.

Uma vez estabelecidos os critérios teórico-metodológicos norteadores de nossa pesquisa, passemos então ao segundo capítulo desta dissertação, no qual propomos uma visão panorâmica das principais matrizes da Linguística Histórica Brasileira.

Capítulo 2

Matrizes da Linguística Histórica Brasileira

2.0. Introdução

O objetivo deste capítulo é, de forma panorâmica, mapear a recepção brasileira de algumas teorias de *variação* e *mudança linguísticas*, tanto aquelas que foram mais proeminentes no século XIX, quanto aquelas tendências mais ligadas ao século XX. Deste modo, temos o intuito de verificar as relações que, no contexto da Linguística Histórica brasileira e das obras de Silva Neto e de Tarallo, foram estabelecidas entre algumas das diferentes disciplinas linguísticas e conceitos teóricos que foram utilizados para explicar as origens do português brasileiro.

O capítulo se encerra com a discussão do chamado *problema linguístico brasileiro*, procurando explicitar sua natureza, suas matrizes históricas e algumas características de seu tratamento/debate.

Deste modo, nosso objetivo é reunir dados acerca dos contextos intelectuais que permearam a produção dos dois autores analisados nesta dissertação, verificando as tradições, teorias e conceitos incorporados aos respectivos *horizontes de retrospecção*.

2.1. A Linguística Histórica do século XIX e seus possíveis impactos na Linguística Histórica Brasileira: o papel das analogias conceituais

Conforme já afirmamos no texto de apresentação, o objetivo principal desta dissertação é tratar do desenvolvimento da Linguística Histórica Brasileira no decorrer do século XX, tendo como base dois de seus momentos mais profícuos e o trabalho de dois de seus autores mais proeminentes, a saber: Serafim da Silva Neto, nos anos 1950, e Fernando Luiz Tarallo, nos anos 1980. Contudo, tomando como base as ideias de Fleck (2010), entendemos que, no que diz respeito à atividade científica, não há uma ruptura total entre passado e presente, mas sim uma articulação entre ambos, perpassada por *continuidades* e *descontinuidades*. Deste modo, nesta seção, fazemos um breve panorama da Linguística Histórica do século XIX, a fim de verificar, posteriormente, a relação que algumas teorias do

século XX sobre *variação* e *mudança* estabeleceram com o conhecimento produzido no século imediatamente anterior a elas.

Historiografias dedicadas ao estudo do conhecimento linguístico produzido no século XIX, como a de Koerner (1995a), assinalam que as ciências naturais desempenharam um importante papel na formação teórica da Linguística, materializado, sobretudo, na adoção de algumas analogias conceituais. Para Pickering (2011), as analogias entre os processos de mudança linguística e os processos biológicos marcaram o século XIX, possibilitando que as línguas fossem consideradas organismos vivos, que nasciam, cresciam, se desenvolviam, se reproduziam e morriam. A esse respeito, também podemos considerar a seguinte avaliação de Amado Alonso (1896-1852):

Era o século dos triunfos ruidosos do evolucionismo darwiniano e do positivismo, e as ciências do espírito deixaram modelar sua fisionomia pela imagem projetada da toda-poderosa ciência natural. Nas disciplinas históricas, fossem de história política ou econômica, religiosa ou literária, consideraram-se como objeto único do tratamento científico as condições de determinação e de necessidade: antecedentes, ambiente, etc. E o mesmo se deu na Linguística. O célebre linguista alemão Schleicher proclamava a necessidade e obrigatoriedade das leis fonéticas em orgulhosa comparação com as leis naturais, a da gravidade, por exemplo. As línguas eram tidas como organismos vivos que nasciam (e tinham mãe), cresciam e morriam. Elas viviam por si, com sujeição a leis próprias, ante as quais a vontade do homem estava tão desarmada como a de uma criança ante a tempestade (ALONSO, sd., *apud* ELIA, 1961: 86-7).

Gentner & Jeziorski (1993) acentuam a centralidade da metáfora e da analogia no pensamento científico, seja nos processos descoberta, seja no complementar processo de ensino. Tendo como eixo central de seu texto a análise da analogia científica, os autores dizem que ela ocorre por meio da seleção e da abstração de algumas relações comuns estabelecidas entre dois domínios distintos, sendo que os aspectos menos essenciais não são considerados na conceituação analógica. Como exemplo, os autores trazem o enunciado “*uma célula é como uma fábrica*”: segundo eles, ao ouvir essa analogia, um aluno não vai pensar que uma célula é uma construção feita de tijolo e metal, mas entenderá que uma célula reúne recursos para operar e gerar produtos, tal qual ocorre numa fábrica. Deste modo, o estudante selecionará alguns aspectos que a célula tem em comum com a fábrica e, certamente, excluirá os outros não relacionados. Ainda de acordo com os mesmos autores, a analogia consiste no mapeamento de um domínio (a base) para outro (o alvo). Assim, na interpretação da analogia, o indivíduo estabelece uma relação de correspondência de um-para-um entre os objetos da base e os objetos do alvo. As correspondências entre os objetos são determinadas devido à equiparação de estruturas relacionais. Os autores afirmam que, uma vez que são frutos de

abstração, muitas vezes as analogias independem da estrutura global dos objetos postos em relação.

Tomando como referência as ideias do historiador das ciências Martin Rudwick, Koerner (1995a) afirma que as analogias criativas constituem um traço comum nas disciplinas não institucionalizadas ou em processo de formação, uma vez que elas tendem a demarcar o seu “lugar ao sol” com base em perspectivas mais sólidas em seu contexto. Segundo Koerner (1995a: 48), esse processo começou a ocorrer na Linguística no início do século XIX, quando havia interesse no estabelecimento de um campo de estudos diferente do até então tradicional, a saber, a Filologia Clássica – disciplina na qual as considerações linguísticas tinham um papel secundário em relação às culturais. Tal esforço de institucionalização também pode ser percebido no trecho citado de Amado Alonso, segundo o qual as disciplinas que emergiam no período aqui considerado buscavam seus modelos de cientificidade na *toda-poderosa ciência natural*.

Koerner (1995a) afirma que o uso de metáforas biológicas nos estudos linguísticos já era comum mesmo antes do século XIX. De fato, conforme lemos em Robins (1967), os estudos acerca da *genealogia linguística* podem ser remontados ao primeiro século da Era Cristã, no qual imperavam hipóteses sobre a monogênese das línguas, pois se acreditava que uma mesma língua sobrevivia por meio do surgimento das outras que, genealogicamente, se relacionavam com ela. Contudo, dado o movimento de autonomização dos estudos linguísticos, tais metáforas biológicas começaram a ter maior frequência em trabalhos produzidos a partir do século XIX.

De acordo com Koerner (1995a: 49), no século XIX, algumas das disciplinas nas quais os estudiosos da linguagem se baseavam para formular a metalinguagem estavam em franco desenvolvimento, como a Botânica, a Química, a Anatomia Comparativa, a Biologia e a Geologia. Segundo o autor, embora, inicialmente, tais aproximações fossem, por assim dizer, “superficiais”, com o desenvolvimento das teorias linguísticas, os empréstimos hauridos das ciências naturais passaram a funcionar de forma descritiva, investigativa e explanatória. Tomando como base o trabalho de Kuhn (1979), Koerner salienta o papel da metáfora na construção de modelos teóricos em ciência, ainda mais na ciência moderna que, não raro, lida com entidades que não são visíveis a olhos nus ou diretamente observáveis.

Com o objetivo de ilustrar o papel dinâmico exercido pelas analogias conceituais¹ na história da Linguística, o primeiro exemplo considerado por Koerner (1995a) é a ideia de língua como ‘organismo’ que, de acordo com o autor, desempenhou um importante papel metodológico, epistemológico e teórico nas ciências da linguagem. Para Koerner (1995a: 50), tal ideia ainda persiste na linguística contemporânea, mesmo que depurada de seu teor biológico². O conceito de língua como ‘organismo’ parece ter constituído a base das teorias de mudança linguística das duas primeiras gerações de linguistas histórico-comparatistas europeus, no século XIX.

Dentre os estudos elaborados pela chamada gramática histórico-comparada, Franz Bopp (1816) – *Sobre o Sistema de Conjugação do Sânscrito* – é considerado um trabalho exemplar. De acordo com Koerner (1989: VII), o próprio fato de os editores do *Curso de Linguística Geral* (CLG) terem escolhido 1916 como o ano de publicação daquela obra, que, segundo muitos estudiosos, seria uma nova abordagem na Linguística, apontaria para o trabalho de Bopp (1816) – ou seja, publicado cem anos antes do CLG – identificando-o como a grande conquista do século XIX, como uma parte relevante no desenvolvimento da jovem ciência da linguagem. Em relação às analogias conceituais, Koerner transcreve o seguinte trecho de Bopp (1816), entendido como uma asserção fundadora da linguística comparativa:

As línguas podem ser relacionadas aos corpos naturais, que se desenvolvem por si só, de acordo com leis específicas, evoluem carregando um princípio de vida imanente e, eventualmente, morrem. [...] A gramática, no sentido científico, deveria ser a história ou a descrição natural da língua. (BOPP, 1816; *apud* KOERNER, 1995a: 50)

Amparando-se em Rensch (1967), Koerner (1995a: 50-1) aventa a possibilidade de se estabelecer uma sequência histórica entre os conceitos de ‘organismo’ e ‘estrutura’ linguística. Isso se daria porque, à semelhança da ideia de ‘estrutura’, a concepção de língua como ‘organismo’ sugere que cada língua é um todo estruturado, de modo que as mudanças em uma parte do ‘organismo’ provocam modificações em outras partes. Assim, por meio desses dois conceitos, haveria uma continuidade entre determinados posicionamentos teóricos dentro da linguística, a saber, as inter-relações entre as unidades linguísticas, com a única diferença de que, no âmbito do conceito de ‘estrutura’ não haveria uma visão biológica da língua.

---

¹ Embora Koerner (1995) utilize o termo ‘metáfora’, tomando como base o trabalho de Gentner & Jeziorski (1993) – já citado anteriormente –, optamos pelo termo ‘analogia conceitual’, uma vez que esses autores consideram a metáfora um tipo específico de analogia.

² Conforme argumentaremos mais abaixo, esta parece ser a visão de Silva Neto (1950).

Prosseguindo com sua descrição, Koerner (1995a: 52) afirma que, nos textos linguísticos do século XIX, há muitas referências implícitas e/ou explícitas às ciências naturais. Como exemplo, o autor nos apresenta o pensamento de Grimm, segundo o qual a linguística teria trilhado os mesmos passos da Botânica e da Anatomia Comparativa no desenvolvimento dos seus princípios de análise científica.

Segundo Koerner (1995a: 54), entre o final do século XVIII e o início do século XIX, a maior parte dos estudos linguísticos foi relacionada ao campo da tipologia. Para o autor, tal fato teria ocorrido em função da influência das ciências naturais. Nos trabalhos dessa linha, a classificação de uma língua em um dos tipos morfológicos era um pré-requisito para o estabelecimento de suas relações genéticas. O autor ainda cita o trabalho de Rasmus Kristian Rask (1787-1832) que, em 1819, propôs que a abordagem taxionômica proposta por Carlo Lineu (1707-1778) no âmbito das ciências biológicas – a saber, a distinção entre *classis*, *ordo*, *genus*, *species* e *varietas* – fosse transposta para os estudos linguísticos. De acordo com Koerner (1995a: 55), a abordagem taxionômica de Lineu funcionava como um modelo estático do ‘sistema natural’ dos organismos, de modo que, quando adotada por estudiosos da linguagem, as pesquisas tomavam uma dimensão não-histórica, essencialmente descritiva, colocando-se a gramática de uma língua lado a lado da gramática de outras línguas, pela simples comparação. Como exemplo desse tipo de abordagem, o autor menciona o trabalho de Bopp (1833) – a *Gramática Comparada* –, no qual, a partir da análise morfológica, o autor compara a gramática do sânscrito à gramática de outras línguas indo-europeias, mas sem o objetivo de delinear uma sucessão histórica entre elas.

De acordo com Koerner (1995a: 58), a linguística do século XIX também estabeleceu algumas conexões com o campo da anatomia. Como exemplo, o autor cita um trecho de Schlegel (1808), para quem a gramática comparada, devotada ao estudo da estrutura interna das línguas, seria um campo profícuo para esclarecer a sua genealogia, assim como a anatomia comparada teria iluminado a história da natureza.

Para Koerner (1995a: 62), o diálogo entre os estudos linguísticos e as ciências biológicas e naturais também está presente na obra de August Schleicher (1821-1868), considerado por muitos o mais influente linguista histórico da segunda metade do século XIX. Influenciado pela biologia evolucionista pré-darwiniana, Schleicher comparava o desenvolvimento da linguagem ao desenvolvimento dos estágios da natureza, a saber, do mineral para o vegetal, e do vegetal para o animal. Nesse sentido, o autor tecia paralelos com

o desenvolvimento morfológico das línguas as quais, iniciando no estágio monossilábico, passariam pelo estágio aglutinativo até chegar ao estágio flexional – aspectos estes que já haviam sido mencionados nos trabalhos de Humboldt e Schlegel. Diz-se que Schleicher foi influenciado pelo evolucionismo pré-darwiniano porque, embora muitos estudiosos digam o contrário, as relações que ele procurou estabelecer entre a linguagem e o mundo natural são anteriores à data de publicação da *Origem das Espécies* (1859), de Charles Darwin (1809-1881). Aliás, Pickering (2011) afirma que, se levarmos em consideração o período em que Schleicher produziu a sua obra, a influência darwiniana sobre esse linguista parecerá superficial, uma vez que as ideias daquele cientista inglês teriam servido apenas para robustecer o projeto evolutivo anteriormente proposto por Schleicher, que também teria sido influenciado pelo romantismo e pelo idealismo alemães. Ainda segundo Pickering (2011), foi o próprio Darwin que utilizou argumentos linguísticos em suas explanações: para ele, a capacidade humana para a linguagem seria um fruto do processo de *seleção natural* e, além disso, no trabalho *A Descendência do Homem* (1871), o cientista inglês estabeleceu relações entre a descendência das espécies e as línguas.

De acordo com Paixão de Sousa (2010: 97), uma forte característica da obra de Schleicher é o privilégio dado ao estudo da morfologia de flexão, profundamente articulado à concepção de língua como um ‘organismo natural’ e, por isso, sujeita aos processos de evolução natural. Vejamos, a esse respeito, a seguinte citação do autor:

Languages are organisms of nature; they have never been directed by the will of man; they rose, and developed themselves according to definite laws; they grew old, and died out. They too, are subject to that series of phenomena which we embrace under the name of ‘life’.
(SCHLEICHER, 1863, p. 20-2; *apud* PAIXÃO DE SOUSA, 2010: 97).

Na passagem acima, Schleicher busca definir as línguas como um objeto passível de tratamento científico e, para tal, as insere no rol dos ‘organismos’ da natureza. Nesse sentido, elas passariam pelo processo de desenvolvimento ‘natural’, alheio aos desejos dos homens. De acordo com Paixão de Sousa (2010: 97), o trecho citado é parte do texto *The Darwinian Theory and the Science of Language* (Schleicher, 1863), no qual a intenção do autor era estabelecer um diálogo entre a linguística e os então recentes desenvolvimentos das ciências naturais, mais especificamente no campo da teoria da evolução. Assim, seu objetivo era explicitar os pontos em comum entre a linguagem e os outros elementos naturais sujeitos à ação do tempo e do desenvolvimento evolutivo.

Segundo Paixão de Sousa (2010: 98), é nesse contexto que as teorias schleicherianas sobre a morfologia de flexão ganham centralidade. Na visão daquele linguista, as línguas passariam por trajetórias comuns de evolução, passando das formas primitivas para as formas mais evoluídas. O mais alto grau de evolução seria, por assim dizer, a existência de morfologia flexional. Assim, para Schleicher, as formas primitivas das línguas seriam os chamados *radicais puros*, elementos simples, formas não-estruturadas, voltadas apenas para a expressão de ideias, mas sem a capacidade de veicular ou denotar qualquer relação gramatical; num estágio posterior, esses *radicais puros* passariam por um estágio de evolução, a partir do qual, além de expressarem as ideias, seria possível expressar algumas relações gramaticais. De acordo com Paixão de Sousa (2010: 99), no pensamento de Schleicher, as formas linguísticas eram comparáveis a organismos como as células, de modo que um radical não-flexionado corresponderia, no plano biológico, a uma célula ainda não desenvolvida em estruturas especializadas. Assim, do mesmo modo que as funções celulares – como, por exemplo, a respiração – estariam latentes nos organismos menos desenvolvidos, as funções linguísticas de explicitação das relações gramaticais estariam “latentes” nas formas linguísticas ainda não desenvolvidas. O último estágio desse processo evolutivo seria o surgimento da morfologia funcionalmente especializada, por meio da flexão: num primeiro estágio, essas funções seriam realizadas por afixos adjungidos à raiz e, posteriormente, pelas flexões que, por sua vez, seriam o desenvolvimento dos afixos.

Segundo nos informa Paixão de Sousa (2010: 102), para Schleicher, a tipologia linguística era capaz de fornecer elementos para se compreender a evolução humana. É isso que o autor defende no texto *On the Significance of Language to the Natural History of Man* (Schleicher, 1865), no qual que ele propõe que a escala de desenvolvimento das línguas – tendo no topo as línguas flexionais – equivaleria à escala de desenvolvimento dos falantes. Ainda nessa relação entre a evolução linguística e a evolução dos povos, Schleicher vai defender que, à semelhança do processo de nascimento, as línguas passariam por um estágio de *decadência* – que, posteriormente, culminaria com a *morte*.

Tendo em vista o que foi dito acima, poderíamos dizer que, no século XIX, havia um *clima de opinião* favorável ao trânsito de imagens e conceitos das ciências biológicas e naturais nos estudos linguísticos, uma vez que aquelas já eram, em sua grande maioria, disciplinas estabilizadas – ou em vias de estabilização – e a linguística esforçava-se por se institucionalizar – sobretudo para demarcar as suas diferenças em relação à Filologia Clássica.

Assim, conforme diz Koerner (1995a: 70), como nenhuma disciplina opera no vácuo, os fatores extra disciplinares podem influenciar na escolha do que deve ser considerado interessante num dado campo e como tal aspecto deve ser abordado.

No **capítulo 1** desta dissertação, em que tratamos de algumas das matrizes teóricas que, no plano dos estudos de ciência, fundamentam nossa pesquisa, fizemos menção ao trabalho de Fleck (2010) e, mais especificamente, ao seu conceito de *tráfego intercoletivo de pensamento*. Vimos que, de acordo com esse autor, cada época tem um *estilo de pensamento* dominante, sustentador das práticas e ideias de seu espaço/tempo, sobretudo no âmbito científico. O *estilo de pensamento*, por sua vez, é carregado por um *coletivo de pensamento* que, no que diz respeito à ciência, poderia ser representado pelos grupos científicos. As ideias e práticas desses *coletivos de pensamento* poderiam passar para outros no tempo/espaço, de modo que haveria o *tráfego inter-coletivo de pensamento*. Além disso, vimos que Fleck (2010) também defende uma visão de história segundo a qual cada época (tomada como um presente) apresentaria resquícios de pensamentos do passado e, até mesmo, poderia prefigurar *estilos de pensamento* futuros. Vejamos como tais ideias podem nos auxiliar no entendimento da Linguística Histórica do século XIX.

Com base nos dados hauridos da literatura, talvez seja possível afirmar que o *estilo de pensamento* dominante no século XIX foi aquele proposto pelos estudiosos das ciências biológicas. Nesse período, as línguas eram vistas como *organismos vivos*, de modo que os processos de mudança eram entendidos como reflexo dessa premissa maior. Assim, trataremos o problema da influência que as ciências biológicas exerceram sobre os estudos de mudança linguística a partir do conceito de *tráfego intercoletivo*.

De acordo com Fleck, o *tráfego intercoletivo de pensamento* implica, necessariamente, no deslocamento ou alteração dos valores de pensamento. Para o autor, o deslocamento pode ser bem sutil ou completo. Aliás, como vimos, segundo Fleck, a geração de novos fatos científicos e de novas descobertas é, por assim dizer, possibilitada pela alteração de um determinado *estilo de pensamento*, o que, para o autor, “*é o significado epistemológico mais importante do tráfego intercoletivo*” (FLECK, 2010: 162). Assim, por hipótese, o conceito de *tráfego intercoletivo* poderia até mesmo dar conta do fato de a linguística do século XIX ter se apropriado de elementos das ciências biológicas para se diferenciar da Filologia Clássica.

Em sua exemplificação, Fleck considera a palavra um dos elementos mais suscetíveis de passar pelo *tráfego intercoletivo*, uma vez que ela pode ser considerada um bem intercoletivo por natureza. De acordo com o autor, as palavras são marcadas por um estilo de pensamento determinado e, conseqüentemente, quando se movimentam na migração intercoletiva, têm seu significado parcial ou totalmente alterado. Alguns dos exemplos interessantes apontados por Fleck são os usos de palavras como “força”, “energia” ou “teste” por físicos, filólogos e atletas, e o uso da palavra “lei” por um jurista ou um pesquisador da natureza.

Deste modo, neste trabalho argumentamos que, no século XIX, houve um *tráfego intercoletivo* entre as Ciências Biológicas – e também as Ciências Naturais – e a Linguística Histórica. Nesse período, de acordo com Elia (1961), as disciplinas ligadas ao primeiro campo erigiram-se como grandes modelos de ciência, pois nelas se haviam implementado muitas descobertas. Assim, parece ser lícito pensar que, sendo o *estilo de pensamento* carreado por esse *coletivo* o mais relevante e dominante da época, ele exerceu muitas influências nos estudos da linguagem, de modo que o *tráfego intercoletivo* instanciou o estabelecimento de uma série de paralelos, como os mencionados por Joseph Greenberg, logo abaixo:

A natureza do paralelo entre a evolução das línguas e a das espécies, que tanto impressionou linguistas como Müller e Schleicher e cientistas naturais como Darwin e Lyell, refere-se à concepção da evolução como transformação de tipos. A transmissão de caracteres físicos pelo mecanismo genético corresponde à transmissão da língua de uma geração para outra, ou de uma população para outra, pela aprendizagem. Em ambos os casos, variantes surgem, das quais algumas são preservadas. Em ambos os casos, o isolamento geográfico, completo ou imperfeito, traz a perpetuação de variedades localmente diferentes. Dificuldades em determinar onde termina uma variedade e onde começa uma espécie [...]. O paralelismo é indicado ainda mais pela metáfora da árvore ramificada, comum a ambas as disciplinas (GREENBERG, 1971b: 112-113; apud Pickering, 2011: 106-7)

Nas próxima subseção, procuraremos, então, dar um panorama da Linguística Românica, disciplina fortemente influenciada pelo *clima de opinião intelectual* explicitado até aqui.

2.1.1 A Linguística Românica

De acordo com Robins (1967: 132), o século XIX caracterizou-se pelo desenvolvimento teórico e metodológico no terreno dos estudos histórico-comparados, de modo que a maior parte dos estudiosos da linguagem desse período dedicou-se a essa linha de pesquisa. Contudo, embora o método histórico-comparativo tenha sido formalizado no

referido período, a comparação de línguas e a percepção de semelhanças entre elas é uma prática muito anterior. No âmbito dos estudos da língua portuguesa, por exemplo, Lião (1606) – *Origens da Língua Portuguesa* – já aponta algumas semelhanças daquela língua com algumas outras que, posteriormente, seriam chamadas de *românicas*, e os gramáticos castelhanos dos séculos XVI e XVII também tratavam o português e o galego como dialetos do espanhol, dadas as similitudes materiais que essas línguas apresentavam entre si.

No século XIX, entretanto, o problema da gênese se torna uma questão proeminente para os estudos linguísticos, ao que parece, por influência de outras disciplinas científicas – provavelmente, as ciências biológicas, que citamos anteriormente. Essa problemática teve consequências bastante importantes no mundo germânico que, ao contrário dos descendentes dos povos latinos, tinham uma historiografia bastante incipiente, que lhes impossibilitava de chegar à origem de sua cultura. Nesse contexto, a língua passou a ser interpretada como um monumento histórico.

As propostas de reconstrução de línguas, feitas ao longo do século XIX, tiveram importantes consequências para se pensar a Linguística como uma disciplina científica e, relativamente, autônoma. Anteriormente, a entidade *língua* era definida de modo bastante nebuloso, entendida como mais um dos traços culturais que definiam um povo. No bojo dos trabalhos de reconstrução, entretanto, o objeto *língua* foi-se concretizando, de modo que, nesse período, é possível apresentar o desenvolvimento de uma fonética e de uma morfologia, por exemplo.

A grande hipótese da Linguística do século XIX é da gênese comum das línguas, a partir do proto Indo-Europeu ou Indo-Germânico. Tal problema de pesquisa era perseguido por meio da técnica de reconstrução linguística, calcada no método histórico-comparado. Por meio desse método, propunham-se relações históricas entre as línguas, confirmadas ou não por seus formantes – sons e morfemas. Como já dissemos, o trabalho de Franz Bopp (1816) é considerado a obra de referência dessas ideias.

Sob a influência dessas ideias surge a Linguística Românica, que tem como principal hipótese a filiação latina de grande parte das línguas europeias. Conforme mencionamos acima, uma vez que a historiografia latina era bastante pujante, seria fácil testar a hipótese de filiação. Contudo, para Friedrich Diez – que escreveu a *Grammatik der romanischen Sprachen* (1836), texto seminal da Linguística Românica –, os vernáculos europeus não

descendiam diretamente do latim clássico, mas de um de seus socioletos: o latim vulgar ou romance. Esta era uma língua da oralidade que, por tal motivo, deveria ser internamente reconstruída.

No quadro das pesquisas sobre as línguas românicas, houve a combinação dos dados historiográficos, hauridos da documentação latina, e da reconstrução linguística. Aliás, de acordo com alguns estudiosos, a aplicação do método histórico-comparado a essas línguas confirmou muitas das suas hipóteses, uma vez que ele fora criado para se estudar as línguas não documentadas.

Levando em consideração ideias e práticas linguísticas que compõem o *horizonte de retrospecto* da Linguística Histórica brasileira, nesse contexto da Linguística Românica, podemos fazer referência ao trabalho de Adolfo Coelho. Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) é considerado o primeiro estudioso a escrever sobre o português a partir da perspectiva do método histórico-comparado. Na obra *A Lingua Portuguesa: Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe*, de 1868, o autor se propõe a estudar *o organismo da língua portuguesa* que, composto das partes citadas no título da obra, para ele, não seria mais que a modificação do *organismo da língua latina*. Deste modo, Adolfo Coelho parece situar seu estudo no âmbito da Linguística Românica, fundamentando-se na tese da filiação latina do português.

Logo nas *Preliminares* de sua obra, Adolfo Coelho situa o português no grupo das línguas indo-europeias, algo que, segundo ele, a *ciência moderna* havia estabelecido *com toda a evidência*. Nesse sentido, podemos verificar a importância que o autor dava ao método de reconstrução interna, uma vez que também menciona a hipótese da gênese comum das línguas.

A respeito de sua teoria de mudança, Adolfo Coelho parece ser fortemente influenciado pela discussão da *vida das línguas* que, como vimos no início deste capítulo, foi predominante no século XIX. De acordo com ele, as línguas se *reproduziam* por *cissiparidade*, dando origem a diversos dialetos. Para Adolfo Coelho, em um certo “*período de sua vida*”, o latim teria passado por esse processo, dando à luz a *família romana*. Os principais dialetos dessa *família* seriam os seguintes: o português, o espanhol, o italiano e o valáquio. Para o filólogo, a modificação no *organismo* latino, que teria provocado o surgimento desses dialetos, poderia ser atribuída a dois motivos: às *tendências dissolventes*

características do último período da língua e às invasões bárbaras, que permitiram que as *tendências* se transformassem em *princípios de operação ativa*. Deste modo, a hipótese da filiação latina das línguas românicas – e, dentre elas, o português – é ainda mais reforçada, pois as mudanças que as fizeram surgir já estavam prefiguradas em *tendências* daquela língua.

Embora as referidas propostas para o entendimento do fenômeno da mudança linguística fossem bastante consensuais na época, a Romanística do final século XIX passaria a se preocupar bastante com a *história externa* das línguas, sobretudo por causa de questões relativas ao contato. Isso se deu porque, mesmo que se acreditasse na hipótese da filiação latina das línguas românicas, quando o método da reconstrução era aplicado no estudo dessas línguas, percebia-se que muitas de suas características não poderiam ser derivadas apenas do latim. Um grande nome dessa geração de romanistas é Hugo Ernst Mario Schuchardt (1842-1927) que, dentre outras coisas, acreditava que na origem das línguas românicas estava a crioulização do latim vulgar.

O mesmo Adolfo Coelho também iniciou as discussões sobre crioulização no terreno de pesquisas sobre a língua portuguesa, sobretudo nas conferências que proferiu na Sociedade de Geografia de Lisboa. Em uma delas, o autor salientou a necessidade de se estudar as *formas dialetais* que algumas línguas europeias tinham tomado na América, na Ásia e na África, lamentando a falta de atenção que os glotólogos davam a esse tema. O autor desejava apresentar um estudo comparativo desses novos dialetos portugueses, investigando as suas *leis de formação*, do ponto de vista glotológico, etnológico e psicológico. Sobre o português do Brasil, Coelho (1880) afirma que esse dialeto compartilhava muitas semelhanças com as línguas crioulas, como a tendência para a supressão das formas de plural e também o hábito de fazer diminutivos a partir de formas pronominais. Como veremos no **capítulo 3**, levando em consideração esse seu caráter pioneiro, Adolfo Coelho parece ter sido uma influência na obra de Silva Neto.

Em um trabalho apresentado à Sociedade de Geografia de Lisboa, Adolfo Coelho discute algumas obras que trataram do português do Brasil. Dentre elas, estavam os *Rascunhos de gramática da língua portuguesa*, de Batista Caetano, publicados no Rio de Janeiro, em 1881. Como impressão geral do texto, Adolfo Coelho apresenta o seguinte posicionamento:

O autor desse escrito trata principalmente da questão da colocação dos pronomes, buscando exemplos que provem que o brasileiro nada oferece nisto de particular. Seja como for, é certo que a colocação diverge em muitos casos na língua do Brasil e na de Portugal, conquanto alguns exemplos esporádicos se possam aduzir para provar que o brasileiro desenvolveu apenas certas tendências que em Portugal estavam já anunciadas (COELHO, 1880: 457).

Conforme podemos notar, Adolfo Coelho parece defender a visão de que, algumas das características do português do Brasil já estavam, de alguma forma, prefiguradas no português de Portugal. Se considerarmos os comentários que fizemos sobre a obra que o filólogo publicou em 1868 – em que fala das tendências que o latim já apresentava e que foram realizadas nas línguas da *família romana* – podemos afirmar que, para ele, importava defender a filiação latina da língua, com as suas respectivas consequências, entre elas, a filiação portuguesa do português do Brasil. Nos **capítulo 3** e **4**, veremos como essas ideias influenciaram Serafim da Silva Neto.

2.2. Sapir e a teoria da *Deriva*

Conforme vimos na **seção 2.1.**, ao longo do século XIX, as ciências biológicas exerceram grande influência sobre os estudos de *mudança linguística*. Além disso, alguns autores assinalam que tal influência não teria ficado restrita ao século XIX, sendo passada também para alguns estudiosos do século XX. Pickering (2011), por exemplo, afirma que Edward Sapir (1884-1939) teria sido ligeiramente influenciado pelas teorias biológicas de origem darwiniana. Para o autor, não obstante Sapir fazer parte de uma vertente estruturalista dos estudos linguísticos e não aderir a um pensamento evolucionista, as influências darwinianas poderiam ser sentidas no tratamento da *deriva linguística*. Além disso, o uso de termos como ‘variação’ e ‘seleção’ poderia representar uma analogia direta ou uma comparação metafórica entre a *deriva* e o processo de evolução biológica.

Um dos pressupostos da teoria de Sapir (1921) é que as línguas passam por um constante processo de mudança, movendo-se ao longo de uma direção pré-determinada, ou, por assim dizer, um *rumo* certo. Sapir parece adotar uma *visão catastrófica*³ da mudança linguística, pois defende que as línguas têm uma norma central bem definida e a mudança por *deriva* vai provocando um paulatino afastamento dessa norma, por meio da proliferação de dialetos. Segundo o autor, mesmo que não ocorresse a fragmentação da língua em dialetos, a

---

³ Termo utilizado por Labov (2008) para designar a visão que Martinet – linguista estruturalista francês – tinha a respeito da mudança linguística.

deriva seria inexorável, e implementaria o afastamento em relação à norma central. No trecho a seguir, em que o autor fala dos impactos da *deriva* no sistema da língua, podemos verificar a sua visão catastrófica dos processos de mudança linguística: “[...] *uma das peculiaridades mais insidiosas de uma deriva linguística é que os tropeços que ela não logra destruir, ela torna inócuos, desentranhando-lhes o valor antigo. Transforma os próprios inimigos em aliados seus*” (SAPIR, 1971[1921]: 166).

Embora afirme que as forças sociais têm impacto sobre o fenômeno linguístico, Sapir ancora-se na ideia de que a mudança linguística é inconsciente, propondo uma explicação da dinâmica gramatical baseada em dispositivos formais. No trecho abaixo, por exemplo, em que o autor tenta explicar a ausência de ‘*whom*’ no paradigma pronominal do inglês, bem como a perturbação inconsciente que o falante culto sente ao usá-lo, Sapir deixa claro que a implementação desse fato linguístico é de natureza interna à língua:

Os grupos formais precisam ter uma relação de simetria, senão identidade, com os grupos funcionais. Se *which*, *what* e *that* também possuísssem formas objetivas, a posição de *whom* seria mais defensável. Nas condições reais da língua, porém, o vocábulo se nos apresenta com qualquer coisa de inestético. Sugere um padrão morfológico a que os vocábulos congêneres não satisfazem.

O único meio de obviar a irregularidade é abandonar completamente *whom*, pois já não dispomos do poder de criar novas formas objetivas [...]. Uma vez abandonado o vocábulo, *who* encaixa-se na sua série e o nosso anseio inconsciente para a simetria morfológica sente-se satisfeito (SAPIR, 1971: 159)

Voltando à proposta de Pickering (2011), não concordamos totalmente com a ideia de que apenas o uso de algumas palavras possa remeter ao arcabouço teórico de uma *linguística “biológica”*, uma vez que, ao observarmos a *colocação teórica* (SWIGGERS, 2004) dos termos, não é possível afirmar se eles funcionam como *analogias conceituais* ou não, pois a proximidade com as ciências biológicas não é explicitada. Não obstante, acreditamos que outros elementos constantes do texto de Sapir têm condições de nos mostrar algumas nuances e possíveis influências. De acordo com Mattos e Silva (2008: 42), por exemplo, ao afirmar que a mudança linguística obedece a uma direção com um fim previsível, Sapir defende uma visão teleológica do processo de mudança, por meio do conceito de *deriva*⁴. Além disso, vemos no texto de Sapir argumentos claros sobre uma espécie de *genealogia linguística*, o que pode sugerir a sua visão de língua como um organismo vivo. A esse respeito, leiamos abaixo o que diz o autor sobre o processo de dialeção:

---

⁴ Cabe dizer que a visão teleológica da mudança já havia sido sustentada por alguns linguistas do século XIX, fruto, segundo Pickering (2011), de uma leitura errônea e enviesada da noção de *seleção natural*, de Darwin.

E assim continua esse processo de esgalhamento, até as divergências ficarem tão grandes que só um linguista, armado da evidência documental ou do seu método comparativo ou reconstrutivo, tirará a inferência de que tais línguas se relacionam genealogicamente, ou, em outros termos, representam linhas independentes de desenvolvimento, partidas de um remoto ponto comum [...] (SAPIR, 1971[1921]: 153)

Não tivemos como objetivo nesta pesquisa empreender uma análise completa do posicionamento de Edward Sapir em relação à linguística do século XIX, bem como da presença de *analogias conceituais* em sua obra. Contudo, em nosso trabalho descritivo, a hipótese de tais relações nos chamou a atenção, uma vez que, conforme observamos, Silva Neto utiliza fartamente a noção de *deriva* para problematizar as teorias linguísticas sobre influência das línguas africanas e indígenas no português. Além disso, a noção de *deriva* de Sapir parece se aproximar das propostas de Adolfo Coelho no âmbito da Linguística Românica.

2.3. Sociolinguística

De acordo com Koerner (2014), quando se trata da atividade de demarcação de datas relacionadas às origens da Sociolinguística, parece haver uma opinião generalizada entre os estudiosos da linguagem, os quais afirmam que a Sociolinguística surge como uma área específica da linguagem apenas na década de 1960, opinião constantemente reforçada pelo caráter exemplar atribuído ao trabalho de Labov (1966)⁵, considerado um dos pais fundadores da disciplina.

Koerner (2014: 123) classifica a Sociolinguística de extração laboviana como uma linha de pesquisa ampla e, não obstante o campo tenha sido efetivamente estruturado nos Estados Unidos dos anos 1950, o historiógrafo afirma que tal teoria poderia ser entendida como uma confluência ou síntese de linhas de investigação ligadas a diferentes gerações de linguistas. Tomando a ideia de *síntese* como eixo central de sua investigação, Koerner procede a uma ligeira revisão histórica dos trabalhos de uma série de linguistas que defenderam concepções de língua mais atreladas a aspectos socioculturais.

Conforme já mencionamos na **seção 2.1.**, o século XIX ficou marcado como um período bastante profícuo para a Ciência da Linguagem e, na perspectiva de Koerner (2014), também pode ser considerado como um período relevante para a emergência de linhas de

---

⁵ *The Social Stratification of English in New York City.*

investigação de *feição sociolinguística*⁶. O autor faz referência ao embate travado nesse período entre duas concepções da Linguística enquanto ciência, a saber: a Linguística como uma ciência natural e a Linguística como uma ciência humana. Conforme já pontuamos, em linhas muito gerais, o primeiro grupo – que tinha como alguns de seus integrantes August Schleicher (1821-1868) e Max Müller (1823-1900), entre outros – defendia que a língua deveria ser entendida como um organismo vivo, ao passo que o segundo conjunto de estudiosos – representado por William Dwight **Whitney** (1827-1894), Michel Bréal (1832-1915), entre outros – fazia questão de distinguir as Ciências Naturais das Ciências Humanas, campo no qual estaria situada a Linguística. Para Koerner, “*Esta referência sobre a mudança no clima intelectual é importante, já que oferece o fundo para uma melhor compreensão do estabelecimento de uma linha específica de investigação*” (KOERNER, 2014: 124).

Como não poderia ser diferente, Koerner (2014: 124) faz algumas considerações sobre como o referido *clima intelectual* conflituoso havia perpassado a obra de Ferdinand de Saussure. Neste ponto, o historiógrafo faz menção à outra ideia bastante disseminada na literatura linguística, isto é, aquela de que Saussure teria definido a *língua* como um ‘*fait social*’ devido à influência recebida da obra do sociólogo francês David Émile **Durkheim** (1858-1917). No entanto, Koerner problematiza essa conclusão comumente aceita sobre o *horizonte de retrospectão* do linguista genebrino, defendendo que Saussure não precisaria recorrer a um estudioso de outra área do conhecimento para definir a língua como um fato social, uma vez que, há alguns anos antes, estudiosos ligados à ciência da linguagem já haviam colocado essa reflexão – como Whitney, por exemplo, autor frequentemente citado no CLG.

De acordo com Koerner (2014), também teriam influenciado e motivado estudos de *feição sociolinguística* as pesquisas realizadas no âmbito da Geografia Linguística. Segundo ele, tal relação já havia sido estabelecida por Malkiel (1976), para quem o trabalho dialetológico realizado com as línguas românicas, no final do século XIX, tinha uma conexão com aquilo que ele chamou de *esforços sociolinguísticos*. De acordo com Koerner, nesse período, o *componente sociológico* foi, paulatinamente, penetrando os trabalhos realizados com base nos pressupostos da Geografia Linguística. Um marco dessa *tradição de pesquisa* pode ser reconhecido nos atlas linguísticos, instrumentos que contaram com o trabalho de

---

⁶ Optamos por utilizar o termo *feição sociolinguística* para fazer referência a estudos que, de uma maneira geral, defenderam uma perspectiva sociocultural da linguagem, mas que, não necessariamente, foram rotulados pelo termo Sociolinguística.

muitos linguistas importantes, como Jules Gilliéron (1854-1926), na França, e Jacob Jud (1882-1952), na Suíça⁷.

A fim de melhor entender as origens das pesquisas de *feição sociolinguística*, Koerner (2014) propõe a formulação de um esquema genealógico, que explicita as ligações existentes entre os diferentes autores. Ratificando a influência de Whitney na obra de Saussure, sobretudo no que diz respeito a uma concepção social no trabalho com a língua, Koerner (2014: 127) faz menção a Antoine Meillet (1866-1936), que fora aluno de Saussure em Paris e, conseqüentemente, havia sido influenciado pelas ideias de seu mestre. Meillet, por sua vez, foi professor de André Martinet (1908-1999), cujo interesse pelos aspectos sociológicos da linguagem poderia ser reconhecido na monografia que fez sobre o seu próprio dialeto nativo, em 1946. Segundo Koerner, de 1948 a 1955, Martinet foi professor da Columbia University, na qual orientou as pesquisas de Uriel Weinreich (1926-1967). Dentre os trabalhos mais relevantes deste último autor, está o livro *Languages in Contact* (1953) que, segundo Koerner (2014: 127), consiste num *estudo sociogeográfico* sobre o bilinguismo, no qual os agradecimentos a Martinet demonstram a influência das conferências por ele proferidas na obra de Weinreich. Por fim, como nos informa Koerner (2014: 128), foi o mesmo Uriel Weinreich quem orientou os trabalhos de Mestrado e Doutorado de William Labov, considerado o principal fundador da Sociolinguística contemporânea.

De acordo com Koerner (2014), outro aspecto importante para se pensar as origens da Sociolinguística é a íntima relação que esta linha de investigação sempre estabeleceu com os estudos no campo da Linguística Histórica. William Labov, por exemplo, sempre procurou salientar o seu interesse pelos estudos de mudança linguística e, em Labov (1972c), o autor apresenta aquilo que Koerner (2014: 130) considerou a *primeira crítica minuciosa da linguística histórica tradicional*. Segundo o historiógrafo, Labov havia adquirido bagagem para produzir esse trabalho na estreita contribuição que ele deu a Uriel Weinreich no ensaio *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, mais conhecido na literatura como WLH (1968).

Koerner (2014: 130-1) nos informa que, ao longo de seus trabalhos, Labov procura destacar e elogiar os estudiosos que levaram em consideração os aspectos sociais em suas reflexões sobre a mudança linguística. Não obstante o tom elogioso a esses muitos trabalhos

---

⁷ Koerner (2014: 125) salienta que as tradições e práticas dialetológicas se fazem presentes até hoje na obra de Labov.

de Linguística Histórica, Labov não deixa de lamentar e criticar o fato de que os estudos da área não tenham seguido com fidelidade as propostas lançadas por Meillet (1905), texto no qual o linguista francês apela por uma espécie de “Linguística Sociológica”, em que as causas da mudança linguística seriam consideradas no interior da matriz social na qual a língua em questão estaria inserida.

Conforme afirma Koerner (2014), a base para a proposição de uma Linguística Sociológica por parte de Antoine Meillet, Joseph Vendryes (1875-1960) e outros estudiosos era motivada pela busca das causas da mudança linguística, visto que, na visão desses autores, os estudos mais tradicionais no âmbito da Linguística Histórica – estudos contra os quais eles se insurgiam – se ocupavam meramente da descrição dos mecanismos de mudança. Assim, para que fosse possível uma guinada rumo ao estudo das causas da mudança, muitos estudiosos defendiam uma mudança na concepção do objeto de estudo, entendendo a língua como um objeto de natureza social⁸. Seguindo tal orientação, Meillet dedicou-se ao estudo da mudança lexical, observando à luz da Linguística Sociológica a mudança semântica, a perda de palavras, a gramaticalização etc. Vendryes, por sua vez, definiu a evolução linguística como um reflexo da evolução social.

Para Koerner (2014: 132), a ideia de uma Linguística Sociológica, que havia começado na obra de Meillet, foi se fazendo presente na reflexão de vários estudiosos. Dentre eles, Meillet influenciou seu aluno André Martinet que, posteriormente, foi professor de Uriel Weinreich, orientador das pesquisas de Mestrado e Doutorado de William Labov. Com base nessas informações de ordem, por assim dizer, genealógica, Koerner conclui que

Pode-se afirmar, assim, que a obra de Labov constitui uma síntese de tentativas anteriores de uma aproximação sociológica a questões de mudança linguística, a começar com o artigo de Meillet de 1905 (se não muito mais cedo) e com a investigação dialetológica realizada nos Estados Unidos desde os anos trinta, que [...] tem a sua origem nas tradições europeias estabelecidas durante o último quartel do século XIX (KOERNER, 2014: 132)

Neste ponto, parece-nos interessante mencionar as observações de Paredes Silva (2003) acerca de alguns aspectos históricos da Sociolinguística. Segundo a autora, os primeiros trabalhos da disciplina são caracterizados pelo estudo de fenômenos linguísticos tidos como marcadamente sociais – como os estudos de pronúncia, por exemplo –, com um enfoque bastante detalhado nos fatores sociais causadores do fenômeno em questão.

---

⁸ Tal qual vimos anteriormente, esse anseio por um novo entendimento do objeto de estudos da Linguística está envolto no contexto do *clima intelectual* conflituoso, em que se via a oposição entre as Ciências Naturais e as Ciências Humanas.

Entretanto, conforme nos informa Paredes Silva (2003: 68), quando a Sociolinguística se propôs a tratar de dados além da fonologia – como a variação sintática, por exemplo –, emergiu o problema de se garantir que, nos casos de alternância de formas, haveria manutenção do significado. Além disso, como menciona a autora, o estudo de problemas de variação ocorridos fora do domínio fonológico teria levado os sociolinguistas à formulação de novos fatores condicionantes – como aqueles ligados ao Discurso –, diferentes dos já tradicionais fatores sociais. Segundo Paredes Silva (2003: 71), William Labov teria sofrido muitas críticas pelo fato de render-se a esse tipo de investigação visto que, na perspectiva de alguns estudiosos, estaria ocorrendo uma espécie de *sacrifício do componente social* da linguagem.

Vejamos, agora, alguns aspectos da Sociolinguística no Brasil.

2.3.1. Sociolinguística no Brasil

De acordo com Cavalieri (2014), inicialmente, as ideias e práticas da Sociolinguística laboviana não chegaram ao Brasil de maneira direta, mas, ao contrário, foram indiretamente importadas, devido às necessidades exigidas por algumas pesquisas de campo, que buscavam investigar os fatos linguísticos com base na influência de variáveis sociais. De acordo com Cavalieri (2014: 619), as referidas pesquisas de campo estavam mais diretamente ligadas ao *Projeto da Norma Urbana Culta das Principais Cidades Brasileiras* – doravante, *Projeto NURC* –, implantado no Brasil no final da década de 1960.

Segundo nos informa Castilho (1990: 141), na década de 1960, surgiram vários projetos de pesquisa dedicados ao estudo da *realidade linguística* brasileira: o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1959-1963) e o *Atlas Linguístico do Sergipe* (1963-1973) – projetos de pesquisa realizados na UFBA, sob a coordenação do Prof. Nelson Rossi; *Projeto de Aquisição da Linguagem* – realizado na UNICAMP –; o *Projeto Censo Linguístico do Rio de Janeiro* – realizado na UFRJ –; entre outros. Dentre os projetos citados, faremos algumas considerações sobre o *Projeto NURC* que, de acordo com Silva (1996: 82), constituiu-se numa importante frente de trabalho no desenvolvimento das pesquisas sobre a língua falada no Brasil, e contou com a participação de Fernando Tarallo, que trabalhou como documentador do *Projeto* entre os anos de 1971-1973, na equipe coordenada por Ada Natal Rodrigues e, posteriormente, utilizou os dados do Projeto na *capa documental* de suas pesquisas.

Para se chegar ao estabelecimento do *Projeto NURC* em terras brasileiras, convém fazer algumas considerações sobre o trabalho de Juan Lope Blanch (1990[1967]), que propôs o *Proyecto de Estudio Del Habla Culta de Las Principales Ciudades de Hispanoamérica*⁹. No ano de 1967, Blanch se queixava da escassez de conhecimento disponível acerca da dialetologia latino-americana. Segundo o autor, a ignorância quanto à diversidade dialetal da região podia ser vista na própria designação da língua, uma vez que se chamava de espanhol da América uma gama de diferentes modalidades de fala. Para Blanch (1990[1967]: 168), tais modalidades deveriam ser estudadas em seus aspectos gerais, isto é, em seus aspectos fonéticos, gramaticais e lexicais, a fim de se conhecerem as suas especificidades.

Na perspectiva de Blanch (1990[1967]), além de existirem poucos estudos sobre o tema, vários trabalhos que tratavam do espanhol americano apresentavam conclusões equivocadas a seu respeito. Isso acontecia porque, não raro, os autores descreviam determinado fenômeno que, provavelmente, era comum ao uso do espanhol da região estudada, como um fenômeno generalizado para toda a América espanhola ou para um país, em particular.

Para além das críticas aos trabalhos que apresentavam conclusões equivocadas acerca da dialeção do espanhol na América, Blanch (1990[1967]: 169) também procura problematizar a concepção de ciência dialetológica compartilhada por boa parte dos estudiosos de seu tempo. A crítica de Blanch ia, sobretudo, contra uma Dialetologia interessada somente no estudo de raridades linguísticas, como aquelas encontradas nas pequenas comunidades. Segundo Blanch (1967), o estudo exclusivo das *raridades linguísticas* fazia com que muitos pesquisadores não vissem como interessante a investigação dos fatos linguísticos ocorridos nas grandes cidades. Vejamos mais claramente a opinião de Blanch sobre essa concepção de Dialetologia:

É que pensam que o fim último da dialetologia é o descobrimento das raridades linguísticas, de fósseis idiomáticos, de monstruosidades expressivas, sendo que a dialetologia se ocupa do estudo da fala, da realização viva de um sistema, de uma língua, seja em um nível rústico, seja em um nível urbano (BLANCH, 1990[1967]: 169).

Ao longo do texto, fica explícito o interesse de Juan Blanch em deslocar os interesses da Dialetologia, colocando as modalidades linguísticas urbanas como objetos de estudo privilegiados. De acordo com ele, a norma urbana – também chamada de *standard* – seria a

---

⁹ Parece-nos importante observar que o texto de Blanch (1967) surge um ano antes do trabalho de WLH (1968), texto que tem sido visto pela literatura como um grande propulsor dos estudos de sociolinguística histórica no Brasil.

variedade linguística de maior interesse científico, visto ser ela um foco de *irradiação linguística* que, em tese, influenciaria outras variedades menos prestigiadas¹⁰. Além disso, Blanch (1990[1967]: 169-70) também propõe que, ao invés de os estudos dialetológicos se voltarem apenas para o conhecimento da história da língua – uma vez que, nessa disciplina, a mudança linguística era estudada por meio da análise dos dialetos arcaicos, que refletiam etapas antigas da língua –, as pesquisas também deveriam ser direcionadas para a interpretação do futuro, isto é, para o conhecimento das *tendências evolutivas* da língua. Assim, Blanch (1990[1967]: 170) propõe um projeto voltado ao estudo da *norma urbana principal* de cada um dos países da América espanhola.

De acordo com Blanch (1990[1967]: 170-1), o estudo das normas urbanas poderia trazer uma série de vantagens para os estudos linguísticos como um todo. Primeiramente, o autor chama a atenção para uma vantagem de natureza pedagógica, uma vez que a descrição adequada da norma poderia facilitar o ensino de língua materna, pois os estudantes de cada país obteriam o conhecimento da fala viva, e não seriam obrigados a aprender *normas exóticas*. A aplicação do projeto também poderia auxiliar na educação de indígenas, visto que, com base nos conhecimentos de uma norma mais real, os professores dos nativos poderiam apresentar o ensino de uma variedade mais adequada aos seus alunos, e não o espanhol acadêmico. É interessante observar que Blanch (1990[1967]) menciona como exemplo de pesquisa justamente o filólogo Serafim da Silva Neto – estudado em nossa dissertação – que, no Colóquio Internacional de Literatura e Línguas Romances (Bucarest, 1959), apresentara o português do Brasil como uma língua caracterizada pela *unidade na diversidade* e pela *diversidade na unidade*¹¹. Para Blanch (1967), o estudo da norma urbana também auxiliaria no estudo da história do espanhol na América, fomentando a descoberta de ideias semelhantes às apresentadas por Silva Neto a respeito do português. E, para finalizar, Blanch (1967) argumenta que o estudo da norma urbana seria útil para o ensino de espanhol a falantes de línguas estrangeiras.

De acordo com Castilho (1990: 142), à semelhança do que acontecia na América Latina, o direcionamento das pesquisas para o território urbano parecia compor o *clima de opinião intelectual* dos anos 1960-1970: em 1966, por exemplo, Labov publicava um estudo sobre o inglês de Nova Iorque, e, na Europa, Blanc-Biggs (1971) realizavam pesquisas

---

¹⁰ No **capítulo 4**, veremos que Silva Neto, já em 1950, defendia a ideia da cidade como um espaço de planificação linguística.

¹¹ Conforme apresentamos no capítulo 4, esta análise – embasada nas propostas de Meillet (1925) – também aparece na *IELPB*.

sociolinguísticas sobre o francês falado na cidade de Orleans. No caso do Brasil, Rossi (1968) apresentava aquilo que Castilho (1990: 143) entendia ser um trabalho de *capital importância* para o estabelecimento da *Dialetologia Urbana* no país: o trabalho *O Projeto de Estudo da Fala Culta e sua Execução no Domínio da Língua Portuguesa*, que foi apresentado por Nélson Rossi no IV Simpósio do PILEI (Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas), ocorrido na UFBA, em 1968. Na ocasião, o professor Nélson Rossi tratava de questões relativas à adaptação do *Proyeto* proposto por Blanch (1967) para o estudo das comunidades de língua portuguesa, salientando que, no que dizia respeito ao Brasil, o *Projeto* deveria contar com a investigação de dados oriundos de algumas das principais capitais do país, a saber: Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Na perspectiva de Castilho (1990: 143), tal decisão se devia aos relatórios apresentados por Aryon Rodrigues e Bryan Head no *Simpósio Luso-Brasileiro sobre Língua Portuguesa Contemporânea* (Coimbra, 1967), por meio dos quais se entendia o Brasil como um espaço linguístico complexo, que não poderia ser exclusivamente retratado por nenhum centro urbano particular.

Conforme lemos em Cavalieri (2014), uma das grandes contribuições do *Projeto NURC* para o estabelecimento dos estudos sociolinguísticos no Brasil foi a constituição de um amplo material para o estudo da língua oral do Brasil, em todas as suas vertentes. Um exemplo disso é o *Projeto de Gramática do Português Falado*, proposto pelo Prof. Ataliba Teixeira de Castilho no II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL) – evento ocorrido na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1987. De acordo com Silva (1996: 89), embora o *Projeto de Gramática do Português Falado* fosse um trabalho independente em relação ao *NURC*, os dados deste segundo Projeto serviram de base para a composição da *Gramática*.

A leitura dos dois referidos trabalhos que tratam da história do *Projeto NURC* – a saber, Castilho (1990) e Silva (1996) – mostra que, aparentemente, essa linha de trabalho seminal para os estudos de *feição sociolinguística* no Brasil (cf. MATTOS E SILVA, 1988; CASTILHO, 1990; CAVALIERI, 2014, entre outros) não foi influenciada pelas ideias labovianas, mas sim pelos pressupostos teórico-metodológicos oriundos da Europa, mais especificamente da Análise da Conversação praticada na Alemanha. Conforme veremos, para Cavalieri (2014: 620), os fundamentos do variacionismo laboviano só teriam sido efetivamente recebidos no Brasil a partir da publicação de *A Pesquisa Sociolinguística* (1985), um livro didático destinado a estudantes de Letras, escrito justamente por Fernando Tarallo.

2.4. Teoria da Mudança (WEINREICH, LABOV & HERZOG 1968)

Os estudos de mudança situados no século XX sustentam uma forte *retórica de ruptura* em relação aos modelos de orientação mais estrutural, uma vez que, para os críticos, eles não teriam condições de auxiliar na investigação das causas dos fenômenos linguísticos investigados, dado que estas estariam intimamente relacionadas às condições sociais. Não obstante esse teor crítico, vemos que, não raro, muitas das noções atreladas aos modelos problematizados são transferidas para os estudos de inspiração sociolinguística. É o que vemos, por exemplo, no ensaio de WLH (1968), obra considerada seminal para estudo da mudança linguística no século XX e um dos principais títulos do *horizonte de retrospectão* de Fernando Tarallo.

Publicado em 1968 – motivo pelo qual o ensaio de Uriel Weinreich (1926-1967), William Labov (nascido em 1927) e Marvin I. Herzog (1927-2013) ficou conhecido como WLH (1968) –, o texto *Empirical Foundations for a Theory of Language Change* é um dos frutos do Simpósio *Directions for Historical Linguistics*, organizado por Winfred P. Lehmann (1916-2007) e Yakov Malkiel (1914-1988), na Universidade do Texas, em 1966.

De acordo com o prefácio redigido pelos organizadores, um dos principais objetivos do Simpósio era reavivar o interesse pelos estudos em Linguística Histórica. Eles propunham, então, que esta área de investigação deveria retomar sua posição de liderança dentre as disciplinas linguísticas primárias. Assim, na perspectiva de Lehmann e Malkiel, o primeiro passo a ser dado seria uma reflexão que colocasse em perspectiva as conquistas da Linguística Geral do século XX frente aos estudos praticados no século XIX, período majoritariamente marcado pela orientação histórica. Deste modo, os organizadores do simpósio afirmam que, não obstante a divisão estabelecida por Ferdinand de Saussure (1857-1913) entre uma Linguística *Descritiva* – entendida como *sincrônica* – e a análise histórica – *diacronia* –, os organizadores do Simpósio defendiam a necessidade de se avaliar a extensão dessa dicotomia, bem como os seus impactos na Linguística Histórica.

Perpassado pelo espírito crítico caracterizador de todos os trabalhos expostos no colóquio *Directions for Historical Linguistics*, o texto de WLH se propõe a apresentar elementos para a formulação de uma teoria da mudança linguística, elementos estes calcados em fatos empíricos. Nesse sentido, os autores procuraram apresentar perspectivas teóricas

sobre a linguagem que vão contra o *establishment* do momento, a saber, o Estruturalismo e a Gramática Gerativa.

O texto se inicia com a problematização do estudo diacrônico no interior da Linguística dita estrutural. De acordo com eles, embora o Estruturalismo tenha sido uma corrente teórica bastante profícua para os estudos sincrônicos, no que dizia respeito à pesquisa histórica, o referido modelo havia legado uma série de paradoxos teórico-metodológicos para o campo, os quais teriam impedido o desenvolvimento da área de investigação. Dentre os aspectos ressaltados como inibidores da pesquisa de natureza diacrônica estão os seguintes: a antinomia entre estrutura e história e o privilégio dado ao *idioleto* como unidade básica do estudo linguístico, dada a sua uniformidade. Cientes da incompatibilidade desses pressupostos com o estudo da mudança linguística, os autores afirmam que, ao longo do texto, eles apresentarão perspectivas teóricas alternativas que, de um modo ou de outro, enxergam a língua em uso por uma comunidade como um *sistema diferenciado*, reconciliando os conceitos de *heterogeneidade*, *ordem* e *estrutura*.

De acordo com WLH, a noção de *sistema*, tal qual a inicialmente defendida pelos linguistas estruturalistas, seria um dos primeiros obstáculos a serem superados no estudo da mudança linguística. Na perspectiva dos autores, o impacto da referida articulação epistemológica sobre a Linguística moderna teria feito com que os profissionais da área ficassem circunscritos ao estudo e à observação da *estrutura*. Deste modo, não havia espaço para o estudo da mudança linguística, dada a dificuldade de perscrutar a sistematicidade durante o período de transição. Na interpretação dos autores, um dos aspectos sustentadores da oposição entre *estrutura* e mudança era exatamente a noção de *comunicação* que, em tese, seria garantida pela noção de *sistema*. Se entendemos que, na perspectiva saussuriana, dois indivíduos que falam a mesma língua compartilham um sistema de signos semelhante – sistema este possibilitador da comunicação – devemos acreditar também que, nos casos de mudança linguística, a comunicação é prejudicada. Não obstante essa consequência dos pressupostos teóricos estruturalistas, WLH afirmam que os alegados problemas na comunicação não seriam encontrados na prática.

Os autores advogam a favor de um modelo de língua que possa dar conta dos usos variáveis, por meio da explicitação de seus determinantes sociais e estilísticos. Nesse sentido, eles propõem a desconstrução das propostas teóricas calcadas no estudo do *idioleto*.

Como não poderia deixar de sê-lo, outro aspecto problematizado por WLH é a famigerada oposição entre *sincronia* e *diacronia*, proposta por Saussure, no CLG (1916)¹². No *Curso de Linguística Geral*, Saussure propõe que seja dada primazia ao estudo do *sistema linguístico* que, a seu ver, corresponde à relação que se estabelece entre *signos linguísticos*, em simultaneidade. Para Saussure, esse *sistema* traduziria uma realidade psicológica, visto que o falante de uma língua tem um conhecimento tácito da estrutura da sua língua. No plano diacrônico, entretanto, em que ocorreriam substituições entre os referidos elementos linguísticos, o *sistema* não poderia ser identificado, visto que a *consciência coletiva* dos fatos é perdida. Porém, na perspectiva de WLH (1968) que, inicialmente, rejeitam a noção de *sistema homogêneo*, o conceito de *heterogeneidade ordenada* apontaria para a sistematicidade do fenômeno de variação linguística que, intra ou extra linguisticamente motivada, abriria espaço para a mudança, cuja menor ou maior consciência poderia ser atestada por meio do estudo dos fatos empíricos¹³.

Conforme ilustramos sumariamente nos parágrafos anteriores, o texto de WLH (1968) parece se apoiar numa forte *retórica de ruptura* com as teorias linguísticas hegemônicas à época de sua publicação¹⁴. Primeiramente, a ruptura parece se dar pelo simples fato de tomar a mudança linguística como objeto de estudo, visto que, de acordo com os organizadores do Simpósio, esse *problema* havia saído do horizonte de trabalho dos linguistas. Por outro lado, o caráter descontinuista dessa retórica de WLH (1968) é explicitado por meio das problematizações que os autores fazem aos aspectos teórico-metodológicos da teoria dos neogramáticos, do Estruturalismo e da Gramática Gerativa, propondo uma teoria da mudança linguística baseada em *fundamentos empíricos*. Não obstante todo esse teor crítico dos autores que, em alguns aspectos, aproxima o texto de um “manifesto”, a exposição de WLH não deixa muito claro o que seria a constantemente referida “teoria da mudança linguística”. Além disso, em alguns momentos, é possível notar que a proposta dos autores parece residir na seleção de alguns elementos das teorias linguísticas criticadas – sobretudo o Estruturalismo e a Gramática Gerativa – que, unidos aos elementos de ordem empírica, possibilitariam a construção de um modelo teórico adequado ao tratamento dos fatos de variação e mudança. Assim, antes de adentrarmos nos demais aspectos teórico-metodológicos mobilizados pelos

---

¹² Aliás, essa oposição mereceu um trabalho exclusivo no Simpósio, o texto *Saussure's Dichotomy between Descriptive and Historical Linguistics*, escrito por W. P. Lehmann.

¹³ Como exemplo, podemos citar o estudo da mudança linguística implementada na ilha de Martha's Vineyard (LABOV, 1963).

¹⁴ Aliás, a *retórica de ruptura* parece ser a tônica do Colóquio *Directions for Historical Linguistics* como um todo.

autores – aspectos estes impactantes na formação do pensamento de Tarallo –, refletamos um pouco sobre os elementos constituintes dessa teoria da mudança linguística, verificando a maneira como os autores se apropriam de conceitos formulados em outros modelos.

Em WLH (1968), o caráter *social* do modelo saussureano é apresentado como um aspecto controverso do Estruturalismo. De acordo com os autores, embora o linguista franco-suíço apresente a oposição entre *langue* (social) e *parole* (individual) – definindo esse elemento *social* como o *objeto* a ser privilegiado pela análise linguística –, em sua obra não há referências a comunidades linguísticas concretas e nem à maneira como essa comunidade se relaciona com a fala individual. Para WLH, Saussure se aproxima de Hermann Paul (1846-1921) ao dizer que, entre os indivíduos que se ligam pela linguagem, estabelece-se uma média, fenômeno abstrato, cujo resultado seria o verdadeiro objeto da Linguística para Saussure. Assim, como argumentam WLH, Saussure não consideraria a *heterogeneidade* do uso linguístico como uma esfera passível de descrição sistemática – uma vez que seu *objeto* era a *média*. Deste modo, os autores lançam a crítica de que Saussure não teria progredido no tratamento da língua como um *fato social*. Vemos por aí que o predicado *a língua é um fato social* compõe o *objeto teórico* proposto por WLH, de modo que gestos analíticos serão problematizados à medida que não convergirem para definições dessa natureza.

De acordo com WLH, no modelo saussureano, não havia nenhum espaço para o estudo da variação linguística. Assim, não obstante os fatos diacrônicos não existirem como realidades psicológicas na *consciência coletiva*, os autores acreditavam que um dos maiores problemas do modelo proposto pelo linguista genebrino era a impossibilidade de se mapear o embate entre uma variante arcaica e uma mais inovadora, o que, para eles, seria uma condição *sine qua non* para o estudo do processo de mudança linguística. De igual modo, não havia espaço para o estudo do contato linguístico no *Curso de Linguística Geral*: para WLH, Saussure estava certo ao sugerir que dialetos espacialmente remotos não fossem considerados numa mesma descrição sincrônica. Por outro lado, no que dizia respeito aos dialetos vizinhos, nos quais os falantes têm proximidade com dois *sistemas*, o CLG apresentava um grande silêncio, postura esta criticada por WLH (1968).

WLH (1968) também problematizam a adequação da Gramática Gerativa para o estudo da mudança linguística. Ao abordarem criticamente o conceito de *falante-ouvinte ideal*, os autores aproximam as propostas gerativistas do modelo neogramático, no qual o *sistema homogêneo* é o *objeto de análise* privilegiado. Assim, a leitura crítica proposta pelos

autores – sobretudo a leitura de Chomsky (1965) –, faz-nos depreender que, no que diz respeito à Gramática Gerativa, “abstratização” é a palavra de ordem necessária à construção do *objeto teórico* e do *objeto observacional*: a observação recai sobre o *falante-ouvinte ideal*, que é o representante ideal de uma *comunidade de fala homogênea* (*homogeneous speech-community*, no original); a análise, por sua vez, recai sobre a *competência linguística*, entidade não palpável, depreendida dos dados refinados da *performance*. Segundo os autores, à semelhança de Saussure, Chomsky considerava a diversidade linguística um fato teoricamente irrelevante. Contudo, não obstante o líder da Gramática Gerativa acreditar não haver necessidade de inserir os aspectos da diversidade na teoria linguística, WLH defendem uma proposta totalmente diferente:

As we will show below, we find cogente reasons for modifying this position in the confirmed facts that deviations from a homogeneous system are not all errorlike vagaries of performance, but are to a high degree coded and part of a realistic description of competence of a member of a speech community (WEINREICH, LABOV & HERZOG: 1968: 125)¹⁵

Com base no trecho acima, vemos que a *competência* mencionada por WLH parece ser derivada do conceito de *competência linguística* – *objeto teórico* da Gramática Gerativa –, transferido para o contexto da Teoria da Mudança por meio da noção de *competência comunicativa*.

Após concluírem o primeiro capítulo do ensaio, no qual criticam as teorias linguísticas baseadas na análise do *idioleto homogêneo*, avaliando o impacto da oposição saussurena entre *sincronia* e *diacronia*, da qual teria resultado uma polarização entre teorias da mudança linguística e teorias da estrutura linguística, WLH afirmam que, embora essa segunda área tivesse tido desenvolvimentos mais auspiciosos, ela teria deixado impactos positivos nos estudos sobre a história da língua. Assim, não é por acaso que a subseção que abre o capítulo *Problems of Changing Structure* tenha o título *Types of Relevant Theory*, na qual o intuito parece ser arregimentar conceitos que, formulados no âmbito da Linguística Geral, poderiam auxiliar na construção de uma teoria da mudança linguística.

Os autores iniciam a discussão acima referida comentando alguns dos efeitos que as teorias sobre a *estrutura linguística* e sobre o conceito de *comunidade de fala* teriam provocado sobre os estudos da mudança linguística, tais como:

---

¹⁵ “Como mostraremos a seguir, encontramos razões convincentes para modificar essa posição nos fatos confirmados de que os desvios de um sistema homogêneo não são todos eles erros aleatórios de desempenho, mas são num alto grau codificados e parte de uma descrição realista da competência de um membro de uma comunidade de fala” (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006: 60).

(1). a *reclassificação* de mudanças observadas, à luz de novos princípios¹⁶;

(2). A proposta de *fatores condicionantes* para as mudanças;

(3). A proposta de novas *causas* para a mudança.

Como exemplo do fato exposto em (1), os autores acentuam o impacto que a noção de *traços distintivos* teria exercido sobre os estudos de mudança, pois, no caso das mudanças fonológicas, foi possível analisar os *traços* específicos envolvidos no processo. Ao comparar essa teoria calcada na abstração de *traços* a propostas de tratamento dos sons brutos da língua, WLH argumentam que o primeiro modelo possibilitava ao linguista a formulação de generalizações acerca do funcionamento das línguas:

If one's observations of languages are, in addition, tied together by a broader theoretical structure, still greater significance can be attached to interconnected series of changes, and all the more challenging and meaningful becomes the search for "optimization" tendencies in language change (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968: 127)¹⁷

Dando continuidade ao exame dos *tipos de teoria relevante*, WLH discutem a importância da noção de *relações contrastivas*, formulada por Saussure, no CLG (1916). Assim, os autores comentam a analogia que o linguista franco-suíço fizera entre o *sistema linguístico* e o jogo de xadrez, acentuando que somente a *sincronia*, enquanto *lôcus* das *relações contrastivas*, corresponderia a uma realidade psicológica – em detrimento da *diacronia*. Contudo, os autores argumentam que, embora a teoria de Saussure tenha se restringido à análise dos fatos sincrônicos, os estudos fonológicos embasados na noção de *relações contrastivas* teriam impactado a Linguística Histórica, uma vez que, levando-se em consideração os *sistemas de sons*, houve a possibilidade de reclassificação de mudanças outrora analisadas. Além disso, o uso de categorias *fonêmicas* na análise da mudança – entendida como um *continuum* – teria despertado as atenções para um enigma no campo dialetal: como as mudanças, caracterizadas pela gradualidade, teriam como resultados *categorias distintivas*?

De acordo com WLH, um modo de conciliar o estudo da mudança linguística a uma concepção de *sistema* seria assumir a *variação linguística* como um *elemento estrutural* (*structural element*) de cada *dialeto*, correlacionado a fatores linguísticos e extralinguísticos.

---

¹⁶ No contexto brasileiro, vemos que Rodrigues (1966) também recomendava “*um reexame dos estudos históricos de um ponto de vista estrutural*”.

¹⁷ “Se as observações de línguas forem, ademais, amarradas numa estrutura teórica mais ampla, pode se atribuir importância ainda maior a séries interconectadas de mudanças, e mais desafiadora e significativa se torna a busca pelas tendências de “otimização” na mudança linguística” (WEINREICH, LABOV & HERZOG: 2006).

Deste modo, o *sistema* seria composto por *classes categoriais*, nas quais os itens se movimentariam por meio da *variação*, resultando na mudança: “*Thus change would normally occur as one variable moved from a position within a given phoneme, to a position across phoneme boundaries, to a position within a second phoneme, and such a variable would be strictly defined by covariation with other features*” (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968: 130)¹⁸. Assim, a proposta de estudo da mudança estaria calcada num modelo de *sistema* construído em outra esfera da teoria linguística, acrescido, neste caso, da noção de *variação*.

Conforme já se pode ver no conceito de *variação*, os *fatores extralinguísticos* (*nonlinguistic factors*) assumem grande relevância nas propostas de WLH, seja na formulação dos aspectos necessários à teoria da mudança, seja na problematização das ideias propagadas por outras teorias linguísticas. Segundo os autores, Bloomfield, por exemplo, afirmava que as *mudanças não-distintivas* não seriam observáveis por parte do falante e, do ponto de vista do trabalho do linguista, elas só seriam palpáveis por meio do estudo de grandes quantidades de dados. Entretanto, entendendo o conceito de *mudança não distintiva* como *variação*, WLH procuram apresentar dados que comprovam a *consciência* dos falantes em relação aos referidos fenômenos. Como exemplo, os autores abordam alguns resultados das pesquisas de William Labov sobre o inglês de Nova York, em que o uso de *variantes subfonêmicas* – ou seja, usos que não constituíam mudanças fonológicas – estaria sujeito à *avaliação social* dos falantes, suscitando questões sobre *padrões sociolinguísticos*. Contrariamente, as mudanças fonológicas seriam despercebidas e não sujeitas à *avaliação social*. Assim, nesta parte do texto, os *fundamentos empíricos* da teoria da mudança começam a emergir, uma vez que, de certo modo, eles são utilizados para desarticular concepções estruturalistas tradicionalmente assumidas.

Dando continuidade ao exame das concepções teóricas que teriam relevância para o estudo da mudança linguística, WLH abordam a teoria da gramática, e acentuam a relevância que a Gramática Gerativa teria na retomada de fenômenos históricos outrora estudados, dada a possibilidade de reclassificação de análises anteriormente propostas. Neste sentido, é possível notar a valorização de teorias que vão além da descrição dos dados, mas, ao contrário, se lançam à explicação dos fenômenos. Dentro dessa perspectiva, os autores mencionam as teorias voltadas para a determinação dos *universais gramaticais*. Como

---

¹⁸ “Assim, a mudança ocorreria normalmente como uma variável de uma posição *dentro* de um dado fonema, para uma posição *através* das fronteiras do fonema, para uma posição *dentro* de um segundo fonema, e tal variável seria estritamente definida por covariação com outros aspectos” (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006: 65).

exemplo, é citada a proposta de Humboldt, segundo a qual todas as línguas, não obstante a diversidade morfológica, teriam os mesmos *objetivos sintáticos* a atingir. Assim, por exemplo, no que diz respeito à mudança, a perda de sistemas de Caso em algumas línguas poderia ser descrita/explicada por meio do processo de compensação que essas línguas apresentariam em outras partes da gramática, como no enrijecimento da ordem e no desenvolvimento de sistemas preposicionais. Como outro exemplo, WLH citam o trabalho do tipologista Joseph Greenberg (1915-2001) que, após estabelecer alguns *universais linguísticos* no nível *sincrônico*, procurou verificar as implicações que tais generalizações teriam na *diacronia*. De acordo com os autores, na pesquisa diacrônica, Greenberg (1966) chegou à conclusão de que muitos aspectos que soavam como problemáticos ao serem considerados *universais sincrônicos*, funcionavam como determinantes de mudança no âmbito da história da língua. Não obstante esses aspectos que, por vezes, tornam-se esclarecedores no exame da diacronia, WLH não deixam de relativizar a força dos *universais* no tipo de estudo que propõem, visto que as formulações são consideradas demasiadamente amplas.

Tal qual o realizado na primeira parte do ensaio, WLH problematizam a noção de língua adotada pela Gramática Gerativa. De acordo com a perspectiva dos autores, seria inútil construir uma teoria da mudança linguística que tivesse como base a descrição de um *sistema linguístico homogêneo*, cujos dados são idealizados e contrariam os fatos empiricamente atestados. Entretanto, é possível depreender que a noção de *gramática* com a qual os autores trabalham é aquela proposta no âmbito da Gramática Gerativa. Um elemento que pode comprovar tal observação é a relevância que WLH dão ao conceito de *regra*: segundo eles, no que diz respeito ao seu papel na mudança linguística, as crianças são caracterizadas por um *comportamento formador de regras* (*children's rule-forming behavior*). Nesse sentido, ao longo de seu desenvolvimento, as crianças reestruturariam a *gramática* por meio da formação de diferentes *regras*. Entretanto, ao postular o *modelo pai-para-filho*, Halle (1962) tornava obscura a questão da continuidade ou descontinuidade da mudança, algo que só poderia ser checado empiricamente. Na visão de WLH, tal questão poderia ser resolvida por meio da utilização do conceito de *variação linguística*:

We argue that while linguistic change is in progress, an archaic and an innovating form coexist within the grammar: this grammar differs from an earlier grammar by the addition of a rule, or perhaps by the conversion of an invariant rule to a variable rule [...] (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968: 149)¹⁹

Após a leitura crítica de algumas correntes teóricas, na terceira parte do ensaio, WLH propõem alguns caminhos para a construção de uma teoria da mudança linguística. O primeiro aspecto a ser destacado é o título do capítulo: *A língua como um sistema diferenciado*. Conforme veremos adiante, na perspectiva dos autores, a teoria da mudança deveria tomar como unidade de análise o *sistema linguístico*, verificando e explicando as mudanças que nele ocorrem. Contudo, para que essa teoria pudesse ser desenvolvida, a noção estruturalista de *sistema* deveria ser modificada, de modo a construir um *sistema diferenciado*.

Ao contrário da noção de uniformidade que perpassa a noção estruturalista de *sistema*, o *sistema linguístico diferenciado* compreende diferentes meios de se dizer a mesma coisa, o que, em outras palavras, é entendido como a possibilidade de tratamento sistêmico da *variação linguística*. Além disso, segundo os autores, esses *meios alternativos de dizer “a mesma coisa”* são acessíveis a todos os membros de uma determinada *comunidade de fala*. Contudo, os *fatores sociais* podem, em alguma medida, controlar a *competência*²⁰ dos falantes, impedindo-os de produzir uma ou outra variedade. Assim, tem-se a sistematização do fenômeno de *variação linguística*, intra e extralinguisticamente condicionado.

Ao tratarem das consequências da noção de *sistema heterogêneo* para as pesquisas em Linguística Histórica, WLH afirmam que, ao estudioso da mudança, não interessariam os *subsistemas complementares*, mas sim aqueles que continham variedades em *competição*. Após a identificação das formas em competição, o estudioso deveria proceder a uma descrição das condições favorecedoras da alternância entre os *subsistemas*. Para WLH, uma vez que todas as variedades satisfizessem às *condições linguísticas*, não raro, a alternância seria condicionada por *fatores extralinguísticos*.

Na perspectiva de WLH, para além dos condicionantes internos, as *atitudes sociais* frente à língua poderiam determinar o rumo do processo de mudança. É aí que os autores

---

¹⁹ “Argumentamos que, enquanto a mudança linguística está em progresso, uma forma arcaica e uma inovadora coexistem dentro da gramática: esta gramática difere de uma gramática anterior pela adição de uma regra, ou talvez pela conversão de uma regra invariante numa regra variável” (WEINREICH, LABOV & HERZOG: 2006: 85)

²⁰ Nesta passagem, parece ocorrer a ressignificação do conceito de *competência*, que é cada vez mais atrelado ao uso – algo que, na Gramática Gerativa, seria designado pelo conceito de *performance*.

inserirão o problema da *avaliação*, um dos cinco *fundamentos empíricos* fundamentais para a formulação da Teoria da Mudança por eles proposta:

Thus the study of the *evaluation* problem in linguistic change is an essential aspect of research leading to an explanation of change. It is not difficult to see how personality features unconsciously attributed to speakers of a given subsystem would determine the social significance of alternation to that subsystem and so its development or obsolescence as a whole. [...] (WEINREICH, LABOV & HERZOG: 165)²¹

. Na definição do problema da *transição* – outro *fundamento empírico* –, os autores parecem tomar como diretriz a noção estruturalista de *sistema*, pois afirmam que, no momento de *transição* entre *sistemas linguísticos* – que, em outras palavras, corresponderia a um estágio de mudança linguística – a Teoria da Mudança deveria dispor de instrumentais necessários para determinar o *valor* de uma *variável linguística*. Na perspectiva dos autores, outra forma de se depreender a *transição* de uma mudança seria considerar o *tempo* como uma *variável independente*: tal *variável* poderia ser operacionalizada por meio do exame da distribuição da *variável linguística dependente(?)*²² ao longo das faixas etárias (*tempo aparente*)²³, ou, por outro lado, por meio do exame da mudança ao longo das gerações (*tempo real*).

Como um aprofundamento do tratamento da mudança numa perspectiva, por assim dizer, *estrutural*, WLH também se detêm sobre aquilo que eles convencionaram chamar de problema do *encaixamento* – *estrutural* e *social*. Pela noção de *encaixamento estrutural*, entende-se que o fato linguístico originário de uma mudança seria *encaixado* numa *matriz linguística* que, conseqüentemente, também sofreria mudança. Depreendemos daí o compromisso dos autores com a noção estruturalista de *sistema*, na qual se trabalha com a alteração do *sistema de valores* das línguas.

Para além do *encaixamento estrutural*, WLH chamam a atenção para o fato de que a mudança linguística também seria *encaixada* numa *matriz social*, de modo que um linguista histórico também deveria levar fatores extralinguísticos em consideração. Segundo os autores, Antoine Meillet (1866-1936) teria sido um dos primeiros linguistas a advogar em favor do

---

²¹ “Portanto, o estudo do problema da *avaliação* na mudança linguística é um aspecto essencial de pesquisa que conduz a uma explicação da mudança. Não é difícil ver como traços de personalidade inconscientemente atribuídos a falantes de um dado subsistema determinariam a significação social da alternância para esse subsistema e assim seu desenvolvimento ou obsolescência como um todo [...]” (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006: 103).

²² A fim de concretizarmos o *Princípio de Adequação* (KOERNER, 1996), optamos por utilizar a marcação em negrito com interrogação pelo fato de que, embora conheçamos os conceitos por meio da leitura de outros textos de Sociolinguística, os termos em destaque não foram citados dessa maneira por WLH.

²³ Idem à nota anterior.

papel dos fatores sociais na mudança linguística que, de certo modo, seria resultado de mudanças sociais propriamente ditas. De acordo com WLH, por meio de uma avaliação da produção da Linguística Histórica do século XIX, Meillet chegara à conclusão de que os estudiosos do referido período haviam falhado ao trabalhar apenas com as *possibilidades* de mudança, em detrimento da análise das *necessidades* de desenvolvimento, que, de uma forma ou de outra, demandaria uma análise das *condições sociais* determinantes da mudança. Contudo, não obstante os apelos de Meillet por uma Linguística Histórica imbuída na análise dos fatores sociais, WLH apontam alguns problemas no trabalho daquele linguista francês, uma vez que ele havia se limitado à análise do domínio lexical, no período do passado remoto, fundamentando a sua investigação em apenas um fato social – a saber, a formação de vocabulários comerciais especializados.

De acordo com WLH, embora ao longo do tempo fosse possível encontrar menções a fatores sociais em alguns trabalhos de mudança fonológica e sintática, no que diz respeito a uma teoria linguística estruturada e robusta, o papel desempenhado por tais fatores era considerado periférico. Na visão de muitos autores, a língua deveria explicar-se a si mesma, de modo que o tratamento de fatores extralinguísticos poderia trazer problemas metodológicos. Para alguns desses linguistas, inclusive, até mesmo a comparação com outras línguas não seria um procedimento de análise adequado. Assim, WLH descrevem o triunfo das teorias estruturalistas sobre as explicações linguístico-sociais. Em contraposição a essas ideias, WLH mencionam resultados de pesquisas empíricas sobre o inglês americano, nas quais seria possível verificar a existência de complexas *estruturas sociolinguísticas* (*sociolinguistic structures*) que, em sua perspectiva, tornaria obsoleto o *agnosticismo sociológico* (*sociological agnosticism*) na linguística estrutural. Assim, de acordo com os autores, fenômenos de mudança que, à luz de uma teoria estrutural pura e simples, seriam considerados aleatórios, poderiam ser mais bem esclarecidos por meio da força explicativa dos fatores sociológicos.

Dentre outros aspectos tratados por WLH, que, até então, vinham argumentando a favor de uma *estrutura sociolinguística* para a análise da variação e da mudança, vale à pena destacar uma espécie de relativização do impacto dos fatores sociais sobre a língua. Os autores mencionam que tais fatores não agiriam de maneira uniforme ao longo de todo o *sistema linguístico*, podendo, portanto, existir mudanças linguísticas não correlacionadas a fatores de natureza social. Assim, na visão de WLH, a tarefa do linguista não se restringiria à

apresentação da motivação social das mudanças linguísticas, mas, ao contrário, ele deveria demonstrar a extensão da correlação dos fatores de natureza social com as mudanças operadas no *sistema linguístico abstrato*. Exemplificando essas ideias, os autores chegam a afirmar que, com o fim do processo de mudança, o significado social associado ao uso linguístico outrora em variação poderia até mesmo ser perdido.

Conforme procuramos mostrar até aqui, WLH propõe um diálogo bastante forte com as tradições linguísticas que os precederam. Dentre os autores mais citados, podemos destacar Hermann Paul, Leonard Bloomfield e Noam Chomsky. Contudo, é da problematização das ideias lançadas por Saussure que parece sair o argumento central do ensaio, a saber, a proposta de que a mudança linguística deve ser observada num *sistema heterogeneamente ordenado*. Retomando aqui o fora dito sobre os propósitos do simpósio *Directions for Historical Linguistics*, vemos que, para Lehmann e Malkiel (1968), além de colocar os estudos de Linguística Histórica em evidência, um dos principais objetivos do evento era estabelecer relações entre o que estava sendo realizado no âmbito da teoria e da análise linguística e as investigações sobre a mudança linguística. Por esta razão, houve debates sobre a dicotomia *sincronia/diacronia* e também reflexões sobre os fenômenos de mudança morfossintática, área que, no âmbito da Linguística não-histórica, estava em franco desenvolvimento. O uso de noções como *sistema* e *estrutura* por parte de WLH parecem estar relacionados a esse propósito geral do simpósio.

Nesta dissertação, acreditamos ser possível dizer que o ensaio de WLH (1968) é caracterizado pelo ***hibridismo teórico*** que, talvez possa ser explicado pela forte inclinação metodológica do texto. Ora, a defesa de uma Linguística empírica já é exposta no título, de modo que os modelos teóricos, sejam quais forem, deveriam submeter-se ao escrutínio dos dados, admitindo as modificações exigidas pelo funcionamento dos usos linguísticos. Deste modo, parece ser possível afirmar que um dos aspectos mais evidentes de WLH (1968) é o oferecimento de um conjunto de procedimentos seguros e controláveis para o tratamento da mudança, que seriam os chamados *princípios empíricos*: inicialmente, deveria se observar os *fatores condicionantes* da mudança; feito isso, deveria se observar a *transição* do processo; aliado ao problema da *transição*, deve-se observar o *encaixamento* da mudança; após a análise do *encaixamento*, deveria se observar a *avaliação* e a *implementação* da mudança. Dado o ***hibridismo teórico*** do texto, presente, sobretudo, na seção em que os autores mencionam algumas teorias linguísticas relevantes para o estudo da mudança, acreditamos

que tais *princípios empíricos* foram considerados essencialmente metodológicos por alguns linguistas que acataram às propostas presentes na publicação de WLH (1968), fato que procuraremos mostrar na análise de alguns textos de Fernando Tarallo, no **capítulo 6**.

2.4.1. Teoria da Variação e da Mudança no Brasil

Conforme podemos ver na literatura, o trabalho de WLH (1968) parece ter exercido grande impacto na Linguística brasileira. Segundo Mattos e Silva (1988), por exemplo, o referido ensaio representa, na segunda metade do século XX, uma reinterpretação da *diacronia* que, por meio dos estudos de variação, passava a ser perceptível na *sincronia*, abrindo o espaço para que *mudanças históricas de longo curso* fossem interpretadas. E, para Cavalieri (2014: 616), WLH (1968) constituiu-se num clássico da teoria contemporânea sobre a mudança linguística.

Paiva & Duarte (2006), em um texto constante da tradução e divulgação de WLH (1968) no Brasil, procuram expor uma série de contribuições que o referido ensaio teria dado para o desenvolvimento da Sociolinguística (Histórica) nacional, destacando os aspectos teórico-metodológicos que mais auxiliaram na descrição e interpretação dos fatos do PB. Para elas, um dos resultados de WLH (1968) foi fornecer elementos para a modelização teórica do problema da *mudança*, fazendo com que, no Brasil, diante da grande quantidade de estudos sobre os padrões de variação da língua aqui falada – a *fotografia sociolinguística* –, fosse possível estabelecer reflexões teóricas mais gerais.

Paiva & Duarte (2006: 133) salientam o fato de um dos maiores gestos teóricos de WLH (1968) ter sido a problematização da noção estruturalista de *sistema homogêneo*, argumentando a favor de uma concepção de *heterogeneidade ordenada*. Para as autoras, isso teria sido de fundamental importância para o contexto da Linguística brasileira que, até então, seria majoritariamente ancorada na noção de *homogeneidade* e em oposições como *língua culta/língua popular* e *certo/errado*. Tal interpretação nos parece bastante relevante para refletir sobre a recepção inicial da Teoria da Mudança no Brasil: conforme vimos anteriormente, no âmbito da Linguística norte-americana, WLH (1968) estavam no centro de um embate teórico com o *establishment* do Estruturalismo e da Gramática Gerativa, sustentando uma *retórica de ruptura* frente aos referidos modelos. No Brasil, entretanto, caracterizado por ter uma *Linguística de Recepção* (COSERIU, 1976), a *retórica de ruptura*

voltou-se contra os pressupostos da Gramática Tradicional, fato que, como veremos adiante, também ocorrerá na recepção da Gramática Gerativa.

Segundo as autoras, estudos sobre a heterogeneidade do PB já eram realizados antes mesmo do surgimento do trabalho de WLH (1968). Contudo, a inovação dos autores vinha exatamente do conceito de *sistema heterogêneo ordenado*, por meio do qual era possível encontrar a sistematicidade nos fenômenos de variação. Quando desprovidos de uma concepção como esta, Paiva & Duarte (2006: 133-4) argumentam que um caso de ausência de concordância, por exemplo, poderia ser visto simplesmente como uma *infração* às regras da gramática, e não como uma *variante* sistematicamente condicionada – seja no plano estrutural ou no plano social. Vemos, assim, que, mais uma vez, as autoras indicam a *ruptura* de WLH (1968) com o discurso da Gramática Tradicional do Brasil, fato que fica ainda mais claro no seguinte trecho:

Em sociedades com sólida tradição literária como a nossa, a língua escrita impera como modelo a partir do qual impõe uma jurisdição coercitiva. As diferentes variedades faladas se relacionam de forma mais ou menos remota com esse modelo. E quanto mais remota a relação (fala popular, vernáculo), maior a avaliação negativa da variedade. Variedades relativamente mais próximas desse modelo adquirem o *status* de norma culta. À luz do conceito de heterogeneidade ordenada, essa equação é facilmente invalidada, pois ela permite depreender um *continuum* de distinção entre as variedades, atestar muito mais diferenças quantitativas do que qualitativas. Assim, a presença de uma variante estigmatizada deixa de ser privilégio das variedades populares, rurais ou faladas por membros de classes com menor acesso aos bens socioculturais (PAIVA & DUARTE, 2006: 134).

Ao mencionarem os fundamentos empíricos que WLH (1968) julgaram como essenciais para o estudo da mudança – a saber: *fatores condicionantes*, *transição*, *encaixamento*, *implementação* e *avaliação* – Paiva & Duarte (2006) dão ênfase à possibilidade de justificar estruturalmente a mudança, tomando como exemplo a tendência para o preenchimento do sujeito em português e sua relação com o enfraquecimento da concordância. Além disso, segunda as autoras, outra contribuição de WLH (1968) diz respeito à noção de que a mudança linguística não ocorre de maneira abrupta, mas sim de forma progressiva.

Dentre os *fatores condicionantes* extralinguísticos que, na perspectiva de Paiva & Duarte (2006), teriam contribuído para a descrição dos fenômenos de mudança do PB, estaria a questão da faixa etária, fundamentada no conceito de *tempo aparente*: “Dentre as variáveis sociais, as diferenças etárias são o indicador social primário, embora não absoluto, de mudanças em progresso na língua” (PAIVA & DUARTE, 2006: 141-2). De acordo com as autoras, esse *fator condicionante* fora relevante para o estudo de mudanças importantes do

PB, como a variação e/ou substituição de ‘*nós*’ por ‘*a gente*’, estudada por Omena (1996), Lopes (1993) e Menon (1994). No que diz respeito à ação de outros *fatores condicionantes* extralinguísticos, as autoras mencionam que, além da faixa etária, o fator escolaridade e gênero (tendência das mulheres a utilizarem formas linguísticas mais prestigiadas, por exemplo) também foram importantes para esclarecer algumas mudanças, como a tendência para o preenchimento do sujeito.

Paiva & Duarte (2006: 144) nos informam que os estudos empíricos do PB também foram importantes na discussão do problema da *implementação*, uma vez que, se para Labov as classes intermediárias seriam impulsionadoras dos fenômenos de mudança, no Brasil a questão se apresentava de maneira mais controversa, uma vez que, de acordo com os dados do PB, não raro, as classes baixas emergem como agentes de *implementação*.

Ao mencionarem a questão do *encaixamento*, Paiva & Duarte deixam entrever a teoria gramatical que esteve na base da recepção de WLH (1968) no Brasil:

A hipótese da trajetória [...] implica uma outra questão: a do encaixamento da mudança em curso, ou seja, “como as mudanças observadas estão *encaixadas* na matriz de concomitantes linguísticos e extralinguísticos das formas em questão? (Ou seja, que outras mudanças estão associadas a determinadas mudanças de um modo que não pode ser atribuído ao acaso?)”. Para esclarecer essa questão, retomemos o exemplo do sujeito. A mudança em direção ao sujeito preenchido não é fato isolado na estrutura do português. Está intimamente relacionada a outros processos que podem ter resultado igualmente das mudanças no quadro flexional, como a fixação da ordem SV no PB tanto em orações declarativas como em orações interrogativas [...] (PAIVA & DUARTE, 2006: 144)

Conforme veremos no **capítulo 6**, o fato de o fenômeno de preenchimento do sujeito estar *encaixado* em um sistema em que a ordem SV é fixada – tanto nas declarativas quanto nas interrogativas – emerge no interior do modelo teórico da Gramática Gerativa que, de modo geral, parece ter servido de *interpretante* da Teoria da Mudança no Brasil, sobretudo na obra de Fernando Tarallo e seus alunos²⁴. A esse respeito, podemos tratar do posicionamento das próprias autoras, para as quais a conjugação entre pressupostos da Teoria da Variação (e da Mudança) com o Funcionalismo e/ou com a Gramática Gerativa foi bastante frutífera para o desenvolvimento da Sociolinguística brasileira, como podemos ver no trecho a seguir:

---

²⁴ Vale lembrar que Maria Eugênia Lamoglia Duarte, uma das autoras do texto, foi aluna de Fernando Tarallo.

No caso específico da teoria gerativa, particularmente dentro do quadro de princípios e parâmetros (Chomsky 1981), se, por um lado, as propriedades atribuídas a cada parâmetro da gramática universal têm alimentado as pesquisas variacionistas no levantamento de hipóteses e no estabelecimento de grupos de fatores, por outro, as tendências identificadas têm possibilitado ampla discussão sobre esses parâmetros. Os resultados de pesquisas relativas à representação do objeto direto anafórico, do sujeito pronominal e da ordem VS, por exemplo, têm permitido (re)discutir o estatuto sintático de categorias vazias (Galves 2001; Cyrino 1997) bem como feixes de propriedades geralmente relacionadas à marcação positiva em relação ao parâmetro do sujeito nulo (Kato 2000; Barbosa, Duarte & Kato 2001; Duarte 2004; Kato & Duarte 2005). **É o estudo do “encaixamento” da mudança permitindo o avanço das generalizações teóricas dentro de uma perspectiva interlinguística (PAIVA & DUARTE, 2006: 148-9).**

Do trecho acima, parece-nos importante chamar a atenção para a centralidade assumida pelo problema do *encaixamento*: sendo este o domínio relevante para se verificar o impacto de uma mudança no sistema da língua, é aí que haverá o espaço para o **hibridismo teórico**, no qual um modelo da Linguística Geral fornecerá um teoria sobre o *sistema linguístico*. É o que, nos **capítulos 5 e 6**, veremos na obra de Fernando Tarallo.

Passemos, agora, para algumas observações sobre as matrizes que a Gramática Gerativa trouxe para o desenvolvimento da Linguística Histórica brasileira, considerados os períodos e as obras selecionadas nesta nossa investigação.

2.5. Gramática Gerativa

Ao tratarmos de alguns aspectos da Gramática Gerativa que, a nosso ver, compõem o *horizonte de retrospectção* de Fernando Tarallo, convém também discutir a relação desta teoria linguística com os estudos histórico-diacrônicos que, por vezes, é vista de maneira controversa pela literatura.

Ora, se assumimos a concepção de Linguística Histórica elaborada por Mattos e Silva (1988), segundo a qual esta disciplina se constituiria como um campo do conhecimento diretamente oposto à Linguística Geral – dado o fato de a primeira se interessar pelos processos de **mudança** realizados em línguas particulares, ao passo que a segunda seria caracterizada pela pesquisa linguística dedicada ao estudo do *sistema abstrato* que, por hipótese, estaria por detrás das manifestações linguísticas propriamente ditas – encontramos dificuldades para entender a Gramática Gerativa como uma teoria devotada aos **estudos histórico-diacrônicos**.

Levando em consideração a historiografia proposta por Chomsky (1972), em *Linguística Cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista*, a Gramática

Gerativa seria uma teoria linguística vinculada às tradições da *gramática geral* ou *filosófica*, linha de pesquisa que teria o seu grande expoente na *Gramática Geral e Razoada de Port-Royal* – escrita pelo filósofo Antoine Arnauld (1612-1694) e pelo gramático Claude Lancelot (1615-1695), em 1606. O principal interesse das teorias linguísticas ligadas a esta linha de investigação era o estudo da natureza da linguagem humana numa perspectiva geral, relacionando suas propriedades abstratas àsquelas encontradas no pensamento humano. Na visão de Mattos e Silva (1988), isso seria *Linguística Teórica*.

Vemos, também, que o próprio Tarallo (1984:96), em seu *Projeto Diacrônico*, atribui à Gramática Gerativa a perda de interesse pelos estudos de Linguística Histórica que caracterizara a primeira metade do século XX, uma vez que aquela teoria tinha como objetivo a investigação linguística conduzida por uma perspectiva *acrônica*.

Ao pensarmos nos diferentes conceitos de explicação existentes ao longo da história da Linguística, vemos que modelo de Linguística defendido por Chomsky (1972[1966]) problematiza o conceito de explicação *histórica* – bastante forte no século XIX – e o conceito de explicação baseado na *descrição*, definindo-se como uma perspectiva científica ligada à *Linguística Teórica* de Mattos e Silva (1988). A esse respeito, vemos que uma das principais propostas de Chomsky em sua *Linguística Cartesiana* é o abandono de uma perspectiva taxionômica (descritivista) por parte da Linguística de seu tempo, rumo a uma fase explicativa. Segundo ele, a adoção de tal perspectiva explicativa iria contribuir para um entendimento, por assim dizer, integral da linguagem humana, como os processos mentais a ela relacionados e os fatos derivados de línguas particulares:

A descoberta dos princípios universais forneceria uma explicação parcial para os fatos das línguas particulares, na medida em que se pode mostrar que estes são simplesmente casos específicos dos aspectos gerais da estrutura da linguagem, formulada na “gramática geral”. Mais do que isso, os próprios traços universais poderiam ser explicados com base nas suposições gerais sobre os processos mentais humanos ou as contingências do uso da linguagem (por exemplo, a utilidade de transformações elípticas). Prosseguindo nesse caminho, a linguística cartesiana tenta criar uma teoria da gramática que não é somente “générale” mas também “racional” (CHOMSKY, 1972[1966]: 68).

Assim, vemos que a teoria proposta por Noam Chomsky tinha como objetivo a análise de uma língua entendida como *geral* e de natureza *abstrata*. Em Chomsky (1988[1981]: 03), por exemplo, lemos que o ponto de partida da Gramática Gerativa deveria ser a *Faculdade da Linguagem*, com o objetivo de descobrir os princípios e os elementos comuns às diferentes línguas humanas. Além disso, conforme assinala Mattos e Silva (1999: 150), para os linguistas gerativistas, o domínio privilegiado pela Teoria da Gramática deveria ser a *I-*

Language (Língua Interna) – em detrimento da *E-Language* (Língua Externa) – ou seja, um domínio bastante distante daquele privilegiado pela *Linguística Histórica*, interessada nos fenômenos de mudança ocorridos nas línguas particulares²⁵.

Se levarmos em consideração as propostas de Coseriu (1979), pelo exposto até aqui sobre a Gramática Gerativa, poderíamos concluir que esta teoria trabalha com um modelo abstrato de língua, entendida como uma *entidade acabada*, pronta a expressar a associação entre forma e significado, ou seja, algo que difere bastante dos interesses daqueles que se ocupam dos estudos histórico-diacrônicos. Não obstante, Mattos e Silva (1999) trata da importância que o modelo de *Princípios e Parâmetros* da Gramática Gerativa assumiu no reestabelecimento das pesquisas sobre a mudança linguística, na década de 1980, no Brasil. Segundo a autora, no referido modelo da Gramática Gerativa, houve um interesse crescente pela chamada *variação interlinguística* – isto é, entre as línguas naturais – fato que, juntamente com as especulações acerca da aquisição da linguagem, teria aberto espaço para o estudo da mudança, tema relegado ao segundo plano nas versões anteriores da teoria²⁶. Observação semelhante pode ser vista em Raposo (1992: 62) que, em seu manual sobre a *Teoria da Regência e Ligação*, afirma que o *Modelo de Princípios e Parâmetros* da Gramática Gerativa teria trazido importantes implicações para os estudos realizados no âmbito da Gramática Histórica e da Gramática Comparativa, pois seria possível diferenciar sistemas linguísticos com base nos *parâmetros* fixados por cada um deles, e, no que diz respeito à gramática histórica, as mudanças detectadas nas línguas poderiam ser entendidas como mudanças no valor de um ou mais *parâmetros*.

Entretanto, é importante salientar que o *Modelo de Princípios e Parâmetros* não foi formulado para se pensar questões relativas à **mudança**. Para Chomsky (1988[1981: 2]), a verdadeira tarefa do linguista seria fornecer uma caracterização abstrata da *gramática*, visando à construção de um modelo de investigação geral. Deste modo, um dos fundamentos da teoria consistia no conceito de *Gramática Universal*, uma entidade teórica de natureza abstrata, altamente estruturada, caracterizada por um conjunto de *princípios fundamentais*, que restringiria as possibilidades das línguas naturais ou, em outras palavras, daria

---

²⁵ De acordo com Negrão (2013: 78), “Segundo o conceito de Língua-E, a linguagem é um construto teórico formulado a partir da totalidade dos enunciados linguísticos produzidos numa comunidade homogênea. Já na Língua-I, a linguagem é um sistema interno à mente humana com propriedades específicas determinadas pela relação da língua com os demais componentes cognitivos.”

²⁶ Não obstante assinala a relevância da Gramática Gerativa para as investigações sobre a mudança, Mattos e Silva (1999) salienta que aquela teoria – bem como o Estruturalismo – poderiam ser caracterizadas pela perspectiva *a-histórica*, dado o encaminhamento **interno** da análise dos fatos linguísticos observados

instrumentos ao linguista para que ele pudesse dizer o que poderia ser chamado de *gramática* de uma língua natural.

Na perspectiva de Chomsky (1988[1981]: 3), o conceito de *Gramática Universal* seria caracterizado por uma espécie de paradoxo: ao mesmo tempo em que essa entidade teórica deveria ser restritiva, a fim de limitar o número e qualidade de *gramáticas* possíveis, ela deveria, também, dar conta da diversidade das línguas do mundo. Surge, então, o *Modelo de Princípios e Parâmetros*, segundo o qual a *Gramática Universal* seria composta por um conjunto de *princípios rígidos e invariáveis* – que, por esta razão, estariam presentes em todas as línguas – e por um conjunto de *princípios abertos*, os chamados *parâmetros* que, ao longo de processo de aquisição da linguagem, seriam definidos de uma ou outra forma, definindo a *gramática nuclear*²⁷ (*core grammar*) de uma língua determinada. Surge, assim, o interesse pela *variação interlinguística* e, por conseguinte – em outros autores, diga-se de passagem –, o interesse pelos estudos de *mudança* dentro da Gramática Gerativa.

Para que nos seja possível refletir sobre o papel da Gramática Gerativa na obra de Fernando Tarallo no campo da Linguística Histórica, é necessário tratar, brevemente, da noção de *parâmetro*. De acordo com Chomsky (1988[1981]: 7-8), os *parâmetros* seriam categorias de natureza abstrata, não compatíveis com as línguas naturais no seu aspecto integral. Assim, para o autor, tais propriedades só poderiam ser atribuídas às línguas em condições ideais, as quais não existiriam no mundo real das comunidades de fala heterogêneas. Dentro dessa perspectiva, a fixação de um *parâmetro* numa língua determinada seria traduzida na configuração de um feixe de propriedades linguísticas concretas, realizadas em diferentes pontos da *gramática*. Raposo (1992: 62) exemplifica com o *parâmetro pro-drop* que, além da omissão do sujeito, apresentaria, dentre outros fenômenos, o enrijecimento da ordem como outra de suas propriedades.

Não obstante a relevância do *Modelo de Princípios e Parâmetros* para os estudos histórico-diacrônicos, segundo nos informa Mattos e Silva (2008), na segunda metade do século XX, o interesse pela *mudança* dentro do arcabouço teórico-metodológico da Gramática Gerativa origina-se um pouco antes da emergência daquele *Modelo* – que é da década de 1980 –, por meio da discussão levantada em *Principles of Diachronic Syntax* (1979), de David Lightfoot, um linguista gerativista que ainda estava trabalhando dentro do

---

²⁷ A *gramática nuclear* seria uma espécie de sistema contendo os *princípios rígidos* e os *parâmetros* já fixados (cf. RAPOSO, 1992).

quadro da *Teoria Standard Alargada* (RAPOSO, 1992). Na perspectiva de Lightfoot (1979: 15-6), a teoria da gramática deveria atuar como uma espécie de *interpretante* dos estudos de natureza histórica, mostrando, por um lado, quais mudanças seriam possíveis e, por outro, as mudanças impossíveis.

De acordo com Lightfoot (1979: 7-8), os estudos no âmbito da sintaxe diacrônica apresentariam uma série de dificuldades. Diferentemente dos estudos de mudança fonológica, por meio dos quais era, por assim dizer, convincente dizer que um dado som num período 1 de uma língua determinada corresponderia ao mesmo som no período 2, ou que as palavras *chapter* e *captain* seriam, por diferentes caminhos, derivadas da mesma raiz latina *capit-*, no âmbito dos estudos da mudança sintática, não fazia sentido dizer que uma sentença x do Inglês Antigo corresponderia a uma sentença y, do Inglês Médio. Seria necessária, então, uma teoria da sintaxe, que possibilitasse ao analista dizer que, num T₁ (Tempo₁), uma língua apresentaria a Gramática₁ (G₁) e, no T₂, a “mesma” língua apresentaria G₂.

Lightfoot (1979) procura deixar claro que, para que fosse possível entender a sistematicidade da mudança sintática, era necessário tomar como ponto de referência um conceito de gramática abstrata. Isso seria fundamental para estudar mudanças simultâneas que, não obstante parecerem desconexas à primeira vista, poderiam estar relacionadas por princípios abstratos.

Com o objetivo de salientar a importância que o estudo da *mudança* poderia assumir no âmbito da Gramática Gerativa, Lightfoot (1979: 12) cita o trabalho de Kiparsky (1968), para quem o estudo da mudança histórica poderia abrir janelas para a compreensão da *competência linguística*, uma vez que, se entendia a mudança como uma mudança gramatical, haveria, por assim dizer, uma mudança na forma da *competência* e, por meio dela, seria possível verificar as restrições impostas por esse módulo da mente humana.

É importante notar que, na visão de Lightfoot (1979), a Gramática Gerativa não deveria funcionar como uma teoria de mudança por si só, mas sim como uma teoria da gramática, associada a um modelo de tratamento dos dados históricos. Deste modo, o sintaticista histórico investigaria os dados diacrônicos munido de um arcabouço que lhe possibilitaria dizer o que seria ou não uma *gramática*, o que lhe daria poder para, também, avaliar o que seria ou não uma mudança relevante. Eis aí, então, o papel de *interpretante* a ser exercido pela teoria gramatical.

No que diz respeito ao cenário brasileiro, as ideias de Lightfoot, bem como as reflexões trazidas pelo *Modelo de Princípios e Parâmetros*, exerceram influência nos estudos de Linguística Histórica. Para Tarallo (1984: 96), por exemplo, Lightfoot seria uma exceção no quadro dos linguistas gerativistas, que, de um modo geral, não se interessavam pela diacronia, e, para Mattos e Silva (1998), ele teria sido o responsável por mostrar, na segunda metade do século XX, que seria possível abordar a **mudança** através do prisma científico.

Segundo nos informa Faraco (2005), a década de 1970 foi marcada por mudanças teóricas no campo da Gramática Gerativa, geradas pela ideia de que a *gramática*, ao invés de derivar sentenças a partir de regras específicas, seria constituída por *princípios gerais*, incluindo-se também os *parâmetros*. Para o autor, tal mudança fazia com que a Gramática Gerativa adotasse uma perspectiva tipológica, por meio da qual o analista poderia agrupar e/ou separar línguas, levando em consideração seus aspectos estruturais. Assim, nessa nova perspectiva, a **mudança** também não seria vista como uma alteração nas regras de uma dada língua, mas sim como um fruto de alteração de alguns dos *princípios* da *gramática*:

[...] passa-se a entender a mudança como correlacionada com alterações na fixação dos parâmetros, isto é, a história é vista agora como um processo de mudança tipológica. Como diz Lightfoot (1981, p. 257), é a mudança na fixação de um parâmetro que pode estar por trás de um conjunto aparentemente não-relacionado de mudanças simultâneas, na medida em que um parâmetro é, nessa concepção de gramática, um conjunto de fenômenos inter-relacionados (FARACO, 2005: 168)

Na análise de Tarallo, veremos como tais ideias e práticas impactaram a produção do autor no campo da Linguística Histórica, influenciando o seu entendimento dos conceitos de **variação**, **mudança** e também de *português brasileiro*. Antes disso, faremos mais algumas considerações sobre o impacto da Gramática Gerativa na Linguística brasileira, dando especial destaque aos elementos que serão refletidos na Linguística Histórica de Fernando Tarallo.

2.5.1. Gramática Gerativa no Brasil

Conforme assinala Altman (1994: 400), de forma análoga ao ocorrido no cenário norte-americano, a Gramática Gerativa teria surgido no Brasil perpassada por polêmicas. Contudo, diferentemente do que ocorrera nos Estados Unidos, em que Chomsky e seus seguidores sustentavam uma *retórica de ruptura* com o *establishment* descritivista, os

gerativistas brasileiros procuraram romper com os estudos praticados no âmbito da gramática tradicional. Vejamos o que diz Batista (2007) a esse respeito:

O programa gerativista também criticou o ensino de português baseado na gramática tradicional e suas formas de análise e abordagem das línguas, levando a um movimento de revisão de conceitos e análises consideradas, pelos gerativistas, ultrapassadas, em nome de novas considerações com base nas propostas da Gramática Gerativa. Esse anseio encontra-se explicitado, por exemplo, na publicação do livro de Miriam Lemle, em 1984, *Análise sintática: teoria geral e descrição do português*. Lemle destacou na introdução do livro qual era seu objetivo: “lançar uma ponte entre a linguística teórica e o ensino escolar da gramática” (BATISTA, 2007: 104-5).

De acordo com Batista (2007: 171), de um modo geral, a produção brasileira em Gramática Gerativa entre os anos 1967-1983 pode ser caracterizada como uma aplicação dos modelos descritivos oriundos da *Teoria Padrão* e *Padrão Estendido*²⁸ aos dados do português²⁹. Segundo o autor, esse modo de recepção e de aplicação poderia ser percebido na própria composição argumentativa dos textos, nos quais se introduzia um problema já tratado pela literatura – normalmente, por um autor consagrado –, para depois aplicar o modelo gerativista ao tratamento de dados do português.

Batista (2007: 176) menciona que os fenômenos selecionados para estudo eram utilizados para fortalecer a *retórica de ruptura* da Gramática Gerativa no Brasil. Isto acontecia porque a atenção dos linguistas gerativistas se voltava para as particularidades sintáticas do português que, na perspectiva do grupo, não teriam sido tratadas de modo adequado por outras perspectivas teóricas.

Batista (2007: 134) chama a atenção para o fato de que os primeiros estudos em torno da Gramática Gerativa no Brasil tinham como uma de suas principais preocupações embasar os elementos teóricos do programa. Assim, eram privilegiadas pesquisas acerca de fenômenos que envolviam *ciclos transformacionais*, caracterizados pela passagem da *estrutura profunda* para a *estrutura superficial*. Um exemplo disso seria o estudo da passivização que, segundo o autor, aparecia em uma série de manuais sobre as estruturas sintáticas do português³⁰. Batista (2007: 139-40) salienta que, à medida que se privilegiavam os estudos sintáticos que partiam do pressuposto da existência de dois níveis de representação, fazia-se a crítica àqueles que

---

²⁸ Os modelos *Padrão* e *Padrão Estendido* são versões da Gramática Gerativa.

²⁹ Conforme argumentaremos adiante, essa prática de aplicação parece ter continuado na histórica da Linguística Brasileira, sobretudo com a emergência do modelo de *Regência e Ligação* que, como mostraremos, foi utilizado por Fernando Tarallo no âmbito da Linguística Histórica.

³⁰ De certo modo, podemos dizer que a análise do processo de relativização – e das orações complexas, de modo geral – também fundamenta a análise sintática em dois níveis – *estrutura profunda* e *estrutura superficial* –, uma vez que se trabalha com a noção de *movimento*.

trabalhavam apenas com os aspectos visíveis da *gramática*, sob a pecha de não apresentarem uma análise completa de determinados fenômenos. Contudo, os linguistas gerativistas também recebiam algumas críticas pelo fato de não apresentarem uma análise exaustiva dos fenômenos sintáticos da língua, mas somente daqueles que eram privilegiados pela teoria. Conforme assinala Batista (2007), tal fato seria uma marca da *Linguística de Recepção*, em que os próprios problemas linguísticos a serem investigados seriam determinados por modelos teóricos externos.

Na perspectiva de Kato & Ramos (1999), no que se refere à recepção da Gramática Gerativa no Brasil, o *Modelo de Princípios e Parâmetros* mostrou-se bastante produtivo. Segundo as autoras, tal fato teria se dado porque o PB apresentava alguns problemas para a aceitação peremptória de alguns conceitos formulados no interior desse modelo. Buscando esclarecer essas questões, alguns pesquisadores acabaram por se lançar ao estudo de dados empíricos, distanciando-se um pouco da metodologia comumente adotada pela Gramática Gerativa, cujo método por excelência seria o uso de dados introspectivos. A esse respeito, as autoras citam o *casamento* assumido pela teoria gerativa e pela metodologia variacionista, em Tarallo & Kato (1989), do qual trataremos adiante.

Kato & Ramos (1999: 118-9) salientam que os trabalhos em Gramática Gerativa também tiveram como foco a análise de fenômenos diacrônicos, os quais também fazem parte do cânone desse modelo teórico no Brasil. Segundo as autoras, o estudo da diacronia pautado pelos pressupostos da Teoria da Gramática teria a sua origem em questões relativas ao conceito de *português brasileiro* – o que, em nossa dissertação, temos chamado de ***problema linguístico brasileiro***. Nesse ponto, é importante notar que elas incorporam trabalho de Tarallo (1993) – que, posteriormente, será analisado em nossa dissertação –, para quem a decisão de se postular ou não uma *gramática* brasileira só poderia ser tomada com base na análise de aspectos estruturais.

Levando em consideração toda a revisão histórica realizada por Kato & Ramos (1999), acreditamos ser possível dizer que, para além do artigo de 1993, Fernando Tarallo está muito mais relacionado ao desenvolvimento da Gramática Gerativa do Brasil: primeiramente, duas das grandes pioneiras desses estudos no Brasil, Mary Kato e Charlotte Galves, foram suas grandes parceiras de pesquisa. Além disso, as autoras citam como pesquisas importantes para o desenvolvimento da Teoria da Gramática no Brasil os estudos de pesquisadoras como Jania

Martins Ramos (1992)³¹, Maria Eugênia Lamoglia Duarte (1986)³² e Rosane de Andrade Berlinck (1988)³³, as quais realizaram os seus estudos de pós-graduação justamente sob a orientação de Tarallo. Deste modo, nos **capítulos 5 e 6** verificaremos como os aspectos teóricos da Gramática Gerativa impactaram a obra desse autor.

A seguir, faremos breves considerações sobre o *problema linguístico brasileiro*, uma vez que, como defendemos nesta dissertação, tal questão científica – abordada com recurso a diferentes conceitos de *variação* e de *mudança* – parece ter sido uma das matrizes propulsoras do desenvolvimento da Linguística Histórica no Brasil.

2.6. Constituição do problema da língua no Brasil

Conforme atestam várias pesquisas historiográficas, a reflexão sobre o português falado no Brasil tem sido, desde o início, o principal fio condutor das pesquisas linguísticas nacionais. Objeto de interpretações controvertidas, o *problema* da língua no Brasil já dividiu “gregos” e “troianos”, “nacionalistas” e “comedidos”, entusiastas da língua brasileira genuína e defensores da língua portuguesa herdada dos antepassados europeus. Neste trabalho, abordaremos esse debate sob o conceito de *problema linguístico brasileiro*.

De acordo com Edith Pimentel Pinto (1978), a questão começa a ser abordada no século XIX, fora dos círculos de discussões específicas dos problemas linguísticos. O primeiro texto que faz menção ao tema é atribuído ao diplomata Domingos Borges de Barros (1780-1855), o chamado Visconde de Pedra Branca que, na ocasião, era ministro do Imperador, na França. Segundo Mendonça (1936), no século XIX, os estudos etnográficos haviam ganhado grande força na Europa, sobretudo na França, de modo que é aí que, em 1826, é publicada a obra *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe*, de Adrien Balbi, na qual Pedra Branca escreve sobre o Brasil. De acordo com Pinto (1978), nesse texto, Pedra Branca opõe o português falado no Brasil ao português de Portugal e ao francês, tendo como argumento as relações que, em tese, as línguas estabeleceriam com as sociedades. Segundo a autora, o diplomata centra a sua análise em aspectos fônicos e lexicais, definindo a língua

---

³¹ *Marcação de Caso e Mudança Sintática no Português do Brasil: uma abordagem gerativa e variacionista* (Tese de Doutorado, UNICAMP).

³² *Variação e Sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil* (Dissertação de Mestrado, PUC-SP).

³³ *A Ordem V SN no Português do Brasil: Sincronia e Diacronia* (Dissertação de Mestrado, UNICAMP).

falada no Brasil como uma língua dotada de características mais doces e amenas, em relação à língua de Portugal. Pedra Branca chama a língua analisada de *idioma brasileiro*.

O tratamento do *problema linguístico brasileiro*, que também teve o seu início no âmbito da literatura, parece ter sido sempre permeado pela oposição entre Portugal e Brasil. De acordo com Pinto (1978: XVI), foi Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) quem tornou essa questão um problema nacional, fazendo aumentar o interesse por sua investigação e documentação. Para o historiador, do ponto de vista linguístico, haveria unidade entre Brasil e Portugal que, juntos, constituiriam uma espécie de “domínio linguístico”, embora houvesse diferenças no plano da língua falada – sobretudo no léxico e na prosódia. De acordo com Pinto (1978), as propostas de Varnhagen demarcaram as linhas-mestras dos debates sobre a língua até o final do século XIX. Assim, aceitava-se que a fala brasileira apresentava aspectos diferentes em relação à portuguesa, ressalvada, é claro, a unidade da língua escrita – fato pelo qual o estudo dos clássicos era valorizado. Defendia-se, ainda, a herança do quinhentista do português aqui falado.

Em virtude dos questionamentos às propostas de unificação – isto é, estudos que defendiam a total semelhança entre a língua do Brasil e a língua de Portugal –, o movimento literário do Romantismo também teve grande participação nos debates acerca do *problema linguístico brasileiro*. De acordo com Pinto (1978), tais reflexões teriam se iniciado em um plano ideológico pouco formalizado que, com o passar do tempo, foi ganhando mais corpo. Segundo a autora, José de Alencar (1829-1877) foi a figura de maior proeminência no pensamento romântico sobre a língua do Brasil. Amparando-se em elementos do método histórico-comparativo, o literato defendia que, inevitavelmente, teria ocorrido transformações no português falado no Brasil. Para ele, as alterações linguísticas – *irreversíveis e fatais* – teriam sido feitas pelo povo e seriam profundas, tal qual ocorrera na passagem do latim para as línguas românicas. De acordo com Pinto (1978), embora falasse em uma espécie de *cisma gramatical* – a partir do qual se constituiria uma gramática brasileira –, Alencar nunca consolidou ou formalizou essas ideias e, sempre que procurava se defender das críticas recebidas por sua forma de escrever, recorria aos preceitos da gramática normativa tradicional – que era, por assim dizer, eminentemente portuguesa –, formulava etimologias, voltava ao latim e ao passado da língua. Por tais razões, Pinto (1978) considera o pensamento linguístico de Alencar *lacunoso e contraditório*. Por outro lado, segundo a autora, o literato e seus contemporâneos esforçavam-se por romper com o passado português, valorizando a língua

corrente de sua época. Dada a escassa presença de elementos empíricos na argumentação de Alencar, Pinto (1978) situa os questionamentos do autor mais no plano literário do que no propriamente linguístico. Assim, para Pinto (1978) haveria uma oposição entre as discussões guiadas pelo *pensamento teórico* – embasado na observação de fatos gramaticais – e o pensamento *estético-nacionalista* – caracterizado pelo teor subjetivo dos argumentos: para Pinto (1978), Alencar seguiria essa segunda tendência³⁴.

De acordo com Pinto (1978), no decorrer do século XIX, também ocorreu um forte movimento dedicado à documentação da realidade linguística brasileira, momento no qual a dimensão lexical foi muito privilegiada. Um dos principais argumentos sustentados por alguns autores era que a língua portuguesa, transportada para novas terras, demandava, por conseguinte, novos meios de expressão para as novas ideias que aqui surgiam. Assim, as seguintes palavras permeavam os debates: *brasileirismos*, *neologismos* e *estrangeirismos*.

Segundo Mendonça (1936), nessa época, a Lexicografia emergiu como a disciplina relevante para o tratamento das questões linguísticas brasileiras, gerando vários produtos: glossários de provincianismos, glossários de nomes populares de plantas, de aves etc. Para o autor, o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, escrito por Antônio Joaquim de **Macedo Soares** (1838-1905), figura como a grande obra do momento – bem como os *Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro*, também de Macedo Soares. De acordo com Mendonça (1936), outro marco no âmbito da Lexicografia brasileira do período foi a publicação do *Diccionario Grammatical* (1889), de **João Batista Ribeiro** de Andrade Fernandes (1860-1934), dada a aplicação pioneira do método histórico-comparativo. Segundo nos parece, a utilização daquilo que Mendonça chama de *cultura linguística comparada* era de fundamental importância no estudo dos “brasileirismos”, pois o *método* auxiliaria na checagem dos termos surgidos com a evolução da língua em solo nacional ou, por outro lado, daqueles que haviam sido herdados da língua da antiga Metrópole.

Segundo nos informa Pinto (1978), nesse período de intenso debate sobre o *problema linguístico brasileiro*, houve, também, a oposição entre os *legitimistas* e os *separatistas*. Ainda situados na esfera literária, os dois grupos tinham como objetivo comum recusar as acusações de incorreção gramatical que os portugueses lançavam contra os escritores brasileiros. Contudo, cada um deles adotava diferentes modos de argumentação: os

---

³⁴ Vale dizer que, em nossa pesquisa, em que optamos por utilizar o arcabouço teórico de Fleck (2010), não há uma distinção clara entre os aspectos “internos” ou “externos” à prática científica, uma vez que eles podem se retroalimentar.

legitimistas – também chamados de *puristas* – argumentavam com base na própria gramática portuguesa, apoiando-se no conhecimento que possuíam do presente e do passado da língua; os *separatistas*, por sua vez, tinham como argumento a realidade linguística brasileira que lhes era contemporânea. Ambos os grupos, porém, procuravam embasar a argumentação com dados reais, fosse através da coleta de fatos de fala – como ocorre em Macedo Soares –, ou por meio de hipóteses histórico-etimológicas.

Pinto (1978: XXXII) comenta que, durante o século XIX, houve um clima de instabilidade terminológica para se definir a língua falada no Brasil. Para Coelho (2008: 142), esse tema teria emergido influenciado pela esfera política – visto que o Brasil acabava de se tornar um país independente –, e teria permeado os mais diferentes tipos de textos, como projetos políticos, textos literários, etnográficos, históricos e folclóricos. No que diz respeito à nomeação da língua, Pinto (1978) nos informa que havia oscilações entre as seguintes designações: *dialeto brasileiro*, *luso-brasileiro*, *luso americano*, *neoportuguês*, *brasileiro*. No que se refere ao termo *dialeto*, a autora destaca as dificuldades e disparidades de conceituação, pois, se para uns, *dialeto* seria a designação para um estágio intermediário no caminho de formação de uma *língua*, para outros o termo já designaria um resultado completo. De acordo com a autora, por vezes, era possível encontrar contradições no interior da obra de um mesmo autor: João Ribeiro, por exemplo, ao comentar o *Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* – de Macedo Soares –, definia o termo *dialeto* como uma língua de civilização, afirmando que a língua do Brasil seria um *dialeto* quando ela se tornasse um *veículo aperfeiçoado de comunicação*. Contudo, em seu *Dicionário Gramatical* (1889), Ribeiro definia *dialeto* como “o conjunto das diferenças que caracterizam a linguagem de uma província ou colônia em relação à língua da metrópole”.

De acordo com Coelho (2008: 144), houve uma considerável produção lexicográfica que se ocupou do tratamento do ***problema linguístico brasileiro***. Segundo a autora, alguns dos estudiosos da área eram ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – como Brás da Costa Rubim (1817-1871) e Visconde Henrique de Beaupaire-Rohan (1812-1894), autores do *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa* e do *Dicionário de vocábulos brasileiros*, respectivamente –, cujo principal objetivo era inserir o Brasil no conjunto dos países civilizados por meio da valorização das suas particularidades históricas, geográficas, científicas etc. Nesse contexto, a língua não era vista

como um objeto autônomo, mas sim como mais uma peça para se entender o Brasil e fixar o seu perfil.

A relação que o português teria estabelecido com as línguas indígenas e africanas também foi uma questão pontuada na discussão do *problema linguístico brasileiro*. De acordo com Pinto (1978: XXXIII), embora Varnhagen tenha feito uma ligeira aproximação do *problema* em sua obra, ressaltando que as línguas ameríndias e africanas não teriam influenciado o português, a primeira abordagem oficial da questão – embora superficial – data do fim dos anos 1880. Novamente, a questão não começa a ser tratada no terreno filológico-linguístico, mas sim por um estudioso da literatura, a saber, Sílvio Romero³⁵. Para Romero, o Brasil colonial apresentava uma situação de bilinguismo, visto que aos índios e africanos – que possuíam suas próprias línguas –, por razões socioculturais, era imposta a língua portuguesa. Segundo o literato, o bilinguismo poderia ser atestado por algumas canções populares, nas quais se justapunham as duas línguas. Assim, o autor buscava caracterizar a formação de um *proto-crioulo* brasileiro. De acordo com Pinto (1978), Romero também observou a situação de bilinguismo pela qual passavam os demais aloglotas em solo brasileiro, como os imigrantes europeus, por exemplo. Para ele, uma consequência do contato desses indivíduos com o português colonial teria sido uma espécie de dialetação regional.

Mendonça (1936), ao tratar da falta de conhecimento dos impactos que as línguas africanas teriam deixado no português brasileiro, credita o fato a um certo descaso que os estudiosos nutriam pelos assuntos culturais. Já Silva Neto (1963[1950]) – autor que, como veremos, assumirá uma postura sobre o tema totalmente diferente da de Renato Mendonça –, em crítica aos autores que partiam da premissa da grande influência das línguas africanas no português, questionará as bases científicas de tais afirmações.

Ao fazer um balanço das discussões em torno do *problema linguístico brasileiro* processadas durante o século XIX, Pinto (1978) afirma que, raramente, houve uma interpretação objetiva da questão. Segundo a autora, de modo geral, os estudos foram caracterizados pela polêmica e pelos ideais nacionalistas. Além disso, uma forte característica do período foi o *ecletismo* teórico. De acordo com Pinto (1978: XLVI), a citação de autores começa a surgir de forma mais sistemática a partir de 1880 e, mesmo assim, demonstrava que os estudiosos liam os autores estrangeiros de forma afoita, pois apresentavam dificuldades de

---

³⁵ Como vimos anteriormente, as reflexões do filólogo português Francisco Adolfo Coelho também foram de grande importância para as discussões sobre o tema.

assimilação dos conceitos, buscando, talvez inconscientemente, a conciliação de arcabouços teóricos excludentes. Em geral, os textos citavam alguma autoridade estrangeira no campo da Linguística, responsabilizando-a por algum conceito que, algumas vezes, não correspondia às verdadeiras ideias veiculadas pelo estudioso em questão.

No segundo volume de sua obra, Pinto (1981) nos informa que, ainda na primeira metade do século XX, permanecia a indefinição metalinguística para designar a língua falada no Brasil. De acordo com ela, nesse período serão comuns expressões como *língua nacional*, *linguajar nacional*, *nosso linguajar* etc., que, de certo modo, indicavam certa reserva no tratamento da questão, até mesmo por parte dos especialistas. Segundo a autora, muitos estudiosos optavam pelo uso do termo *dialeto*, o que incorria em confusões ainda maiores, uma vez que o mesmo termo era utilizado para se referir tanto à língua do Brasil como um todo quanto às variedades regionais.

De acordo com Pinto (1981: XVIII) ocorre, no século XX, uma mudança de enfoque nas pesquisas, que vão do terreno filológico para o dialetológico. Na perspectiva da autora, a oposição entre Filologia e Dialetologia se sustentava pelo fato de a segunda dar mais relevo ao estudo da língua falada, em detrimento do exame das obras literárias. Pinto (1981) indica os seguintes autores como pioneiros desse tipo de investigação: Amadeu Amaral³⁶ (*O Dialeto Caipira*, 1920) e Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira³⁷ (*A Língua Nacional e seu Estudo*, 1920). Citando especificamente *O Dialeto Caipira*, Pinto (1981) indica algumas das tendências que os estudos passavam a apresentar: pouca atenção à etimologia e à documentação histórica e relevo para os traços da língua corrente – sobretudo traços da gramática e do vocabulário³⁸. De acordo com a autora, o propósito desses estudiosos era, inspirados em José Leite de Vasconcelos (1858-1941), construir uma visão completa da variedade da língua falada no Brasil, a partir de monografias de falares regionais.

Outro aspecto que Pinto (1981) notou nesse tipo de produção é que, com o advento da Independência, no século XIX, houve um conjunto de propostas de periodização do português no Brasil que tomou esse evento revolucionário no plano político também como um momento de ruptura linguística. Antenor Nascentes (1886-1966), por exemplo, estabeleceu a data de 1822 como um marco divisor na história da língua, caracterizado por mudanças fonéticas,

---

³⁶ (1875-1929)

³⁷ (1883-1967)

³⁸ No texto de Amadeu Amaral, por exemplo, além das partes destinadas ao vocabulário, há os seguintes capítulos: *I) Fonética; II) Lexicologia; III) Morfologia e IV) Sintaxe*.

morfológicas e sintáticas, e Renato Mendonça identificou a mesma data como o momento de proclamação da independência linguística. Segundo Pinto, esses estudos permaneceriam pouco aprofundados até os anos 1950, quando surgiria a proposta de periodização de **Serafim Pereira da Silva Neto** (1917-1960).

Um panorama dessas discussões também é dado por Elia (1961), que estudou o debate entre aqueles que defendiam a existência de uma língua genuinamente brasileira e aqueles que argumentavam em favor da continuidade da língua portuguesa no Brasil. Segundo o autor, os estudiosos que defendiam a existência da *língua brasileira* possuíam uma *base comum* de pensamento, cuja concepção fundamental era que o processo de mudança linguística era inexorável, não sujeito à ação de aspectos sociais. Em linhas gerais, as línguas eram consideradas como *organismos vivos* e, por isso, imitavam o seu processo de funcionamento.

Segundo Elia (1961: 88), em contraposição às ideias e práticas linguísticas que privilegiavam o estudo dos fenômenos linguísticos naturais e automáticos, no século XX, despontavam novas perspectivas de análise, que buscavam assinalar o que as línguas – e os processos que lhes caracterizam – tinham de específico e de humano. Buscava-se, então, a compreensão da língua como um objeto cultural. Essa concepção cultural de língua seria característica dos trabalhos de muitos dos oponentes da *Escola da Língua Brasileira*, como o próprio Serafim da Silva Neto. Segundo nos informa Sílvia Elia, Silva Neto acreditava que a linguagem era um fato cultural e que, por isso, opunha-se aos fatos naturais.

Feito esse panorama do *problema linguístico brasileiro*, veremos, nos capítulos seguintes, como ele foi tratado na obra dos autores selecionados para o nosso exame.

Capítulo 3

Serafim da Silva Neto (1950): *Horizonte de Retrospecção, Objeto Observacional e Objeto Teórico*

3.0 Introdução

O objetivo deste capítulo é verificar como se dá a construção do *objeto teórico* e do *objeto observacional* na *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* – doravante IELPB –, publicada por Serafim da Silva Neto, em 1950. Para tanto, reconstruiremos alguns aspectos *horizonte de retrospecção* desse autor, o contexto de emergência da IELPB, e as possíveis influências no tratamento dos fenômenos de *variação* e *mudança linguísticas*.

3.1. Perspectivas de um Romanista em Terras Coloniais: formulação do *Objeto Observacional* e do *Objeto Teórico* de Serafim da Silva Neto

Uma característica bastante comum, presente nos textos que propõem periodizações para os estudos linguísticos brasileiros, é a divisão em gerações dos grupos de profissionais que se dedicaram a essa temática antes da institucionalização da Linguística no Brasil como uma disciplina autônoma. Conforme vemos na literatura (cf. COELHO 1998, ALTMAN 2004, entre outros) até os anos 1960, a disciplina científica autorizada para tratar dos estudos linguísticos no Brasil era a Filologia. Vemos em Altman (2004), por exemplo, que a Filologia era a área de especialidade privilegiada nas designações de cátedras, centros de pesquisa e periódicos científicos da época. Nesse sentido, diz-se que, antes dos anos 1960, as principais pesquisas sobre a língua no Brasil foram realizadas por gerações de filólogos.

Em seu estudo sobre o papel desempenhado por Serafim da Silva Neto na liderança da pesquisa filológica brasileira na primeira metade do século XX, Coelho (1998) divide os estudiosos que se dedicaram a essa disciplina em duas gerações: (1) a geração de 1920 e (2) a geração de 1940. Por vezes conhecidos como estudiosos autodidatas, os representantes da geração de 1920 são considerados os precursores de uma maneira “profissional” de tratamento das línguas no Brasil, buscando as relações que elas guardavam com outros elementos culturais. De acordo com Coelho (1998), além de se constituírem como pioneiros do novo empreendimento científico no Brasil, alguns dos filólogos da geração de 1920 foram os professores dos estudiosos da geração de 1940, contribuindo, assim, para a articulação de

um grupo científico. São alguns dos nomes da geração de 1920: **João Batista Ribeiro** de Andrade Fernandes (1860-1934); Manuel **Said Ali** Ida (1861-1953); **Amadeu Amaral** (1875-1929); **Otoniel Mota** (1878-1951); **José Rodrigues Leite de Oiticica** (1882-1957); Álvaro Ferdinando de **Sousa da Silveira** (1883-1967); **Antenor Veras Nascentes** (1886-1966); **Augusto Magne S.J.** (1887-1966); Ismael de **Lima Coutinho** (?-1965), **Clóvis do Rego Monteiro**¹ (1898-?). Levando em consideração o fato que a formação em Letras só seria possibilitada com a fundação das Faculdades de Filosofia, nos anos 1930, muitos dos estudiosos da geração de 1920 vinham de outras áreas do saber, como do Direito, das Artes e até mesmo da Engenharia.

Dentre as áreas de investigação privilegiadas pelos filólogos da geração de 1920, Coelho (1998: 80) destaca os seguintes temas e seus respectivos investigadores: a edição de textos antigos (Said Ali, Sousa da Silveira, Magne, por exemplo); a gramática (histórica ou normativa) da língua ou das partes dela (João Ribeiro; Said Ali; Otoniel Mota; Oiticica; Lima Coutinho; Monteiro; Sousa da Silveira); dialetologia/estudos da variação brasileira do português (João Ribeiro; Amaral; Nascentes; Monteiro); etimologia, lexicografia/terminografia (João Ribeiro; Nascentes; Magne); estilística (Said Ali; Oiticica); crítica/história da literatura (João Ribeiro; Monteiro).

Coelho (1998) também salienta que, no plano teórico-metodológico, havia uma aproximação entre os estudiosos brasileiros da geração de 1920 e a tradição filológica europeia, sobretudo a lusitana, com quem os estudiosos brasileiros acreditavam dividir o estudo do mesmo *objeto observacional*, a saber: a língua portuguesa². De acordo com a autora, tanto a geração de 1920 quanto a de 1940, abonavam as ideias dos seguintes autores: Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1926) e José Leite de Vasconcelos (1858-1941). Tal aspecto também é mencionado por Mattos e Silva (1988), nos seguintes termos:

---

¹ Negritos constantes do texto de Coelho (1998), para destacar os nomes pelos quais esses autores se tornaram mais conhecidos.

² Conforme discutiremos mais adiante, Portugal – e os autores da Filologia Românica como um todo – também será tomado como referência pelos integrantes da Segunda Geração dos filólogos, o que, segundo nos parece, fará surgir algumas *estratégias de adaptação* (SWIGGERS, 1988).

Nos seus primeiros tempos, como até hoje, em geral, os estudos linguísticos no Brasil não escolheram seus rumos. Seguindo modas, tendências ou modelos perseguimos, como podemos, os reflexos dos centros culturais, em torno dos quais, a depender do momento histórico, giramos quase que como satélites. Assim ocorreu com o primeiro momento da Linguística Histórica no Brasil. Seguimos, nesse primeiro momento, o percurso que então palmilhava Portugal que, por sua vez, refletia as orientações teórico-metodológicas européias, sobretudo francesas e alemãs. É o estudo da história da língua portuguesa que ocupava o centro da pesquisa em Portugal e que se estendeu para o Brasil (MATTOS E SILVA, 1988: 95).

No que se refere à geração de 1940, vemos em Coelho (1998) que os estudiosos a ela pertencentes tomaram seus antecessores como grandes mestres da Filologia. São alguns de seus representantes: Joaquim **Mattoso Câmara** Júnior (1904-1970); **Ernesto de Faria** Júnior (1906-1979); Rosário Farani **Mansur Guérios** (1907-1987); Francisco da **Silveira Bueno** (1898-1989); **Celso** Ferreira da **Cunha** (1917-1989); Serafim Pereira da **Silva Neto** (1917-1960); **Sílvio** Edmundo **Elia** (1913-1998); e Gladstone **Chaves de Melo** (1917-2001).

De acordo com Coelho (1998), embora muitos dos representantes da Filologia dos anos 1940 ainda fossem autodidatas nos estudos linguísticos, uma vez que as Faculdades de Filosofia haviam sido criadas apenas na década de 1930, eles puderam usufruir desses espaços para o ensino e pesquisa na área, o que significava possuir um contexto mais propício para a especialização do grupo recém-articulado.

Embora os profissionais da Geração de 1940 ainda cultivassem algumas linhas de pesquisa já muito praticadas pela tradição filológica anterior – como a edição de textos, por exemplo – esses novos filólogos se interessaram pelo trabalho em algumas áreas de pesquisa apenas impulsionadas pela Geração de 1920, as quais se aproximavam bastante da investigação da língua falada, a saber: os estudos sobre a língua portuguesa no Brasil e os estudos dialetológicos. Tais gestos marcam um período de profissionalização da discussão do *problema linguístico brasileiro* no terreno propriamente linguístico-filológico. A esse respeito, vejamos o que diz Altman (2004):

Os trabalhos da tradição dialetológica tiveram na descrição/caracterização do português falado no Brasil seu principal problema a resolver, e na recolha direta de *corpora*, sua metodologia de investigação principal. Em outras palavras, tal como foi proposto nos anos 20, tratava-se de um programa de pesquisa que valorizava o trabalho de levantamento de dados ditos objetivos, e que tinha, na língua falada no Brasil, seu principal material de análise e descrição [...] (ALTMAN, 2004: 79-80).

No período em que os estudiosos da *Geração de 1940* exerceram a sua atividade profissional, foram criadas várias publicações destinadas aos estudos linguísticos e também alguns centros de pesquisa, o que mostra um grande impulso de especialização da Filologia no momento e o fortalecimento do *coletivo de pensamento*. Dentre as publicações periódicas,

destacamos as seguintes: *Revista Filológica. Arquivo de estudos de Filologia, História, Etnografia, Folclore e Crítica Literária* (1940-1956); o *Boletim de Filologia* (1946-1949) – este último organizado por Antenor Nascentes, Ernesto Faria, Mattoso Câmara, Silva Neto e Sílvio Elia –; e a *Revista Brasileira de Filologia* (1955-1961). Em relação aos centros de pesquisa, merece destaque a fundação, em 1953, por Silva Neto, do Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira, no Museu Nacional (Rio de Janeiro). A seguinte citação de Silva Neto – que faz o prólogo da primeira edição da RBF – já dá uma noção dos principais objetivos ou *problemas* abordados por essa geração: “Apesar do interesse, que já frisamos, por todos os assuntos relativos à língua portuguesa, sem qualquer restrição geográfica, a nossa revista pretende dar atenção especial ao português do Brasil” (Silva Neto, 1955: 1). Vemos, assim, que o que se entendia por *português do Brasil* figurava como *objeto observacional* privilegiado pelos estudiosos da Filologia do momento.

Tomando como base a teoria de Murray (1994) sobre a formação dos chamados *grupos científicos*, Coelho (1998) define Silva Neto como um *líder intelectual e organizacional* da Filologia brasileira dos anos 1940. Tendo começado a escrever textos sobre língua ainda na juventude – com apenas 18 anos –, dentro do pouco tempo de vida que teve – visto que o autor morreu aos 43 anos de idade –, Silva Neto foi um dos estudiosos da linguagem mais respeitados de seu tempo e, frequentemente, é considerado precursor na discussão de muitas questões relevantes no âmbito da Linguística Histórica brasileira contemporânea (cf. MATTOS E SILVA, 1988, 1999, 2004; LOBO, 1994; PAGOTTO, 2007). O prestígio de que gozava junto à comunidade filológica pode ser checado através de várias fontes, mas, como exemplo, trazemos o seguinte trecho do obituário escrito por Sílvio Elia na *Revista Brasileira de Filologia*, periódico que Silva Neto havia ajudado a fundar há alguns anos antes:

[...] O compromisso de uma Revista Brasileira de Filologia, sempre no alto nível de verdadeira alavanca dos estudos linguísticos no Brasil, quer no plano das especulações de caráter mais geral, quer no das investigações no campo românico³ ou mais restritamente ibero-românico, quer ainda no das pesquisas pioneiras dos falares brasileiros (o Atlas Linguístico Nacional, com que tanto sonhara!) é a mais solene e significativa homenagem que, nestas linhas de saudade e reverência, poderemos prestar ao talento, e às ideias e aos ideais daquele que foi, em vida, a mais autêntica expressão do saber alto, puro, desinteressado e lídimo que as letras filológicas nacionais jamais conheceram⁴. (Elia, 1960: 13)

---

³ Conforme veremos adiante, os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Românica serão essenciais para a conceituação que os estudiosos dessa geração – particularmente Serafim da Silva Neto – farão do português falado no Brasil.

⁴ Grifos e negritos são nossos.

Tendo se formado em Direito, no ano de 1939, Silva Neto prestou um concurso para lecionar na cadeira de Língua Portuguesa do Liceu Nilo Pessanha, com a tese *Divergência e convergência na evolução fonética*. Quando tinha 18 anos, começou a escrever os textos que constariam de sua obra *Fontes do latim vulgar: o Appendix Probi*. A respeito desse texto – que ganharia, em 1937, o 3º lugar do prêmio *Francisco Alves* da Academia Brasileira de Letras –, escreve Sílvia Elia no obituário de Silva Neto:

[...] viria a ser um marco da renovação filológica no Brasil [...]. Esse livro foi uma revelação de estudioso e pesquisador, pois demonstrava informação filológica tão vasta e segura qual não se encontrava mesmo entre vários dos mais distintos mestres da época. A estreia o elevou de chofre ao primeiro plano da Filologia Brasileira e ensinou a um outro professor, também jovem e em plena ascensão, o atualmente consagrado Ernesto Faria, a oportunidade de convidá-lo para assistente de sua cadeira na Faculdade Nacional de Filosofia. Desde então o nome, a cultura e a produção intelectual de Serafim da Silva Neto só fizeram crescer em quantidade e qualidade. (ELIA, 1960: 10)

Levando em consideração o trecho citado, podemos depreender que Silva Neto estava ligado às teorias e práticas do *coletivo de pensamento* da Filologia de seu tempo, compartilhando, certamente, do mesmo *objeto observacional* e *objeto teórico*.

Silva Neto foi catedrático fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, por concurso, ocupou a cátedra de Filologia Românica da Universidade do Brasil. De acordo com Elia (1960), a posição mais honrosa que o filólogo ocupou foi na Universidade de Lisboa, em que, a convite do governo português, permaneceu dois anos lecionando Filologia Portuguesa.

Um dos principais objetivos de Silva Neto era incutir nos estudiosos da linguagem do período uma *mentalidade dialetológica*, a partir da qual se estudariam os falares brasileiros, proposta esta que estava perfeitamente alinhada às ideias e práticas linguísticas da *Geração de 1940*. Esse objetivo o levou a vários pontos do país para ministrar cursos e conferências. Com efeito, na *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* (1950), Silva Neto dá uma atenção especial ao tratamento dos *falares brasileiros*, demonstrando como os fenômenos de *variação* e *mudança linguística* se comportavam nos espaços regionais.

Partindo de um entendimento amplo da Filologia, Silva Neto propunha que essa disciplina deveria estar integrada às demais Ciências do Homem, possibilitando o uso de diferentes métodos para a análise dos fatos linguísticos. Posicionava-se contra o estudo linguístico pautado por preceitos puristas, contra o naturalismo proposto por alguns linguistas do século XIX e também contra os neogramáticos. Seu pensamento linguístico parece ser ancorado no conceito de *língua* como um fenômeno sociocultural, fato notório já no início da

IELPB: “*A modesta obrinha que agora apresentamos faz parte, de campo muito mais vasto do que a simples linguística: a Etnografia brasileira*”⁵.

No que diz respeito à determinação das relações estabelecidas no interior do *objeto teórico*, vemos que, à época da publicação da IELPB, havia uma oposição clara entre *história interna* e *história externa* nos estudos sobre a ***mudança linguística***, fato que podemos notar no próprio texto introdutório de Silva Neto (1950), que distingue os dois ramos da pesquisa linguística: a *história externa* seria o estudo da mudança linguística com enfoque etnográfico-social, ao passo que a *história interna* seria representada pela Dialetologia e teria um caráter filológico-linguístico, atendo-se aos dados de língua em transformação. Na IELPB, o autor faz questão de salientar que se enveredará pelo campo da história externa da língua portuguesa no Brasil, seara que, de acordo com ele, teria sido pouco desenvolvida até a publicação de sua obra. Será com argumentos dessa natureza que Silva Neto tomará parte no debate sobre o ***problema linguístico brasileiro***.

Vale dizer que, tal qual vimos na **seção 2.6 do capítulo 2**, no que se refere ao *clima de opinião intelectual*, a IELPB está inserida numa série de discursos polêmicos sobre a língua do Brasil, e que sua publicação visava, de certo modo, por um ponto final no debate por meio do esclarecimento de alguns pontos que, segundo autor, haviam sido analisados de maneira errônea por seus predecessores e contemporâneos. Dentre os autores mais criticados por Silva Neto estava Renato Firmino Maia de Mendonça (1912-1990) que, de acordo com Elia (1961), defendia uma visão evolucionista do processo de mudança linguística. Tendo em vista a oposição que Silva Neto colocará às ideias de Mendonça, faremos algumas observações sobre a obra desse autor.

3.1.1. O lugar de Mendonça (1936) frente à Geração de 1940

Renato Mendonça faz menção ao ***problema linguístico brasileiro*** já no prefácio de seu livro *O Português do Brasil: origens, evolução, tendências* (1936). De acordo com ele, haveria um debate entre os estudiosos que defendiam a existência de uma *língua brasileira* diferente do português e outros que combatiam tais ideias. A obra de Mendonça tomaria o

---

⁵ No **capítulo 4**, veremos se tais elementos da *capa teórica* são efetivamente encontrados na abordagem do autor ao ***problema linguístico brasileiro***.

primeiro caminho. Ao analisar outra obra do autor – mais especificamente *A Influência Africana no Português do Brasil* (1933) –, Borges (2015: 106) nos mostra que um dos principais objetivos de Mendonça era contribuir para a *independência e cultura do idioma nacional*. Assim, o autor desejava *codificar* as mudanças que teriam afastado o português brasileiro da variedade portuguesa da língua.

Professor no Colégio Pedro II – cargo que lhe permitia fazer pesquisas no campo do folclore e da literatura regional –, Mendonça nos informa já no prefácio da obra o seu interesse em codificar as alterações do português do Brasil. Segundo o autor, a língua culta utilizada nas capitais não deveria, por assim dizer, figurar como *objeto observacional* da pesquisa, pois gerava uma visão equivocada da realidade linguística do português americano, uma vez que o povo brasileiro e o seu modo de falar eram, em grande escala, ignorados. A geografia linguística colocaria por terra tal visão errônea do fenômeno, uma vez que ela forneceria elementos para se negar a utópica homogeneidade existente entre a língua falada em Lisboa e a língua falada no Rio de Janeiro. Para Mendonça, o português falado no Brasil era, por assim dizer, *sui generis*.

No âmbito do *objeto teórico*, a tese central da obra de Mendonça (1936) era que o contato do português com as línguas indígenas e africanas teria modificado a língua transplantada da Europa para a América⁶. O autor chega até mesmo a utilizar o termo *brasileiro*, afirmando que essa língua era caracterizada por uma pronúncia particular, bem como por um vocabulário e um modo diferente de coordenar as palavras.

Para fundamentar as suas considerações, Mendonça (1936) se vale dos preceitos da Geografia Linguística. Para ele, tal disciplina teria surgido quando os fenômenos fonéticos, lexicais, morfológicos e sintáticos começaram a ser lidos como propriedades regionais, o que levou à apropriação de alguns aspectos teórico-metodológicos da Geografia por parte dos estudiosos da linguagem – fato este que entendemos como *tráfego intercoletivo de pensamento*. Assim, para o autor, alguns fenômenos linguísticos poderiam ser explicados com base em argumentos geográficos, como a diversificação dialetal, por exemplo, que, em tese, seria maior nas montanhas do que nas planícies. Conforme diz o próprio Mendonça: “O confronto, então destas várias cartas linguísticas das regiões contíguas esclarece bem as diferenciações dialetais, que o território, aliado a causas históricas e sociais, produz na

---

⁶ Posteriormente, a noção de *língua transplantada* será discutida com base no conceito de *tradição* (ALONSO, 2012).

unidade de um idioma” (MENDONÇA, 1936: 20). Sendo assim, Mendonça defenderá a existência de uma língua diferente no território brasileiro, uma vez que haveria uma específica *geografia linguística do português do Brasil*.

Para Mendonça (1936), a ideia da existência de um único *dialeto brasileiro* era equivocada, de modo que seria necessário considerar a variabilidade da língua ao longo do território. Assim, para o autor, a diferenciação do *português do Brasil* em relação à língua da Metrópole teria se iniciado quando, por ocasião do *transplante* colonial, o português teria se desvinculado do seu tronco materno, e, posteriormente, a modificação teria se dado por conta da relação entre a continuidade geográfica e os elementos socioculturais, formando os *subdialetos do português do Brasil*.

De acordo com Mendonça (1936: 199), o lexicógrafo Rodolfo Garcia (1873-1949) foi um dos primeiros estudiosos a abordar a dialetação do *português do Brasil* sob a perspectiva geográfica. Segundo Mendonça, Garcia fez uso de conhecimentos etnográficos, geográficos e históricos para segmentar a língua falada no Brasil, uma vez que, para o lexicógrafo, a formação dos *sub-dialetos* brasileiros poderia ser explicada por várias *condições mesológicas*, a saber: a continuidade territorial; a facilidade de comunicações terrestres, marítimas ou fluviais; a homogeneidade ou a heterogeneidade das culturas; os elementos étnicos da população. De acordo com Mendonça, levando em consideração a incidência de determinados fatos de linguagem e as condições extralinguísticas apontadas, Garcia distinguiu cinco zonas de *subdialetos* brasileiros, a saber: (I) Norte (Amazonas, Pará, Maranhão); (II) Norte-Oriental (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas); (III) Central-Marítima (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro); (IV) Meridional (São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul); (V) Alti-plana-central (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso. De acordo com Mendonça (1933: 199-201), Garcia elenca os seguintes aspectos diferenciadores de cada zona: (I) nessa *zona*, Garcia destaca o papel do índio na miscigenação e o caráter extrativo da economia, o que leva ao nomadismo da população; (II) a predominância do *elemento negro* é destaque na formação étnica e cultural dessa segunda *zona*; (III) nessa terceira *zona*, Garcia destaca o extermínio do índio e a consequente predominância das matrizes negras; (IV) de acordo com Garcia, a quarta *zona* será caracterizada pela ausência quase completa do *elemento negro* na sua formação étnica e, dada as suas características espaciais – regiões montanhosas, por exemplo –, também ela também se caracterizará pela

diversidade de culturas; (IV) na quarta *zona*, por fim, será descrita como uma região isolada e montanhosa, eminentemente rural.

Partindo do ponto de vista dialetológico, Mendonça (1936: 201-2) problematiza algumas das generalizações feitas por Rodolfo Garcia. De acordo com o primeiro autor, seria necessário atentar para o fato de que, no campo da Dialetologia, as generalizações eram perpassadas pela instabilidade, uma vez que seu objeto de análise era a realidade viva da língua, cujo principal aspecto era estar em constante mudança. Além disso, teriam sido agrupadas sob o mesmo *subdialecto* realidades linguísticas bastante distintas, como a de São Paulo e a do Rio Grande do Sul.

Para Mendonça (1936: 203), a *Geografia Linguística do Português do Brasil* corresponderia à delimitação das várias áreas dialetais do país. Delimitando o seu *objeto teórico*, o autor afirma que tal tarefa seria factível por uma *linguística externa*, uma vez que essa disciplina abriria espaço para o estabelecimento de relações interdisciplinares, necessárias ao estudo de qualquer fenômeno histórico, como a língua. Nesse sentido, para Mendonça (1936: 203), a distribuição antropológica ao longo das regiões brasileiras poderia corroborar muitas interpretações sobre os dados linguísticos. Mendonça destaca ainda a relevância do folclore para os estudos filológicos, exemplificada no trabalho de Júlio Moreira, filólogo português que hauriu várias análises linguísticas a partir dos dados coligidos por Sílvio Romero (1851-1914) nos *Contos populares do Brasil* (1911). A noção de *linguística externa* (MENDONÇA, 1936) parece se aproximar do conceito de *história externa da língua*, mobilizado por Silva Neto (1950), uma vez que ambas as perspectivas de análise procurarão estabelecer relações entre os fenômenos linguísticos e os aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos etc. Contudo, conforme veremos mais adiante, a utilização desses conceitos parece se dar de modo diferente na obra de Mendonça (1936) e em Silva Neto (1950), o que evidencia que os autores não compartilham o mesmo *objeto teórico*.

Dada a ancoragem de sua obra nos aspectos teórico-metodológicos da Geografia Linguística, um dos principais *problemas* que Mendonça (1936) procurará investigar é o da *variação linguística* no território brasileiro. De acordo com o autor, além da descontinuidade geográfica entre Portugal e Brasil – que, nas palavras do Mendonça, teria feito o português *respirar no Brasil com os próprios pulmões, sem a placenta intermediária da língua mater* (MENDONÇA, 1936: 126) – a língua desses dois espaços se diferenciaria por razões de natureza histórica: como Portugal não dispunha de contingente suficiente para a plena

realização de sua empresa colonialista, teriam contribuído para a formação dessa nova sociedade os indígenas e os negros. Deste modo, para Mendonça, o *caldeamento étnico* das três raças – branco, índio e negro – teria resultado, também, na mestiçagem linguística. Contudo, em função dos aspectos geográficos e históricos, não teria surgido um único *dialeto brasileiro*, mas vários.

De acordo com Mendonça (1936: 122), a interpenetração linguística entre o português, o indígena e o negro poderia ser vista na *geografia da língua portuguesa*, dada a formação étnica de cada região, como pudemos ver nas propostas de Rodolfo Garcia. Assim, a *geografia da língua do Brasil* revelaria a predominância de tipos étnicos específicos nas áreas linguísticas determinadas: a contribuição indígena na Amazônia e em Pernambuco; a participação do negro na formação de São Paulo, Alagoas e Minas Gerais; o elemento italiano em São Paulo e o alemão e espanhol no Rio Grande do Sul. No que diz respeito à influência africana, por exemplo, Mendonça (1936: 126) afirma que ela teria se dado de forma mais proeminente que a influência indígena, levando-se em consideração a maior proporção de negros na formação étnica do Brasil. Assim, para Mendonça (1936: 126), além de heranças no plano da culinária, da música e das crenças, o negro teria, por exemplo, contribuído para a modificação da pronúncia do português do Brasil.

Mendonça (1936: 138) destacava a necessidade de se dar continuidade aos trabalhos de dialetólogos como Amadeu Amaral, Antenor Nascentes e Mário Marroquim⁷, uma vez que esta tarefa seria primordial para o conhecimento da variabilidade do português do Brasil, por meio da delimitação de suas áreas dialetais.

Um dos principais aspectos investigados por Mendonça (1936) é a influência do contato do *elemento negro* com o português do Brasil. De acordo com o autor, foram várias as razões que proporcionaram a participação do negro na formação ou *caldeamento* do povo brasileiro, dentre elas, a facilidade de aclimação desses povos. Como exemplo, o autor afirma ter havido um predomínio de escravos sudaneses na região da Bahia e um conjunto de escravos banto em outros estados, como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Para Mendonça (1936), o negro teria influenciado consideravelmente a linguagem popular e os dialetos do interior. Como exemplos, o autor menciona a ocorrência dos

---

⁷ Respectivamente, autores de *O Dialeto Caipira* (1920), *O Linguajar Carioca* (1922) e *A Língua do Nordeste* (1934).

seguintes fenômenos fonético-fonológicos: *despalatalização* – fenômeno que, segundo ele, também teria ocorrido nas línguas românicas, mas não por influência africana –; *assimilação*; *aférese* – como em *tá* (*estar*), *ocê* (*você*), *cabá* (*acabar*) –; *redução de ditongos* – como em *chero* (*cheiro*), *pexe* (*peixe*), *bejo* (*beijo*)⁸. Segundo Mendonça (1936: 189), embora a diferença entre as línguas africanas e as línguas indo-europeias fosse grande, os negros também teriam deixado influências na morfologia do português do Brasil: na linguagem dos *caipiras* e *matutos*, por exemplo, o plural só seria marcado por meio da flexão do artigo, como em ‘*as casa*’, por exemplo. Para Mendonça (1936: 189), os negros também teriam influenciado a pronúncia do morfema de 3ª pessoa do pretérito perfeito plural, no Rio de Janeiro, no qual esse morfema soava como surdo: *amaram* > *amaro*, *fizeram* > *fizero*, *disseram* > *dissero*. O dialeto de São Paulo, bem como o *dialeto capiau* de Minas Gerais também seria influenciado pela fala negra: Mendonça (1936: 189-90) cita como exemplo a pronúncia do gerúndio – que, para alguns outros autores, seria influenciada pelo tupi –, no qual o *d* das desinências seria elidido – como em *andano*, *caíno*, *pono*.

Mendonça (1936) também dá um relativo destaque à teoria do *conservadorismo* do português do Brasil. De acordo com o autor, alguns aspectos dos dialetos do interior do país seriam, na verdade, vestígios do português camoniano do período do descobrimento. Além disso, na perspectiva do autor, muitos dos supostos *brasileirismos* seriam verdadeiros *arcaísmos portugueses*, aqui conservados graças à *temperatura sempre germinativa* (p. 120). Para ele, alguns fenômenos da sintaxe brasileira – censurados pelos estudos gramaticais – tinham sua origem no passado português, como o uso do pronome ‘*ele*’ como objeto, por exemplo⁹.

Mendonça (1936: 98-9) aponta que o uso abundante de diminutivos chamou a atenção de alguns estudiosos, como uma característica do português do Brasil. Partindo de uma abordagem que nos parece “etnográfica”, ele atribui esses usos à tendência dos latinos para as *coisas delicadas*. De acordo com o autor, no Brasil, esse tipo de flexão extrapolaria as regras gramaticais, que a possibilitaria apenas para os nomes (substantivos e adjetivos). Segundo Mendonça, a *linguagem das mães brasileiras* permitiria o diminutivo até mesmo para pronomes (‘*elezinho*’) e verbos (‘*dormindinho*’), conforme vemos no seguinte trecho de José de Alencar, citado por ele:

---

⁸ É interessante observar que Silva Neto (1950) tratará de fenômenos semelhantes a partir da noção de *deriva*.

⁹ Conforme veremos, Silva Neto (1950) também dá destaque à tese do conservadorismo.

“A mãe diz do filho que acalentou ao colo: “Está *dormindinho*! Que riqueza de expressão nesta frase tão simples e concisa? O mimo e ternura do afeto materno, a delicadeza da criança e sutileza do seu sono de passarinho, até o receio de acordá-la com uma palavra doce: - tudo aí está nesse diminutivo verbal” (JOSÉ DE ALENCAR; *apud* MENDONÇA, 1936: 99-100)

Uma vez que sua hipótese geral para a formação do português brasileiro era a do contato do português europeu com as línguas africanas, Renato Mendonça parecia buscar as bases para as suas análises em dados demográficos. De acordo com o autor, os negros trazidos ao Brasil tinham, pelo menos, duas origens geográficas distintas, a saber: do Sudão ocidental e da África Austral. Segundo ele, à diferença das línguas do Sudão ocidental, haveria uma unidade tipológica entre as línguas da África Austral, as quais seriam subsumidas na *família bantu*.

Assim, conforme pudemos ver, do ponto de vista do *objeto teórico*, Mendonça parece se aproximar bastante de uma Linguística preocupada com o impacto do mundo não Indo-Europeu nas línguas europeias, diferentemente dos estudiosos que, como Serafim da Silva Neto, procuravam inserir o português falado no Brasil no conjunto das línguas neolatinas. No texto de 1936, além de citar os principais especialistas no estudo das línguas da África – como Johannes Schmidt (1868-1954), Carl Friedrich Michael Meinhof (1857-1944) e Maurice Delafosse (1870-1926) –, o autor chega até mesmo a argumentar que, com o *transplante* da língua para o Brasil, o português teria, de certo modo, se desvincilhado de seu tronco original e, no livro de 1933 (*A Influência Africana no Português do Brasil*), Mendonça dedica um capítulo inteiro à *Linguística Africana*. Logo de início, o autor comenta a distinção entre as *línguas indo-europeias* e as *não indo-europeias*, que, em tese, seria ancorada nas suas especificidades morfológicas. De acordo com Mendonça (1973[1933]: 8), a distinção inicial havia sido estabelecida por Friedrich Von Schlegel (1808), segundo o qual existiam as línguas que, como o sânscrito, evoluíam por meio de flexão, e outras que cresciam por meio do acréscimo de afixos. Posteriormente, a divisão de Friedrich Schlegel teria sido alterada por August W. Schlegel, que dividiu as línguas do mundo em *isolantes*, *aglutinantes* e *flexivas*. De acordo com Mendonça, as línguas africanas que teriam impactado o português seriam classificadas como aglutinantes.

De acordo com Mendonça (1973[1933]: 9), uma boa classificação das línguas seria aquela que, pautada por princípios genealógicos, as definiam todas como alterações de um tronco primitivo – por vezes já extinto e passível de reconstrução. Segundo o autor, tal

metodologia olharia para a história das línguas, observando sua *continuidade morfológica*. Assim, várias famílias linguísticas haviam sido estabelecidas, dentre elas: o grupo bantu, o indo-europeu, o semítico, o camítico, o fino-ugriano, o dravídico etc. Concentrando-se nas pesquisas sobre as línguas não indo-europeias, Mendonça afirmará que a classificação das línguas africanas ainda seria insuficiente, uma vez que não se tinha muito conhecimento histórico a respeito delas.

Enquanto Renato Mendonça demonstra uma aproximação com a Linguística de base africana e tem como foco central de pesquisa a codificação das influências que as línguas originárias daquele continente teriam deixado no português europeu transportado para o Brasil, em Silva Neto predomina a visão romanizante da formação do português do Brasil. Consequentemente, este filólogo teria como base o *objeto teórico* da Filologia ou Linguística Românica, fato este que destacaremos na subseção seguinte.

3.1.2 Silva Neto (1950) e a Linguística Românica: O Português do Brasil no quadro das Línguas Transplantadas

Ao longo da IELPB, observamos que Silva Neto procura apresentar uma série de características que o português falado no Brasil compartilharia com outras línguas, sobretudo em relação aos processos de *mudança linguística*, tais como: *koinetização*, *apressamento dos prazos evolutivos* e *conservadorismo*. De acordo com o filólogo, tais aspectos seriam característicos das chamadas *línguas transplantadas*. Deste modo, nesta subseção, investigaremos esse conceito, com o intuito de destacar alguns elementos da formulação do *objeto teórico* de Silva Neto, argumentando que, na reflexão do filólogo, as *línguas transplantadas* parecem constituir-se como um *objeto observacional* relevante para uma *tradição* particular (ALONSO, 2012), amparada por um *coletivo de pensamento* ao qual, aparentemente, Silva Neto quer vincular o seu *conhecimento linguístico*, a saber: o *coletivo de pensamento* da Filologia Românica. Começemos, então, pela definição do conceito de *tradição* que estamos utilizando.

De acordo com Alonso (2012), existem pelo menos duas interpretações para o conceito de *tradição*, a saber: (i) a *tradição* na qual está inserida o objeto cultural que se

deseja estudar e (ii) a tradição na qual está inserido o pesquisador contemporâneo. De acordo com esse autor, ambas as *tradições* podem não coincidir no tempo e no espaço¹⁰.

Dando continuidade à definição do conceito de *tradição*, Alonso cita o trabalho de Cruz (2008), segundo o qual a *tradição* corresponderia a uma unidade coerente de problemas, tratados durante um período determinado – como um século, por exemplo. Outra referência adotada por Alonso é o trabalho de Hassler (2003) que, partindo do conceito de *textos seriais*, parece fornecer mais elementos para a definição do termo *tradição*. Assim, uma *série* de textos poderia ser definida tendo em vista a atenção aos seguintes critérios:

- 1) ter-se um conjunto de textos individuais, que tratam do mesmo tema, sob a mesma vertente epistemológica;
- 2) haver relações imediatas ou por correspondência entre os autores dos escritos em questão, exigências acadêmicas e normas de produção de textos.

De acordo com Alonso (2012), toda *tradição* constitui uma coleção de textos mais ou menos seriada. Assim, a *tradição* é entendida como um conjunto seriado de textos, gestados em condições comparáveis – sociais, culturais etc –, tratando do mesmo assunto, a partir de uma metodologia clara, com um objetivo comum. Além disso, Alonso (2012) afirma que também é possível que se configure uma *série metodológica*, em que se mantenham um paradigma e uma terminologia comum ao longo de diferentes textos.

Com efeito, para que nos fosse possível considerar o estudo das *línguas transplantadas* como uma *tradição*, seria necessário um estudo muito mais detalhado. Contudo, algumas passagens da IELPB chamam a atenção para esse fato, tendo em vista que Silva Neto, mais de uma vez, sugere a existência de compartilhamento de ideias e noções entre os estudiosos que tomaram por *objeto observacional* as línguas que foram *transplantadas* para as colônias, em decorrência da expansão ultramarina europeia:

É que as áreas de colonização, como já ensinava Schuchardt em 1870, caracterizavam-se por grande unidade linguística, visto nelas se cruzarem e entrecrocarem povoadores de todas as proveniências. Por isso lembrava ele que o inglês da América do Norte, média dos vários dialetos que com os povoadores atravessaram o oceano, é o denominador comum, uma espécie de *koiné*. Anos mais tarde, em 1892, Lenz observava o mesmo caráter no espanhol chileno, onde se dera uma *sprachliche Ausgleichung* (nívelação linguística). À proporção que progredia o estudo das línguas transplantadas ia-se confirmando esse princípio, que Meyer-Lübke generaliza ao estudar o francês canadense (SILVA NETO, 1963[1950]: 126-7)

---

¹⁰ No âmbito desta subseção, trabalharemos com a acepção (i) do conceito de *tradição*.

Realizadas as observações sobre o conceito de *tradição*, detalhemos algumas das características das *línguas transplantadas*, cuja investigação por parte de Silva Neto (1950) nos parece ser bastante semelhante aos objetivos de Adolfo Coelho, explicitados no segundo capítulo desta dissertação, a saber: investigar as *formas dialetais* assumidas pelo português no território extra-europeu, observando as suas *leis de formação*¹¹.

Adentrando já em aspectos da *capa teórica*, temos condições de observar alguns elementos que trazem a visão de ***mudança linguística*** sustentada por Silva Neto. De acordo com o autor, a *koinetização*, fenômeno característico das *línguas transplantadas*, seria um processo de ***mudança*** ocasionado pelo contato: diante da convivência de um certo número de falantes de variedades distintas de uma mesma língua, ocorreria um processo de atenuação das diferenças, o que resultaria na formação de um mínimo denominador comum. Assim, a *koiné* seria um denominador comum de vários dialetos distintos.

De acordo com Silva Neto (1950), o português teria passado pelo processo de *koinetização* já na Europa. No sexto capítulo da IELPB (*A Língua Comum no seu aspecto brasileiro (português do Brasil) e as repercussões da língua literária. Caráter conservador da pronúncia padrão brasileira*), lemos que, no século XVI, havia uma polarização entre o Norte e o Sul de Portugal, em termos linguísticos: enquanto a pronúncia da região Norte do país era caracterizada pelo tipicismo, o Sul era caracterizado pela unidade linguística, devido às migrações que recebeu de várias regiões, no período da Reconquista. Neste sentido, dada a convivência de diversos *falares*, teria ocorrido uma atenuação das diferenças, resultando em uma *koiné*. De acordo com Silva Neto, esse seria um processo muito típico das áreas de colonização. Aliás, conforme pudemos observar acima, tal conclusão havia sido feita pelo romanista Hugo Schuchardt (1842-1927), que, em 1870, notara que as áreas de colonização eram marcadas pela unidade linguística, devido à convivência de falantes de diversas proveniências. Assim, exemplificava esse autor, o processo de *koinetização* teria ocorrido com o inglês da América do Norte. Seguindo as mesmas ideias, Rodolfo Lenz (1863-1938) também chegou a essa conclusão acerca do espanhol chileno e, por fim, estudando o francês canadense, Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936) generalizou o fenômeno para o conjunto das *línguas transplantadas*. Levando em consideração os aspectos referidos, Silva Neto conclui que o processo de *koinetização* também teria contribuído para a formação da língua falada no

---

¹¹ Vale dizer que Silva Neto cita algumas passagens do filólogo português para situar o seu *objeto observacional e teórico* – inclusive o trecho que destacamos no **capítulo 2**, no qual Coelho (1880) trata de aspectos da colocação pronominal.

Brasil. Vejamos a seguinte passagem, na qual o autor argumenta em favor da existência de uma norma padrão do português no Brasil, desde o início da colonização:

Assim se foi constituindo aos poucos um tipo padrão brasileiro, na pronúncia e na gramática. Os materiais são os seguintes:

- 1 – uma *koiné* de falares metropolitanos dos séculos XVI e XVII, alguns deles muito conservadores;
- 2 – a língua comum, e a língua escrita literária dos séculos XVI e XVII, cujos autores foram escolhidos como critério de sintaxe (SILVA NETO, 1963[1950]: 164)

De acordo com Silva Neto (1950), teriam participado da colonização do território brasileiro indivíduos oriundos de diferentes regiões de Portugal. Ainda segundo o filólogo, quando indivíduos de diferentes regiões de um mesmo domínio linguístico interagem, há o estabelecimento de um acordo tácito entre esses falantes, a fim de eliminar as *características mais salientes da pronúncia*. Deste modo, chega-se à *koiné*, que, em linhas gerais, pode ser traduzida na eliminação dos *localismos em benefício do geral* (IELPB, p. 121). Tal processo teria ocorrido no Brasil, o que pode ser visto na sua contribuição para o estabelecimento de um padrão brasileiro. Deste modo, observamos que o conceito de *koinetização* pertencia ao *objeto teórico* daqueles que se ocupavam do estudo das *línguas transplantadas*.

O *apressamento dos prazos evolutivos* (ou da *deriva*) – exemplificado nos casos de relaxamento das articulações – também é apontado como uma das características das *línguas transplantadas*, embora o processo também fosse comum às línguas crioulas. De acordo com essa visão, as mudanças que ocorreriam numa determinada língua com o decorrer dos séculos – por fazerem parte de sua *deriva* –, ocorreriam de forma mais abrupta nas *línguas transplantadas*, deflagradas por condições socioculturais¹². Tal apressamento atingiria as *tendências* da língua, aspecto da *mudança* que, como vimos, já fora tratado na obra de Adolfo Coelho (1868).

Embora a análise da *capa teórica* seja feita de maneira mais pormenorizada no próximo capítulo, verificamos que, interior da reflexão linguística de Serafim da Silva Neto, o conceito de *deriva* desempenha um papel muito importante: esse conceito, aliado a todo o conhecimento que o filólogo possuía sobre o latim e sobre o processo de formação das línguas românicas – sobretudo do português –, permite que ele matize a influência do contato com línguas indígenas e africanas na formação do português do Brasil. Em linhas gerais, o conceito de *deriva* vai permitir, na IELPB, a construção do conceito de Português do Brasil

---

¹² Conforme veremos adiante, a hipótese da *deriva linguística* (SAPIR, 1933) parece ser uma das matrizes teóricas mais importantes na constituição da IELPB.

como um braço da România, como mais um ramo de sua árvore genealógica, ou, em termos mais específicos, como uma língua resultante da *deriva indo-europeia*.

Ora, conforme vimos no segundo capítulo desta dissertação, esse tipo de análise está intimamente vinculado ao *objeto teórico* da Linguística Românica, cujo principal *objetivo* era verificar o processo de formação de várias línguas a partir do latim vulgar. Se nos lembramos de Coelho (1868), vemos que o objetivo dos romanistas era observar o processo de dialetação do latim, ocasionado por sua *reprodução* por *cissiparidade*, abrindo espaço para uma série de *tendências* de **mudança**. Ao considerar o português falado no Brasil como uma *língua transplantada*, aparentemente, é a esse *coletivo de pensamento* que Silva Neto quer vincular seu *conhecimento linguístico*, observando, no âmbito do *objeto teórico*, como as *tendências* de **mudança** foram ou não deflagradas. Buscando uma comparação com o que tratamos na subseção anterior, vemos que esse tipo de proposta é totalmente diferente daquela conduzida por Renato Mendonça, que parecia se aproximar mais de uma Linguística de base não indo-europeia, apostando, inclusive, no afastamento do *português do Brasil* do tronco românico.

Conforme vimos anteriormente, o texto de Serafim da Silva Neto faz parte de uma série de discursos polêmicos sobre a língua no Brasil, isto é, do **problema linguístico brasileiro**. A polêmica consistia no fato de se defender ou não a existência de uma língua brasileira, diferente do português. Muitos dos que defendiam afirmativamente essa tese, no âmbito da *capa teórica*, o faziam com base em teses *indiófilas* e *negrófilas*, ou seja, defendiam a participação das línguas indígenas e/ou africanas na constituição de uma língua brasileira apartada da língua portuguesa. De acordo com os estudiosos dessa *Escola da Língua Brasileira* (cf. ELIA, 1961), a contribuição dessas línguas não teria ficado circunscrita ao léxico, mas também teria se dado nos elementos da gramática¹³. Silva Neto, por seu turno, era contrário às ideias da *tese brasileirista* (ELIA, 1975). Vejamos, a esse respeito, a crítica que o filólogo faz ao trabalho de Renato Mendonça:

É chocante a fantasia do Sr. Renato Mendonça, quando assevera que o quimbundo também nos “transmitiu algumas particularidades da sua fonética e da sua morfologia” (*O português do Brasil*, pág. 178).

Por ele foi arrastado o corifeu dos estudos negros, Artur Ramos, quando escreve: “... a diluição do ioruba no português e a influência sofrida por este, de retorno, da morfologia e da fonética iorubas” (*As culturas negras no Novo Mundo*, 1946, pág. 297) (SILVA NETO, 1963[1950]: 107).

---

¹³ Tal era o posicionamento de autores como Renato Mendonça e Jaques Raimundo, por exemplo.

Embora reconheça a atuação de negros e indígenas sobre alguns elementos da cultura, no que se refere à esfera linguística, Silva Neto situa o papel dos aloglotas na deflagração da *deriva* da língua, ou, em outros termos, no *apressamento dos prazos evolutivos*. Os aloglotas eram aqueles indivíduos que não possuíam o português como sua língua materna – sobretudo os indígenas e os negros –, mas, dadas as condições de colonização, a aprendiam *de outiva*, sem o auxílio de um aparato formal – como a escola, por exemplo. Na perspectiva do filólogo, o papel dos aloglotas não seria semelhante aos casos em que o contato interétnico interfere na gramática de uma língua – como os problemas de *substrato*, por exemplo. Eles apenas apressariam a *deriva* da língua. A esse respeito, vejamos o seguinte exemplo:

Na fonética há dois exemplos bastante expressivos. Um é o caso da iotização de lhê (pronúncias como *muiê* por *mulher*, *maiada* por *malhada*) que igualmente se dá nos crioulos de Cabo Verde, da Guiné, nas Ilhas do Príncipe e de S. Tomé. Não importa que fenômeno igual ou semelhante se tivesse dado no transcurso da evolução da língua francesa ou de qualquer outra... No nosso caso particular e histórico, observamos que os aloglotas (mouros, índios e negros) se mostraram sempre incapazes de pronunciar *lh* [...] (SILVA NETO, 1963[1950]: 130)

No trecho acima, vemos que o português do Brasil apresenta um fenômeno de mudança semelhante ao do francês, que Silva Neto descreve como a *iotização de lhê*. Tendo em vista que o francês é uma língua românica, e, portanto, indo-europeia, talvez pudéssemos afirmar que esse fenômeno faria parte da *deriva indo-europeia*, pois se apresenta em duas línguas dessa família – e, talvez, até mesmo em outras. Contudo, conforme nos diz Silva Neto, no francês, esse processo de mudança teria ocorrido gradualmente, ao passo que, no português falado no Brasil, ele teria sido deflagrado pela pronúncia dos aloglotas. Na nossa interpretação, tal exemplo parece confirmar o princípio dado pelo filólogo: mudanças que, pela *deriva indo-europeia*, ocorreriam ao longo dos séculos, seriam *apressadas nas línguas transplantadas*.

Outra propriedade que Silva Neto aponta como caracterizadora das *línguas transplantadas* é o seu *conservadorismo*, que corresponderia à preservação de formas (gramaticais e lexicais) antigas na língua da colônia, ao passo que, na língua da metrópole, teriam ocorrido outras mudanças. Tal característica relaciona-se de modo bastante particular com as citadas anteriormente, a saber: a *koinetização* e o apressamento da *deriva*. Na perspectiva de Silva Neto (1950), tais fenômenos teriam sido bastante relevantes para a constituição do português falado no Brasil:

Na constituição do português brasileiro há desde o século XVI duas *derivas*:

a) uma *deriva* bastante conservadora, que se desenvolve portanto muito lentamente e

b) uma *deriva* a que condições sociais próprias imprimem velocidade inesperada (SILVA NETO, 1963[1950]: 129-30)

Olhando para a citação acima, vemos que, no âmbito da *capa teórica*, Silva Neto acreditava em dois tipos de *mudança* para o português falado no Brasil: uma *mudança* já contida no sistema da língua, ao longo da sua história e que, por esse motivo, se desenvolveria lentamente (caráter *conservador*), e uma *mudança* mais brusca, deflagrada por condições sociais – como a presença dos aloglotas. Contudo, mesmo esse segundo tipo de *mudança* faria parte da *história interna* da língua, uma vez que constituiria a sua *deriva* – ou seja, a direção da *mudança* já estaria internamente prefigurada. Nesse sentido, como veremos no **capítulo 04**, considerar que o português do Brasil tem um aspecto *conservador*, implica, talvez, na conclusão de que este seria um estágio intermediário da língua, isto é, intermediário em relação a algumas *mudanças* que já teriam se processado em Portugal – a outra ponta do *domínio linguístico*.

No próximo capítulo, por meio da análise das *capas do conhecimento linguístico*, investigaremos com mais detalhes o tratamento dado por Silva Neto (1950) aos problemas de *variação* e *mudança*, e, aliada a isso, a formulação do *conceito* de *português brasileiro* por parte do autor. Entretanto, o importante a salientar aqui é a vinculação da obra de Silva Neto aos estudos da Linguística Românica, vertente na qual o autor procura se inserir fazendo uso do conceito de *língua transplantada*, que é o seu *objeto observacional*. Por meio desse conceito, Silva Neto formula um *objeto teórico* que o auxilia no afastamento das teses *indiófilas* e *negrófilas* de formação do português falado no Brasil e, consequentemente, da Linguística de base não indo-europeia.

3.2. Silva Neto e a influência da Historiografia Brasileira e do contexto sociocultural

Conforme veremos em maiores detalhes no próximo capítulo desta dissertação, Silva Neto (1950) propõe que contato linguístico não teria exercido um papel relevante na história do português no Brasil. Isso fez com que muitos estudiosos atribuíssem ao filólogo uma postura preconceituosa em relação à(s) língua(s) e ao(s) falante(s). Não obstante, esse mesmo autor é considerado pela literatura como um precursor no estudo da realidade linguística brasileira, a partir de uma perspectiva sociocultural. Deste modo, definidos o *objeto*

observacional e o *objeto teórico* de Silva Neto (1950), convém agora olhar para o contexto de produção dessa obra, a fim de verificar outros aspectos que moldaram o conhecimento linguístico gestado pelo filólogo, que, obviamente, não corresponde ao contexto de recepção contemporâneo¹⁴.

A Historiografia sobre o Brasil parece ter exercido uma influência considerável para alguns estudos que, pelo viés linguístico, também procuraram interpretar a nossa formação. Deste modo, partindo da noção de *tráfego intercoletivo de pensamento* (FLECK 2010), assumimos que algumas correntes historiográficas brasileiras fizeram parte do *horizonte de retrospecto* de Silva Neto (1950), auxiliando na formulação de seu *objeto observacional* e seu *objeto teórico*.

Segundo Costa (2006), a *História Geral do Brasil* (Varnhagen 1854), pode ser considerada a obra fundadora da historiografia nacional. Tendo sido patrocinada pela própria Coroa Portuguesa, para Costa (2006), a *História* de Varnhagen figura como uma primeira versão do *léxico de continuidade*, caracterizado por pintar a Independência brasileira como resultado do sucesso da empresa colonialista portuguesa, que teria culminado com a emancipação da porção americana do Império. De acordo com a autora, Varnhagen tinha uma interpretação lusófila da relação Brasil-Portugal, de modo que, em sua *História Geral*, o autor considera os três séculos de colonização portuguesa na América como um processo de constituição da nacionalidade. Assim, Varnhagen enfatizava os aspectos de continuidade presentes na passagem da Colônia para o período nacional, bem como atribuía características positivas a esse processo. Para ele, a monarquia portuguesa havia empreendido uma ação civilizadora no Brasil, que havia resultado na construção de uma nação. Segundo Costa (2006), os principais eixos da interpretação do Brasil proposta por Varnhagen eram: a primazia da cultura e da raça europeia sobre as suas correspondentes autóctones e a superioridade da Monarquia sobre a República:

Se interrogarmos a obra de Varnhagen em busca do significado nela atribuído à Independência na construção do Estado e da Nação, verificaremos que este significado é diminuto, pois ambos (Nação e Estado) estavam já configurados na colonização portuguesa. A *ação colonizadora*, semente europeia lançada em solo bárbaro, é entendida como *ação civilizadora* que se impõe sobre a barbárie, cristianizando índios e escravos, estabelecendo e defendendo essa imensidão territorial [...] (COSTA, 2006: 59)

---

¹⁴ Conforme vimos na primeira parte do capítulo, esta questão pode ser tratada do ponto de vista do conceito de ‘tradição’ (ALONSO, 2012), uma vez que a *tradição* de recepção do texto é totalmente diferente da *tradição* correspondente ao seu contexto de produção.

Segundo Costa (2006: 55), além da obra de Varnhagen, outros trabalhos argumentaram em defesa da continuidade entre Portugal e Brasil, a saber: *O Movimento da Independência, 1821-1822* (OLIVEIRA LIMA, 1922) e *História Geral da Civilização Brasileira* (SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, 1960).

Na IELPB, após afirmar que o português como língua literária seria um *patrimônio cultural* compartilhado entre Portugal e Brasil, Silva Neto salienta a necessidade de se estudar a *fala viva* do Brasil, de modo a interpretá-la e precisá-la. Conforme podemos verificar na citação abaixo, a observação de certos aspectos da língua falada no Brasil – *objeto observacional* – por parte de Silva Neto, deveu-se, justamente, à influência de Varnhagen:

Há quase um século desta guisa se exprimia Varnhagen: “Antes de passarmos adiante, diremos em poucas palavras as nossas opiniões acerca do acento do Brasil, que não obstante variar em algumas entoações e cacoetes segundo as províncias, tem sempre certo amaneirado, diferente do acento de Portugal, pelo qual as duas nações se conhecem logo reciprocamente.” (SILVA NETO, 1963[1950]: 25)

Para Costa (2006: 57), ao defender a colonização portuguesa na América como um *processo de constituição de uma nacionalidade*, Varnhagen conflitava diretamente com os intelectuais aglutinados em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição que, conforme vimos no **capítulo 2**, dentre outras coisas, tinha como tarefa precípua traçar os caminhos da ruptura brasileira com o passado ibérico. Varnhagen, por sua vez, além de enfatizar aspectos de continuidade entre a Colônia e o período nacional, dava conotações positivas ao processo, classificando-o como uma *obra civilizadora*. Vale dizer que esse historiador ainda incorporava argumentos de natureza racial na composição da equação, dando proeminência à cultura europeia e branca. Pensando neste último aspecto, leiamos o seguinte trecho de Silva Neto (1950):

Há ainda referências, no Brasil-Colônia, ao uso de línguas africanas nas aglomerações negras das cidades.

Cedo, porém, saíram do uso, com a expansão, cada vez maior do português.

O idioma dos descobridores, com seu alto prestígio de língua escrita e rica literatura, foi absorvendo os focos não românicos: os episódicos falares africanos e a pertinaz *língua geral*, que só muito lentamente foi cedendo terreno (SILVA NETO, 1963[1950]: 86).

Na passagem acima, vemos que, no que diz respeito à constituição de seu *objeto teórico* no âmbito dos estudos linguísticos, Silva Neto dá proeminência à cultura branca e europeia. Para o filólogo, pouco a pouco, a referida cultura ia eliminando aquilo que não lhe era comum, demarcando a *vitória* da língua portuguesa no Brasil. Neste ponto, é importante esclarecer que, embora afirmações dessa natureza possam parecer preconceituosas para o

leitor contemporâneo, à época de Silva Neto, havia um *clima de opinião intelectual* que favorecia essas interpretações.

Conforme veremos no próximo capítulo, Silva Neto (1950) estabelece uma clara distinção entre o campo e a cidade. Na obra do filólogo, vemos que esses dois espaços teriam *histórias externas* distintas, fato que, por sua vez, seria traduzido por diferentes consequências linguísticas. Um dos argumentos de Silva Neto para sustentar a manutenção de um padrão linguístico português nos ambientes urbanos – em oposição aos *falares regionais* – era a maior presença de brancos nesses espaços, enquanto os espaços rurais seriam habitados pela maior parte dos índios e negros. Na leitura da obra, vemos que há fundamento historiográfico para tais generalizações, como o seguinte trecho de Caio Prado Júnior, em que o autor fala dos tipos étnicos próprios às várias regiões brasileiras:

É assim que ele se concentra nos grandes núcleos agrícolas do litoral: no Maranhão, no Extremo Nordeste, no Recôncavo baiano, no Rio de Janeiro. Assim também nos centros mineradores do interior: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso. Em todos estes pontos, o negro e seus derivados francamente preponderam. Mas entre si, aquelas regiões se distinguem por certos caracteres próprios. Nas de prosperidade mais antiga, como a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, embora já menos neste último, a difusão do sangue negro se fez em maior escala, e daí uma tendência para a eliminação do branco puro e mesmo do quase puro. Mas embora só propriamente nos maiores centros urbanos, age uma tendência contrária a esta: é o afluxo, mais numeroso em outros lugares, de imigrantes brancos. Rio de Janeiro (capital), Recife, Salvador, estão no caso; mesmo entre o Rio e as duas outras cidades, há sob este aspecto diferenças sensíveis: aquela é mais favorecida pelo afluxo de brancos, sobretudo depois da abertura dos portos. Martius notara a diferença. (CAIO PRADO JR. *apud* SILVA NETO, 1963[1950]: 144-5)

Segundo Costa (2006: 69), outro autor caracterizado pela ênfase nas continuidades do processo de independência é Oliveira Viana que, diferentemente de Varnhagen, não via com bons olhos a colonização ibérica. Na IELPB, Silva Neto apresenta cinco menções à obra de Oliveira Viana, aparentemente, para fundamentar e fortalecer as suas análises linguísticas (*objeto teórico*). Destacamos o seguinte trecho:

Também queremos trazer à colação importante fato, que não passou despercebido aos olhos argutos de Oliveira Viana. É que nas cidades, pelo menos a partir do século XVII, se concentravam os elementos brancos da colônia: elas “funcionavam como poderosos centros de seleção e concentração dos elementos brancos superiores”. (SILVA NETO, 1963[1950]: 88)

O trecho acima citado faz parte do capítulo em que Silva Neto propõe uma periodização para a história linguística do Brasil. Tendo como pano de fundo argumentos socioculturais que sustentavam a superioridade do elemento urbano-português, o filólogo propõe a divisão da história do português no Brasil em três períodos, a saber: (I) de 1532 a 1654; (II) de 1654 a 1808; (III) de 1808 em diante. Entre outros aspectos, esse terceiro período é caracterizado pela demarcação da identidade portuguesa no território brasileiro,

permeando vários elementos da cultura. Assim, é do interesse do autor acentuar o fortalecimento da cultura urbana e branca, com a consequente eliminação e/ou marginalização dos elementos incompatíveis. Conforme vimos no trecho acima citado, a menção a Oliveira Viana parece ajudar o filólogo a sustentar a sua tese linguística, a saber: a *vitória da língua portuguesa*.

De acordo com Bastos (2006), na década de 1920, a interpretação da identidade brasileira configurou-se como um *hot point* dos trabalhos realizados pelos intelectuais. Segundo a autora, a questão “Brasil: que país é este?” ressoava ao longo dos debates, colocando o problema da formação da nação em primeiro plano. Assim, um aspecto que se destaca na produção do período é *caráter imaginário da criação da cultura e da identidade*, por meio do qual os autores procuravam formular um *éthos* nacional perpassado pela coesão social, em que os indivíduos inicialmente marginalizados da esfera social, seriam integrados na comunhão entre brancos, índios e negros. Outro aspecto da produção do período, destacado por Bastos (2006: 68), é a revalorização da influência lusitana na formação do Brasil, tendo como um dos maiores representantes o sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987). De acordo com Vellinho (1965: 524), no período precedente à publicação das obras do ensaísta pernambucano, os estudos de interpretação do Brasil eram marcados pelo pressuposto de que a história brasileira era um prolongamento da história do Velho Mundo. Na perspectiva de Gilberto Freyre, entretanto, o Brasil poderia ser identificado como uma nação mestiça, na qual a herança europeia, no plano da raça e da cultura, havia se juntado às formas de vida e civilização extra-europeias.

De acordo com Vellinho (1965: 527), na obra de Freyre, o homem português não é isento de julgamentos, mas também é visto como o criador de novos mundos, de novas culturas e de novas civilizações. A esse respeito, podemos mencionar o próprio discurso de Freyre em *Casa Grande & Senzala*, no qual, ao apontar alguns aspectos que poderiam explicar o sucesso do empreendimento colonial português, o ensaísta afirma que, à diferença das outras potências colonialistas, que devassavam as terras “descobertas” em busca de riquezas minerais, Portugal soube criar a riqueza local por meio de suas grandes empresas extrativistas. Nesse mesmo texto, Freyre classifica o empreendimento colonial português como vitorioso, uma vez que, desde as terras europeias, esse povo já era afeito à miscigenação. Nesse sentido, embora fosse um povo pequeno, na perspectiva de Freyre, os portugueses teriam obtido sucesso em função de suas estratégias de mobilidade e

miscibilidade, criando novas populações e etnias por meio do cruzamento com as mulheres nativas.

Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre destaca o papel desempenhado pela minoria portuguesa ou europeia na formação social do Brasil. De acordo com o autor, as circunstâncias históricas teriam transformado essa minoria em uma camada aristocrática e até mesmo feudal, gerando determinadas consequências nas relações que essa camada estabelecia com os outros elementos da população. Segundo o ensaísta, sempre que se pensava na ascensão social, essa camada minoritária era tomada como referência e modelo de imitação.

Em nossa pesquisa, constatamos que Gilberto Freyre é um autor muito citado por Silva Neto. O filólogo faz menção aos seguintes trabalhos do sociólogo pernambucano: *Casa Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936), *Continente e Ilha* (1940), *Sociologia* (1945). A alusão a *Sobrados e Mucambos*, por exemplo, é feita numa passagem em que Silva Neto desejava salientar que o uso da língua portuguesa já vinha se fortalecendo no Brasil desde o tempo em que a língua geral predominava, uma vez que Gilberto Freyre registrara a informação de que, em 1562, um índio adolescente pregara a Paixão de Cristo em português (SILVA NETO, 1963[1950]: 32). A conferência *Continente e Ilha* (1940), por sua vez, é citada por Silva Neto como um argumento para se estudar a **variação linguística** – formulação do *objeto observacional* e do *objeto teórico* –, uma vez que, com base nas ideias de Gilberto Freyre, o filólogo entendia o território brasileiro como um *arquipélago* constituído por *ilhas históricas*, nas quais, do ponto de vista linguístico, haveria pontos de contato e de diferenciação. É nesse trecho que se insere a célebre citação de Antoine Meillet que, de certo modo, passou a caracterizar as ideias formuladas na IELPB:

É que a realidade brasileira, forjada pouco mais ou menos com os mesmos elementos: português, negro e índio, se coaduna, integralmente, com esta conclusão, de Meillet: “Ce qui caractérise d’abord le dialecte, c’est donc la diversité dans l’unité, l’unité dans la diversité” (*La méthode comparative en linguistique historique*, pág. 54). (SILVA NETO, 1963[1950]: 70)

De acordo com o filólogo, a *Sociologia* de Freyre traria elementos para se entender a necessidade que os indivíduos, em processos de ascensão social, tinham da chamada *branquização linguística*. Além disso, em uma passagem do texto, o filólogo apresenta alguns fenômenos fonológicos reputados como erro por parte de um bispo chamado Azeredo Coutinho, dados estes retirados de *Sobrados e Mocambos*.

Para além das referências textuais acima destacadas, acreditamos ser possível dizer que a IELPB recebe influência da literatura historiográfica de interpretação do Brasil na

formulação de seus *objetos observacional e teórico*, sobretudo dos trabalhos que propunham uma continuidade entre o período colonial e o advento da Independência. Tomando como base Koerner (2014: 94), argumentamos que a IELPB está afinada com as interpretações carregadas por esse *clima de opinião intelectual*. Tal visão continuísta pode ser vista no seguinte trecho da IELPB:

Mesmo depois da independência (1822), à fidelidade à pureza da língua manteve-se. Fidelidade que muitas vezes chegou ao exagero, numa atitude de *purismo* intransigente. Bastará recordar, no começo deste século, as discussões calorosas a propósito da legitimidade das formas vernáculas entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, entre Heráclito Graça e Cândido de Figueiredo – entre dezenas de outros menos importantes. A nossa escola parnasiana caracterizou-se principalmente pela perfeição do vernáculo (SILVA NETO, 1963[1950]: 164).

No trecho acima, vemos que a continuidade apontada na literatura no plano cultural e até político – como no caso da permanência da organização monárquica no Brasil, mesmo após a Independência –, do ponto de vista linguístico, é identificada no purismo linguístico e na observação rigorosa das normas gramaticais. Além disso, vemos uma grande semelhança entre os aspectos destacados por Gilberto Freyre em relação à formação da sociedade brasileira e a descrição que Silva Neto faz do funcionamento da sociedade colonial, organizada de forma piramidal e baseada nas *leis de imitação*.

Valendo-nos novamente da proposta de Fleck (2010), acreditamos ser possível falar em um *tráfego intercoletivo de pensamento*, por meio do qual as propostas lançadas pelos estudos de interpretação histórica e social do Brasil, sobretudo aqueles produzidos nas décadas de 1920 e 1930, passaram para o terreno dos estudos linguísticos. Na verdade, levando em consideração os pressupostos teóricos explicitados no **capítulo 1**, conforme as obras observadas sugerem, na primeira metade do século XX, parece haver um *vínculo estilístico* entre os estudos que, em uma área ou outra, procuraram trazer uma interpretação para o fenômeno brasileiro. Deste modo, as diferentes áreas de pesquisa – ou, nos termos de Fleck, diferentes *coletivos de pensamento* – convergiam no viés interpretativo, uma vez que estavam sendo guiadas por um mesmo *estilo de pensamento*, segundo o qual haveria uma continuidade entre Portugal e Brasil.

Levando em consideração as reflexões de Oliveira (2015), observamos que, para além da produção científica da época, alguns aspectos da história social também podem ter influenciado a formulação do *conhecimento linguístico* de Silva Neto, como a crescente onda de migrações portuguesas para o Brasil e a consequente reinvenção de uma identidade

lusitana fora do território europeu, sob o rótulo de uma *comunidade nacional* “extraterritorial” (NIZZA DA SILVA, 1992 *apud* OLIVEIRA, 2015: 10).

De acordo com Oliveira (2015: 7), no período que vai do final do século XIX até a primeira metade do século XX, o Brasil recebeu um considerável contingente de imigrantes portugueses, alguns deles pertencentes à elite intelectual – isto é, profissionais como médicos, professores, jornalistas etc. De acordo com a autora, nesse período também se buscou formular, no Brasil, uma nova concepção da identidade portuguesa, movimento conduzido por essa elite imigrante, que envolvia questões de natureza linguística:

[...] Ocupando o lugar da imprensa e o quadro funcional das escolas que no início do século XX começavam a se proliferar, essa composição elitista é responsável pela reconstrução da identidade portuguesa na alteridade, por meio do discurso em torno da unificação linguística (OLIVEIRA, 2015: 8).

Segundo Oliveira (2015: 10-1), essa nova concepção da identidade portuguesa teria sido construída através de um movimento duplo: de um lado, o reforço da contribuição portuguesa para a formação da consciência nacional e, de outro, a neutralização da força que a presença de outros povos poderiam ter exercido na configuração da nação brasileira. A esse respeito, a autora destaca o seguinte trecho de um discurso produzido pelo Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro), na década de 1920:

“Uma raça que produziu na Europa figuras da estatura de D. Nuno Álvares Pereira, [...], de Luís de Camões, de Gil Vicente, do Padre Antônio Vieira, do Marquês de Pombal; e que produziu na América [...] o gênio de Rui Barbosa, de Gonçalves Dias, de Euclides da Cunha, de Machado de Assis e de Bilac [...] **não merece ser suplantada** no seu domicílio geográfico **por outras raças cuja influência acabaria**, no seu cruzamento com o sangue brasileiro, e se não encontrassem a resistência de uma consciência nacional orgulhosa das suas tradições e das suas origens, **por converter em uma alma híbrida e inconsistente aquela outra alma intermerata e idealista, criada, desde o embrião, no materno seio social**” (In: OLIVEIRA, 2015: 11).¹⁵

No trecho acima, vemos claramente um discurso que enfatiza a continuidade entre Portugal e Brasil, do ponto de vista cultural. Além disso, conforme indica Oliveira (2015: 11), o fato de alguns intelectuais brasileiros serem incluídos na lista de importantes nomes da raça portuguesa representava uma espécie de alargamento dessa comunidade, traduzido na noção de “*nação desterritorializada*”, da qual não fariam parte imigrantes ligados a outros países. Criava-se, assim, um “*mundo português*” *ampliado*. Nesta dissertação, defendemos que tais ideias faziam parte da *capa contextual* de Silva Neto (1950), pois, levando em consideração o *vínculo estilístico* (FLECK, 2010), vemos noções semelhantes ressoarem na obra do filólogo em conceitos como *domínio linguístico*, *língua transplantada* e também na negação dos

---

¹⁵ Os grifos são de Oliveira (2015).

impactos do contato com as línguas africanas e indígenas na formação do português falado no Brasil.

Deste modo, no próximo capítulo veremos como os aspectos aqui ressaltados impactam a descrição e interpretação dos fenômenos de *variação* e *mudança linguísticas* por parte de Silva Neto (1950).

Capítulo 4

O Tratamento da Variação e da Mudança Linguísticas na *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* (SILVA NETO, 1950): análise das *capas do conhecimento linguístico*

4.0. Introdução

Neste capítulo, propomos uma análise da obra *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* (IELPB), de Serafim da Silva Neto (1950). Nosso principal objetivo é analisar como se dá o tratamento dos fenômenos de *variação* e *mudança linguísticas* por parte do filólogo. Além disso, verificamos também como esse autor concebe o *problema linguístico brasileiro*. Para tanto, utilizamos os conceitos de *objeto teórico* e *objeto observacional* (DASCAL & BORGES NETO, 1991), as *capas do conhecimento linguístico* (SWIGGERS, 2004) e os *Programas de Investigação* (SWIGGERS, 2004 e 1987).

4.1. Silva Neto (1950) e a análise da *variação* e da *mudança linguística*

Conforme já vimos anteriormente, Silva Neto é reconhecido pelos linguistas contemporâneos como um dos precursores de algumas das preocupações ainda atuais sobre a história do português falado no Brasil (MATTOS E SILVA, 1988; LOBO, 1994). Logo nos capítulos iniciais da IELPB, o autor afirma que a língua é uma *expressão da sociedade*, e, ao traçar um plano para o estudo da variante brasileira do português, se propõe a procurar as explicações para os fatos linguísticos na história social. Para Silva Neto, sua obra deveria buscar inserção num campo mais amplo do que o da Linguística estrita, configurando-se como uma contribuição aos estudos da etnografia brasileira. Assim, no âmbito da *capa teórica*, vemos que a proposta de Silva Neto (1950) era tratar da *história externa* da língua portuguesa.

De acordo com Mattos e Silva (2004), Silva Neto foi pioneiro na reunião de algumas fontes relevantes para a reconstrução da *história externa* do português falado no Brasil. Com efeito, o exame da *capa documental* da IELPB demonstra que o filólogo procedeu a uma compilação laboriosa de textos de historiadores, geógrafos, cantos populares etc., que, de um modo ou de outro, fornecem subsídios documentais para a apreensão de aspectos da língua

falada no Brasil Colonial. Vejamos, a esse respeito, a seguinte justificativa de Silva Neto para a inclusão de um excerto em que figuram usos linguísticos relatados como exemplos de fala de índios e negros:

Num interessantíssimo livro, publicado em 1620, há a imitação do português dos índios, feita por um jesuíta que estivera no Brasil. De certo ela não apresenta cem por cento de valor científico, mas, em todo caso, pode ministrar-nos alguns elementos úteis, à feição do português de negros, imitado por Gil Vicente, e por outros (SILVA NETO, 1963[1950]: 35)

A descrição – e, por assim dizer, a interpretação – da **variação** do português falado no Brasil parece ter sido um dos principais elementos do *objeto observacional* de Silva Neto (1950). Aliás, esse eixo de pesquisa parece ser fundamental para o entendimento que esse autor tinha da história da língua no Brasil; para ele, o problema da **variação** seria de grande relevância para se entender a natureza do português aqui falado em sua relação com o português falado na ex-Metrópole, fato este que, por ser ignorado por alguns estudiosos anteriores ao filólogo – os quais acreditavam que o português falado no Brasil era um *bloco único* –, teria levado a interpretações errôneas, como a da defesa da existência de uma *língua brasileira*. Assim, na perspectiva de Silva Neto, a análise do português falado no Brasil como uma língua dotada de unidade e de diversidade ajudaria a enxergar de maneira mais particularizada as influências que os processos sócio históricos teriam exercido sobre cada variedade. Em outras palavras, poderíamos dizer que, com a IELPB, Silva Neto estava construindo a sua resposta para o **problema linguístico brasileiro**.

No âmbito da *capa técnica*, vemos o interesse de Silva Neto (1950) em determinar diferentes as **variedades linguísticas** do português. No capítulo *Contato e Interação Linguística no Brasil Colonial*, por exemplo, o filólogo apresenta a seguinte classificação das variedades do português no Brasil:

Assim o panorama atual do Português do Brasil se apresenta hoje bem diverso: há um profundo fosso entre os falares urbanos e os falares rurais. O quadro é variado, posto que estreito e intimamente entretecido:

I – um português normal que tende, nas classes cultas e no ensino médio, a um certo purismo conservador[...]

II – uma linguagem familiar, menos cuidada do que a língua padrão, e que se encontra no uso espontâneo de pessoas instruídas;

III – uma linguagem vulgar, usada pelas pessoas que vivem nas cidades, mas que não têm instrução e participam do grupo social menos bem dotado;

IV – finalmente um conjunto de falares regionais-rurais, caracterizados por certa uniformidade, posto que divirjam aqui e além: eles refletem unidade na diversidade e diversidade na unidade (SILVA NETO, 1963[1950]: 139)

Para além dessa classificação, baseando-se na distinção estabelecida pelo linguista francês Victor Henry (1850-1907)¹ – *capa teórica* –, Silva Neto também fala da oposição entre a *linguagem transmitida* – que seria a língua circunscrita à oralidade, aprendida espontaneamente, até mesmo pelos analfabetos – e a *linguagem adquirida* – que seria a linguagem escolar, de assimilação consciente.

De modo geral, na IELPB, o fenômeno da variação é descrito e explanado levando-se em consideração fatores de natureza extralinguística, organizados por nós nos seguintes eixos explicativos: **oposição cidade/campo; variação/prestígio social; influência da escolarização; contato linguístico; variação por faixa etária** (cf. SILVA, 2015: 1046).

No que diz respeito à *capa teórica*, observamos que a oposição **cidade versus campo** se constitui num dos eixos explicativos mais relevantes no tratamento que Silva Neto dá ao fenômeno da *variação linguística*. Em linhas gerais, a cidade é apresentada como o lugar da cultura, da instrução e do poder, e, por esta razão, os indivíduos que habitam esse espaço teriam usos linguísticos distintos dos habitantes do campo, como podemos ver nos seguintes trechos:

As cidades são centros de cultura e educação. É nela que há os ginásios, as escolas normais, as faculdades de direito, de medicina, de odontologia... Na cidade é que se publicam os jornais – fontes de opinião e de informações – e onde há teatro, rádio, cinema, onde se concentram os escritores e homens de pena. São centros de academias, de bibliotecas, e intercâmbio com outras cidades. Nelas, em suma, se concentra a *élite* dos ricos e dos cultos – o que lhe aumenta a importância e o prestígio.

[...]

Em virtude de tais motivos os *falares urbanos* distinguem-se nitidamente dos *rurais*. É nas cidades que se condensa a tradição literária, de modo que é muito forte a aproximação das linguagens escrita e falada. (SILVA NETO, 1963[1950]: 216)

As cidades, centros de estudos e de vida intensa, proporcionavam a possibilidade de um equipamento intelectual bem superior ao do ambiente campesino. Já no princípio do século XVIII observava o jesuíta Antonil que os filhos dos senhores de engenhos, asfixiados no seu estreito e pequeno mundo, ficavam tabaréus, só sabendo falar do cão, do cavalo e do boi. (SILVA NETO, 1963[1950]: 111-2)

Como se sabe, uma das principais intenções da IELPB era, além de fornecer mais elementos para a criação de uma mentalidade dialetológica, chegar a uma compreensão dos processos formadores da língua falada no Brasil. Para isso, Silva Neto busca a todo o momento reconstruir a realidade linguística do Brasil Colonial, falando de suas situações de

---

¹ Classificado por Nascentes (1919) como um estudioso pertencente à escola dos neogramáticos (cf. Cunha, 2003: 155), segundo Alonso (1945), Victor Henry seria um linguista hegeliano que teria influenciado Saussure na criação das antinomias.

contato linguístico, da demografia histórica, da dinâmica das classes sociais etc. Nesse sentido, um dos principais argumentos do autor é que, devido a questões de prestígio social – sobretudo com a chegada do Príncipe Regente ao Rio de Janeiro, em 1808 –, as cidades teriam mantido um padrão linguístico mais próximo da norma lusitana, libertando-se, com o passar do tempo, das marcas deixadas pelo contato linguístico do português com línguas africanas e indígenas, que teriam se perpetuado no interior:

Nas cidades foi muito mais intenso esse *reaportuguesamento*. É claro que elas têm sido, pelo menos a partir de 1808, os centros de cultura do país. Com a chegada do Príncipe Regente afluíram para o Rio de Janeiro os principais potentados do interior.

Daí o desenvolvimento da linguagem urbana, sensivelmente aproximada à língua padrão. Nas cidades concentra-se o esforço das escolas e dos institutos de cultura. Nas cidades estão as sedes do Poder Central (SILVA NETO 1963[1950]: 150).²

Partindo do pressuposto da superioridade dos usos linguísticos urbanos, Silva Neto faz uso da *Teoria da Imitação* – formulada pelo sociólogo francês Jean-Gabriel De Tarde (1843-1904) – para falar da influência planificadora da cidade sobre o campo. De acordo com essa teoria, a imitação do superior pelo inferior funcionaria como um *cimento das relações inter-humanas* (SILVA NETO, 1970: 24):

Por isso não é de estranhar que, em seu fecundo livro sobre as leis da imitação, o notável sociólogo francês Gabriel Tarde frisasse a importância do fato de que os habitantes do campo se empenham em imitar os da cidade. Esta funciona, pois, como um centro propulsor de civilização, e dela partem ondas linguísticas planificadoras (SILVA NETO 1963[1950]: 216).

As cidades figuram como centros de áreas circulares ou semicirculares de onde se irradiam para a periferia fluxos de influência do falar urbano. É uma ação lenta, mas progressiva e eficiente.

Assim se estabelece uma linha de gradações planificadoras, que se vai acentuando à proporção que da periferia se caminha para o centro. O viajante inglês Luccock dá-nos expressivo exemplo desse esforço de urbanização, desenvolvido com a chegada do Príncipe Regente. Diz ele, referindo-se ao teatro: “*Nas peças que representavam, ridicularizavam-se as maneiras, vícios, dialeto e outras peculiaridades da colônia, o que corrigiu os gostos do público*” (*Notas sobre o Rio de Janeiro*, pág. 163) (SILVA NETO, 1963[1950]: 88).

Embora considerasse os usos linguísticos dos habitantes da cidade em oposição aos usos dos camponeses, o filólogo chamava a atenção para a *variação* também existente no

---

² Diferentemente do pensamento de Silva Neto, que tem a adequação à norma portuguesa como o produto final da obra de colonização, leiamos o seguinte trecho de Mendonça (1936), que vê como possibilidade o afastamento entre as línguas dos dois países: “Por enquanto, a nossa morfologia continua portuguesa, como o lastro do vocabulário. A sintaxe, mais sensível ao influxo psicológico, aparece mais brasileira sobretudo na linguagem popular. O futuro dirá, porém, se desse português brasileiro vamos ter uma língua brasileira, plenamente individualizada”. (MENDONÇA, 1936: 141)

interior do ambiente urbano. No trecho abaixo, por exemplo, podemos verificar a estratificação realizada pelo autor (*capa técnica*):

Atualmente, nas cidades, podemos distinguir três espécies de linguagem:

I) a fala das pessoas de mediana cultura geral, pessoas que, pelo menos, frequentaram o ginásio e, por causa de sua posição, preocupam-se em falar bem;

II) a fala das pessoas remediadas, que, possuindo educação primária, aspiram, porém, a ascender na escala social e procuram imitar as pessoas da camada mais alta;

III) a fala das pessoas humildes, das classes mais modestas da sociedade. Aqui o meio é mais pobre e acanhado, e a percentagem de analfabetos é bastante grande.

[...]

Não esqueçamos, todavia, que dentro de uma grande cidade há cruzamentos constantes dos círculos sociais, o que redundará numa grande interpenetração linguística (SILVA NETO 1963[1950]: 148).

Além das generalizações que Silva Neto (1950) faz sobre os usos linguísticos urbanos, no nível da *capa teórica*, observamos que o filólogo também procura dar uma visão abarcadora das variedades rurais, argumentando em favor da existência de uma espécie *núcleo gramatical comum*³ para os *falares regionais*:

A grande maioria dos fatos que caracterizam os nossos falares regionais tem âmbito panbrasileiro. Veremos isso com o material de que pudemos dispor: São Paulo (caipira), Rio de Janeiro (carioca), Pernambuco e Alagoas (nordestino), Ceará, Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Acre, Amazônia, Sergipe, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná, Paraíba (SILVA NETO, 1963[1950]: 151-2).⁴

Conforme veremos posteriormente, Silva Neto (1950) propõe explicações históricas para a existência desse núcleo comum entre os *falares regionais*.

Em Silva (2015: 1046-7), observamos que, além da proposta de unificação dos *falares regionais* em torno de um *núcleo gramatical comum*, Silva Neto (1950) procura reunir sob a mesma interpretação os dados hauridos de várias monografias sobre os dialetos brasileiros, a saber: *O dialeto caipira* (Amadeu Amaral); *O linguajar carioca em 1922* (Antenor Nascentes); *A língua do nordeste* (Mário Marroquim); *Contribuição ao estudo da fonética cearense* (Clóvis Monteiro); *O falar mineiro* (José A. Teixeira); *Poranduba Maranhense* (Fr.

³ Cf. Pagotto (2007) para a discussão do conceito de *núcleo gramatical comum*.

⁴ Aparentemente, a proposta de um *núcleo gramatical comum* para os dialetos brasileiros – em oposição à língua falada em Portugal – também estava presente na obra de Mendonça: “A separação geográfica constitui assim o fator mais genérico da diversidade linguística. Entretanto, as diferenciações dialetais na continuidade do território brasileiro apresentam entre si laços de muito maior afinidade, que relevam de uma estrutura comum. Ao passo que tais diferenciações se afastam profundamente, com uma distância sempre maior e nunca mais alcançada, das diferenciações do português europeu” (MENDONÇA, 1936: 127).

Francisco dos Prazeres); *Folklore acreano* (Francisco Peres de Lima). Aliás, são os dados retirados desses textos de orientação dialetológica que compõem a *capa documental* da IELPB. De acordo com o nosso ponto de vista, esse traço da *capa documental* de Silva Neto (1950) pode reforçar a ideia de que a IELPB funciona como um texto que tem como um dos objetivos principais a organização de dados dispersos dos dialetos do português, com vistas à superação de polêmicas e visões tidas como equivocadas do ***problema linguístico brasileiro***. Assim, levando em consideração as observações de Swiggers (2013) sobre o conceito de *texto* no âmbito da Historiografia Linguística, talvez possamos classificar a IELPB como um *texto de diluição*, pois, no que diz respeito à sua *concepção*, o objetivo do autor é fazer uma síntese dos resultados conquistados pela Dialetologia até o momento, o que, na sua visão, conduziria a uma visão unitária – e, por assim dizer, “acertada” – do fenômeno linguístico brasileiro.

Ao lidarmos com a *capa técnica*, verificamos que outro eixo explicativo utilizado por Silva Neto para tratar da variabilidade do português no Brasil foi o da ***variação/prestígio social***. O interessante a observar é que, nesse ponto, no que diz respeito à *capa teórica*, o que conduz as reflexões do autor não é uma teoria linguística sobre variação, mas sim teorias propriamente sociológicas, como as de Gabriel Tarde (1843-1904) e de Thorstein Bunde Veblen⁵ (1857-1929). Partindo da noção de que a sociedade se organiza em forma piramidal (Veblen) e que as relações entre os indivíduos se dá por meio das *leis de imitação* (Tarde), o filólogo estabelece uma estreita relação entre a língua e a estrutura social, articulação esta realizada no âmbito do *objeto teórico*: os usos linguísticos apresentados por um indivíduo poderiam, em tese, indicar a sua classe social:

As sociedades semelham pirâmides em que os grupos sociais estão dispostos uns acima dos outros. Cada grupo ou camada procura assimilar as particularidades da camada adjacente superior e evitar a de camada inferior. O cume da pirâmide é constituído pela classe mais elevada, ideal a que aspiram, grau por grau, os demais grupos sociais.

Estamos, pois, em face de tendências de *imitação* e *seleção*, que caracterizam a coesão social. São tendências positivas (imitação do estrato superior) e tendências *negativas* (evitar o estrato inferior). A classe mais elevada caracteriza-se sobretudo pelas tendências *negativas* – ela evita ou procura evitar tudo o que é característico das outras camadas da sociedade. E nada tendo acima de si, para imitar, apresenta aspecto arcaizante e neologista: procura criar novas formas (SILVA NETO 1963[1950]: 103)

Após essa conceituação de caráter mais geral a respeito da natureza da linguagem, munido das referidas teorias sociológicas, Silva Neto volta até o Brasil Colonial para, por meio da análise da estruturação da sociedade, tirar conclusões a respeito da história da língua:

---

⁵Veblen era um sociólogo norte-americano.

Ora, nos dois primeiros séculos do Brasil colonial “os elementos oficiais e os colonos formariam uma casta superior, sendo que os nascidos em Portugal se considerariam acima dos que houvessem por berço a colônia. Estes últimos vinham em segunda linha, muito pouco considerados pelos reinóis vindos da Europa, e eles aceitavam essa diminuição de conceito e de classe”, logo abaixo desse grupo estavam “os mestiços de índios, que não admitiam fossem colocados no mesmo nível dos mulatos e dos demais cruzados de brancos e negros; alegavam, antes, a ascendência paterna, a proteção que, oficialmente, Portugal lhes dispensava, ao promover os casamentos mistos entre europeus e autóctones” – em seguida vinham os mulatos e, depois deles “vinha uma indescritível mistura de inomináveis cruces: mulato-índio; índio negro” – abaixo estavam os escravos vermelhos, e, ainda mais baixo a massa africana e sua linhagem racial (SILVA NETO 1963[1950]: 103-4)

No nível do *objeto teórico*, verificamos que Silva Neto (1950) tirará as seguintes conclusões a partir da estratificação da sociedade colonial: os brancos gozariam de superioridade cultural e linguística, de modo que, por meio das *leis de imitação*, os seguintes fenômenos de mudança linguística teriam ocorrido: o processo de ascensão social do mestiço que, do ponto de vista linguístico, teria levado a modificação dos usos desses indivíduos, o *reaportuguesamento* das zonas urbanas, a *branquização* da fala de negros e índios etc:

Com respeito à situação do Brasil-Colônia é preciso, porém, não exagerar. É certo que o meio social era perturbado por elementos extra europeus, índios e negros. Mas deve ter-se na devida conta que sempre o branco se estremou socialmente, como classe superior. E que um dos característicos de classe social é, precisamente, a linguagem. Ela até classifica socialmente os indivíduos (SILVA NETO, 1963[1950]: 102-3).

A ascensão social do mestiço acarretava polimento e planificação na linguagem, uma vez que esse é um importantíssimo sinal-marca de classe social. O negro da *Frágua de Amores*, de Gil Vicente, desespera-se porque inutilmente lhe branqueara a pele: na linguagem sempre se traía a cor (SILVA NETO, 1963[1950]: 106).

Consideramos que, no âmbito da *capa técnica*, a proposta de periodização que Silva Neto (1950) faz da história linguística do Brasil – no capítulo *As três fases da história da língua portuguesa no Brasil* – constitui-se num exemplo significativo de uso do eixo explicativo **variação/prestígio social**. De acordo com o filólogo, o princípio norteador da periodização é a já referida *ascensão social do mestiço* que, segundo ele, teria provocado *consequentes alterações no tipo de linguagem*. O autor divide a história da língua no Brasil em três períodos e mostra como, paulatinamente, o português foi se tornando a língua vitoriosa, mesmo em meio ao contato com línguas indígenas e africanas. De acordo com Silva Neto, três classes sociais teriam participado ativamente da formação cultural brasileira, a saber: o branco, o índio e o negro⁶, cada um deles caracterizado por um tipo de linguagem particular:

---

⁶ É importante observar que, na perspectiva de Silva Neto, cada raça ou etnia representava uma classe social diferente.

As fases por nós delineadas visam ao estudo das várias composições da população brasileira, com as variáveis branco, negro e índio. Procuraremos ver como, no decurso de quatro séculos, umas linguagens reagiram sobre as outras, sempre no sentido da preponderância daquela que representava o mais alto e perfeito meio de civilização: o português (SILVA NETO, 1963[1950]: 73).

Assim, ao longo do capítulo, tendo como base argumentos de ordem sociocultural, Silva Neto procura apresentar a história da *vitória da Língua Portuguesa no Brasil*. Há aí também uma visão sobre o processo de *mudança linguística*, cuja direcionalidade parece ser determinada por fatores de ordem sociocultural.

Vale dizer que o trecho citado acima não é o único no qual Silva Neto tece relações entre fenômenos linguísticos e aspectos raciais, o que nos mostra que tal tipo de articulação fazia parte do *objeto teórico* do autor. Para o filólogo, no Brasil Colonial, existiria a língua dos brancos reinóis – vindos de Portugal –, dos brancos mazombos – nascidos no Brasil – e a língua dos negros e dos índios. Os falares *negralizados* apresentariam fenômenos gramaticais característicos, como os seguintes exemplos: supressão do s (*façamo*), redução de *lh* a *i* (*oya* por *olha*). Está inserida também nesse âmbito a questão da língua crioula que, segundo o filólogo, teria se estabelecido no Brasil no início da colonização, ficando circunscrita ao uso de índios, negros e mestiços:

Portanto, dos princípios da colonização até 1808, e daí por diante com intensidade cada vez maior, se notava a dualidade linguística entre a nata social, viveiro de brancos e mestiços que ascenderam, e a plebe, descendente de índios, negros e mestiços da colônia.

O grau desse falar criouлизado varia de lugar para lugar: depende da percentagem de brancos e do *estatus* cultural. Onde menor for o número de brancos, onde a população consistir, quase exclusivamente, de índios, negros, ou mestiços, maior será o grau de linguajar criouлизante (SILVA NETO, 1963[1950]: 88-9).

No âmbito da *capa teórica*, Silva Neto (1950) pontua que a influência negra não foi igual em todas as localidades do país, mas dependeu de vários fatores, como a demografia, por exemplo. Conforme vimos, esse mesmo nível de detalhamento também é encontrado na obra de Mendonça (1936), na qual o autor procura explicitar a *geografia linguística* dos locais que teriam sofrido influência das línguas africanas. Contudo, diferentemente de Mendonça (1936), que acreditava na possibilidade de perenização dos traços linguísticos influenciados por negros e indígenas, Silva Neto (1950) os via apenas como traços temporários, visto que a tendência seria o apagamento, à medida que ocorresse a *vitória da Língua Portuguesa*⁷.

Conforme destacamos em Silva (2015: 1048), o tratamento que Silva Neto dá ao

---

⁷ Vemos, então, que Renato Mendonça e Serafim da Silva Neto possuíam *objetos teóricos* distintos.

fenômeno do contato linguístico do português com as línguas africanas e indígenas é, ainda hoje, visto com determinadas reservas pela literatura (cf. MATTOS E SILVA 2004; LOBO, 1994), que, frequentemente, classifica o filólogo como preconceituoso. Isso acontece porque, tomando como base a estratificação da sociedade colonial, na qual as relações entre as classes sociais eram extremamente verticalizadas, o filólogo matiza algumas das considerações feitas por outros estudiosos, os quais acreditavam que o contato entre as línguas havia influenciado substancialmente o português no Brasil – dentre eles, o próprio Renato Mendonça. Fazendo uso dos conceitos de *influência positiva* e *influência negativa* (VEBLEN, 1944), Silva Neto reitera a ideia de que as classes sociais seriam organizadas em pirâmides e que, por isso, haveria diferenças entre os usos linguísticos dos indivíduos mais abastados – que estavam no topo da pirâmide – e os dos indivíduos que estavam na base da estrutura – os mestiços, os índios e os negros. Deste modo, em função de seu prestígio social inexistente, os negros e indígenas exerceriam *influência negativa* nos socialmente mais privilegiados, de modo que seus usos linguísticos seriam evitados e censurados. No plano oposto, os indivíduos que ocupavam o topo da pirâmide exerceriam *influência positiva*, uma vez que os seus usos eram considerados *ideal linguístico* e modelo de civilização, o que, nos termos de Gabriel Tarde, favorecia a imitação.

Assim, tomando por base categorias analíticas como **prestígio social** e *influência positiva/negativa*, Silva Neto será totalmente contrário a autores como Renato Mendonça e Jacques Raimundo que, integrantes da chamada “*Escola da Língua Brasileira*” (cf. ELIA, 1961), defendiam que a língua falada no Brasil se diferenciava da de Portugal, devido, sobretudo, ao contato e influência das línguas africanas⁸. Ora, se na terminologia (que faz parte da *capa teórica*) de Serafim da Silva Neto os grupos étnico-sociais negros e índios só exerciam *influência negativa* – ou seja, seus usos linguísticos inibiam a imitação –, não seria possível admitir, nas hipóteses teóricas do autor, que os elementos oriundos dessas línguas viessem a integrar o português falado no Brasil⁹. Seria necessário encontrar outras explicações para as mudanças linguísticas que haviam se processado.

Deste modo, o filólogo parece desejar encerrar a questão com a seguinte declaração:

---

⁸ Nessa *Escola*, havia também aqueles que argumentavam em favor da influência das línguas indígenas.

⁹ Cf. o trabalho de Borges (2015), que também acentua a inclinação étnica e sociológica da análise de Silva Neto.

Do branco prevaleceu a religião, os hábitos, a língua. É certo que no tocante à etnografia algo nos ficou do negro e do índio: mas a língua, dentre todas as instituições sociais é a que mais fortemente se impõe aos indivíduos. E por isso mesmo ela não sofreu influências decisivas, senão apenas incorporações ao vocabulário e à fraseologia bem como um ou outro fato restrito a falares regionais (SILVA NETO, 1963[1950]: 106).

Portanto, Silva Neto (1950) parece querer empreender uma nova orientação para os estudos da história da língua portuguesa no Brasil, desconstruindo aquilo que ele chamou de *teses negrófilas e indiófílas* que, de um modo geral, tiveram seus argumentos rechaçados pela geração do filólogo (cf. ELIA, 1961). Borges (2015: 134) também observa esse aspecto, afirmando que o autor critica os preceitos metodológicos utilizados pelos estudiosos que endossavam a influência do contato no português do Brasil. Conforme vimos no **capítulo 3**, essa crítica e *retórica de ruptura* parecem ser condicionadas por aspectos disciplinares, uma vez que Silva Neto figura como um grande representante dos estudos românicos no Brasil. A esse respeito, podemos ver um trecho de seu texto programático no prefácio da primeira edição da *Revista Brasileira de Filologia* (RBF): “*A Revista Brasileira de Filologia deseja contribuir para o desenvolvimento dos estudos científicos da Língua Portuguesa, encarada, naturalmente, no grupo das línguas românicas e nas suas relações com as demais Ciências do Homem*” (SILVA NETO, 1955: 1). Como vemos, no âmbito da *capa teórica*, para Silva Neto (1950), a língua portuguesa deveria ser, *naturalmente*, considerada no rol das línguas ditas românicas, de modo que a pesquisa linguística deveria acentuar esse caráter e não a sua mistura com línguas de outras matrizes.

Em Elia (1961) há um panorama do debate travado durante a primeira metade do século XX entre aqueles que, de um lado, defendiam que o contato linguístico teria modificado a língua portuguesa no Brasil, tornando-a totalmente diferente da língua de Portugal, e, de outro, aqueles que negavam essas hipóteses, o que nos traz algumas informações sobre a *capa contextual* da emergência da IELPB. Conforme já mencionamos, o primeiro grupo poderia ser chamado de *Escola da Língua Brasileira*, que teria como ideia básica a evolução *natural* do português em *brasileiro*, processo que, em tese, também teria se dado na passagem do latim para as línguas românicas. Para Elia (1961), essa ideia básica perpassaria o trabalho de todos os defensores da *língua brasileira*, mesmo que estes criticassem a ligação das ciências da linguagem com a biologia:

Todavia, essa ideia simplista de que as línguas evoluem por si, é, como dizíamos, a princípio, a base comum subjacente às teorias da língua brasileira. Podem, aliás, os autores que defendem tais teorias, como acontece com Renato Mendonça, rejeitar o evolucionismo [...] (ELIA, 1961: 88).

Segundo Elia (1961), ancorando-se em teorias linguísticas internalistas, alguns estudiosos defendiam a hipótese de que, no Novo Mundo, os idiomas se separariam de suas raízes ou famílias – inclusive a família românica –, como podemos verificar na seguinte declaração que August Friedrich Pott (1802-1887) fez, ao comentar as diferenças entre o inglês da Europa e da América: “*Será possível crer que as línguas procedentes do Lácio, transportadas ao solo americano, escaparão do destino que lhes impõem as leis gerais da Natureza?*” (In PIDAL, 1957; *apud* ELIA, 1961: 90)

De acordo com Elia (1961), a polêmica consistia no fato de que, para outros teóricos, os fenômenos de mudança linguística, como a transformação do latim nas línguas românicas, deveriam ser analisados a partir de um ponto de vista sociocultural. Assim, enquanto autores como Monteiro Lobato (1882-1948) comparavam o surgimento do *brasileiro* a partir do português ao surgimento do português a partir do latim, filólogos como Ramón Menendez Pidal (1869-1968) afirmavam que as condições sócio históricas responsáveis pela fragmentação da România não eram as mesmas que atuavam nos processos formadores das línguas neolatinas na América, de modo que seria preciso encontrar outra perspectiva de análise.

Diferentemente da perspectiva adotada por Silva Neto (1950), o seguinte trecho de Mendonça (1936) parece chamar a atenção para uma cisão da *família românica*:

Separada do português no século XVI, a língua respirou no Brasil com os próprios pulmões, sem a placenta intermediária da língua mater.

Assim, historicamente esse galho se desprende do tronco, crescendo e vicejando com a enxertia nas terras americanas (MENDONÇA, 1936: 126)

No trecho acima, Mendonça parece defender a hipótese de que o *português da América* não seria mais uma língua *românica autêntica*, dadas as mudanças que teriam se processado longe do seu *tronco original*. Levando em consideração as críticas de Elia (1961), poderíamos enxergar nesse trecho uma visão da **mudança linguística** segundo a qual seria *natural* o português tornar-se *brasileiro* no território americano. Contudo, até onde pudemos acompanhar a obra de Mendonça (1936), vemos que seus argumentos principais se ancoram na Geografia Linguística, por meio da qual o autor defendia a influência do *elemento negro* na história da língua no Brasil, uma vez que ele seria um elemento importante na composição étnica e cultural do povo. Serafim da Silva Neto, por sua vez, era contrário a tais propostas, uma vez que, em seu *objeto teórico* – sustentado por uma perspectiva sociocultural –, o negro

exerceria *influência negativa* sobre as demais classes sociais, sendo, portanto, impossível a ele a influência linguística.

Em Silva (2015: 1043), demos destaque à *visão de língua* proposta em Silva Neto (1950). Vimos que, para o autor, a língua seria uma *expressão da sociedade*. Pensando em termos de *Programas de Investigação*, tal conceituação funcionaria como uma orientação teórico-metodológica particular que, por seu turno, justificaria e possibilitaria determinados gestos analíticos – do mesmo modo que vetaria outros. No que diz respeito à obra de Silva Neto (1950), a nossa tarefa descritiva levou-nos a incluí-lo como realizador de parte de um *Programa Sociocultural*, pois, conforme procuramos ilustrar até agora, através do exame das *capas*, na maior parte do tempo, o filólogo procura analisar os dados ou fenômenos linguísticos de que se ocupa tendo como pano de fundo a história social do Brasil. A esse propósito, já vimos que seu desejo era que a sua obra não ficasse circunscrita apenas ao campo dos estudos linguísticos, mas, por outro lado, que fosse vista como um trabalho etnográfico.

Neste capítulo, em que temos falado a respeito do tratamento que Silva Neto (1950) dá para o fenômeno da *variação linguística*, já vimos que, de modo geral, o processo é descrito/explicado, principalmente, com base nos seguintes eixos explicativos: **oposição cidade/campo; variação/prestígio social** (cf. SILVA, 2015: 1046). Assim, conforme vemos nos eixos explicativos, Silva Neto (1950) privilegia gestos analíticos que associam os fatos de língua aos fenômenos socioculturais. No que diz respeito às propostas de análise recusadas pelo autor, podemos ler o seguinte trecho da *História da Língua Portuguesa* que, embora publicada posteriormente à nossa obra em foco, fornece um bom resumo do que o filólogo entendia por história de uma língua:

Não se deve confundir a história da língua com a gramática histórica, disciplina que, aliás, não corresponde a uma realidade precisa. De fato, como frisa F. de Saussure, - “comme aucun système n’est à cheval sur plusieurs époques à la fois, il n’y a pas pour nous de “grammaire historique”; ce qu’on appelle ainsi n’est en réalité que la linguistique diachronique”.

Impõe-se, dessa maneira, a substituição da gramática histórica, maciça, algébrica e seca, por uma síntese em que se faça não a história de uma língua como algo abstrato e imóvel, mas através da história dos homens que, com ela, e por meio dela, têm exprimido os seus sentimentos (SILVA NETO, 1970: 9-10).

Assim, vemos que o filólogo negará gestos analíticos que partam de uma *visão de língua* internalista, isto é, uma *visão* dissociada da comunidade de usuários e de sua história.

Levando em consideração tudo o que vimos até aqui – a saber, o lugar institucional ocupado por Silva Neto, o tratamento que o filólogo dá ao fenômeno da *variação linguística*

–, traçamos as seguintes generalizações que, em termos de *Programas de Investigação*, nos permitem inserir a obra de Silva Neto (1950) no interior do *Programa Sociocultural*:

1. A língua é vista como um fato social e cultural, pois Silva Neto procura situar a sua análise linguística na *História Externa*, rechaçando os pressupostos teóricos de uma ciência da linguagem, por assim dizer, “biologista”. Com o intuito de entender, no seu tempo, os caminhos da língua portuguesa falada no Brasil, o autor se volta para os dados da história social do país, sobretudo aqueles relativos ao período colonial, e nos dá informações da estruturação das classes sociais, da divisão demográfica, da importância do contato, da escolarização etc. Conforme vimos acima, cada um desses fatos de natureza extralinguística, de acordo com prisma analítico do autor, é relevante para explicar as variedades do português, fato que, segundo ele, por ser ignorado por alguns autores de vertente evolucionista, teria levado à defesa errônea da existência de uma “língua brasileira”;

2. A língua é caracterizada pela **variação**: conforme vimos, tal asserção aparece logo no início do livro, como uma justificativa para o erro no qual incorreram os defensores da *tese brasileiroista* (cf. ELIA, 1975). De acordo com Silva Neto (1950), isso ocorreu porque aqueles estudiosos consideravam o português do Brasil um bloco único, quando, na verdade, ele seria bastante variável. A partir desse ponto, o filólogo vai descrevendo as instâncias nas quais a língua pode variar, sendo os eixos explicativos da variação social e o da oposição entre a cidade e o campo os mais relevantes para a explicação do fenômeno;

3. A **técnica** de análise se caracteriza pela classificação de usos linguísticos: tal característica é bastante marcante no texto, sobretudo quando se quer opor a fala citadina aos falares regionais¹⁰.

Borges (2015) também insere a obra de Serafim da Silva Neto no interior do *Programa Sociocultural*. A autora justifica tal classificação com base em variadas razões: a **incidência** da análise se dá sobre os fenômenos de variação linguística; há forte inclinação para fatores étnicos e sociológicos na análise; o autor vê dois percursos da história da língua no Brasil – sócio historicamente determinados –, a saber: a língua culta e a língua popular.

Contudo, embora Silva Neto (1950) situe a sua obra no âmbito da *história externa* da língua – o que se confirma por nossa tarefa descritiva, que nos leva a incluí-lo no *Programa Sociocultural* –, com o objetivo de desconstruir teses *indiófilas* e *negrófilas* sobre o português

---

¹⁰ A esse propósito, observamos que o filólogo insere em seu texto até tabelas de conjugação verbal específicas para os falares regionais.

falado no Brasil – como as de Renato Mendonça e Jacques Raimundo, por exemplo –, no âmbito das *capas teórica e técnica*, o filólogo faz uso de hipóteses internalistas para discutir alguns fenômenos de *variação* e/ou *mudança*, construindo, deste modo, também uma *história interna* para a língua – evolução interna das estruturas e formas linguísticas (cf. SILVA, 2015: 1052).

Conforme já mencionamos, Silva Neto demonstrava uma preocupação em relação à metodologia empregada nas pesquisas que defendiam as influências africanas e ameríndias no português – e, conseqüentemente, uma extrema diferenciação entre Brasil e Portugal, em termos linguísticos. Para o filólogo, não seria suficiente encontrar semelhanças entre as línguas que mantiveram contato, mas, por outro lado, era preciso certificar-se de que os fenômenos atribuídos ao contato eram, de fato, devidos a esse acontecimento sociocultural, ou, por outro lado, se eles teriam evoluído de maneira independente na própria língua portuguesa. Recorrendo a Hugo Ernst Mario **Schuchardt** (1842-1927), Silva Neto (1950) afirmava que a *mestiçagem linguística* era um fenômeno distinto da mestiçagem física¹¹.

Conforme afirmamos no **capítulo 2**, uma das principais matrizes teóricas do trabalho de Silva Neto (1950) é a teoria da *deriva linguística*, formulada pelo linguista norte-americano Edward Sapir (1884-1939), em *Language: an introduction to study of speech* (1921). Assim, argumentamos que, no âmbito da *capa teórica*, o filólogo faz uso dessa noção para negar as influências indígenas e africanas no português.

Na IELPB, o conceito de *deriva* é utilizado pela primeira vez no capítulo que trata do contato linguístico ocorrido durante o Brasil colonial. Nesse capítulo, Silva Neto (1950) faz uso do conceito de *deriva* para argumentar que alguns dos traços gramaticais do *português no Brasil* que determinados estudiosos haviam atribuído ao contato com as línguas africanas, seriam, de fato, *tendências* que já estariam presentes na língua desde Portugal e que, devido às forças sociais atuantes na sociedade colonial, haviam sido deflagradas e, posteriormente, teriam se perenizado, sobretudo nos *falares regionais*.

Silva Neto (1950) utiliza a hipótese da *deriva* para explicar alguns fenômenos da variabilidade do *português no Brasil* – ou, em sua perspectiva de dialetólogo, para descrever alguns resultados de *mudança*. Conforme observamos ao tratarmos da *capa técnica*, a fim de problematizar a visão do *português do Brasil* como um *bloco* único – visão esta que, de

---

¹¹ Vale dizer que tal proposta era diferente da de Mendonça (1936), para quem o caldeamento étnico teria ocasionado a mestiçagem linguística.

acordo com Silva Neto (1950), teria sido sustentada por vários autores –, o filólogo segmentou essa língua em conformidade com diferentes fatores de diversificação. Sendo a oposição **cidade/campo** um dos fatores de diversificação mais relevantes na obra, vemos que dados demográficos auxiliaram Silva Neto no mapeamento das variedades da língua em que os *aloglotas* teriam desempenhado papel mais importante: os *falares regionais*, opostos às variedades linguísticas faladas nas cidades. Com base nesses pressupostos, Silva Neto chegou à seguinte generalização sobre os *vulgarismos* encontrados no Brasil:

Como vulgarismos encontrados em todas as partes do Brasil, mesmo nas classes baixas do Rio de Janeiro, há vários traços, dignos de nota: iotização do *lh*, supressão de *-r* e *-l* finais, redução de *nd* e *mb* a *n* e *m*, respectivamente, passagem de *l* velar a *r*.

Tais pronúncias que – nunca é demais salientá-lo, são rigorosa e exclusivamente *vulgarismos* – pertencem àquela categoria de tendências já contidas na *deriva* da língua que logo irrompem quando o meio social é turvo e incerto pela convivência de populações de origens diversas e a consequente falta de uma rígida norma linguística.

São, portanto, pronúncias devidas a relaxamento de articulação, imputáveis ao desleixo de *aloglotas* os quais, de modo geral precipitam a *deriva* da língua. Não são, é preciso frisar, fenômenos decorrentes de *interferência linguística*: não se pode aqui falar em influência de línguas americanas ou africanas (SILVA NETO, 1963[1950]: 196).

Com base no trecho acima citado, vemos que, na perspectiva de Silva Neto (1950), embora o uso do português por parte dos *aloglotas* tenha sido um gatilho para a ocorrência do processo de iotização – presente nos *falares regionais* e na fala das *classes baixas* do Rio de Janeiro – tal fenômeno já seria, por assim dizer, uma *tendência* latente na língua, prefigurada em sua *deriva*. Assim, para o filólogo, o processo iria ocorrer a qualquer momento, em função da ação de forças internas à língua. Deste modo, o contato com as línguas ameríndias ou africanas não teria influenciado a gramática do português, uma vez que a *iotização* – traço dos *falares regionais* – seria o resultado de uma mudança interna, por *deriva*.

Em passagens anteriores deste texto, fizemos menção à distinção que Silva Neto faz entre os *falares regionais* e uma espécie de norma urbana. Vimos que essa distinção era sustentada, fundamentalmente, pelos diferentes aspectos socioculturais que identificavam cada um desses ambientes: o campo, por exemplo, era povoado pela maior parte dos negros e índios, era distanciado das instâncias do poder, não era, por assim dizer, atingido pelos efeitos da escolarização etc., o que fazia com que os usos linguísticos de seus habitantes divergissem do chamado *português normal*. Nas cidades, pelo contrário, os influxos da planificação linguística eram bem fortes, devido a características opostas ao que se tinha no campo, como a escolarização, a maior presença de homens brancos etc. Deste modo, somos levados a pensar

que, no ponto de vista de Serafim da Silva Neto, a *variação linguística* existente entre esses dois espaços se daria pela influência desses fatores sócio históricos. Contudo, algumas passagens nos mostram, mais uma vez, a concepção do autor de que as “variedades” que, em virtude do gatilho social, teriam aparecido, já seriam prefiguradas na língua, pois constituíam as suas *virtualidades*:

Aqui referimos, por alto, alguns dos traços mais salientes das pronúncias regionais brasileiras, sobretudo para opô-los à pronúncia culta carioca, que é a única que se pode classificar, sem mais nada, como pronúncia padrão brasileira, ou do Português do Brasil. O que, porém, se torna cada vez mais indispensável e urgente, é o estudo, minucioso e rigoroso, da fonética das várias regiões do Brasil, vasto campo de experiências onde a Língua Portuguesa desenvolveu as suas *virtualidades* (SILVA NETO, 1963[1950]: 197).

Assim, embora o autor não explicita o argumento, com base em outras passagens do texto, talvez possamos dizer que, em seu *objeto teórico*, entende-se que, independentemente das forças sociais, uma hora ou outra essas *virtualidades* poderiam se concretizar. Conforme veremos mais adiante, esses aspectos nos levarão a interpretar a obra de Silva Neto (1950) em outro *Programa de Investigação*, e não só no *Programa Sociocultural*.

Pensando no domínio da *capa técnica*, destacamos a seguinte análise de Silva Neto (1950) para alguns fenômenos de *variação* e/ou *mudança*, em que o autor propõe uma interpretação para os *arcaísmos* encontrados no português do Brasil:

Em número inumerável são os arcaísmos aqui preservados. Vivos andam na boca dos matutos o depois (de ex post), a inôrância, o prepósito, o lutar (luctare), o desposto, o acupar, o agardecer, o avaliar, o Bertolameu, a correição (correctione), o dereito (directu), a eigreja, o ermão (germanu), o escuitar (ascultare), o estâmegio, o feroso, a fruta (fructa), o enxuito, a reposta, o saluço, a somana, o sojigar, o alifante, a menhã, o coidado, o coidito, o entonce (in tunc), o surjão, a chanta (deverbal de cantar), o viçudo, a valência, a vizindade (vicinitate), a soidade, a eramá (hora mala), o dioso, a cuidança, a espreitança, as orelheiras, os executantes, e tantíssimos outros.

Muitos “brasileirismos” há até raízes latinas! (SILVA NETO, 1963[1950]: 204)

Observamos, no exemplo acima, que Silva Neto procura encontrar raízes latinas para os *arcaísmos* presentes nos *falares regionais* do Brasil. Aparentemente, o filólogo considera os exemplos citados como estágios intermediários de *mudanças* que já teriam se completado nos dialetos urbanos. Como exemplo, podemos fazer menção ao conhecido fenômeno de simplificação grupo consonantal *-ct-*, do latim, que, passando por um estágio intermediário de vocalização e ditongação, teria o seu fim na monotongação. Assim, o que os falantes de dialetos urbanos pronunciariam como *lutar* – com a mudança já completada –, seria *luitar* no falar regional, dado o seu estágio intermediário.

No âmbito da *capa contextual*, acreditamos que o uso das aspas na palavra “brasileirismos” já parece indicar que Silva Neto (1950) deseja problematizar esse conceito – fato este que, de certo modo, ocorre em outras passagens do texto. Com efeito, nesse contexto, podemos dizer que, questionar a noção de “brasileirismo” é, em certa medida, questionar os pressupostos daquilo um pouco mais acima chamamos de “Escola da Língua Brasileira” (ELIA, 1961). Tal tarefa se concretizava por meio da negação da influência das línguas africanas e ameríndias na gramática do português, o que podia ser feito por meio da atestação da evolução linguística imanente, por meio do estudo das *tendências* que comporiam a *deriva* da língua portuguesa ou por meio da caracterização das virtualidades do sistema. Em outras palavras, conforme argumentamos em Silva (2015: 1052), embora o trabalho de Silva Neto seja fortemente caracterizado pela análise da *história externa* da língua, em algumas passagens da IELPB o filólogo “usa uma teoria de história interna para rebater uma história externa diferente daquela que ele deseja contar, a saber, a da *vitória da Língua Portuguesa*”.

No segundo capítulo desta dissertação, apresentamos a visão de alguns autores sobre a influência que as ciências biológicas teriam exercido sobre os estudos linguísticos. Dentre esses autores, está o trabalho de Pickering (2011), que afirma que Edward Sapir teria sido ligeiramente influenciado pelas teorias biológicas de origem darwiniana. Para o autor, não obstante Sapir fazer parte de uma vertente estruturalista dos estudos linguísticos e não aderir ao pensamento evolucionista, as influências darwinianas poderiam ser sentidas no tratamento do conceito de *deriva linguística*. Além disso, Pickering (2011) argumenta que o uso de termos ‘variação’ e ‘seleção’ por parte de Sapir poderia representar uma analogia direta ou uma comparação metafórica entre a *deriva* e o processo de evolução biológica.

Embora não concordemos totalmente com a ideia de que apenas o uso dessas palavras possa remeter ao arcabouço teórico de uma *linguística “biológica”*, acreditamos que outros elementos constantes do texto de Sapir têm condições de nos mostrar algumas nuances e possíveis influências. De acordo com Mattos e Silva (2008: 42), ao afirmar que a mudança linguística obedece a uma direção com um fim previsível, Sapir, a partir do conceito de *deriva linguística*, defende uma visão teleológica do processo de mudança. Cabe dizer que a visão teleológica da mudança já havia sido sustentada por alguns linguistas do século XIX, fruto, segundo Pickering (2011), de uma leitura errônea e enviesada da noção de *seleção natural*, de Darwin. Além disso, vemos no texto de Sapir argumentos claros sobre uma espécie de

genealogia linguística, o que pode sugerir a sua visão de língua como um organismo vivo. A esse respeito, leiamos abaixo o que diz o autor sobre o processo de dialeção:

E assim continua esse processo de esgalhamento, até as divergências ficarem tão grandes que só um linguista, armado da evidência documental ou do seu método comparativo ou reconstrutivo, tirará a inferência de que tais línguas se relacionam genealogicamente, ou, em outros termos, representam linhas independentes de desenvolvimento, partidas de um remoto ponto comum [...] (SAPIR, 1971[1921]: 153)

Não foi uma preocupação de nossa pesquisa empreender uma análise completa do posicionamento de Edward Sapir em relação à linguística do século XIX, bem como em relação às já tratadas analogias conceituais. Nesse sentido, não nos será possível analisar de maneira pormenorizada e exata os vínculos históricos que possam existir entre os autores, uma vez que, de acordo com Fleck (2010), nem sempre as ideias semelhantes possuem essa ligação. Contudo, em nosso trabalho descritivo, a hipótese de tais relações nos chamou a atenção, uma vez que, conforme temos observado, Silva Neto utiliza fartamente a noção de *deriva* para problematizar as teorias linguísticas sobre influência das línguas africanas e indígenas no português.

Para Silva Neto (1950), o contato interétnico ocorrido no Brasil colonial deveria ser entendido como um fato histórico inegável, com as suas respectivas consequências socioculturais. O interesse do filólogo por essa temática pode ser notada na sua já referida preocupação em reunir documentação a esse respeito, como na passagem da IELPB em que aparece um excerto de Gil Vicente no qual há a imitação da fala dos negros. Contudo, dentre as influências socioculturais deixadas por esses povos, o autor não leva em consideração a influência linguística no português.

Do ponto de vista linguístico, Silva Neto busca pontuar o papel dos aloglotos na deflagração da *deriva* da língua, ou, em outros termos, no *apressamento dos prazos evolutivos*. A especificidade dessa participação dos aloglotos pode ser notada na seguinte citação, em que Silva Neto elege alguns princípios que, no âmbito de seu *objeto teórico*, deveriam ser observados na pesquisa sobre a influência das línguas indígenas sobre o português:

[...] investigar profundamente o fenômeno linguístico em causa, para saber se ele se verificou a dentro da língua portuguesa ou mesmo se nele poderia ter-se desenvolvido, independentemente de qualquer contato: investigar, outrossim, o mesmo fato na vasta área por onde se espalhou o português, para ver se pode tratar-se de uma evolução devida a aloglotos que, em geral, precipitam a *deriva* imanente à língua (SILVA NETO, 1963[1950]: 119).

Deste modo, os aloglotas não poderiam trazer novos elementos para as línguas que eles estavam aprendendo de *outiva*, mas apenas apressariam os processos de *mudança* latentes.

Quando nos deparamos com essa aparente contradição na obra de Silva Neto (1950) – isto é, o uso da *história interna* da língua para problematizar as teses *indiófilas* e *negrófilas* –, nossa primeira preocupação foi descrevê-la da forma mais precisa possível, a partir da metalinguagem técnica com a qual vínhamos trabalhando. Assim, procuramos entender a Linguística Histórica do século XIX – que, de acordo com o nosso ponto de vista, estava influenciando a obra de Silva Neto – dentro de algum dos *Programas de Investigação*.

Inicialmente, dado o uso que Silva Neto faz da teoria da *deriva linguística* – a qual, conforme vimos, Pickering (2011) diz ter sido influenciada pelas teorias biológicas do século XIX, em função da concepção teleológica da mudança linguística – defendemos, que as ideias linguísticas de Silva Neto (1950) poderiam ser agrupadas em *Programas de Investigação* contrastantes, um deles vinculado à Linguística Histórica prototípica do século XIX, dado o fato de Silva Neto também se aproximar das ideias de Adolfo Coelho. Contudo, na IELPB, verificamos que, no que diz respeito ao *horizonte de retrospecção*, o desejo de Silva Neto é apresentar uma ruptura em relação à tradição do chamado “evolucionismo linguístico”. Como exemplo, citamos a seguinte passagem do autor, na qual ele lamenta a situação que o debate sobre a língua do Brasil vinha tomando até então, reflexo das discussões em outros círculos mais proeminentes:

Ainda por cima, o “raso materialismo” que no penúltimo quartel do século dezenove obumbrava os espíritos contribuiu para dificultar a questão. Era o tempo em que Schleicher (e, com ele, os divagadores: Max Müller e Hovelacque) afirmava confiadamente: “As línguas são organismos naturais, *independentes da vontade do homem*, que nascem, crescem, evoluem, e depois, envelhecem e morrem de *acordo com leis determinadas* [...]”.

Mas a verdade é que a língua, longe de ser um organismo, é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é, assim, *independente da vontade do homem*, porque o homem não é uma folha seca ao sabor dos ventos veementes de uma fatalidade desconhecida e cega.

Não está obrigada a prosseguir na sua trajetória, de *acordo com leis determinadas*, porque as línguas seguem o destino dos que as falam, são o que delas fazem as sociedades que as empregam (SILVA NETO, 1963[1950]: 17-8).

Se levarmos em consideração esta passagem de Silva Neto, a postulação de qualquer influência que o autor possa ter recebido de teorias linguísticas do século XIX pode parecer injustificada. Negando esse contra-argumento, Paixão de Sousa (2010:111) analisa a seguinte declaração de Silva Neto sobre as mudanças na morfologia que, para o filólogo, teriam sido

ocasionadas pela ação dos *aloglotos*: “essa simplificação é brusca e extrema, é uma dinâmica que realiza de chofre o que só se daria no curso de várias gerações” (SILVA NETO, 1950[1963]: 129). De acordo com a autora, se assumimos que o autor está falando de uma *tendência* de mudança inexorável, não haveria muitas diferenças em relação ao pensamento naturalista de Schleicher:

[...] Vejo aí poucas diferenças em relação aos termos evolucionistas de Schleicher, pois considero que a noção de *aceleração da deriva* não é necessariamente um corpo estranho na teoria da evolução gradual do naturalismo schleicheriano, embora isso não seja um assunto muito discutido na historiografia. Com efeito, a teoria naturalista de Schleicher não deixa a língua inteiramente “à prova” de interferências históricas. Ao contrário, a teoria de Schleicher sobre a evolução das línguas, me parece, oferece uma abertura insuspeita para a questão da atuação da cultura humana sobre a língua. Isso parecerá bastante paradoxal, uma vez que a independência da evolução em relação à cultura é epítome do pensamento naturalista, como aliás é destacado por Silva Neto ao citar a frase-emblema do naturalismo: “*Languages are organisms of nature; they have never been subjected to the wills of man*” (PAIXÃO DE SOUSA, 2010: 111).

Conforme vimos na análise de alguns aspectos da *capa contextual/institucional*, Silva Neto e sua geração desejaram manter uma posição de afastamento de teorias linguísticas que adotavam um viés naturalista. A esse respeito, podemos conferir a citação que há pouco fizemos, em que o autor problematiza a noção de língua como ‘organismo’, componente essencial de uma linguística dita *biológica*. De acordo com Elia (1961: 137), um dos grandes referenciais teóricos de Silva Neto foi Hugo Schuchardt (1842-1927), com base no qual o filólogo entendia a linguagem como um fato cultural, em oposição aos fenômenos naturais. Assim, segundo Elia (1961) – que pertencia à mesma geração de filólogos liderada por Silva Neto (cf. COELHO, 1998) –, dada a sua concepção de linguagem, o pensamento linguístico de Silva Neto não se harmonizava com o daqueles que defendiam a existência de uma língua brasileira, estes, guiados pela concepção de língua como ‘organismo’, dotada de vida própria e sujeita à mudança inexorável. Entretanto, dados os argumentos de *história interna* que Silva Neto utiliza para negar a influência do contato na história do português no Brasil, acreditamos que seja possível dizer que o filólogo realiza parte de um *Programa Descritivista*: de fato, na IELPB há a negação das analogias conceituais e de todos os elementos relacionados a uma linguística dita *biológica*. Contudo, a **mudança linguística** passa a ser considerada um objeto de estudo imanente.

De acordo com Elia (1961: 86), as ideias de Renato Mendonça – autor criticado por Silva Neto (1950) – se harmonizavam ao pensamento da linguística biológica. Com o intuito de verificar os aspectos que distinguiam os filólogos da *Geração de 1940*, observamos de forma horizontal a obra de Mendonça (1936) e, munidos de nossa metalinguagem de

Programas de Investigação, indagamo-nos a respeito do modo como o autor tratava o **problema linguístico brasileiro**. De modo geral, constatamos que a obra de Renato Mendonça poderia ser incluída no *Programa Sociocultural*, devido a alguns dos seguintes motivos: a questão do contato multiétnico – que, por sua vez, traduz-se num contato linguístico – é colocada no centro da explicação dos fenômenos de variação e mudança linguística; a *Geografia Linguística* é privilegiada, no sentido de não somente compreender como o contorno espacial pode contribuir para a ocorrência de fenômenos linguísticos – como o processo de dialetação, mais proeminente em algumas formações geomorfológicas, como as montanhas, por exemplo –, mas também no que diz respeito ao seu aspecto humano, ou seja, as composições demográficas – como as consequências linguísticas da convivência de brancos, índios e negros no mesmo espaço. Nesta dissertação, arriscamos até dizer que Renato Mendonça poderia ser apontado como um dos precursores das pesquisas em torno da história social da língua – do mesmo modo que, conforme afirmamos, encontramos tais referências a Silva Neto na literatura contemporânea. Vale dizer que Borges (2015) também insere a obra de Mendonça no *Programa Sociocultural*, uma vez que a sua visão de língua é fundamentada pela relação que esta estabelece com os fatores de natureza externa. Deste modo, o autor chega ao corolário de que o *contato entre falantes de diferentes línguas gera a mudança linguística* (BORGES, 2015: 113). Além desse fator, Borges (2015) insere a obra de Mendonça no *Programa Sociocultural* porque a sua *incidência* de análise se dá sobre os dados de variação linguística – sobretudo as variedades menos prestigiadas – e, além disso, o autor busca, a todo momento, relacionar a mudança linguística à evolução social.

Do nosso ponto de vista, algumas das já referidas analogias conceituais, que aparecem na obra de Mendonça, podem não ter agradado aos filólogos da geração de Silva Neto, os quais procuravam definir outro *objeto teórico*, no qual as línguas eram entendidas como fenômenos sociais. Como exemplo, podemos citar a seguinte passagem de Mendonça, também destacada por Borges (2015: 110): “o negro influenciou sensivelmente a nossa linguagem popular. Um contato prolongado de duas línguas sempre produz em ambas fenômenos de *osmose*¹²” (Mendonça 1935[1933]: 113). Acreditamos que, à primeira vista, esta passagem pode sugerir que Mendonça vê a influência linguística por contato como algo natural e inexorável, sobretudo pelo uso do termo *osmose* – mesmo que o autor não tenha desejado afirmar isso. Tomando como base o que já vimos até aqui, tal visão nunca poderia ser aceita por Silva Neto e sua geração, para os quais, no âmbito das *capas teórica e técnica*,

---

¹² O negrito é nosso.

embora houvesse farta evidência de contato do branco com os negros e índios no Brasil, as “relações simbólicas” de prestígio social pareciam ter mais relevância para se entender os fenômenos de *mudança linguística*, de modo que negros e índios, por serem socialmente desprestigiados, não exerceriam grandes influências no campo cultural.

Acreditamos, contudo, que o maior ponto de divergência que podemos encontrar entre a obra de Renato Mendonça e Serafim da Silva Neto é inserção da produção deste segundo no âmbito da Linguística Românica. Segundo tivemos a oportunidade de mostrar, Mendonça se aproximava da linguística africana, de base não indo-europeia, a fim de verificar como línguas tipologicamente tão distantes poderiam ter modificado o português do Brasil, afastando-o da *língua-mãe*. Conforme veremos na próxima seção, tal movimento não será encontrado em Silva Neto, que privilegiará a filiação latina do português *no* Brasil. Assim, veremos como essas ideias são articuladas na proposta do português do Brasil como uma língua *conservadora* que, conforme entendemos, é mais uma demonstração do tratamento que Silva Neto (1950) dá para o fenômeno da *mudança linguística*.

4.2. Português do Brasil: uma língua conservadora

Uma das principais teses defendidas por Silva Neto na IELPB diz respeito ao *conservadorismo* da língua no Brasil, sobretudo na pronúncia. De acordo com o filólogo, no século XIX, a cidade de Lisboa, *locus* do padrão linguístico português, teria se tornado um importante foco de *mudanças linguísticas*, enquanto o português do Brasil teria permanecido com um sistema fonético muito antigo, daí o seu caráter *conservador*.

Conforme dissemos em outras passagens desta dissertação, no que diz respeito à *capa contextual/institucional*, o texto de Serafim da Silva Neto aparece num contexto de polêmica acerca da língua falada no Brasil, a qual, aparentemente, o filólogo desejava encerrar ou, ao menos, colocar dentro dos limites das ciências da linguagem de sua época. Ora, de acordo com Coelho (1998), Serafim Pereira da Silva Neto pode ser considerado uma *liderança intelectual* da geração de filólogos que atuavam no Brasil por volta dos anos 1940, e já havia publicado alguns outros textos anteriores à publicação da IELPB – cujos capítulos começaram a ser publicados em 1946 –, como o livro *Fontes do latim vulgar: o Appendix Probi*.

Tendo em vista, no âmbito da *capa teórica*, o interesse de Silva Neto nas pesquisas acerca do latim vulgar, podemos atestar a sua sólida formação na chamada Linguística Românica, uma vez que até ocupou a Cátedra dessa disciplina na Universidade do Brasil. Conforme pudemos concluir ao longo da pesquisa, será com esses olhos que o filólogo olhará o português falado no Brasil. Vejamos, a esse respeito, a crítica que o autor faz aos estudiosos que defendiam a influência de línguas indígenas e africanas no português:

Nos primeiros estudos sobre o português do Brasil, escritos em geral por amadores, exagerava, e sem nenhum método ou crítica, a influência indígena. Mais tarde passou-se a fazer o mesmo com a influência dos negros.

A verdade, porém, é que a maior parte dos fatos alegados não passava de interpretações sem base, fantasiosas ou precipitadas. Além da falta de conhecimento de línguas americanas e africanas, a muitas pessoas que advogavam teses indiófilas e negrófilas faltava a indispensável base da cultura linguística e românica (SILVA NETO, 1963[1950]: 101).

Conforme vimos anteriormente, para Silva Neto (1950), um dos maiores erros cometidos pelos estudiosos que defendiam as teses *indiófilas* e *negrófilas* – e, por conseguinte, a existência da língua brasileira – teria sido considerar o português como um bloco uniforme. Para esse autor, ao contrário, haveria vários tipos de linguagem a serem considerados, com as suas respectivas razões históricas de existência. Assim, ao longo da IELPB, encontramos vários movimentos do autor para situar o problema da *variação linguística*.

Como vimos na análise da *capa técnica*, a oposição entre a cidade e o campo – ou entre litoral/interior – perpassa toda a IELPB como um eixo explicativo de vários fenômenos linguísticos. Ao que parece, o objetivo de Silva Neto era mostrar que esses dois espaços tinham *histórias externas* bastante distintas, e que, por isso, existiriam diferenças linguísticas entre eles. Como exemplo, podemos notar que, mais de uma vez, o filólogo pontua que o processo de escolarização havia começado bem cedo no Brasil, fornecendo grandes expoentes da cultura letrada – como o Padre Antônio Vieira, por exemplo. Assim, nas cidades haveria a disponibilidade de equipamentos culturais, de modo que ocorreria também uma espécie de planificação linguística. No campo, entretanto, haveria a preservação dos elementos coloniais na economia, nos costumes, nas crenças e, talvez, até mesmo na língua. A esse respeito, vejamos o que diz Silva Neto sobre a possível existência de *falares* rurais crioulistados:

É natural, portanto, que no decorrer deste primeiro século de colonização, se tenha formado entre estes índios, negros e mestiços, uma linguagem rude de gente inculta, denominada *crioulo*, ou *semicrioulo* pela linguística moderna.

Nos grandes centros, graças à escola e à influência da alta sociedade, esta linguagem foi sendo pouco a pouco eliminada em proveito duma linguagem mais culta e aperfeiçoada. Nas regiões rurais, ela sobrevive ainda, sobretudo nos lugares mais isolados (SILVA NETO, 1963[1950]: 127)

O trecho acima citado parece sugerir que, na perspectiva de Serafim da Silva Neto, o contato dos falantes português com falantes de línguas indígenas e africanas teria um papel relevante na história da língua no Brasil. Contudo, levando em consideração o que dissemos em outras partes desta dissertação, ao longo da obra, o filólogo esforça-se por distinguir a miscigenação entre pessoas da miscigenação linguística, e também argumenta que o único papel dos aloglotos teria sido o apressamento da *deriva* do português, de modo que as línguas americanas e africanas não teriam contribuído com elementos de suas respectivas gramáticas para a formação de uma língua brasileira. Mas, certamente, a *deriva* seria mais sentida nos *falares regionais* e menos nas cidades.

No domínio da *capa documental*, vemos que, inicialmente, Silva Neto (1950) defende a tese do caráter conservador da pronúncia brasileira em relação às variedades urbanas. Logo no início do capítulo *A língua comum no seu aspecto brasileiro (português do Brasil) e as repercussões na língua literária. Caráter conservador da pronúncia padrão brasileira*, Silva Neto argumenta que, até aquele momento, ele já havia tratado suficientemente da *língua transmitida*, que, na sua perspectiva, seria a língua transmitida e aprendida pela oralidade. Esta, a propósito, teria sido a variedade com que lidaram os aloglotos. Para o filólogo, era necessário, também, abordar a *língua comum*.

Para entendermos o conceito de *língua comum*, é fundamental a compreensão do que Serafim da Silva Neto entendia por *domínio linguístico*. De acordo com esse filólogo, uma vez que Portugal expandiu-se largamente para além do seu território, *transplantando* a sua língua, foi-se formando um domínio, capitaneado por essa metrópole, entendido como uma espécie de *domínio comum*. Nesse sentido, o autor argumentava em favor da existência de um *domínio linguístico* português¹³, que englobaria a fala portuguesa da Europa, da América, da África e da Ásia. Esse *domínio linguístico* seria caracterizado pelos seguintes aspectos: semelhanças entre as palavras fundamentais (partes do corpo, por exemplo); semelhanças flexionais (morfemas de número e de gênero), semelhanças entre desinências pessoais e

---

¹³ Tal conceito, aliás, parece recobrir outros estudos de *línguas transplantadas*.

temporais. Não obstante todas essas semelhanças, a estrutura comum poderia variar. Deste modo, embora Brasil e Portugal fizessem parte de um mesmo *domínio linguístico*, eles difeririam em alguns pontos do padrão culto, apresentando duas variedades da *língua comum*: a europeia e a americana.

Se retomarmos a passagem em que Silva Neto fala da formação do padrão brasileiro, veremos que, para o filólogo, tal padrão fora formado por uma *koiné* de falares portugueses conservadores (séculos XVI e XVII) e pela *língua comum*. Por hipótese, esta seria a base da língua falada no Brasil, uma vez que, após a colonização, outras mudanças linguísticas teriam se processado em Portugal. No âmbito da *capa documental*, o autor toma a pronúncia culta carioca como *objeto observacional* de sua análise, pois esta havia sido eleita a fala representativa do Brasil em dois congressos: o Congresso de Língua Nacional Cantada – realizado em São Paulo, em 1937 – e o Congresso de Língua Falada no Teatro – realizado em Salvador, em 1956. Assim, tomando como base as informações sobre esse *sistema fonético bastante antigo* e as *inovações* implementadas em Lisboa, a hipótese da língua conservadora é configurada em Silva Neto (1950).

4.2.1. Aspectos fonéticos conservadores

A fim de construir argumentos para a hipótese do conservadorismo, Silva Neto (1950) toma como *objeto observacional* inicial o vocalismo átono, uma vez que, segundo o autor, *desde tempos antigos*, as vogais átonas eram sujeitas a flutuações na pronúncia. Tal declaração inicial já nos parece interessante para levantar aspectos da construção do *objeto teórico*: conforme dissemos, esse filólogo era, no Brasil, um dos mais importantes romanistas de sua geração, de modo que, nessa observação, ele pode estar fazendo referência a *mudanças linguísticas* ocorridas desde o latim, fortalecendo uma noção imanente de *mudança*.

Um dos primeiros aspectos que Silva Neto aborda é a harmonização vocálica do *e* pretônico no português do Brasil¹⁴. Tal fenômeno se daria no contexto de pretônica *e* seguida de vogal alta (*i* ou *u*) na próxima sílaba. Eis os exemplos:

feliz>*filiz*

medida>*midida*

---

¹⁴ Prezando pela fidelidade ao texto de Serafim da Silva Neto, optamos por não utilizar notações fonéticas.

menino>minino

veludo>viludo

seguro>siguro

Dados os exemplos acima, vemos que o que o filólogo quer mostrar é que, a vogal tônica alta (e, portanto, fechada) da sílaba seguinte ocasiona o alteamento e fechamento da vogal pretônica. Vale dizer que, de acordo com Silva Neto, em Portugal, esse fenômeno não tenderia a ocorrer, uma vez que os falantes europeus apresentavam a elisão da pretônica, enquanto no Brasil ela se conservaria.

Após dar mais alguns exemplos do processo de harmonia que recairia sobre as vogais pretônicas, Silva Neto apresenta a presença de *i* ou *u* na sílaba seguinte como *uma condição fonética favorável* à ocorrência do fenômeno. Mas, acima disso, o autor afirma que, desde o latim vulgar, as vogais átonas já apresentavam uma tendência para o fechamento, retirando uma série de exemplos da literatura portuguesa e de textos de romanistas de seu tempo:

Por isso, desde os primórdios da língua se pode observar, também, igual tendência. Os exemplos que a história da língua patenteia são expressivos: *fogir* (<*fūgere*) > *fugir*, *molher* (<*mūliere*) > *mulher*, *furado* (arc.: lê-se, por exemplo no *Orto do Esposo*, fls 48 53v.) < *fōratu*, *furar* < *forāre*. Há mesmo exemplos que se estendem a todo o noroeste da Península: port. arc. *furaco* (mod. *buraco*), ant. esp. *huraco*, ast. *furacu*, leonês *juriacu* (Pidal, *Leonês*, pág. 25), galego *buraco*, sanabrês *fuchaco* (A. Castro, in RFE, V, 1918, pág. 38) procedeu de *foraccu* por *foramen*. *Fugueira* está em Gil Vicente e *fucinho* em Fernandes Mendes Pinto (SILVA NETO, 1963[1950]: 173)

No trecho acima citado, vemos que, no âmbito da *capa técnica*, Silva Neto parece querer mostrar que o fenômeno de alteamento (ou fechamento) das vogais pretônicas, anteriormente apresentado como um traço diferenciador da pronúncia brasileira em relação à portuguesa, corresponderia a um fenômeno antigo, e, por assim dizer, românico, dados os exemplos comparativos com o galego, o leonês e o espanhol. De acordo com Silva Neto, os textos medievais apresentavam exemplos desse fenômeno, e o primeiro gramático do português – isto é, Fernão de Oliveira (1507-1581) – já descrevera a oscilação entre *o* e *u* na pronúncia. Em Portugal, a pronúncia fechada teria sido implementada somente após o século XVI, pois, de acordo com Silva Neto, até o século XVIII, havia gramáticos que censuravam a pronúncia da pretônica *o* como *u*, a qual predominaria em Lisboa à época da publicação de seu livro.

De acordo com Serafim da Silva Neto, por volta do século XIX, teriam ocorrido alguns *câmbios* de ditongos na pronúncia portuguesa, os quais não teriam sido implementados

na pronúncia brasileira. O ditongo *êi*, por exemplo, teria passado a *ãi*, em Portugal. No Brasil, entretanto, tendo se mantido o ditongo *êi*, operou-se a sua redução antes de *j*, *x* e *r* – como em *bejo*, *peixe* e *primero* – e a conservação em outros casos: *Almeida*, *azeite*, *peito*, *feito* etc. Nesse sentido, a pronúncia brasileira seria a conservação da pronúncia do século XVI.

Ao tratar da pronúncia do *-e* final, Silva Neto novamente aponta aspectos distintos entre a pronúncia de Portugal e do Brasil. Segundo o filólogo, enquanto na pronúncia europeia essa vogal havia passado por um processo de elisão, no Brasil, ela era pronunciada como *-i*. Para ele, seria *natural* dizer que, durante algum tempo, a pronúncia dessa vogal final tinha sido *-e* nas duas pontas do *domínio linguístico*, uma vez que assim o era em latim: *ponte*, *nocte*. Pensando na *capas técnica e teórica*, vemos que, além da derivação latina do fenômeno, Silva Neto parece querer apresentar o português do Brasil e outros falares ultramarinos – bem como as pronúncias de áreas periféricas de Portugal – como estágios intermediários de um processo de *mudança*, uma vez que ele postula que a pronúncia *-i* teria existido na *língua comum* de Portugal.

Nos exemplos citados, vimos o tratamento dado por Silva Neto a alguns dados da pronúncia padrão culta do Rio de Janeiro – a *língua comum no seu aspecto brasileiro*. Conforme pudemos notar, há um esforço do autor para caracterizar as pronúncias brasileiras como antigas pronúncias portuguesas, românicas ou até mesmo latinas, mostrando que a língua falada no Brasil se constitui em mais um ramo da árvore genealógica românica. No entanto, o autor também se propõe a examinar alguns dados das pronúncias regionais, as quais ele também chama de *falares*. Para Silva Neto, essas pronúncias poderiam ser geradas por dois motivos, a saber: a permanência de pronúncias do século XVI (da língua padrão ou dos falares regionais) ou a preservação de algumas pronúncias dos aloglotos – aqueles indivíduos que apressavam a *deriva* da língua.

Um dos primeiros fenômenos tratados nessa parte diz respeito às vogais nasais. De acordo com Silva Neto, na pronúncia do Rio de Janeiro, todas as vogais – nasais ou orais – tornavam-se fechadas diante de consoante nasal e, nas classes mais baixas, havia tendências para elas serem pronunciadas como vogais nasais. Na pronúncia nordestina, entretanto, o filólogo afirma que a nasalação se daria de modo muito intenso. Como uma possível explicação, Silva Neto indica a proposta de Gonçalves Viana, para quem essas vogais possuiriam uma *nasalidade do segundo grau*, fenômeno parecido com aquele que ocorria nas

pronúncias da Beira Alta, do Minho e do Algarve, em Portugal. Vejamos o que Silva Neto diz a respeito da proposta de Gonçalves Viana:

O grande foneticista português ia mesmo ao ponto de supor que tais vogais fortemente nasaladas eram normais em todo o País no século XVI. É possível, portanto, estabelecer relação genética¹⁵ entre a nasalação nordestina e a regional portuguesa. Mas não necessariamente, ou pelo menos de modo exclusivo, porque a nasalação portuguesa poderia, aí, ter coincidido com um traço fonético do sistema indígena local e com ele ter-se combinado. Não somos daqueles que vêm interferências linguísticas a todo preço e a todo risco, mas em ambientes linguísticos e sociais como no Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII é preciso não perder de vista essa possibilidade, ao menos para exame, como hipótese de trabalho (SILVA NETO, 1963[1950]: 187).

Dentre os aspectos que podem ser destacados do trecho acima, começemos com uma breve observação sobre a *capa teórica*, mais especificamente sobre o termo *relação genética*. Ora, conforme já dissemos, logo nos primeiros capítulos da IELPB, Serafim da Silva Neto tece críticas contra as teorias linguísticas hegemônicas no século XIX. Segundo ele, os estudiosos dessa época erravam ao considerar a língua como um *organismo natural*, que passava por fenômenos próprios da *vida*. Para Silva Neto, as línguas eram produtos sociais, e os fenômenos relativos a elas deveriam ser considerados a partir dessa premissa. Com efeito, essa concepção de língua como um objeto social era dominante entre todos os estudiosos daquilo que Coelho (1998) chamou de filólogos da *Geração de 1940*, que tinham como principais referências teóricas autores como Antoine Meillet e Amado Alonso e, conseqüentemente, rechaçavam algumas das proposições dos estudiosos do século XIX.

Não obstante essas problematizações, em alguns momentos da IELPB, Silva Neto lança mão de analogias biológicas na descrição de fenômenos de mudança linguística. Deste modo, na perspectiva do autor, muitos *câmbios* linguísticos, nascidos no latim vulgar, haviam passado para as línguas românicas, para o português e, finalmente, para o português brasileiro, quando do *transplante* da língua. Nesse sentido, o português do Brasil seria uma filha do latim, em todo esse caminho de *mudanças*, de modo que seria plausível dizer que a *nasalação nordestina* tinha uma *relação genética* com o português de Portugal, seu antecedente mais próximo.

Ainda sobre o fenômeno da nasalação nordestina, outro aspecto a ser destacado em relação à *capa técnica*, é que essa passagem é uma das poucas em que Serafim da Silva Neto relaciona a emergência de um processo linguístico ao contato interétnico ocorrido no Brasil colonial, mesmo que o faça criticando os estudiosos que viam a hipótese de interferência

---

¹⁵ Os grifos são nossos.

linguística como um ponto de partida para a análise. Contudo, na proposta de Silva Neto (1950), embora a hipótese de contato seja levada em conta, o traço fonético do sistema indígena apenas teria reforçado os traços de nasalização de algumas pronúncias portuguesas.

De acordo com Silva Neto (1950), no nordeste brasileiro, todas as vogais pretônicas seriam abertas: *dêzembro*, *tolerar*. Segundo o filólogo, tal fenômeno seria bastante característico da pronúncia nordestina, e já fora explicado por Antenor Nascentes como um traço de influência tupi. Contudo, visto que em Portugal todas as vogais pretônicas decorrentes de antigas crases eram pronunciadas como abertas - *pàdeiro* (do arc. *paadeiro*), *esquècer* (do arc. *esqueecer*), *mòrdomo* (do arc. *moordomo*), etc –, no âmbito da *capa técnica*, Silva Neto (1950) postula que, talvez, no Brasil tenha havido uma generalização do processo. Como argumento, o filólogo cita a seguinte passagem de Joaquim da Silveira, para quem os nordestinos preservavam um aspecto antigo do vocalismo português:

Acentuemos também, contudo, a opinião do Dr. Joaquim da Silveira, expressa nestas palavras: “Esse relativo relevo que na pronúncia de lá, se dá em regra às vogais pretônicas [*aliás só na pronúncia do Nordeste, repita-se*] e que ao primeiro contato sempre nos impressiona, constitui uma barreira à respectiva degeneração e deve representar, no fundo, não uma modulação emergente da glote indígena, como já tem se dito, mas um eco mais nítido e bem conservado do nosso antigo vocalismo” (in *Brasília*, II) (SILVA NETO, 1963[1950]: 189).

Sobre a pronúncia do *r* forte nordestino, Silva Neto menciona os estudos de Mário Marroquim¹⁶, segundo os quais essa consoante teria passado por uma mudança de ponto de articulação, indo de *lingual dental tremulante* a *gutural ligeiramente tremulante* (aspirada). Voltando ao latim, Silva Neto afirma que o *r* forte apical – cuja articulação se dá com a *ponta da língua na região incisival ou alveolar superior* – estaria passando por um processo de **mudança** em muitas línguas, tornando-se posterior. De acordo com o autor, tal mudança parecia ter *razões estruturais*, a saber: o latim possuía consoantes geminadas, de modo que a oposição entre *r-rr* era baseada nesse traço. Contudo, a perda do traço de geminção parece ter feito com que a oposição o *r* dental e o *r* posterior surgisse em várias línguas europeias. A pronúncia nordestina do português do Brasil teria passado por esse caminho.

Serafim da Silva Neto também se propõe a tratar dos *vulgarismos*, assim definidos por ele: “*tendências já contidas na deriva da língua que logo irrompem quando o meio social é turvo e incerto pela convivência populações de origem diversas e a consequente falta de uma rígida norma linguística*” (p. 196). Assim, ao que parece, no âmbito da *capa teórica* de Silva Neto (1950), o conceito de *vulgarismo* recobria fenômenos que, diferentemente dos

---

¹⁶ Autor de *A língua do Nordeste*.

fenômenos de *interferência linguística* – que enxertariam numa determinada língua traços estranhos ao seu *sistema* –, eram entendidos como potencialidades da *deriva* daquela língua, ou seja, de sua direcionalidade de *mudança*. Assim, conforme diz o filólogo em alguns trechos, seria possível que a língua chegasse aos fenômenos considerados com o decorrer dos séculos, mas, em virtude da pronúncia *desleixada* (sic) dos aloglotas, essa *deriva* seria precipitada. Silva Neto dá os seguintes exemplos de *vulgarismos*: iotização de *lh*, supressão de *-r* e *-l* finais, redução de *nd* e *mb* a *n* e *m*, respectivamente, passagem de *l* velar a *r*. Tais fenômenos, mesmo que tivessem sido deflagrados em situações de contato, não seriam ocasionados propriamente por elas, uma vez que já fariam parte de uma *deriva* secular.

Do que pudemos concluir até o momento, vemos que, de modo geral, o trabalho de Silva Neto parece se pautar pela hipótese da filiação latina do português, de modo que, se possível, os processos de *mudança* ocorridos nessa língua – mesmo em sua vertente *transplantada* – deveriam refletir a România. No quadro específico da IELPB, a filiação latina se daria de modo secundário: se o Português de Portugal fazia parte da *família românica*, o Português do Brasil também o seria, uma vez que conservava elementos de uma fase anterior daquela língua europeia.

Nessa perspectiva, as influências do contato inter-étnico na língua do Brasil são matizadas: não haveria influência decisiva porque os aloglotas apenas precipitariam uma *deriva* secular. Assim, seriam admitidas as seguintes hipóteses de pesquisa:

Assim como é notório no domínio linguístico italiano, terra *mater*, encontramos distribuídos todos ou quase todos os fenômenos que se espalham pelas línguas românicas – assim também é sempre possível documentar na ainda tão mal conhecida dialetologia portuguesa continental quaisquer fatos de dialetologia brasileira. A explicação dessas concordâncias pode dever-se a dois fatos antagônicos:

- a) à conservação, no Brasil, de características portuguesas, outrora difundidas por uma área mais vasta, e hoje relegadas a um pequeno território;
- b) à coincidência de evolução, já contida na deriva, que, precipitada no Brasil pela grande massa de aloglotas, e pelo ambiente social, só agora vai aflorando nos falares portugueses (SILVA NETO, 1963[1950]: 197).

Levando em consideração tudo o que vimos até aqui, acreditamos ser possível afirmar que, em Silva Neto (1950), o conceito de *português brasileiro* não emerge como uma língua distinta do português europeu, uma vez que, no âmbito das *capas teórica e técnica*, o autor está comprometido com a Linguística Românica, observando a emergência das línguas neolatinas pelo prisma da continuidade. Assim, assumimos que, na IELPB, o termo

“*brasileiro*” corresponde àquilo que o próprio Silva Neto diz à página 165: *um qualificativo*, por assim dizer, geográfico, sem implicações para uma teoria de mudança.

A fim de interpretar tais aspectos da IELPB, recorremos a Swiggers (1988), que estudou como as primeiras gramáticas dos vernáculos europeus foram constituídas à sombra da gramaticografia latina. Uma das conclusões a que chegou o autor após essa investigação é que a análise de novas estruturas que, logicamente, deveria levar a novas reflexões sobre os fenômenos linguísticos, nem sempre proporcionava uma descrição original. Deste modo, o historiógrafo conclui que o peso de uma *tradição* pode, não raro, acarretar a submissão dos fatos a determinadas teorias, as quais acabam se tornando insuficientes para o tratamento dos dados. Não obstante, em muitos casos, a *tradição* não inibe a diversidade de orientações, de argumentações técnicas e de documentação (SWIGGERS, 1988: 259-60).

No que se refere às primeiras gramáticas do galo-românico, por exemplo, Swiggers (1988: 266-7) destaca as seguintes *estratégias de adaptação* em relação à gramática latina: (1) Transferência direta: os nomes das partes do discurso foram totalmente transferidos, pois acreditava-se que as novas formas poderiam ser designadas mais ou menos pelas mesmas classes; 2) Subemprego: apenas uma parte do modelo latino foi empregado nos casos em que uma classe de formas do latim não encontrava uma analogia formal completa na língua vernácula; 3) Enlarguecimento: *estratégia* na qual o modelo latino era, por assim dizer, estendido, para dar conta de novas subclasses ou novas distinções formais, supostamente existentes na língua vernácula.

Tomando como base os argumentos mobilizados por Swiggers (1988), acreditamos que seja possível assumir que, na IELPB, Silva Neto fez uso de algumas dessas *estratégias de adaptação*, sobretudo no que diz respeito à formulação do conceito de *língua transplantada*, bem como de todos os conceitos que emergem como consequência do primeiro – como a noção de língua *conservadora*, por exemplo. Conforme expusemos, embora no âmbito da *capa documental* Silva Neto esteja lidando com fenômenos linguísticos do português falado no Brasil, no domínio das *capas teórica e técnica*, ele parece querer vincular as suas análises à tradição filológica portuguesa, mostrando que os processos de *mudança* em questão já tinham sido observados por estudiosos de além-mar, inclusive por gramáticos antigos. Nesse sentido, acreditamos na possibilidade de afirmar que Silva Neto teria “inovado” no plano da documentação (*capa documental*), mantendo, porém, o viés analítico atrelado à visão mais tradicional portuguesa sobre a história da língua. A esse respeito, podemos relembrar a

declaração do filólogo no prólogo da *Revista Brasileira de Filologia*, na qual privilegia essa aproximação: “*Pretende ainda ser um elo a mais a prender Portugal e Brasil na investigação de um bem que lhes é hoje propriedade comum: deseja constituir um modesto, mas fraternal ponto de encontro entre os filólogos d’aquém e d’além mar*” (SILVA NETO, 1955: 1).

De acordo com o nosso ponto de vista, o uso do conceito de *deriva* por parte de Silva Neto para negar a influência gramatical que as línguas indígenas e africanas teriam exercido sobre o português falado no Brasil representa uma *estratégia de Transferência Direta* (SWIGGERS, 1988: 266). Se no caso da gramática galo-românica as partes do discurso foram totalmente transferidas do latim para uma realidade linguística distinta, na IELPB, a *estratégia de adaptação* se dá no nível das categorias explicativas, isto é: os processos linguísticos ocorridos no português no Brasil representam processos de mudanças já ocorridos na língua de Portugal – ou até mesmo no mundo românico –, de modo que é possível figurar tal variedade num mesmo *domínio linguístico*, como uma autêntica representante das chamadas *línguas transplantadas*.

4.3. Algumas observações sobre os conceitos de crioulo e semicrioulo

Conforme alguns dos trechos anteriormente citados deixam entrever, embora o foco de Silva Neto na IELPB seja descrever a chamada *vitória da língua portuguesa no Brasil* como a língua signatária da civilização, o filólogo também constrói a hipótese da existência de um *croulo* e/ou *semicrioulo*. Deste modo, faremos ligeiras observações sobre esses conceitos.

Ao olharmos para a periodização que Silva Neto estabelece para a história linguística brasileira, mais especificamente para o segundo recorte temporal estipulado – de 1654 a 1808 –, vemos que o autor chama a atenção para o decréscimo da população indígena – e, consequentemente, o enfraquecimento do uso da língua geral – e, no polo oposto, o crescimento do número de brancos e negros na colônia. Além dessas mudanças na composição demográfica, no período destacado, também ocorre um processo de expansão territorial para o interior do país, carreado pelos remanescentes dos índios, mestiços, negros e brancos. Tal processo teve consequência linguística o surgimento de uma variedade crioula do português:

Esse povoamento do interior fez-se, pois, com as massas do litoral. Eram elas compostas, em percentagens diversas, de índios, negros, mestiços e brancos decaídos – e se entendiam num falar *crioulo*, linguajar de emergência, em que o branco figurava como professor involuntário e desinteressado (SILVA NETO, 1963[1950]: 83)

Tomando como base as características linguísticas desses povoamentos que foram surgindo em decorrência do processo de expansão territorial, conforme já vimos anteriormente, Silva Neto estabelece algumas distinções entre os falares regionais e os usos linguísticos praticados nas cidades costeiras: quando mais próximas do litoral, onde estavam localizadas as principais cidades do período, mais as regiões povoadas recebiam a influência do português prestigiado.

De acordo com Silva Neto (1950) a ocorrência ou não de falares crioulistizados dependia da composição da população: quanto maior o número de negros, mestiços e indígenas numa dada comunidade, maior seria a chance da existência de um falar crioulo. De modo inverso, a maior presença de indivíduos brancos com status social elevado elevaria, também, os usos linguísticos, influenciados pelo português: “[...]A uma fase índia pode ter sucedido a africanização. E é positivamente certo que a branquização tal como mancha de óleo, se foi alargando cada vez mais” (SILVA NETO, 1963[1950]: 91).

Um aspecto importante a ser destacado – e que já mencionamos em passagens anteriores deste mesmo capítulo – é o fato de Silva Neto salientar a efemeridade dos falares de feições crioulas, que, segundo ele, foram característicos dos primeiros tempos da colônia. Para o filólogo, essas variedades linguísticas teriam sido aperfeiçoadas por meio do contato com os brancos e da escolarização. Assumindo a existência de um *ideal linguístico* na sociedade colonial, Silva Neto afirma que os mamelucos e mulatos almejavam falar como os brancos e, por essa razão, deixavam-se modificar os seus usos linguísticos.

Conforme já mencionamos em passagens anteriores deste capítulo, na perspectiva de Silva Neto (1950) a dinâmica da *variação* e da *mudança linguística* poderia ser estudada à luz das *leis da imitação* e dos conceitos de *influência positiva* e *influência negativa*: de modo geral, os indivíduos vistos como superiores na escala social seriam imitados por aqueles pertencentes a camadas ditas inferiores e, conseqüentemente, os indivíduos superiores exerceriam *influência positiva* sobre os inferiores. Assim, é dentro desse quadro teórico que o filólogo interpretará a efemeridade dos falares crioulos no Brasil:

No português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há é cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por

causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios (SILVA NETO, 1963[1950]: 107)

No trecho acima citado, o termo “cicatrices” assume especial importância, pois, segundo pensamos, sua significação traz elementos daquilo que Silva Neto entende por *semicrioulo*. Segundo ele, a ocorrência dos falares crioulistados – vos quais representavam a mais patente influência de africanos e indígenas no português – dependia do contato dos falantes com usos linguísticos do português signatário da civilização, variedade linguística esta falada sobretudo por brancos. À medida em que esse contato ocorria, os traços crioulos iam desaparecendo dos falares, dando origem ao chamado *semicrioulo*, um *crioulo* que, mesmo com marcas de sua antiga condição (as *cicatrices*), teria passado por um processo de ***mudança linguística***:

Nos *crioulos* há vários graus de aprendizagem, pois, segundo as circunstâncias, o primitivo falar xacoco se mantém ou é aos poucos renovado pelo sangue novo da língua europeia. De geração em geração, à custa sobretudo da escola, se vai aperfeiçoando e enriquecendo a primitiva fala de emergência [...].

Daí admitir-se a existência do *semicrioulo*, ou seja, um estágio aperfeiçoado da primitiva aprendizagem (SILVA NETO, 1963[1950]: 108).

Ora, o próprio caráter que o conceito de *semicrioulo* assume demonstra o poder que Silva Neto atribui à civilização europeia e corrobora a sua tese de *vitória da língua portuguesa no Brasil*, cuja principal tendência foi eliminar os aspectos linguísticos *não-românicos*. Entretanto, dada a natureza da IELPB de agregar uma grande quantidade dos dados que estavam disponíveis à época para a composição de uma história linguística, vemos que, não obstante a interpretação privilegiada pelo filólogo, a qual relativiza a influência que os negros e indígenas teriam exercido pelo português, estudos sobre o contato linguístico e a crioulistação têm estado no topo da agenda da Sociolinguística brasileira contemporânea, muitos deles servindo-se, inicialmente, de dados hauridos do próprio trabalho de Silva Neto. Neste sentido, ainda nos dias de hoje é possível pensar neste filólogo como uma *liderança*.

Tendo realizado o exame do tratamento da ***variação*** e da ***mudança linguísticas*** na obra de Silva Neto (1950), representante do primeiro subperíodo abordado em nossa pesquisa, nos capítulos seguintes, empreenderemos a análise da obra de Fernando Tarallo, procurando observar como as mesmas questões linguísticas foram abordadas no subperíodo de “*ressureição*” da Linguística Histórica no Brasil.

Capítulo 5

Fernando Tarallo: *Horizonte de Retrospecção, Objeto Observacional e Objeto Teórico*

5.0. Introdução

Este capítulo tratará do período correspondente à retomada dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil, isto é, a década de 1980 (cf. MATTOS E SILVA, 1988, 1999; LOBO, 1994, entre outros). Uma vez que Fernando Tarallo é considerado pela literatura uma *liderança organizacional e intelectual* desse período, faremos a reconstrução do *Horizonte de Retrospecção* do autor, das teorias e práticas linguísticas que o influenciaram, buscando, assim, verificar como foram formulados o *objeto observacional* e o *objeto teórico* do *conhecimento linguístico* produzido pelo autor.

5.1. A Emergência de uma Sociolinguística Histórica Brasileira

Conforme temos visto ao longo desta dissertação, as reflexões histórico-diacrônicas no cenário brasileiro são caracterizadas por sua instabilidade. Figurando como a linha de investigação mais privilegiada na primeira metade do século XX – período em que a tradição da Filologia dominava os estudos linguísticos brasileiros –, com a institucionalização da Linguística e a consequente adoção de pressupostos teórico-metodológicos estruturalistas e/ou gerativistas, a Linguística Histórica passou por um período mais enfraquecido nas décadas de 1960 e 1970 (cf. MATTOS E SILVA, 1988). Contudo, por volta da década de 1980, os estudos acerca da *mudança linguística* passaram a interessar novos pesquisadores que, não raro, influenciados por teorias linguísticas ditas *a-históricas* (MATTOS E SILVA, 1999), propuseram um reavivamento das investigações em torno da Linguística Histórica.

Segundo Mattos e Silva (1999), o período de novo fluxo da Linguística Histórica brasileira teria sido influenciado, majoritariamente, pela Sociolinguística, aliada às propostas do *Gerativismo Paramétrico*. De acordo com ela, de modos particulares e específicos, essas duas vertentes de análise teriam introduzido a questão da variação nos estudos de Linguística Histórica, reacendendo o interesse pela disciplina. Além das influências teórico-metodológicas interdisciplinares, para Mattos e Silva (1999), a reintrodução das pesquisas de natureza histórico-diacrônicas no Brasil deveu-se também à questão do português brasileiro.

Amparando-se na proposta de Kato (1993) – que para explicar o florescimento da Sociolinguística nos países da América Latina, destaca a busca do colonizado por suas origens e, conseqüentemente, pelas origens de sua língua –, Mattos e Silva (1999) sugere que questões sociais relacionadas à língua usada no Brasil fizeram com que a Linguística Histórica brasileira se orientasse principalmente para o estudo do português brasileiro, nos mais variados recortes: tanto aqueles que partiam dos dados do passado e se encaminhavam ao presente, quanto aqueles que foram do presente para o passado ou aqueles que se fixaram na investigação de uma sincronia passada. Segundo a autora, é a Weinreich, Labov & Herzog (1968) que se deve a reintrodução das reflexões sobre a relação entre a variação sincrônica e a mudança diacrônica¹.

Fernando Luiz Tarallo (1951-1992) é considerado um dos linguistas mais representativos da geração de retomada da Linguística Histórica brasileira. O linguista obteve Licenciatura em Letras na Universidade de São Paulo (com habilitação em Português, Inglês, Alemão e Latim) no início dos anos 1970 e, ainda na Graduação, integrou a primeira equipe de documentadores do *Projeto NURC*. Em 1976, realizou especialização em Germanística na Universidade Albert-Ludwigs, na Alemanha e, em 1978, obteve o Mestrado em Língua e Literatura Alemãs, na Universidade de São Paulo, com o trabalho *Introdução ao Estudo Contrastivo do Subjuntivo em Alemão e em Português*. Em 1983, com a tese *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*, obteve o Doutorado em Linguística pela Universidade da Pensilvânia, tendo sido orientado por Gillian Sankoff, William Labov e Anthony Kroch. Após ter lecionado Sociolinguística na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Sociolinguística, Linguística Histórica e Sintaxe na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Tarallo realizou estágios de pós-doutoramento na Universidade da Cidade de Nova Iorque, no Seminário de Romanística da Universidade de Hamburgo e na Universidade de Ottawa (CASTILHO, 1993). A *liderança intelectual* de Fernando Tarallo também pode ser constatada em Cavaliere (2014: 620), segundo o qual o manual *A Pesquisa Sociolinguística* (TARALLO, 1985) foi o responsável pela divulgação dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística laboviana no Brasil.

---

¹ Para Mattos e Silva (1999), tal equação já era conhecida ao menos desde o século XIX, quando se iniciaram os estudos de Dialetoлогия, em que se investigavam os dialetos arcaizantes sincrônicos para apreender as mudanças ocorridas nas línguas em fases anteriores de seu desenvolvimento. Segundo a autora, a Dialetoлогия seria um desdobramento natural da Linguística Histórica propriamente dita, plenamente centrada nos estudos acerca do passado das línguas. Como pudemos ver nos dois capítulos anteriores, era essa a perspectiva de Serafim da Silva Neto.

Decerto antes de Tarallo [...] as ideias de Labov já habitavam os meios acadêmicos, mas não com a dimensão exponencial que passaram a usufruir depois da publicação do opúsculo com que Tarallo discorre acerca das questões práticas, tais como a operacionalização do modelo variacionista, o conceito de variável, informante, encaixamento etc., bem como a metodologia de aplicação de testes a aplicação de questionários. Talvez tenha sido a feição extremamente prática e objetiva de *A pesquisa sociolinguística* que não só tenha tornado o livro um grande sucesso editorial, como também um potente propulsor da pesquisa variacionista no Brasil, o que se comprova facilmente pelo número de projetos, grupos de pesquisa, teses e dissertações que se vêm produzindo nesse campo nas últimas décadas (CAVALIERE, 2014: 620).

A relação de Fernando Tarallo com a Linguística Histórica – já presente em seu trabalho de doutoramento, obtido em 1983² – fica mais evidente no texto *A Fênix Finalmente Renascida*, um trabalho programático apresentado no congresso da *Associação Brasileira de Linguística* (ABRALIN), em 1984. Na ocasião, Tarallo compôs uma mesa-redonda com Marco Antônio Oliveira e Carlos Alberto Faraco³ e propôs aquilo que, nesta dissertação, convencionamos chamar de seu **projeto diacrônico**. Levando em consideração o *dinamótipo* de textos propostos por Swiggers (2013), o trabalho de Tarallo (1984) é um *texto de ação*: trata-se de um texto programático, cujo principal *papel dinâmico* é fomentar a produção de pesquisas no campo da Linguística Histórica. Vejamos, então, como esse **projeto diacrônico** se configura.

5.1.2. O Projeto Diacrônico de Tarallo (1984)

Recurso frequentemente encontrado nos textos de Tarallo, a metáfora empregada no título de seu **projeto diacrônico** – *a Fênix Renascida* – faz referência à Linguística Histórica e à sua trajetória no Brasil. Segundo o linguista, tal qual a célebre ave mitológica, a diacronia passaria por processo contínuo de morte e ressurreição, processo este explicitado nos processos de *evolução linguística* descritos nas gramáticas históricas. Assim, na concepção de Tarallo, a “vida” e a “morte” da face diacrônica da linguagem apareceriam nos processos de mudança e nos seus resultados, fato que, para ele, deveria ser argumento suficiente para que esses estudos não fossem abandonados.

Procedendo a uma breve revisão histórica sobre a trajetória dos estudos de Linguística Histórica, Tarallo (1984: 95) reconhece que os estudos diacrônicos eram privilegiados pelos pesquisadores da área da Filologia. Porém, a oposição saussureana entre *sincronia* e *diacronia* teria desviado os interesses que, anteriormente, estavam, principalmente, colocados sobre o

---

² Posteriormente, discutiremos alguns aspectos de Tarallo (1983).

³ Autores que também foram considerados importantes *agentes* para o estabelecimento de pesquisas em Linguística Histórica naquele período (LOBO, 1994).

estudo da mudança. Neste ponto, entretanto, a perspectiva de Tarallo a respeito do papel do Estruturalismo na Linguística Histórica destoa do que, comumente, encontramos na literatura: não obstante vários autores atribuam o decréscimo dos estudos diacrônicos ao impacto das ideias propagadas por Saussure no *Curso de Linguística Geral* (1916), Tarallo afirma que a oposição entre *sincronia* e *diacronia* seria uma articulação teórica relevante para o estudo da mudança.

Dando continuidade à sua revisão, Tarallo (1984) cita esparsamente o papel desempenhado pela teoria dos neogramáticos no desenvolvimento dos estudos sobre a mudança. Para ele, as ideias neogramáticas teriam influenciado a concepção de *mudança* do Estruturalismo, no qual a diacronia era basicamente entendida pela fórmula “isto passou a aquilo”. As mudanças que não fossem claramente explicadas pelos princípios regulares, o deveriam ser com base nos conceitos de *analogia* e *empréstimo linguístico*. Não obstante Tarallo (1984: 95) pareça apresentar uma visão crítica da perspectiva neogramática para a mudança, em outros trabalhos – como em seu manual de Linguística Histórica: *Tempos Linguísticos* –, o autor parece reconhecer algumas concepções daquela escola como relevantes:

Os pequenos trechos selecionados e traduzidos, pertencentes ao manifesto, deixam bastante claro que a linguística histórica, segundo a escola neogramática, deveria ocupar-se mais dos “vivos” e deixar um pouco de lado a preocupação obsessiva da linguística comparada com os “mortos” (formas asteriscadas) e com os velhos (isto é, os estágios mais antigos dos sistemas, a protolíngua).

[...]

Assim, os neogramáticos herdaram traços da linguística comparada e [...] já adiantam em 1878 muito do que viria a ser a linguística histórica de cem anos mais tarde, especificamente no aspecto metodológico-empirista (TARALLO, 1990: 46).

Assim, na perspectiva de Tarallo (1990), os neogramáticos teriam sido importantes na história da Linguística Histórica pelo fato de proporem estudos linguísticos com uma metodologia mais empírica e também por chamarem a atenção para a importância do presente na análise da *mudança*⁴.

Para Tarallo (1984: 96), o grande alçôz dos estudos diacrônicos teria sido, de fato, a Gramática Gerativa, cuja pretensão seria realizar a análise *acrônica* dos fenômenos linguísticos. Conforme o autor procura demonstrar, o desinteresse pelos estudos sobre a mudança no interior da Gramática Gerativa parece ser derivado do próprio caráter dedutivo da

---

⁴ A esse propósito, vale dizer que o “manifesto” de Tarallo & Kato (1989) se inicia com uma longa citação do manifesto escrito pelos neogramáticos Hermann Osthoff (1847-1909) e Karl Brugmann (1849-1919).

teoria: o modelo proposto por Chomsky tem como um dos seus principais objetivos a formulação dos princípios que orientam a geração das sentenças. Logo, o objeto que se pretende descrever está localizado no futuro, como uma hipótese:

Consequentemente, a força e o poder de descrição e de explicabilidade da teoria chomskiana são sempre projetados para o futuro, nunca para o passado. Este futuro é, no entanto, fantasmagórico, pois é hipotético, não realizado. Formula-se, portanto, uma teoria hoje, neste momento, cuja sustentação se mede através de uma bola de cristal. O fantasma diacrônico (e questione-se aqui a noção de “fantasma”, pois ele é um morto-vivo presente em nosso **desempenho linguístico**) nunca é invocado (TARALLO, 1984: 96).

Um ponto a ser destacado do trecho acima que, segundo entendemos, também foi utilizado pelo autor para salientar a incompatibilidade da Gramática Gerativa com os estudos diacrônicos, é a presença do que Tarallo (1984) chama de *fantasma diacrônico* como um *morto-vivo* no *desempenho linguístico*. Ora, como bem se sabe, a proposta da Gramática Gerativa é que se tome como objeto de estudo a *competência linguística* do falante/ouvinte ideal da língua, em detrimento do seu *desempenho*, domínio que não seria compatível com os critérios de cientificidade exigidos pela teoria. Para Tarallo (1984: 96), entretanto, a *diacronia* sempre estaria presente no âmbito do *desempenho* e o linguista deveria olhar para ela.

Outro aspecto ressaltado por Tarallo (1984) em relação à Gramática Gerativa é dificuldade deste modelo em lidar com o problema da *variação linguística*. Tal dificuldade adviria da concepção de língua defendida pela teoria, a saber, o conceito de língua como um sistema homogêneo. Entretanto, de acordo com o autor, em 1968, surge o trabalho *Empirical Foundations for a Theory of Linguistic Change* – de Weinreich, Labov e Herzog – ,em que podia ser encontrada uma perspectiva alternativa para se sistematizar o *caos da variação linguística*. Sobre esse trabalho de 1968, Tarallo faz as seguintes ponderações: “*Além dessas implicações para a análise linguística sincrônica*⁵, o trabalho propõe um modelo de análise diacrônica. O ‘fantasma’ diacrônico reaparece depois de temido algum tempo pelos gerativistas” (TARALLO, 1984: 96).

Dando continuidade à revisão dos textos que, em sua perspectiva, teriam trazido discussões relevantes para o estudo da *mudança linguística*, Tarallo (1984: 97) faz referência ao trabalho *On the use of the present to explain the past* (LABOV, 1975), artigo no qual a dicotomia *sincronia* vs. *diacronia* (Saussure) teria recebido uma nova articulação. De acordo com Tarallo, uma nova Linguística Histórica teria emergido a partir deste e de outros

---

⁵ Tarallo entende que a noção de sistema heterogêneo como relevante para a Linguística Sincrônica. Tal conceito será estudado mais adiante.

trabalhos – como os de Milroy (1976), Labov (1980) e Numberg (1980) –, cuja principal característica seria o uso do presente para explicar o passado. Tal passo teórico-metodológico seria distinto da *práxis* encontrada nos trabalhos de gramática histórica tradicional, caracterizada por acompanhar o desenvolvimento dos fenômenos linguísticos do passado até o presente. É interessante observar que esse mesmo pioneirismo do recurso metodológico – fato que poderíamos chamar de inovação na *capa técnica* – será mencionado por Mary Kato, em relação ao manual de Linguística Histórica escrito por Tarallo, anos mais tarde:

A metáfora da aventura e a do túnel do tempo são extremamente apropriadas, pois desde a primeira página o autor nos faz mergulhar em um texto autêntico de 1850, e em seguida, ainda no mesmo capítulo, nos faz recuar até um texto da segunda metade do século XVIII. Assim, em lugar de dar como ponto de partida o latim clássico, como se fazia nos tempos em que eu estudei linguística histórica, o autor provoca inicialmente a curiosidade do leitor para fases menos remotas de nossa língua. Além disso, já com esses primeiros textos, Tarallo desperta a atenção do leitor para um tipo de problema sintático de diacronia, o uso de clíticos, mostrando que para fazer linguística histórica não precisamos começar pelo latim ou pelo português arcaico, mas que podemos fazê-lo com uma gramática do português que ainda está muito próxima da que nós usamos no presente (KATO, 1990: 11).

Ao citar a declaração de Labov (1975) que, em linhas gerais, dizia que os dados linguísticos do passado só poderiam ser adequadamente interpretados com base no bom conhecimento dos fenômenos ocorridos no presente, Tarallo (1984: 97) acrescenta que o estudo diacrônico poderia ser considerado uma ferramenta de *adequação descritiva*, dotado também de *poder explicativo*. Tais elementos nos parecem importantes no que diz respeito ao *horizonte de retrospectão* do autor, e à configuração geral da *capa teórica* de seus estudos, uma vez que a *adequação descritiva* e *explicativa* são aspectos requeridos no âmbito da Gramática Gerativa.

Como veremos ao explorar com mais detalhes a *capa técnica*, sendo provavelmente influenciado pelas ideias de Labov (1975) na elaboração de seu *projeto diacrônico*, Tarallo (1984: 97) defende a necessidade de se ter compromisso com o *cotidiano sociolinguístico* estudado, tomando-se como base para as pesquisas dados linguísticos reais, presentes no uso espontâneo dos falantes pertencentes a uma *comunidade de fala* determinada. Além disso, o autor afirma que a elaboração de uma *teoria gramatical adequada* deveria tomar como ponto de partida o estudo *sincrônico* do *cotidiano sociolinguístico*. A *diacronia*, por sua vez, não perderia seu espaço, mas, ao contrário, adquiriria um maior interesse teórico por meio de uma análise articulada entre presente, passado e presente. Assim, na perspectiva de Tarallo, a pesquisa sincrônica poderia ser útil na correção de erros cometidos em estudos embasados na

gramática histórica, e a análise diacrônica, por outro lado, teria o poder de avaliar a explicabilidade das teorias sincrônicas.

Conforme temos visto até aqui, Tarallo menciona algumas teorias linguísticas em seu *projeto diacrônico*, as quais desempenharam um papel positivo ou negativo no desenvolvimento dos estudos da *mudança*: Sociolinguística, Teoria Neogramática, Estruturalismo e Gramática Gerativa. Assim, nas seções a seguir, procuraremos reconstruir o *horizonte de retrospecto* do autor, verificando quais foram as teorias linguísticas mais relevantes na efetivação do *projeto diacrônico*.

5.2. A Produção Sociolinguística de Fernando Tarallo

Conforme vimos anteriormente, Cavaliere (2014) classifica Fernando Tarallo como um dos pioneiros dos estudos sociolinguísticos no Brasil, sobretudo pela divulgação e explanação dos pressupostos da Sociolinguística laboviana, no manual *A Pesquisa Sociolinguística* (TARALLO, 1985). Segundo também nos informa Vandresen (2003: 18), Tarallo era membro ativo do Grupo de Trabalho (GT) de Sociolinguística da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), no qual liderava pesquisas sobre a *variação* e a *mudança* na área de sintaxe. Deste modo, nesta seção procuraremos rastrear a produção sociolinguística de Tarallo, verificando como os problemas da *variação* e da *mudança linguística* foram tratados em sua obra. Para tanto, investigaremos, mais detidamente, a *capa teórica*, a *capa técnica* e a *capa documental* de alguns trabalhos que o próprio autor classificou como *sociolinguísticos*, procurando inseri-los em *Programas de Investigação*.

Nossa análise se inicia pelo trabalho *A Pesquisa Sociolinguística*⁶. Logo no primeiro capítulo da obra, Tarallo procura desconstruir a ideia de que a língua falada seria caracterizada pelo caos e que, por isso, não poderia ser exposta a um tratamento científico. Contrariando essa ideia, o autor promete aos leitores apresentar-lhes maneiras de *processar*, *analisar* e *sistematizar* o chamado “*caos linguístico*”.

Em Tarallo (1985), a imagem do *caos linguístico* é utilizada como uma maneira de retratar as ideias tradicionais sobre os fenômenos de *variação* e *mudança linguística*. Para

---

⁶ Nossa análise é organizada pela sequência de capítulos da obra.

introduzir a perspectiva que seu trabalho iria assumir frente a esses problemas, Tarallo faz uso de algumas *analogias conceituais*: a **variação** seria um processo equivalente a um *campo de batalha*, no qual duas ou mais *variantes linguísticas* se enfrentariam num *duelo* por *contemporização* ou *mudança*. Ao final desse *duelo*, uma dessas variantes morreria, dando espaço à **mudança linguística**. Para Tarallo (1985: 6), todos esses processos envolvidos no *caos linguístico* só poderiam ser efetivamente deslindados quando a relação entre a língua e a sociedade fosse tomada como o elemento central da análise.

Entendemos que a proposta de Tarallo em *A Pesquisa Sociolinguística* poderia ser subsumida pelo *Programa Sociocultural* (SWIGGERS, 1987, 2004). Tal afirmação pode ser confirmada por meio do exame da *capa teórica* do texto, verificando, por um lado, os modelos teóricos que o autor procura seguir e, por outro, aqueles que ele procura negar – isto é, seu *horizonte de retrospecção*. Nesse segundo polo, vemos que já no primeiro capítulo da obra, Tarallo problematiza os pressupostos da Gramática Gerativa, sobretudo o objeto de estudos defendido por essa teoria: de acordo com ele, ao assumir que o objeto de estudos da ciência da linguagem deveria ser a *competência linguística* de um *falante-ouvinte ideal* – sendo este *falante-ouvinte ideal* um membro de uma *comunidade linguisticamente homogênea* –, o modelo teórico proposto por Chomsky inviabilizava as investigações sobre o *caos linguístico*. Vejamos os questionamentos do autor ao modelo de Chomsky:

Esse falante-ouvinte ideal, no entanto, não parece ser tão “falante-ouvinte”, nem tampouco “ideal”. A cada situação de fala em que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é, a um só tempo, heterogênea e diversificada. E é precisamente essa situação de heterogeneidade que deve ser sistematizada. Se o caos aparente, se a heterogeneidade não pudessem ser sistematizados, como então justificar que tal diversificação linguística entre os membros de uma comunidade não os impede de se entenderem, de se comunicarem? (TARALLO, 1985: 6).

Tarallo (1985) assume como o modelo teórico motivador de seu texto a Teoria da Variação Linguística que, segundo ele, tomaria o *caos linguístico* como objeto central de estudo. De acordo com o autor, tal perspectiva teórica assume que a ciência da linguagem é, em essência, social, de modo que o próprio nome *Sociolinguística* se torna uma redundância.

Tal qual ocorre em outros trabalhos que procuram demarcar as origens da Sociolinguística como uma disciplina, Tarallo (1985) a define num sentido bastante amplo: não obstante afirme que a Sociolinguística Quantitativa enquanto modelo teórico-metodológico tenha seu início nas pesquisas de William Labov, o autor afirma que poderiam ser designados de sociolinguistas todos os estudiosos que definem a língua como “*um veículo de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos da espécie humana*”

(TARALLO, 1985: 7). Nesse sentido, até mesmo Saussure poderia ser chamado de sociolinguista⁷.

Para Tarallo, a emergência da Sociolinguística laboviana poderia ser entendida como uma reação ao modelo gerativo, dada a falta de interesse desta perspectiva teórica pelo componente social da linguagem⁸. Aliás, na perspectiva do autor, os estudos sociolinguísticos poderiam auxiliar numa nova compreensão do conceito de *regra gramatical*. Para ele, uma vez que a fala deveria ser entendida como uma entidade de natureza variável, as *regras gramaticais* não poderiam ser *categóricas, optativas e obrigatórias*, mas sim *regras variáveis*, cuja aplicação ou não poderia ser influenciada por fatores linguísticos e/ou extralinguísticos. Nesse sentido, o autor também problematiza o conceito de *variação livre*, defendido pelos teóricos estruturalistas das décadas de 1920 e 1930⁹.

Em Tarallo (1985), a língua falada é definida de acordo com uma perspectiva interacional: “*veículo linguístico de comunicação usado em situações de interação social*” (TARALLO, 1985: 19). Além disso, o autor faz questão de destacar o caráter espontâneo dessa modalidade linguística, assumindo, ao que parece, uma posição de distanciamento em relação à tradição gramatical: “*É a língua usada nos botequins, clubes, parques, rodas de amigos; nos corredores e pátios das escolas, longe da tutela dos professores*” (TARALLO, 1985: 19).

Mantendo-nos ainda no exame da *capa* teórica, vemos que, no terceiro capítulo do manual, Tarallo aproxima os fenômenos de *variação* e de *mudança linguística*. De acordo com ele, o estudo da *variação* tanto na *sincronia* quanto na *diacronia* deveria atender a dois objetivos: (i) a descrição e análise da *variação* propriamente dita e (ii) a projeção do rumo a ser tomado pelas *variantes* em questão, ou, em outras palavras, o processo de *mudança*. O estudo deveria ser realizado com base em dados de diferentes línguas, devido à natureza geral da investigação: verificar como o processo ocorreria translinguisticamente, buscando, assim, um entendimento mais universal da linguagem.

---

⁷ Tal qual vimos mais acima, Koerner (2014) também insere Saussure na genealogia das pesquisas de *feição sociolinguística*.

⁸ Como vimos anteriormente, Koerner (2014) aponta causas semelhantes para o florescimento da Sociolinguística na América.

⁹ Vale dizer que, conforme vimos no **capítulo 2**, WLH (1968) também propunham uma ressignificação do conceito de *regra* no âmbito de sua Teoria da Mudança Linguística.

Assim, alguns dos elementos da *capa teórica* de Tarallo (1985) poderiam ser definidos da seguinte forma:

Visão geral de linguagem: língua como um veículo de comunicação, utilizado nas situações de interação social;

Visão do campo de estudos: Sociolinguística como uma perspectiva teórica interessada na investigação do componente social da linguagem;

Horizonte de retrospecção: problematização de modelos teóricos alheios à investigação do componente social da linguagem (Gramática Gerativa, por exemplo).

Após fornecer as linhas gerais de seu enquadramento teórico, Tarallo passa apresentar alguns exemplos de estudos empíricos sobre a *variação linguística*, a fim de mostrar aos leitores os modos de lidar com os dados coletados para a análise, o que designaremos por *capa técnica*. Ao dar exemplos de estudos sobre a expressão (ou não) do plural no português e no espanhol, o autor aponta alguns passos metodológicos necessários para a realização da pesquisa sociolinguística. São eles: (1) levantamento exaustivo de dados da língua falada, a fim de retratar o *vernáculo da comunidade*; (2) descrição (linguística) da *variável*, bem como das *variantes* que a constituem; (3) análise dos fatores linguísticos e extralinguísticos que podem condicionar e/ou inibir o fenômeno de variação; (4) análise do *encaixamento* linguístico e social da *variável*; (5) análise da *projeção histórica da variável no sistema sociolinguístico da comunidade* – isto é, se a *variação* encontrada pode ou não gerar uma *mudança*. Tomando como referência a proposta de Swiggers (2004), as análises de Tarallo poderiam ser inseridas no *Programa Sociocultural*, uma vez que *incidência* de suas pesquisas seria a determinação dos usos linguísticos e o estudo da variação sociolinguística.

No segundo capítulo da obra, Tarallo (1985) salienta que o *fato sociolinguístico* seria o objeto privilegiado por seu estudo. De acordo com o autor, esse *fato sociolinguístico* seria, efetivamente, o *objeto bruto, não polido, não-aromatizado artificialmente*. Certamente, Tarallo estava criticando outros modelos teóricos, que partiam da análise de dados linguísticos abstratizados, argumentando que a teoria por ele explanada trabalharia com os dados linguísticos reais¹⁰. Provavelmente, o autor estava criticando a Gramática Gerativa, cuja

---

¹⁰ Conforme vimos no primeiro capítulo desta dissertação, se tomarmos como diretriz as propostas de Dascal & Borges Neto (1991), as ideias de Tarallo (1985) não encontram sustentação, uma vez que, para aqueles autores, até mesmo o *objeto observacional* é teoricamente formulado.

incidência da análise recairia sobre dados linguísticos pretensamente produzíveis por um *falante-ouvinte ideal*.

Tomando como exemplo de *variável* a realização do plural em sintagmas nominais (SNs) em português – cujas variantes seriam *[s]* ou *[Ø]* – Tarallo passa a postular uma série de fatores condicionantes da variação, iniciando o tratamento da questão pelo exame dos fatores internos. Vejamos, a esse respeito, o seguinte trecho:

Por se tratar de uma variável fonológica é provável que algum tipo de condicionamento fonológico esteja exercendo influência no uso das variantes. Por exemplo, segue-se à variável em questão uma consoante ou uma vogal? E que motivação teria uma hipótese de tal natureza? Suponhamos que um informante seu tenha, ao narrar uma estória, usado os seguintes plurais: “as casas amarela” e “as casa pequena”. O último exemplo você poderia facilmente explicar através do grupo de fatores sobre posição no SN: estando “casa” em segunda posição, e tendo sido o plural marcado na primeira posição de determinante, a variante *[Ø]* é justificável em “casa”. Mas e o caso de “as casas amarela”? Aqui também a palavra “casas” se encontra na posição dois, a qual não favorece a retenção do *[s]*. A explicação é simples e objetiva: o sistema silábico do português, consoante-vogal (CV). Em “as casas amarelas” o *[s]* de “casas” é seguido de uma vogal, o *[a]* em “amarelas”, formando com ele a estrutura silábica básica do português: CV (TARALLO, 1985: 38-9).

No trecho acima citado, o intuito de Tarallo parece ser o de levar os leitores a aplicarem os conhecimentos adquiridos no primeiro capítulo do manual, procedendo a uma descrição das *variantes* que constituem a *variável* de realização do plural nos SNs do português. Conforme temos argumentado, tais elementos compõem a *capa técnica* do trabalho do autor, isto é, as maneiras selecionadas por ele para analisar os dados linguísticos. No que diz respeito a esse primeiro exemplo, a aproximação inicial de Tarallo é de natureza interna, ou seja, ele tenta explicar a ocorrência da variante *[Ø]* com base no sistema fonológico da língua, o que, do ponto de vista do autor, é considerada uma hipótese forte: “Assim, a hipótese sobre silabação é justificada a partir do próprio sistema linguístico” (TARALLO, 1985: 42).

O autor define os *fatores extralinguísticos* num sentido bastante amplo, em oposição ao *linguístico*, classificando-os como todos os fatores que poderiam servir de *pretexto* ou de *co-texto* para a realização ou inibição de uma *variante*, a saber: *formalidade vs. informalidade do discurso; nível socioeconômico do falante; escolaridade; faixa etária; sexo* (TARALLO, 1985: 46). Contudo, Tarallo faz questão de mencionar as dificuldades metodológicas inerentes à operacionalização de fatores dessa natureza, salientando a necessidade da existência de um controle rígido sobre eles.

Embora aponte as dificuldades de se considerar os *fatores extralinguísticos* na análise, ao tratar da **variação** no âmbito das estratégias de relativização, Tarallo afirma que esses fatores poderiam esclarecer alguns fenômenos:

Os estudos sobre relativas no português falado demonstraram que o grupo social menos privilegiado favorece o uso da forma pronominal não-padrão, enquanto os grupos sociais mais privilegiados optam pela forma zero. O condicionamento linguístico desses dois tipos de relativa pode, por outro lado, ser sistematizado! A questão para se resolver é a seguinte: será a diferença entre esses grupos causada pelo condicionamento linguístico ou, inversamente, o condicionamento linguístico é exatamente o mesmo, variando somente a frequência de uso de cada variante de diversos grupos considerados? É evidente que a segunda alternativa é verdadeira. Os mesmos fatores linguísticos que condicionam o uso da forma não-padrão pelos informantes de nível social menos privilegiado estão presentes no condicionamento da mesma variante, usada em baixa frequência pelos falantes mais escolarizados.

Enfim, a inclusão de fatores externos possibilitará retratar o campo de batalha de outros ângulos. Qualquer perspectiva nova sobre o “caso” merece ser levada em consideração. Especialmente em relação à normalização e à standardização linguísticas, o encaixamento social das variáveis é de extrema importância (TARALLO, 1985: 48).

Conforme afirmamos anteriormente em relação à *capa técnica*, a análise interna parece ser privilegiada pelo autor, pelo menos no que diz respeito à abordagem inicial do fenômeno em **variação**. Pelo trecho acima, por exemplo, depreendemos que o primeiro elemento checado pelo pesquisador foram os *fatores linguísticos* envolvidos na variação das relativas, a fim de verificar se os *fatores* atuantes na realização da *variante* não-padrão também causariam a realização da *variante* padrão. Dado o fato de que esse exame inicial não deu resultados satisfatórios na explicação da variação, recorreu-se aos *fatores extralinguísticos*, que revelaram um novo ângulo do fenômeno.

No quarto capítulo do manual, Tarallo aborda especificamente os *fatores extralinguísticos*. O autor inicia o capítulo apresentando a pesquisa realizada por William Labov sobre a centralização de ditongos na ilha de Martha's Vineyard, estudo no qual o autor mostra o quanto fatores externos podem determinar a **variação** e a **mudança linguística**. Um aspecto interessante nessa passagem do texto diz respeito àquilo que, na perspectiva Swiggers (2004), poderíamos chamar de *capa documental*, isto é, os dados utilizados na pesquisa. De acordo com Tarallo (1985: 52), o sociolinguista deveria centrar-se na coleta do *vernáculo*, disponível nas *situações reais de comunicação*. Contudo, o autor também afirma que, mesmo quando a coleta de dados fosse adequadamente estruturada, inevitavelmente, haveria traços linguísticos no *corpus* que não corresponderiam ao *vernáculo* propriamente dito, dada a apreensão do informante no momento da coleta – em que ele não se preocuparia apenas com o *que* estava falando, mas também com o *como*. Vejamos o que diz o autor a esse respeito:

Uma primeira tentativa será contrastar o vernáculo com esse outro material e observar a diferença no desempenho dos falantes. À parte do vernáculo daremos o nome de estilo espontâneo; ao material não-vernáculo, estilo de entrevista. Se a escolha entre variantes for de natureza estigmatizada ou de prestígio, o estilo *entrevista* bloqueará a variante supostamente estigmatizada (TARALLO, 1985: 52).

Conforme vemos, na perspectiva de Tarallo, os dados sociolinguísticos deveriam ser dispostos em duas classes – *estilo espontâneo* e *estilo de entrevista* –, a fim de isolar os dados efetivamente privilegiados pela natureza do estudo, ou seja, os dados derivados do *estilo espontâneo*. Contudo, não obstante serem dados secundários na pesquisa sociolinguística, Tarallo mostra que o *estilo de entrevista* também poderia ter força explicativa em relação aos fenômenos de *variação*. A fim de exemplificar as suas afirmações, Tarallo faz uso de uma série de conclusões sobre a *variação* nas estratégias de relativização estabelecidas em sua tese de doutoramento, de 1983. Ocorre, assim, a intercalação entre elementos das *capas técnica e documental*.

Permanecendo no domínio da *capa técnica*, Tarallo instrui seus leitores na elaboração de *testes sociolinguísticos* – de *recepção* e *produção* –, cujo objetivo seria detectar a *avaliação* dos falantes acerca de determinadas *variantes*. De acordo com ele, essa dimensão permitiria ao pesquisador verificar as *variantes* no interior do meio social.

De volta a reflexões sobre a *capa documental*, Tarallo (1985: 57-8) procura opor a língua falada à língua escrita. Segundo o autor, enquanto a língua falada seria caracterizada pela heterogeneidade – sendo, portanto, o objeto de estudo da Sociolinguística –, a língua escrita corresponderia a uma tentativa de unificação das diferentes variedades. Em sua perspectiva, o estudioso da Sociolinguística também deveria examinar os instrumentos de normalização – como os textos que circulam na mídia, por exemplo –, pois, embora nesse âmbito houvesse um esforço pelo uso de variedades-padrão, certamente, haveria uma margem de penetração de usos sociolinguísticos menos aderentes à norma.

Após expor diversas técnicas para se medir e detectar a *variação linguística*, Tarallo (1985) propõe uma nova definição do modelo de gramática, o qual deveria abarcar a noção de *uso linguístico*. Assim, o estudo da língua deveria ser estruturado de modo a verificar a dinâmica dos *usos linguísticos* no interior da *comunidade de fala*, por meio do exame dos *traços referenciais* e *socioestilísticos*. Vejamos, a esse respeito, as seguintes palavras do autor, que mostram claramente um tipo de pesquisa linguística que poderia ser inserido no *Programa Sociocultural*:

A gramática com esse novo sentido e caracterização se encontra totalmente à disposição do falante! Nesse caso, o estilo é parte integrante da gramática.

Assim também é a classe social, a etnia, o sexo, a faixa etária do falante. É somente através da **correlação entre fatores linguísticos e não linguísticos** que você chegará a um melhor conhecimento de como a língua é usada e de que é constituída (TARALLO, 1985: 62).

No quinto capítulo do manual, no qual Tarallo busca aproximar os fenômenos de *variação* e *mudança* – uma vez que, em sua perspectiva, a *mudança* é *variação*, em essência –, vemos que o objetivo do autor com a análise de dados diacrônicos é obter uma melhor compreensão da estrutura da língua no recorte *sincrônico* que, de um modo ou de outro, seria um fruto dos processos históricos. Dentro desse enquadramento teórico, Tarallo faz referência ao *Princípio de Uniformidade*, conceito bastante frequente na literatura laboviana, segundo o qual as *forças* que atuam na configuração da estrutura linguística do presente seriam as mesmas que teriam atuado no passado, razão pela qual os linguistas deveriam empreender uma análise articulada entre presente-passado-futuro.

Na continuidade do capítulo, Tarallo (1985: 65) apresenta o conceito de *tempo aparente* como uma maneira de se investigar *mudanças* em progresso, uma vez que as *variantes linguísticas* são observadas em função da faixa etária dos falantes pertencentes à *comunidade de fala*, tal qual o próprio autor expõe:

Feita a análise dos fatores condicionadores internos, você deverá correlacionar as variantes ao fator idade. A relação de estabilidade das variantes (a situação de contemporização) avultará, se entre a regra variável e a faixa etária dos informantes não houver qualquer tipo de correlação. Se, por outro lado, o uso da variante mais inovadora for mais frequente entre os jovens, decrescendo em relação à idade dos outros informantes, você terá presenciado uma mudança em progresso, a tal relação de duelo de morte a que nos referimos várias vezes neste volume (TARALLO, 1985: 65)

Embora vários trechos de *A Pesquisa Sociolinguística* nos permitam inserir a referida obra no interior do *Programa Sociocultural* – sobretudo no que diz respeito aos elementos da *capa teórica* –, a análise da *mudança* proposta acima por Tarallo – entendida no interior da *capa técnica* – parece ir do mais interno (linguístico) para o mais externo (extralinguístico): o primeiro passo a ser dado é o exame dos *fatores condicionadores internos*; feito isso, passa-se a análise baseada nas faixas etárias e; posteriormente, estabelece-se um conjunto de *fatores extralinguísticos* que possam ter influenciado a *mudança*. Assim, entendemos que se uma mudança pudesse ser satisfatoriamente explicada somente em termos de *fatores internos*, provavelmente, os *fatores extralinguísticos* poderiam nem ser acionados.

De acordo com Tarallo (1985: 70-1), após o exame inicial com base no *tempo aparente*, o pesquisador deveria buscar o *encaixamento histórico* da *variável* em mudança,

por meio da análise do *tempo real*. Contudo, dadas as particularidades da Sociolinguística Histórica, a *variável* deveria ser reconstituída tanto em seus aspectos linguísticos quanto nos aspectos extralinguísticos. Como uma maneira de resolver a segunda questão, o autor sugere pesquisas em gramáticas históricas, nas quais poderia haver comentários acerca da *avaliação* de determinadas *variantes*, sobretudo as estigmatizadas. Tais declarações poderiam, por hipótese, esclarecer os caminhos da *mudança linguística*.

Conforme temos visto até aqui, o exame das *capas teórica e técnica* de *A Pesquisa Sociolinguística* nos permite inserir esse manual de Tarallo no interior do *Programa Sociocultural*. Contudo, como veremos, novas questões emergem do exame das *capas documental*¹¹ e *contextual*.

Tal qual ocorre em vários de seus textos, Tarallo (1985) utiliza os dados de suas pesquisas sobre as estratégias de relativização no PB para exemplificar os fenômenos de *variação* e *mudança linguística*. Com o objetivo de verificar as origens dessa investigação no trabalho de Fernando Tarallo, devemos, por um momento, visitar algumas passagens de sua tese de doutoramento, *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*, trabalho orientado por Gillian Sankoff e acompanhado por Anthony Kroch e William Labov, defendido na University of Pennsylvania, em 1983. Assim, não obstante Tarallo tenha feito parte da primeira equipe de documentadores do *Projeto NURC*, nos anos 1970 – período no qual o autor era um aluno da graduação em Letras, na Universidade de São Paulo –, sua carreira de sociolinguista para ter tido um início efetivo a partir do referido trabalho de doutorado. Vejamos alguns aspectos dessa tese para, posteriormente, investigarmos com maiores detalhes a *capa documental* e a *capa teórica* dos estudos sociolinguísticos produzidos por Tarallo.

Logo no capítulo inicial, Tarallo (1983) afirma que seu trabalho funcionaria como uma tentativa de discussão definitiva acerca da relativização no PB falado. Para tanto, empreende uma revisão de literatura, destacando aspectos de estudos realizados sobre o mesmo fenômeno no português e em outras línguas. O primeiro texto considerado em sua revisão pauta-se pelos pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Gerativa, a saber, o artigo *On WH-movement*, de Chomsky (1977).

De acordo com Tarallo (1983: 14), Chomsky (1977) apresenta uma análise padrão para a formação de orações relativas, segundo a qual as orações dessa natureza seriam

---

¹¹ A *capa documental* já foi parcialmente analisada.

derivadas por meio de uma *regra transformacional* – a regra de *movimento-WH* –, a partir da qual o pronome relativo seria movido para a chamada posição de COMP, deixando um traço ligado (uma espécie de *vestígio* do movimento) a ele mesmo na sua posição de origem. Para Tarallo (1983: 14), a análise de Chomsky (1977) figurava como uma hipótese forte, pois, em geral, a oração relativa era caracterizada por uma lacuna – que, por hipótese, seria o resultado do *movimento-WH* –, do mesmo modo que, pela análise de Chomsky, também haveria a confirmação das *restrições de ilhas* para *movimento* de constituintes.

Entretanto, segundo Tarallo (1983), alguns dados encontrados no PB falado apresentariam problemas para a análise proposta em Chomsky (1977). Nos dados levantados pelo sociolinguista brasileiro, por exemplo, a *lacuna* característica da oração relativa, por vezes, não existia, pois, era preenchida por uma forma pronominal, o que Tarallo (1983) chamou de *pronome resumptivo*. Para Tarallo, diferentemente das relativas com *lacuna*, as relativas com *pronome resumptivo* demonstravam que nem sempre a relativização era derivada por meio de *movimento-WH*, tal qual Chomsky (1977) havia defendido. Além disso, Tarallo (1983) argumenta que nem todas as *lacunas* deveriam ser consideradas como resultado de *movimento-WH*: isso poderia ser verdadeiro para relativas de posições sintáticas consideradas mais baixas – objeto indireto, oblíquo e genitivo –, mas no que dizia respeito às relativas de sujeito e objeto direto, a *lacuna* poderia ser resultante de processos de *deleção*, como ocorria nas línguas *pro-drop*, por exemplo. Deste modo, o que Tarallo parecia estar querendo mostrar era que a análise das relativas no PB falado indicava que o sistema de relativização era sujeito à *variação* – alternância entre pronome e lacuna –, algo que, aparentemente, não havia sido previsto por Chomsky (1977).

Após problematizar alguns outros aspectos do trabalho de Chomsky (1977), Tarallo passa a mencionar diversas pesquisas sobre o PB relativas ao tema. Dentre os trabalhos aparentemente mais aproveitados em sua investigação, destaca-se o artigo *Orações relativas: variação universal e variação universal no português*, escrito por Mary Kato e publicado no volume *Seminários do GEL*, 1981, ou seja, dois anos antes do surgimento da tese de Tarallo¹². Ao falar dos textos utilizados para introduzir o problema tratado em sua tese, Tarallo parece dar uma ênfase maior ao trabalho de Kato (1981), em virtude das sugestões teóricas nele levantadas. Deste modo, vejamos alguns aspectos desse artigo.

---

¹² No exame de Qualificação, fomos informados pela Profa. Dra. Marilza de Oliveira que a motivação teórica para a tese de Tarallo (1983) fora justamente o artigo de Kato (1981).

Kato (1981) afirma que o seu trabalho seria uma espécie de especulação teórica sobre alguns dados de relativização no PB. Segundo ela, dados semelhantes já haviam sido estudados por Lemle (1978), que os classificara como casos *heterogeneidade dialetal* (*dialeto padrão vs. dialeto não-padrão*). Não obstante ter sido influenciada por um trabalho de *feição sociolinguística*, Kato (1981: 03) insere o seu artigo no interior de um modelo funcionalista e segue uma perspectiva que, segundo ela mesma, poderia ser invalidada por dados empíricos.

Kato (1981) inicia a sua especulação teórica por meio de uma resenha do trabalho de Keenan e Comrie (1977), segundo os quais as línguas naturais poderiam exibir três diferentes *estratégias de relativização*, a saber: (i) com pronome relativo; (ii) com pronome pessoal; e (iii) com Ø – ou seja, com *lacuna*. Além disso, os autores defendiam a existência de uma hierarquia de relativização – Sujeito, Objeto Direto, Objeto Indireto, Oblíquo, Genitivo e COMP –, a qual teria impacto nas *estratégias de relativização* utilizadas pelas línguas. A fim de ressaltar alguns aspectos envolvidos na noção de *estratégias de relativização*, Kato (1981) exemplifica com duas maneiras diferentes de se relativizar a posição de sujeito¹³, mencionando, inclusive, as propostas de Lemle a respeito desses casos de variação, como podemos ver abaixo:

Quanto ao uso individual dessas duas estratégias, uma vez que Lemle define dialeto também em termos de registro, podemos explicar esse uso duplicado como decorrente da mudança de situação. O falante teria duas gramáticas paralelas, podendo ele fazer o câmbio de uma para outra, condicionado sobretudo por fatores extralinguísticos, sendo a mudança normalmente um ato bastante consciente. É o que Ochs (1979) chama de discurso planejado, cujo uso é aprendido mais tardiamente que o discurso não-planejado, e que em nossa sociedade é bastante dependente da educação formal.

No mundo real, porém, essa complementaridade e consistência raramente ocorrem. Os indivíduos tendem a usar ora uma, ora outra estratégia e o uso parece ser determinado muito mais pela posição da cláusula relativa e a função do elemento relativizado do que pelo nível de formalidade, embora, é claro, este possa interferir a nível consciente. Mas a mudança de uma para outra que fazemos inconscientemente parece ser governada por fatores estritamente linguísticos, ou direi melhor, psicolinguísticos (KATO, 1981: 5).

Conforme pudemos ver acima, no primeiro parágrafo, Kato (1981) apresenta a visão de Lemle (1978), segundo a qual o uso de uma ou de outra estratégia de relativização seria motivado por fatores extralinguísticos – como o *registro*, por exemplo. Contudo, no segundo parágrafo, a autora problematiza a análise de *feição sociolinguística* proposta por Lemle (1978), e defende que a escolha entre as diferentes *estratégias de relativização* seria orientada

---

¹³ A autora dá os dois seguintes exemplos:

- a. Eu tenho uma amiga que fala dormindo.
- b. Eu tenho uma amiga que ela fala dormindo.

por razões estruturais – *posição da cláusula relativa e a função do elemento relativizado* – e por fatores psicolinguísticos. Assim, a natureza da argumentação de Kato já anuncia a orientação a ser seguida em seu trabalho e naqueles que por ele seriam influenciados.

Como já pudemos ver, Kato (1981) ampara as suas análises sobre a relativização nas propostas de Kennan e Comrie (1977)¹⁴, os quais tinham como objetivo analisar a variação das *estratégias de relativização* tanto no nível translinguístico – isto é, como o processo se dava nas diferentes línguas naturais – quanto no nível individual, ou seja, o estudo dos fatores determinantes que faziam com que o falante, individualmente, optasse por uma ou por outra *estratégia*. Para tanto, a autora trabalha com a concepção de que a variação seria um processo inerente à língua e que os sistemas homogêneos seriam, por assim dizer, artificiais. Aparentemente, na perspectiva da autora, os fatores determinantes da variação na escolha da *estratégia* seriam de natureza interna, como a hierarquia de acessibilidade do sintagma relativizado e o processamento linguístico, por exemplo. Contudo, Kato (1981: 09) chega a mencionar o *acesso à linguagem escrita* como um fator de natureza externa que poderia ocasionar dificuldades no processamento/compreensão de *estratégias de relativização* mais presentes no discurso planejado.

Kato (1981) propõe que, não raro, a escolha entre uma ou outra *estratégia de relativização* não estaria diretamente ligada a restrições da relativa em si, mas sim de outros fatores linguísticos. Ao tratar da impossibilidade da ocorrência de uma sentença como (1), por exemplo, Kato afirma que a restrição não viria exclusivamente da *estratégia de relativização*, mas sim com a restrição de anáforas com pronomes pessoais, como em (2):

(1) *A vida que a gente leva ela

(2) *João leva uma vida infernal. Ela é pior que a minha¹⁵

Em linhas gerais, talvez seja possível dizer que a grande tese proposta por Kato (1981) é relação entre as *estratégias de relativização* e as *estratégias anafóricas*, expressa nos seguintes termos:

---

¹⁴ KENNAN, E. L.; COMRIE, B. Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. *Linguistic Inquiry*, v. 8, n.1., p. 63-99, 1977.

¹⁵ Em Kato (1981), os exemplos (1) e (2) são b. e (13), respectivamente.

É possível especular sobre a possibilidade de se ter uma correlação entre tipos de relativização e tipos de estratégias anafóricas de tal modo que possamos prever um tipo de relativização em função do tipo de estratégia anafórica que o falante usa. Assim é possível que uma co-ocorrência dos tipos observados abaixo possa ocorrer:

(27) a. Eu descasquei as laranjas e Pedro as comeu.

b. Encontrei a revista cuja capa estava rasgada.

(28) a. Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu elas.

b. Encontrei a revista que a capa dela estava rasgada.

(29) a. Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu Ø.

b. Encontrei a revista que a capa Ø estava rasgada (KATO, 1981: 13-4) .

A fim de confirmar as suas hipóteses de correlação entre as *estratégias de relativização* e as *anáforas*, Kato (1981: 14) procura apresentar dados translinguísticos, recorrendo, assim, ao japonês que, segundo ela, apresentava apenas a *estratégia de relativização E_Ø* e a *anáfora de objeto* por meio de *apagamento*. Vejamos o que a autora conclui a esse respeito:

Se tal correspondência realmente ocorrer, teremos uma restrição implicacional transderivacional a nível de produção, a escolha de um processo x numa construção determinaria a escolha de um processo y numa construção que nada tem a ver com a primeira (KATO, 1981: 14).

Posteriormente, voltaremos a discutir a declaração de Kato (1981) acima referida, sobretudo no que diz respeito ao desconhecimento da autora em relação à integração de comportamento entre as construções diferentes. Por ora, entretanto, importa-nos investigar a escolha de Tarallo por estudar as *estratégias de relativização*, tendo o trabalho de Kato (1981) como uma das principais inspirações teóricas: o que essa escolha pode nos informar acerca do *objeto observacional* e do *objeto teórico* selecionados pelo autor? Como entender a *capa documental* e a *capa contextual* a partir dela? Acreditamos que algumas dessas questões poderão ser resolvidas a partir do exame das influências da Gramática Gerativa no trabalho de Fernando Tarallo, como veremos na seção seguinte.

5.3. Impactos da Gramática Gerativa na obra de Fernando Tarallo

Conforme vimos anteriormente, em seu *projeto diacrônico*, Fernando Tarallo avaliara negativamente os impactos da Gramática Gerativa sobre os estudos de Linguística Histórica. Contudo, ao observarmos com cuidado a sua obra, percebemos que as ideias propagadas por Chomsky e seus seguidores parecem compor de maneira bastante considerável seu *horizonte de retrospectção*.

Na seção anterior, apresentamos uma análise panorâmica da manual *A Pesquisa Sociolinguística* (TARALLO, 1985), a partir da qual concluímos que, de modo geral, o trabalho sociolinguístico ali apresentado poderia ser incluído no *Programa Sociocultural*, devido, sobretudo, a elementos da *capa teórica e técnica*. Não obstante, como também afirmamos, a investigação das *capas documental e contextual* – sobretudo no que diz respeito ao estudo das *estratégias de relativização* – nos colocava algumas questões problemáticas, o que, de certo modo, nos levou a encontrar ambiguidades na obra de Tarallo. Deste modo, façamos uma análise semelhante de outros textos do autor.

Após publicar *A Pesquisa Sociolinguística*, em 1985, Tarallo publica um artigo tematizando a Sociolinguística, a saber: *Por uma Sociolinguística “Paramétrica”: Fonologia e Sintaxe* (TARALLO, 1987)¹⁶. Ora, conforme podemos notar, o próprio título indica uma vinculação direta ao *Modelo de Princípios e Parâmetros* da Gramática Gerativa, modelo este que Tarallo (2003[1987]) revisa nos primeiros parágrafos de seu texto.

Segundo Tarallo (2003[1987]: 631), a noção de *parâmetro* não havia sido gestada efetivamente no bojo da Gramática Gerativa, mas teria as suas bases no trabalho de Kean (1975), que havia estudado os sistemas fonológicos marcados e não-marcados. A partir dos anos 1980, porém, a ideia teria passado por maiores desenvolvimentos. Dentre esses desenvolvimentos, Tarallo (2003[1987]: 631-2) cita o trabalho *Parametric syntax. Case studies in semitic and romance languages* (BORER, 1987), considerado um texto seminal na abordagem desses problemas.

De acordo com Tarallo, a herança chomskiana no trabalho de Borer seria inegável. Primeiramente, a proposição do *modelo paramétrico* deveria estar amparada numa concepção geral da linguagem que, tal qual vimos no **capítulo 2**, partiria de um modelo abstrato de

---

¹⁶ Nesta dissertação, utilizaremos uma versão republicada deste artigo, a qual foi feita no livro *Saudades da Língua: a Linguística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp*. Portanto, sempre que fizermos menção ao artigo de Tarallo, o referiremos da seguinte forma: Tarallo (2003[1987]).

língua. Além disso, atendendo aos pressupostos da Gramática Gerativa, Borer defende que o *modelo paramétrico* deveria ser suficientemente restritivo, a fim de controlar a diversidade de *gramáticas* existentes. Contudo, segundo Tarallo, o *modelo paramétrico*, tal qual o proposto por Borer, poderia auxiliar na compreensão da variação interlinguística, isto é, da diversidade das línguas existentes, o que nos leva a pensar que, na leitura do autor sob análise, mesmo quando propunha análises embasadas na noção de *parâmetro*, o objetivo de Chomsky não era investigar a diversidade encontrada em uma só língua.

Segundo Tarallo (2003[1987]: 632-3), a noção de *parâmetro* teria emergido nos estudos sintáticos nos trabalhos de Chomsky (1981; 1982), nos quais foram lançadas as bases da *Teoria de Regência e Vinculação*. Assim, na perspectiva de Tarallo, ao admitir a variação no âmbito dos *parâmetros* – mantendo-se, evidentemente, os *princípios rígidos* – o *Modelo de Princípios e Parâmetros* abarcava, ao mesmo tempo, a hipótese da *Gramática Universal* e a diversidade interlinguística.

Na continuidade de seu texto, Tarallo segue apresentando algumas vantagens de se trabalhar com a noção de *parâmetro*, opondo-a até a noção de *relação genética* entre as línguas, articulação teórica bastante cara à Linguística Histórica do século XIX. Neste sentido, o autor exemplifica com o *parâmetro pro-drop* que, a partir de vários estudos, havia sido atestado afirmativamente no hebraico (Borer, 1983), no espanhol (Jaeggli, 1982), no italiano (Rizzi, 1982), mas não no inglês e no francês, por exemplo, que não licenciariam categorias vazias na posição de sujeito. Deste modo, a problematização de Tarallo vai no seguinte sentido: se as *relações genéticas* entre as línguas fossem levadas até as últimas consequências, línguas como o espanhol, o italiano e o francês, por exemplo, por serem todas elas as ditas línguas românicas, deveriam apresentar o mesmo comportamento sintático. Contudo, pela noção de *parâmetro*, a aproximação se daria entre as duas primeiras românicas – espanhol e italiano – e o hebraico – uma língua semítica –, e o francês, por sua vez, seria próxima do inglês, uma língua germânica.

Um ponto interessante a ser abordado é que, não obstante tratar-se de um texto de Sociolinguística, em determinado ponto do trabalho, Tarallo (2003[1987]: 635) propõe aos leitores uma espécie de relativização do componente social da linguagem – que, segundo ele, estaria intimamente relacionado aos estudos de *variação e mudança* –, a fim de equiparar as questões abordadas tanto pela própria Sociolinguística quanto pela Gramática Gerativa. Para ele, as duas teorias trabalhariam com hipóteses semelhantes, como a hipótese de restrição

sobre os fenômenos de *variação* e de *mudança* possíveis, que ambas procurariam determinar. Vejamos o que diz o autor a esse respeito:

[...] não se trata, pois, de romper fronteiras ou confundir domínios no sentido de “parametrizar” (ou eliminar) diferenças, mas, sobretudo, **de enfatizar a complementaridade entre os dois modelos** naquilo que eles permitem (ou permitirem) compatibilizar resultados em relação àquelas questões levantadas por Borer, de um lado, e por Weinreich, Labov e Herzog, de outro, resultados estes que estão muito mais próximos do que normalmente se pensa, se aceita e/ou se pensa aceitar (TARALLO, 2003[1987]: 635).

Levando em consideração o que vimos a respeito da *capa teórica* de *A Pesquisa Sociolinguística*, e também do *Projeto Diacrônico* exposto em Tarallo (1984), podemos observar uma mudança de perspectiva da parte de Tarallo em relação às teorias que poderiam fornecer hipóteses de trabalho relevantes para o estudo da *variação* e da *mudança*: se, anteriormente, os pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Gerativa eram fortemente problematizados, em Tarallo (1987) há a oferta de um modelo de análise, por assim dizer, híbrido, no qual a referida teoria formal goza de considerável prestígio.

A fim de fortalecer as suas hipóteses de trabalho, Tarallo (2003[1987]: 634) faz referência ao artigo *Relativization and anaphora in speech* (SANKOFF & TARALLO, 1984), pesquisa que ele realizou em parceria com uma de suas orientadoras no doutorado na área de Sociolinguística. Segundo nos informa o autor, nesse artigo, eles retiraram os *condicionamentos sociais* da análise do fenômeno em questão, e isso foi feito em relação a todos os aspectos: fatores condicionantes, *encaixamento*, *avaliação*, *transição* e *implementação*. Feito isso, Sankoff & Tarallo (1984) teriam concluído que a verdadeira distinção entre os dialetos sociais seria feita com base nos dados quantitativos, uma vez que, ao cabo e ao fim, os fatores de natureza linguística que condicionariam (ou não) determinados fenômenos linguísticos estariam presentes em todos os dialetos.

Para Tarallo (2003 [1987]: 635), o trabalho que o *modelo paramétrico* vinha realizando no âmbito da *variação linguística intersistêmica* deveria, por assim dizer, reorientar o foco dos trabalhos embasados na Teoria da Variação e da Mudança Linguística. Segundo o autor, em geral, os trabalhos de *variação* e *mudança* eram centrados na análise de fenômenos *intra*linguísticos – isto é, aqueles processados no interior de uma mesma língua –, mas, se a atenção dos estudiosos também se voltasse para o exame de dados *trans*linguísticos – de diferentes línguas – e/ou diacrônicos, as investigações poderiam tomar maiores alcances, conduzindo à elaboração de generalizações *dedutivas*. Assim, levando em consideração as

ideias de Lightfoot (1979), na visão de Tarallo (2003[1987]), o *modelo paramétrico* poderia servir de *interpretante* para os estudos elaborados à luz da Teoria da Variação e da Mudança.

Anteriormente, vimos que, no que se referia à *capa documental*, Tarallo (1985) argumentava a favor da análise de dados reais de fala, ou, melhor dizendo, do *vernáculo*. Em Tarallo (2003[1987]), entretanto, vemos a defesa de uma investigação calcada em dados passíveis de abstratização. A esse respeito, vejamos o seguinte trecho, no qual Tarallo fala sobre alguns dados que seriam analisados no artigo:

Na primeira parte serão apresentados resultados obtidos através do exame detalhado de variáveis fonológicas nas três línguas, **ressaltando aqueles que mais abstratamente (no sentido de “mais generalizavelmente”) projetam princípios de variação e de mudança fonológicas**. Tais princípios ou “pistas” [...] são, na realidade, momentos em que a sociolinguística é “parametrizável”: as línguas, em seu processo de variação e de mudança, podem variar e mudar mais frequentemente em uma direção que em outra; muito raramente variam e mudam numa terceira direção; ou, mais fatalisticamente, nunca variam ou mudam em uma quarta direção (TARALLO, 2003[1987]: 635-6).

Além do que dissemos mais acima, outro aspecto que podemos ressaltar do trecho acima é a suposição de que uma língua só poderia ser analisada dentro do *modelo paramétrico* se entendida como uma entidade abstrata.

Na continuidade de seu texto, Tarallo (2003[1987]) passa a comentar uma série de trabalhos sobre fenômenos fonológicos acerca das línguas românicas, dando-lhes uma leitura à luz do *modelo paramétrico*. Um dos trabalhos citados é um artigo de Shana Poplack sobre a variação fonológica do espanhol portorriquenho, a saber, *Mortal phonemes as plural morphemes* (POPLACK, 1981). Nesse artigo, Shana investigava a erosão de [s] e [n] finais naquela variedade do espanhol americano, e seus possíveis impactos no domínio sintático. Para Tarallo (2003[1987]: 642), esse trabalho poderia ser entendido como uma tentativa de resolução do impasse estabelecido entre a fonologia, a gramática e a noção de função, o que, necessariamente, levaria a uma *leitura paramétrica*. Por fim, Tarallo chega às seguintes considerações sobre o trabalho de Poplack:

Os resultados obtidos por Poplack sobre a variação fonológica de (s) no espanhol portorriquenho apontam, pois, para a seguinte **“parametrização”**: o simples enfraquecimento de segmentos consonantais em variação é, via de regra, regido por fatores estruturais, e, ao iniciar o processo de apagamento, tais fatores estruturais começam a interagir com fatores de outra ordem, os funcionais. Tal **“parametrização”** permite, ainda, uma terceira colocação (ou previsão): no caso de um seguimento que apresente mais de uma etapa de enfraquecimento [...] a força dos fatores funcionais poderia ser traçada à medida que os vários processos de enfraquecimento dirigem o segmento variável ao total apagamento (TARALLO, 2003[1987]: 642).

A observação do trecho acima nos leva a depreender que, não obstante todas as generalizações e relações causais tenham sido estabelecidas por Shana Poplack, o termo *parametrização* parece ser derivado da interpretação de Tarallo, dado o uso de aspas em todas as ocasiões de uso.

Um ponto interessante a ser apontado é que, por meio da combinação de todos os estudos de *variação/mudança* fonológicas resenhados em seu texto, Tarallo busca encontrar um *parâmetro*, por assim dizer, *panromânico*, que abarque os processos ocorridos nas diferentes línguas:

Levando-se em conta somente os fatores de natureza estrutural, o “parâmetro” da variação e da mudança fonológica nas línguas românicas novamente emerge: assim como a tonicidade tinha sido parcialmente responsável pela aspiração e apagamento de (s) no espanhol portorriquenho [...] e pelo abrandamento e posterior cancelamento de (s) no francês antigo [...] também a ditongação de (o) e de (e) aparecem fortemente condicionadas pela tonicidade da sílaba em que se encontra a variável [...]. Assim, também o papel dos segmentos consonantais surdos havia sido imperativo nos processos de velarização e de apagamento de (n) no espanhol portorriquenho de San Juan [...]: neste caso, com a mesma força e medida, são os segmentos consonantais surdos que mais favoravelmente desencadeiam a ditongação de (o) (TARALLO, 2003[1987]: 646-7).

À parte a postulação de um *parâmetro* de *mudança panromânico*, vale destacar também que, na perspectiva de Tarallo, aparentemente, tal análise só poderia ser feita com base exclusivamente nos aspectos estruturais, o que nos dá mais uma nuance da *capa técnica* assumida pelo autor.

Dando sequência ao seu artigo, Tarallo (2003[1987]: 649) chega à análise das *variáveis sintáticas*, na qual faz observações sobre o comportamento do *parâmetro do sujeito nulo* em três línguas românicas, a saber: o espanhol, o português e o francês. Conforme já havia sido exposto na literatura, tal *parâmetro* faria com que as línguas que o obedecessem apresentassem uma série de propriedades, como a possibilidade de *categoria vazia* na posição de sujeito e a inversão livre de sujeito, por exemplo. Entretanto, para Tarallo, o resultado por vezes inesperado do exame pautado pela metodologia da Teoria da Variação poderia agregar novos aspectos à discussão, podendo gerar até mesmo, mudanças no *modelo paramétrico*:

Das três línguas examinadas, uma delas, o francês, não se caracteriza por ser pro-drop. Ou seja, a impossibilidade de sujeito nulo em francês prevê também a não-inversão livre de sujeito. Contrariamente, e por definição do parâmetro sintático, o espanhol e o português, ao apresentarem sujeitos nulos, preveem a inversão livre de sujeito. Veremos a seguir que nas três línguas a inversão se dá, não de forma casuística e aleatória, mas sim condicionada a determinados fatores que recorrem, de certa maneira, nos três sistemas. Será o francês, por conseguinte, um sistema tão pro-drop quanto o espanhol e o português? Ou serão o espanhol e o português menos pro-drop do que se tem atestado? Ou ainda: até que ponto os resultados obtidos pela pesquisa variacionista permitem uma redefinição do parâmetro e um realinhamento de suas propriedades? (TARALLO, 2004[1987]: 649)

Em um determinado ponto do artigo, Tarallo esclarece que alguns dos fatores condicionadores elencados nos estudos não vinham, efetivamente, do *modelo paramétrico*, o que nos faz pensar que, muito provavelmente, os autores mencionados não necessariamente estavam vinculando os seus trabalhos aos pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Gerativa¹⁷. Logo, toda a questão paramétrica parece estar relacionada à interpretação do próprio Tarallo. Levando em consideração este fato, um aspecto interessante parece ser as razões que o levam a entender que os fatores condicionadores da *variação* e da *mudança* elencados pela Teoria da Variação e da Mudança podem ajudar no refinamento das ideias do *modelo paramétrico*. Por ora, acreditamos ser possível dizer que tais fatores são aceitos devido à sua comprovação quantitativa.

Chegando às últimas considerações de seu texto, Tarallo (2003[1987]) faz referência às ideias discutidas em um artigo que ele mesmo escrevera, em 1986¹⁸, no qual propunha uma espécie de conciliação entre os aspectos teórico-metodológicos provenientes de modelos psicológicos e modelos empiristas¹⁹. De acordo com ele, a problematização de uma união desta natureza seria derivada de posicionamentos equivocados e preconceituosos, segundo os quais o principal objetivo das pesquisas pautadas pelos modelos empiristas seria o falseamento dos estudos realizados à luz de modelos psicológicos e também que os modelos empiristas não possuiriam as condições necessárias para dar um tratamento sistemático à diversidade linguística. Para Tarallo (2003 [1987]; 1986), entretanto, tais ideias não estariam corretas e, portanto, seria possível buscar um caminho de compatibilização desses dois modelos.

Uma leitura panorâmica de Tarallo (1985) e de Tarallo (2003[1987]) parece mostrar algumas modificações na perspectiva do autor acerca do trabalho em Sociolinguística e, conseqüentemente, no de Linguística Histórica. Se embasarmos a nossa análise da teoria das *capas* (Swiggers), veremos, inicialmente, que ocorreram ligeiras alterações no domínio da *capa teórica*: se Tarallo (1985) – e também Tarallo (1984) – problematiza a utilidade da perspectiva teórica da Gramática Gerativa para o tratamento dos fenômenos de *variação* e *mudança linguísticas*, Tarallo (1987) proporrá que se adote o *modelo paramétrico* proposto

---

¹⁷ Como exemplo de comprovação, podemos mencionar a pesquisa de Carmen Silva-Corvalán, que é uma sociolinguista não comprometida com a Gramática Gerativa.

¹⁸ *Era uma vez...: Estória, História e A história* (TARALLO, 1986).

¹⁹ Na visão de Tarallo (2003[1987]), os modelos psicológicos e os modelos empiristas são representados pela Gramática Gerativa e pela Sociolinguística, respectivamente.

no bojo daquela teoria para, por assim dizer, se entender os limites da *variação*. Aliás, no que diz respeito à *capa técnica*, parece haver também uma expansão do conceito próprio de *variação*: embora Tarallo (1985) faça referência a dados translinguísticos – sobretudo como uma estratégia para se obter um entendimento mais robusto sobre um determinado fenômeno de *mudança* –, o conceito de *variação* parece ser sempre utilizado para fazer referência à diversidade de usos linguísticos no interior de uma mesma língua; em Tarallo (1987), entretanto, há a distinção entre a *variação interlinguística* (diversidade de línguas existentes) e a *variação intralinguística* (no interior de uma mesma língua), sendo que ambas devem estar no horizonte do estudioso. Há mudanças também no âmbito da *capa documental*: enquanto Tarallo (1985) defende a análise de dados de fala empíricos – análise do *vernáculo* –, Tarallo (1987) já trabalha com a possibilidade de investigação de dados abstratizados. E, por fim, há diferenças no domínio da *capa teórica*: embora Tarallo (1985) afirme que a análise de um fato linguístico em variação deva se iniciar pela análise dos *fatores internos*, o autor dedica uma atenção especial à abordagem dos *fatores extralinguísticos* que, segundo ele, podem levar ao total esclarecimento de fatos de *variação* e *mudança*. Tarallo (1987), por sua vez, propõe uma análise depurada de *fatores externos*, a fim de mostrar que, no fundo, tanto a Sociolinguística quanto a Gramática Gerativa estariam interessadas no estudo da *variação linguística*. Visando uma explicitação mais sistemática dessas diferenças, estabelecemos o seguinte quadro abaixo:

TARALLO (1985)	TARALLO (1987)
-negação da importância da Gramática Gerativa no tratamento do problema da <i>variação linguística</i> .	-proposta de interação entre os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e da Gramática Gerativa (<i>Modelo de Princípios e Parâmetros</i>), a fim de estudar a <i>variação intralinguística</i> e <i>interlinguística</i> .
-foco na <i>variação intralinguística</i> .	-foco na <i>variação intralinguística</i> e na <i>variação interlinguística</i> .
-exame de dados linguísticos empíricos.	-análise de dados abstratizados.
-pouca atenção para os dados <i>translinguísticos</i> , usados, sobretudo, nos estudos de <i>mudança</i> .	-ênfase nos dados <i>translinguísticos</i> , tanto com motivações <i>sincrônicas</i> , quanto com motivações <i>diacrônicas</i> .
-atenção aos <i>fatores extralinguísticos</i> .	-relativização do aspecto social da linguagem.

Diferenças entre as abordagens sociolinguísticas de Tarallo (1985) e de Tarallo (1987)

Considerando o exposto até aqui, observamos que, se na seção anterior havíamos inserido a pesquisa sociolinguística de Tarallo (1985) no *Programa Sociocultural*, tal generalização já não pode ser aplicada a Tarallo (1987). Por um lado, vemos que a perspectiva mentalista – ou *psicológica*– característica da Gramática Gerativa é relevante para a formulação de uma *Sociolinguística Paramétrica*, uma vez que se assume a existência de *parâmetros* abstratos, norteadores da diversidade *intra* e *interlinguística*; assume-se também a hipótese de uma *Gramática Universal*, na qual os limites de toda essa variação estariam registrados. Por outro, com a depuração ou a relativização dos aspectos sociais da linguagem, a exposição dos *fatores linguísticos* que determinam a *variação* e/ou a *mudança* fica reduzida a uma metodologia descritiva, sem que a articulação teórica que fundamenta os processos linguísticos ocorridos nos aspectos socioculturais possa ser convocada. Deste modo, acreditamos ser possível afirmar que a *Sociolinguística Paramétrica* proposta por Tarallo (1987) poderia ser traduzida pela realização de dois *programas de investigação* distintos, a saber: *Programa de Correspondência* e *Programa Descritivista*.

Proposta inicialmente por Fernando Tarallo, posteriormente, a *Sociolinguística Paramétrica* ganhou duas fortes aliadas: as linguistas Mary Aizawa Kato e Charlotte Galves, consideradas duas pioneiras nos estudos de Gramática Gerativa no Brasil (cf. BATISTA, 2007). Vejamos abaixo o que Kato (1993) disse a respeito dessa união:

[...] houve o casamento selado de Tarallo, intra-variacionista, com Kato, inter-variacionista gerativista. Em 1989 aparece publicado o manifesto da dupla (Tarallo e Kato) “Harmonia trans-sistêmica: variação inter- e intra-linguística”, cuja versão mais diacrônica (Kato e Tarallo) circulava desde 1987. Para eles os mesmos princípios e parâmetros deveriam dar conta da variação inter-linguística e intralinguística e os conceitos de ‘encaixamento’ estrutural e ‘parâmetro’ poderiam ser conciliados.

No início, a proposta foi vista como herética, tanto por variacionistas quanto por gerativistas, mas a empreitada se iniciou, assim mesmo, com um grupo de estudantes que compraram essa forma heterodoxa de estudar gramática e nela contamos com a ajuda inestimável de Charlotte Galves, na formação dos alunos em teoria gramatical (KATO, 1993: 16).

Na passagem acima, Mary Kato faz referência ao programa de pesquisa conduzido por ela e por Fernando Tarallo, sobretudo na Unicamp, onde ministraram cursos de Linguística Histórica e orientaram pesquisas de mestrado e doutorado. Vejamos em maiores detalhes a perspectiva dos autores.

Conforme vimos no trecho citado de Kato (1993), o trabalho *Harmonia Trans-Sistêmica: Variação Intra- e Inter-Linguística* (TARALLO & KATO, 1989) consiste em uma espécie de *manifesto* em que os dois autores defendem a compatibilização dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e da Gramática Gerativa (*Modelo de Princípios e Parâmetros*), a fim de estudar a tanto a diversidade das línguas ao redor do mundo, quanto a *variação* no interior de uma mesma língua.

Curiosamente, o artigo de Tarallo & Kato (1989) se inicia com a citação de um trecho do *manifesto neogramático*, no qual os autores defendem uma linguística pautada por princípios empíricos, em detrimento da pesquisa praticada no interior dos gabinetes. Em virtude de um recurso, por assim dizer, retórico e/ou propagandístico, os autores não revelam de início a identidade do texto e, na primeira leitura, a crítica parece ser voltada à Gramática Gerativa. Com o objetivo de prolongar o jogo retórico, os autores passam a sugerir possíveis autores para o trecho citado e, em vista do enquadramento teórico-metodológico que emerge do referido excerto, eles afirmam que as ideias poderiam até mesmo ser atribuídas à Teoria da Variação, ou até mesmo ao próprio William Labov – o “*idealizador de um modelo de análise linguística que assume o dado bruto como fato, resgatando os mecanismos que regem sua variação e mudança*” (TARALLO & KATO, 1989: 2). Contudo, conforme dissemos,

posteriormente os autores revelam que o texto citado fora escrito por Hermann Osthoff e Karal Brugmann, no famigerado *Manifesto Neogramático*.

Um ponto que merece ser destacado é que, ao fazerem referência à Teoria da Variação, tal qual fora proposta por Labov, Tarallo & Kato (1989: 2) salientam o caráter quantitativo daquela abordagem. De acordo com eles, era esse aspecto estatístico que atribuiria o lastro científico à Teoria da Variação, visto que, por meio dessa metodologia, seria possível identificar com maior precisão os fatores que favoreciam ou inibiam os fenômenos de *variação* e *mudança* – o que a configuraria como uma *ciência das probabilidades*. A *ciência das probabilidades* se oporia à *linguística de regras*, polarização esta que, para Tarallo & Kato (1989: 3), já havia cansado a todos os estudiosos da linguagem da época.

De acordo com Tarallo & Kato (1989), uma legítima representante da *linguística de regras* seria a Gramática Gerativa. Assim, ao reconstruírem o *clima de opinião intelectual* que envolvia toda a polêmica dos neogramáticos, no século XIX, os autores a aproximaram das polêmicas relacionadas à Gramática Gerativa. No que se refere aos neogramáticos, os autores afirmam que, não obstante defenderem uma pesquisa linguística baseada em dados empíricos, a teoria neogramática sustentava, ao mesmo tempo, pressupostos teóricos demasiadamente rígidos – como a questão da regularidade da mudança sonora, por exemplo –, o que levava a entendê-la como uma teoria vinculada à *linguística de regras*. Tal fato teria feito com que Hugo Schuchardt – classificado por Tarallo & Kato (1989: 4) como um *croulista/variacionista* – problematizasse o modelo. A Gramática Gerativa, por sua vez, também teria sido problematizada por pertencer à *linguística de regras*: de acordo com Tarallo & Kato (1989: 4), a postulação de um *falante ouvinte-ideal* em Chomsky (1965)²⁰, guarnecido pelo pressuposto da *homogeneidade* do sistema linguístico, seria problematizada por Weinreich, Labov e Herzog (1968), representantes da *ciência das probabilidades*, que trabalhariam com o pressuposto da *heterogeneidade linguística*.

Embora a Gramática Gerativa fosse fortemente marcada pelas características da *linguística de regras*, Tarallo & Kato (1989: 4-5) destacam algumas mudanças que teriam se processado na teoria após a adoção do *Modelo de Princípios e Parâmetros*. Para eles, a referida mudança teria transformado uma autêntica representante da *linguística de regras* em uma *linguística de propriedades paramétricas*, voltada ao estudo da *variação inter-linguística*, aspecto este que também havia sido ressaltado por Tarallo (1987). Na perspectiva

---

²⁰ *Aspects of the Theory of Syntax* (CHOMSKY, 1965).

dos autores, do ponto de vista dos anseios teóricos, a *linguística de propriedades paramétricas* se aproximava sobremaneira da Teoria da Variação, mantendo, entretanto, uma enorme distância no plano metodológico. Segundo eles, o afastamento metodológico seria fruto da velha oposição entre empirismo e racionalismo que, a seu ver, poderia e deveria ser superada:

Estamos há pouco menos de 13 anos de mais uma virada de século, mais grave ainda, de uma virada de milênio, e não pretendemos absolutamente nos confinar, mais uma vez, dentro dos limites dessa oposição. Empreenderemos, sim, um novo caminho: aquele que resgata a compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as probabilidades do modelo variacionista, seja para provar seu espelhamento e reflexo, seja para realinhar um modelo em função do outro. Acreditamos, assim, num direcionamento mútuo entre a variação intra e inter-linguística, enfim: na harmonia trans-sistêmica (TARALLO & KATO, 1989: 5-6).

Poderíamos dizer que, tal qual ocorre em Tarallo (2003[1987]), o trecho acima apresenta uma *retórica de ruptura* contra algum *establishment* da Linguística, ancorando-se na união dos pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Gerativa e da Teoria da Variação – ou, simplesmente, da Sociolinguística.

Dentre os aspectos mais importantes do texto de Tarallo & Kato (1989), encontra-se a formulação do conceito de *parâmetro sociolinguístico*. Segundo os autores, a postulação de um *parâmetro sociolinguístico* seria derivada de uma análise depurada dos aspectos sociais da linguagem, em que, à parte os laços históricos e/ou geográficos estabelecidos entre duas ou mais línguas, seriam encontradas convergências estruturais entre elas, fato que, para os gerativistas, seria entendido como o resultado de *propriedades paramétricas*. Do mesmo modo que o realizado por Tarallo (1987), os autores citam alguns artigos em que esse tipo de articulação teórica poderia ser verificada, dando destaque ao trabalho de Sankoff e Tarallo (1987), em que teriam sido encontradas semelhanças nas relativas do português e do tok pisin, línguas historicamente não relacionadas. De acordo com Tarallo & Kato (1989: 8), para chegar a generalizações dessa natureza – chamadas de *generalizações translinguísticas* – e definir *parâmetros sociolinguísticos*, a Teoria da Variação deveria partir de uma perspectiva *ahistórica*.

Conforme podemos depreender a partir das exemplificações propostas pelos autores, um dos intuitos do texto parece ser o de mostrar que muitos dos fenômenos linguísticos já conhecidos por meio de explicações pautadas por outras teorias linguísticas poderiam ser melhor esclarecidos pelo entendimento *paramétrico*. Haveria, por exemplo, casos de mudanças fonológicas que, por sua vez, ocasionariam mudanças sintáticas. De acordo com

eles, um achado desse tipo promoveria o realinhamento de um *parâmetro sintático*, dando maior coerência ao conceito. Como exemplo, Tarallo & Kato (1989: 9) citam o estudo *Functional compensation for /s/ deletion in Puerto Rican Spanish* (HOCHBERG, 1986), em que o uso do pronome de segunda pessoa do singular no espanhol portorriquenho é estudado à luz da *ciência das probabilidades*. Nesse estudo, a autora conclui que o uso frequente do sujeito nas sentenças da variedade de espanhol por ela considerada se devia ao processo de erosão das consoantes finais. Vejamos o que Tarallo e Kato dizem a esse respeito: “*Ora, isso traduzido em miúdos sintáticos paramétricos simplesmente significa que AGR deixou de ser sujeito no dialeto portorriquenho e que tal sistema tende a deixar de exibir a primeira propriedade do parâmetro do sujeito nulo*” (TARALLO & KATO, 1989: 9).

Como podemos observar no trecho acima citado, Tarallo & Kato (1989) dão uma interpretação *paramétrica* às conclusões de Hochberg (1986) a respeito do espanhol portorriquenho. Contudo, uma simples passada de olhos pelo texto da autora e pelas referências bibliográficas utilizadas mostra que a sua pesquisa não estava baseada no *Modelo de Princípios e Parâmetros*. Ao contrário, trata-se de um estudo de cunho funcionalista e sociolinguístico – embasado em autores como Simon Dik e William Labov, por exemplo –, como afirma a própria autora: “*This paper offers a functional description [...] of the patterns of subject pronoun usage in Puerto Rican Spanish*” (HOCHBERG, 1986: 609). Tendo isso em vista, acreditamos ser possível dizer que Tarallo & Kato (1989) fazem uso de uma *estratégia de adaptação* (SWIGGERS, 1988), mais especificamente da *tradução*, pois os dados linguísticos engendrados no interior de outra perspectiva teórica são interpretados à luz da Gramática Gerativa²¹.

Seguindo o padrão dantes encontrado em Tarallo (1987), Tarallo & Kato (1989) também problematizam alguns aspectos da Teoria da Variação, elevando, em contrapartida, os pressupostos teóricos da Gramática Gerativa. Em um determinado ponto do texto, os autores questionam o poder explicativo dos estudos variacionistas, visto que, segundo eles, a constante busca dos fatores condicionadores do uso de uma ou outra *variante* parecia-lhes *infrutífera*. Para eles, não raro, os fatores condicionares arrolados não seriam *condicionadores* no sentido forte do termo – ou seja, aqueles que realmente causavam a ocorrência de determinado fenômeno –, mas controlavam apenas a distribuição (estatística) de uma ou outra *variante* ou outra no universo da *gramática*. Se bem lembrarmos, tal postura representa uma

---

²¹ Esse problema voltará a ser abordado mais adiante, quando tratarmos da formulação do *objeto observacional* e do *objeto teórico*.

acentuada modificação em relação aquilo que fora apregoado por Tarallo (1985): em seu manual de Sociolinguística, Tarallo destaca a importância de se observar os *fatores extralinguísticos*, pois, uma vez que os *fatores linguísticos* sempre estavam disponíveis no uso de todos os segmentos sociais, o que diferenciaria o uso de uma ou outra variante no interior de uma *comunidade de fala* seriam os *fatores extralinguísticos*. Em Tarallo & Kato (1989), no entanto, tais aspectos da *variação* parecem não ter relevância e, por conseguinte, os *fatores condicionadores* perdem a sua força explicativa. Configura-se, assim, uma mudança na *capa teórica*.

Em alguns pontos, Tarallo & Kato (1989) também problematizam aspectos da Gramática Gerativa. Ao tratarem do *Parâmetro do Sujeito Nulo*, por exemplo, os autores localizam algumas falhas naquilo que eles chamam de *tudo* ou *nada* da *linguística de propriedades paramétricas*. Uma vez que, normalmente, os linguistas que se pautavam por esse modelo tinham o interesse de saber se uma língua apresentava ou não determinada propriedade, de modo categórico, Tarallo & Kato (1989: 15-6) afirmam que eles deixavam de considerar algumas especificidades das línguas analisadas e as diferenças quantitativas na exibição dos fenômenos. A esse respeito, vejamos o que eles dizem sobre a relevância da análise quantitativa:

Três línguas podem ser agrupadas como pertencentes ao mesmo parâmetro por compartilharem uma mesma propriedade, mas a abordagem quantitativa poderá aproximar duas delas contra a outra em função do grau de incidência de um fenômeno (TARALLO & KATO, 1989: 16).

Tarallo & Kato (1989: 30) parecem querer mostrar que a adoção de uma perspectiva teórico-metodológica que combinasse a investigação tanto *inter* quanto *intralinguística* traria uma espécie de equilíbrio para o campo. Uma das vantagens das análises *intralinguísticas* em relação às análises *translinguísticas*, por exemplo, seria o foco da primeira nos aspectos quantitativos, a fim de observar se um fenômeno linguístico é ou não categórico. Para Tarallo & Kato (1989), uma abordagem dessa natureza poderia auxiliar na explicação das aparentes idiossincrasias do *português brasileiro* frente às outras línguas românicas²².

Chegando às considerações finais de seu texto, os autores fazem a seguinte declaração:

---

²² Observamos que, aqui, os autores já estão dentro do debate do *problema linguístico brasileiro*, assumindo que o português falado no Brasil apresenta algumas especificidades em relação ao conjunto das demais línguas românicas – inclusive o português europeu.

A teoria gerativa, segundo os próprios gerativistas, mantém sua forte presença por permitir o levantamento de perguntas: isto é, trata-se de uma teoria que praticamente não precisa do dado para fazer novas perguntas em relação ao próprio dado. Ora, antes que realmente a teoria da variação venha a se constituir em uma mera metodologia e/ou simples procedimentos metodológicos de pesquisa “a serviço” de uma “suposta” teoria maior, momento se faz para que os resultados obtidos a partir do estudo das línguas particulares, seja em que parte da gramática for, sejam “parametrizados” e tenham seu conhecimento adquirido finalmente capitalizado. Só assim, cremos, teremos finalmente conseguido deixar de lado, ou nos importar menos com a oposição entre racionalismo e empirismo que, durante tanto tempo, evitou que mais progresso tivesse sido feito nos estudos sobre a linguagem (TARALLO & KATO, 1989: 36).

Embora tenhamos a intenção de desenvolver melhor essa questão na seção em que trataremos da formulação do *objeto observacional* e do *objeto teórico* de Tarallo, acreditamos que, pelo exposto até aqui, podemos afirmar que o aspecto mais privilegiado da Teoria da Variação por parte dos autores é o seu viés quantitativo. As perguntas científicas a respeito da linguagem, por sua vez, emergem da Gramática Gerativa. Nesse sentido, é possível notar uma modificação na abordagem sociolinguística de Tarallo no decorrer dos três textos que observamos até aqui: enquanto a Sociolinguística proposta por Tarallo (1985) pode ser interpretada como parte do *Programa Sociocultural*, Tarallo (1987) e Tarallo & Kato (1989) apresentam uma proposta teórica mais aliada ao *Programa de Correspondência* e ao *Programa Descritivista*.

Além disso, tendo como base as ideias de Fleck (2010), observamos que, no que diz respeito ao desenvolvimento da Sociolinguística por parte de Fernando Tarallo, estamos diante de um *tráfego intercoletivo de pensamento*, causando modificações nas duas teorias linguísticas envolvidas, a saber: a Sociolinguística e a Gramática Gerativa. Se começarmos a pensar a partir desta segunda, notamos que alguns de seus aspectos são modificados: no plano teórico, alguns conceitos são ressignificados, como a noção de *regra* e também a de *variação* que, admitida inicialmente no nível interlinguístico – como um resultado da fixação dos *parâmetros* –, no âmbito da Sociolinguística de Tarallo passa a abarcar também a *variação intralinguística*. No que se refere ao campo da Sociolinguística, vemos o *tráfego* e ressignificação do conceito de *parâmetro* – que se torna *parâmetro sociolinguístico* – e a *adequação explicativa* proporcionada pela metodologia quantitativa.

Voltaremos a essas questões posteriormente. Por ora, com base nas teorias linguísticas que tratamos até momento, vejamos como se dá a construção do *objeto observacional* e do *objeto teórico* na obra de Fernando Tarallo.

5.4. Tarallo e a construção do *objeto observacional* e do *objeto teórico*

Um passo importante em direção à compreensão da Linguística Histórica proposta por Fernando Tarallo, nos anos 1980, diz respeito à investigação do *objeto observacional* e do *objeto teórico* na obra do autor. Tal qual afirmamos no **capítulo 1** – no qual descrevemos os aspectos metodológicos de nosso trabalho –, esse tipo de exame nos ajudará a verificar: a) como Tarallo entende a tarefa de escrever a história da língua e b) como, em sua prática de descrição e explicação dos dados do PB, ele trata dos problemas da *variação* e da *mudança linguísticas*. Além disso, após essa análise, teremos elementos para contrastar a Linguística Histórica de Tarallo com aquela proposta por Silva Neto. Acreditamos que parte desse exame da formulação do *objeto observacional* e do *objeto teórico* em Tarallo pode ser feita com base no *horizonte de retrospectão* do autor – reconstruído nas seções anteriores –, o que nos ajudará a entender as críticas aos trabalhos que ele refuta.

A fim de realizar o referido exame, analisaremos o trabalho *Zelig: um camaleão-linguista*, artigo publicado por Tarallo na seção de debates da *Revista D.E.L.T.A.*, em 1986. Nesse artigo, Tarallo afirma que pesquisa linguística deveria ser mais comprometida com os *dados* do que com os *modelos teóricos* particulares, uma vez que, segundo ele, o comprometimento ferrenho de um pesquisador com uma teoria poderia levá-lo a análises insatisfatórias acerca dos fenômenos linguísticos. Entretanto, utilizando algumas ferramentas teórico-metodológicas da Historiografia Linguística, mostraremos que, não obstante Tarallo apresente uma espécie de *retórica de conciliação*²³, ele propõe, na verdade, uma análise linguística bastante comprometida com a Gramática Gerativa.

O tom usualmente carismático dos textos de Tarallo pode ser percebido já no título do artigo em questão: *Zelig: um camaleão-linguista* faz alusão ao filme *Zelig* (Woody Allen), que narra a história de Leonard Zelig, um homem que transforma a sua aparência na das pessoas que o cercam. Com base no referido filme, Tarallo (1986) cria, no âmbito da Linguística, a imagem do *camaleão-linguista*, o qual deveria ser desapegado de modelos teóricos particulares, adaptando-se às exigências analíticas dos *fatos linguísticos*. Conforme podemos depreender da argumentação de Tarallo, o *camaleão-linguista* seria um personagem imaginário, que deveria aparecer para o bom desenvolvimento da disciplina. A esse respeito, há que se lembrar do outro personagem criado por Tarallo (1986), o *historiador da linguística*, cujo principal objetivo seria encontrar uma solução para o debate entre o

---

²³ Termo inspirado em Murray (1994).

racionalismo e o *empirismo*. Segundo Tarallo – que, por meio desse roteiro de ficção, parece querer problematizar a Gramática Gerativa –, esse *historiador da linguística* consideraria o linguista gerativista o maior exemplo de *não camaleão*, linguista responsável, portanto, por acirrar o debate entre o *racionalismo* e o *empirismo*.

Não obstante faça uma leve crítica inicial à Gramática Gerativa, Tarallo (1986) dedica a maior parte do artigo à problematização de alguns trabalhos dedicados ao estudo do fenômeno de *topicalização*, examinando, no caso português, o artigo *Tópico e Ordem Vocabular*, texto de base funcionalista apresentado por Maria Luiza Braga, em 1984, no encontro da *Associação Brasileira de Linguística*²⁴.

A fim de introduzir o problema da *topicalização*, Tarallo (1986) faz referência ao trabalho de Ross (1967), em que se estabeleceu, no interior da Gramática Gerativa, uma distinção entre dois fenômenos linguísticos característicos de elementos situados à margem esquerda da sentença, a saber: a *topicalização* (*TOP*) e o *deslocamento à esquerda* (*DESL*). Segundo Tarallo, com base no conceito de *ilhas sintáticas*, Ross (1967) havia demonstrado algumas diferenças na derivação dos dois tipos de estrutura. Posteriormente, tais fenômenos teriam chamado a atenção de outros estudiosos, que passaram a estudá-los a partir de outras perspectivas teóricas. Um exemplo desse encaminhamento poderia ser visto no trabalho de Prince (1980) que, a partir de um modelo funcionalista, teria estabelecido as diferenças entre *TOPs* e *DESLs* por meio de suas distintas funções discursivas, a saber: a retomada de um *SN velho no discurso* (*TOP*) e a apresentação de um *SN novo ao discurso* (*DESLs*). Assim, conforme nos mostra Tarallo (1986), se o foco de Prince (1980) – sob inspiração funcionalista – era evidenciar as diferenças de *TOPs* e *DESLs* na configuração discursiva, as análises gerativistas, como a de Chomsky (1977), era demonstrar as especificidades estruturais decorrentes da ação de cada um desses fenômenos: as *TOPs*, para Chomsky (1977), seriam o resultado da aplicação de uma *transformação de movimento*, que deixaria um *vestígio* na posição original do *SN* topicalizado²⁵.

Se levarmos em consideração as ideias de Dascal & Borges Neto (1991), vemos, inicialmente, uma diferença entre *objeto observacional* e o *objeto teórico* estabelecidos pela Gramática Gerativa e pelo Funcionalismo de Prince (1980). Conforme lemos em Dascal &

---

²⁴ Vale dizer que o trabalho de Braga (1984) foi apresentado no mesmo ano e ocasião do *Projeto Diacrônico* de Tarallo (1984).

²⁵ Vemos que, conforme dissemos anteriormente, a análise de Chomsky (1977) parece estar amparada numa visão da gramática como constituída de dois níveis, isto é, um antes e um depois da aplicação da *transformação de movimento*.

Borges Neto (1991: 16), um passo importante para se detectar os *objetos* adotados por uma determinada perspectiva científica é perscrutar o objetivo que embasa o fazer científico em questão. Fazemos isso para o Funcionalismo e para a Gramática Gerativa, uma vez que são essas duas teorias que embasam a análise crítica que Tarallo (1986) faz do trabalho de Braga (1984).

Em Neves (1997), lemos um considerável apanhado dos modelos teóricos de orientação funcionalista. De acordo com a autora, um dos proponentes desse tipo de teoria linguística foi André Martinet (1908-1999), segundo o qual o adjetivo *funcional* deveria ser atribuído ao trabalho daqueles linguistas interessados em detectar o papel da língua na comunicação entre os homens. Neves (1997: 8) também nos informa que, na obra de David Halliday (1916-2010) – outra figura extremamente relevante no Funcionalismo –, o termo *função* tem o seu sentido expandido, significando não a função desempenhada pelas classes de palavras no interior da estrutura da língua, mas sim o papel da linguagem na vida dos indivíduos. No que diz respeito à estrutura linguística, Neves (1997: 28) chama a atenção para o fato de que, para Talmy Givón (n. 1936), os aspectos estruturais só poderiam ser devidamente explicados com recurso à *função comunicativa da linguagem*, cuja responsabilidade seria a de moldar esses aspectos. Tal visão também pode ser atestada no trabalho de Votre & Naro (1989) que, além de definirem a língua como uma *variável* dependente, sujeita às regularidades da comunicação, defendem que a *forma* da língua – isto é, sua estrutura – teria origem nos *usos* propriamente ditos.

No que diz respeito aos estudos gramaticais, Neves (1997: 15) afirma que o Funcionalismo tem como objetivo a formulação de uma teoria da organização gramatical integrada a uma teoria da *interação social*, levando em consideração as pressões exercidas pelos *usos* na relação estabelecida entre o falante e o ouvinte. Neste sentido, o *componente discursivo* assume grande relevância, fato que também podemos verificar no trabalho de Neves (1997: 28), que considera a obra *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax* (GIVÓN, 1979) como um marco dentro do modelo funcionalista, por colocar o *discurso* como o foco da investigação linguística. A esse respeito, vale também dizer que, segundo nos informa Neves (1997: 28), Givón defendia a ideia de que as chamadas propriedades sintáticas – como *sujeito*, *voz*, *flexão* – seriam oriundos do *discurso*.

Levando em consideração os comentários realizados nos parágrafos anteriores, cremos que seja possível afirmar que o *objeto observacional* assumido pelas teorias de base

funcionalista, em seu sentido *lato*, corresponde aos fatos linguísticos pertencentes ao domínio do *discurso*. Assim, não obstante um determinado fenômeno possa ocorrer no domínio sentencial – como é o caso das *topicalizadas* e as *deslocadas* –, ele deve, necessariamente, ser interpretado no nível discursivo. No que diz respeito ao *objeto teórico* – isto é, o nível de estabelecimento das unidades básicas e das relações existentes entre elas –, toma-se como âncora dos fenômenos linguísticos o evento da *comunicação*, processo determinante na seleção dos *usos linguísticos*, uma vez que sua forma é dirigida pelas *funções* assumidas no referido evento. Permanecendo ainda no nível do *objeto teórico*, a gramática funcional não toma a sintaxe como nível de análise central, pronto, mas sim como um nível maleável, em formação, sujeito a determinações discursivas. A esse respeito, Neves (1997: 32) nos informa que, no Funcionalismo do Círculo Linguístico de Praga, a *frase* não corresponde a um construto, por assim dizer, pronto, mas é *estruturada* por meio do *dinamismo comunicativo*, isto é, o *discurso* organiza de modo diferente as entidades, a depender de sua importância comunicativa. Vejamos o que Neves (1997) diz sobre isso:

O fluxo de informação determina a ordenação linear dos sintagmas nominais na frase, que se faz na sequência que o falante considera adequada para obter a atenção do ouvinte, mas alterações da ordem podem atuar no sentido de controlar o fluxo de atenção. Prince (1980) também coloca em lugar destacado a questão de princípios e restrições para a colocação das porções de informação na linha do discurso (NEVES, 1997: 35).²⁶

Ao procedermos a uma análise alternativa do trabalho de Braga (1984) – isto é, uma análise diferente da proposta por Tarallo (1986) – encontramos muitos elementos do *objeto observacional* e do *objeto teórico* do Funcionalismo. O primeiro aspecto a ser destacado é enfoque que a autora procura dar às *funções comunicativas* do processo de *topicalização*, que o trecho abaixo deixa bastante claro, uma vez que o termo *função* é utilizado de duas maneiras diferentes, a saber: 1) *função*¹: papel desempenhado na estrutura sintática e 2) *função*²: papel desempenhado na comunicação:

Embora TOPs possam envolver distintas **funções sintáticas**¹, neste trabalho nos limitamos a topicalizações de objeto direto. Nosso objetivo é analisar **este** tipo particular e, uma vez compreendidas suas características e **funções**², estender nossa análise às outras funções sintáticas de forma a obter uma visão global do funcionamento da regra de TOP (BRAGA, 1984: 174).²⁷

Ao longo de seu texto, Braga (1984) dá mais elementos para se afirmar que suas hipóteses de trabalho são dirigidas por *objeto teórico* de orientação funcionalista. Uma prova

²⁶ Vale dizer que, em sua retomada dos modelos teóricos de base funcionalista, Neves (1997) faz referência ao trabalho de Prince (1980), uma das principais bases do trabalho de Braga (1984).

²⁷ Realizamos alterações na citação a fim de detalhar os diferentes sentidos assumidos pelo termo *função*.

disso é a explicação que a autora dá para alguns fenômenos linguísticos, observando os seus efeitos no processo de comunicação. Ao observar a retenção do *sujeito* nas estruturas topicalizadas, por exemplo, Braga (1984: 177) afirma tratar-se de uma estratégia do falante para evitar ambiguidades. Está claro, assim, que a autora está pensando no processo de comunicação como o centro da explicação do fenômeno.²⁸

A orientação funcionalista do trabalho de Braga (1984) também pode ser verificada por meio dos autores que ela utiliza para tratar do problema da *topicalização* no português. O principal deles é o estudo realizado por Prince (1981) – autor que, conforme vimos anteriormente, é citado por Neves (1997) em seu resumo sobre as teorias funcionalistas –, cujo principal critério para distinguir o fenômeno de *topicalização* de outros processos linguísticos que se caracterizam por apresentar SNs na margem esquerda da sentença – como o *movimento de foco*, por exemplo – dizia respeito ao tipo de informação a ser transmitido pelo SN em questão, abordagem esta totalmente calcada no *discurso* e na *comunicação*.

A adoção de um *objeto teórico* funcionalista também pode ser atestada através da metalinguagem utilizada por Braga (1984), conforme podemos verificar no trecho abaixo:

[...] Apesar destas diferenças, parece-nos muito relevante que, também em português, a grande maioria dos objetos diretos topicalizados envolva **entidades inferíveis** ou **evocadas**. A **ordenação** das categorias específico genérico, por outro lado, sugere que, além de inferíveis ou evocadas, as entidades topicalizadas deverão ser facilmente identificáveis e localizáveis pelo **ouvinte** (BRAGA, 1984: 182).²⁹

Se levarmos em consideração os termos destacados no trecho acima, podemos perceber que a autora está trabalhando com o domínio do *discurso*, ao qual os elementos da sintaxe devem fazer referência. Além disso, uma vez que o *ouvinte* se configura como uma entidade básica para a explicação do fenômeno, podemos afirmar que a autora está tomando o processo de *comunicação* como elemento central na análise.

Por fim, Braga (1984) conclui seu trabalho vinculando o estudo da *topicalização* às teorias do *discurso*, restringindo, assim, seu *objeto teórico* e, de certo modo, negando a centralidade da sintaxe para explicar o referido fenômeno:

---

²⁸ Vale dizer que, no âmbito da Gramática Gerativa, provavelmente, o fenômeno seria explicado de outra forma, como por meio do *parâmetro pro-drop*, por exemplo.

²⁹ Os negritos são nossos.

[...] Gostaríamos de terminar lembrando que o âmbito das **funções discursivas de TOPs** merece cuidadosas investigações e que se TOPs, por um lado, podem auxiliar na **caracterização dos tipos de discurso**, por outro lado, a compreensão de suas características e funções pressupõe uma **teoria global do discurso** (BRAGA, 1984: 187).³⁰

Procuramos, por meio dessa breve análise do trabalho de Braga (1984), mostrar a especificidade de seu *objeto observacional* e *objeto teórico* que, forjados à luz do Funcionalismo Linguístico, opõem-se, de certo modo, às propostas da Gramática Gerativa, fato que, como veremos adiante, traz alguns problemas para a análise realizada por Tarallo (1986).

Conforme vimos no **capítulo 2**, a Gramática Gerativa, em suas origens, se define como uma teoria linguística interessada no estudo das relações entre a linguagem e o pensamento³¹. Nesse sentido, considerando a linguagem uma espécie de capacidade inata ao ser humano, interessam aos estudiosos desse modelo aspectos linguísticos ditos *gerais*, refletidos, obviamente, pelas línguas particulares. Coloca-se, assim, o primeiro elemento do *objeto observacional*: a *Gramática Universal*, entidade de natureza abstrata, na qual estariam abrigados os *princípios* norteadores das *gramáticas* das línguas naturais, sendo eles tanto os *princípios rígidos* – os quais, por conseguinte, deveriam estar presentes em todas as línguas –, quanto os *parâmetros* – que definiriam características específicas de cada língua. Outro elemento do *objeto observacional* da Gramática Gerativa seria a *gramática nuclear*, que corresponderia a uma versão da *Gramática* na qual os *parâmetros* já estariam fixados, fornecendo uma espécie de fotografia da estrutura de uma língua determinada.

Apenas os elementos acima citados já nos servem para estabelecer algumas diferenças existentes entre a Gramática Gerativa e o Funcionalismo, tal como simplificadamente vistos até aqui. Primeiramente, é preciso dizer que, ao contrário do Funcionalismo, no âmbito da Gramática Gerativa, o processo de *comunicação* não é acionado para se entender os fenômenos linguísticos, mas, conforme vimos em seções anteriores, esta segunda teoria trabalha com a noção de *idioleto* ou, no máximo, com uma ideia de *comunidade de fala homogênea*, na qual, por hipótese, a *gramática nuclear* é igualmente representada na mente dos indivíduos. Além disso, se o Funcionalismo opta por trabalhar com elementos, por assim dizer, mais “*concretos*” – como o *uso linguístico*, por exemplo – podemos afirmar que a Gramática Gerativa tem como foco um *objeto observacional* de caráter abstrato.

---

³⁰ Os negritos são nossos.

³¹ Conforme vimos, tal característica levou Swiggers (2004) a inserir a Gramática Gerativa no *Programa de Correspondência*.

Naturalmente, a Gramática Gerativa também toma como objeto as sentenças da língua real – uma vez que, na realidade, elas são as únicas disponíveis e acessíveis ao analista –, porém, seu interesse é analisá-las em relação aos critérios definidos por seu *objeto observacional* abstrato. Tal abordagem é, inclusive, criticada por linguistas funcionalistas, como na seguinte contraposição de Votre & Naro (1989):

[...] Isso implica que o conceito de estrutura no abstrato, considerada independentemente das suas fontes geradoras – entre elas a comunicação – é *uma espécie de ilusão de ótica criada pelo próprio linguista ao observar as regularidades*, sem observar suas causas. Não negamos a existência de estrutura, pelo contrário, queremos entender as suas motivações básicas, admitindo que essas podem ser exclusivamente diacrônicas em determinadas situações (VOTRE & NARO, 1989: 170-1)

Se levarmos em consideração o *Modelo de Princípios e Parâmetros* da Gramática Gerativa – que é, justamente, o modelo adotado por Tarallo –, podemos dizer que, embora conceitos como *Gramática Universal* e *gramática nuclear* correspondam à dimensão da “realidade” que os gerativistas se propõem a observar, configurando-se, portanto, em *objeto observacional*, eles podem, também, ser entendidos como parte do *objeto teórico*, visto que, de um modo ou de outro, tais conceitos fazem referência a *entidades teóricas* da realidade de uma teoria particular. Aliás, o próprio fato de o Funcionalismo negar esse nível de abstração já nos dá elementos para a comprovação dessa afirmação.

Adentrando o nível das entidades básicas e das relações estabelecidas entre elas, vemos que a Gramática Gerativa, no que concerne ao seu *objeto teórico*, assume que a *gramática* seria constituída por alguns *níveis de representação* – *Estrutura-D* (ou *Estrutura Profunda*), *Estrutura-S*, *Forma Fonética* e *Forma Lógica* – e por alguns *subsistemas* – *Bounding Theory*, *Teoria da Regência*, *Teoria- θ* , *Teoria de Ligação*, *Teoria do Caso* e *Teoria do Controle*. Esse conjunto de *níveis de representação* e de *subsistemas* seria articulado de modo a expressar a relação entre *forma e significado*. Neste sentido, o *objetivo* do linguista gerativista – elemento que, conforme vimos, é essencial para se detectar o *objeto teórico* – deveria ser o de mostrar o modo como as diferentes línguas naturais “funcionam” para estabelecer a referida relação. Assim, também são de grande relevância no âmbito do *objeto teórico* do modelo gerativista as noções de *princípios* e *parâmetros*: como sabemos, os *níveis de representação* e os *subsistemas* fariam, por sua natureza, algumas exigências, as quais corresponderiam aos *princípios*. Entretanto, algumas dessas “exigências” seriam, por assim dizer, maleáveis, abrindo espaço para a *variação paramétrica* entre as diferentes línguas.

Com base no que vimos nos parágrafos anteriores, podemos afirmar que o Funcionalismo Linguístico e a Gramática Gerativa concebem de modo diferente tanto o *objeto observacional* quanto o *objeto teórico*. Tendo isso em vista, voltemos ao trabalho de Tarallo (1986).

O gesto inicial de Tarallo (1986), ao introduzir a problemática da *topicalização*, é dizer que a distinção entre as *estruturas topicalizadas* e as *deslocadas à esquerda* – doravante TOPs e DESLs – poderia ser remontada ao trabalho de Ross (1967) que, no âmbito da Gramática Gerativa, teria estabelecido algumas diferenças no modo de *derivação* dos dois tipos de estrutura. Segundo Tarallo (1986: 129), tais diferenças teriam sido estudadas à luz do conceito de *ilha sintática*. Embora Tarallo (1986) não siga a argumentação de Ross (1967) ao longo do artigo, acreditamos ser possível identificar uma primeira marca definitiva das origens do problema da *topicalização*, a saber, como uma realidade do nível sintático.

Outra análise do problema mencionada por Tarallo (1986: 129) é exatamente a proposta de Prince (1980) que, conforme vimos, é enfatizada por Braga (1984) e citada por Neves (1997) como um exemplo de análise funcionalista. Na análise de Prince (1980), a diferença entre TOPs e DESLs não é feita com referência à estrutura sintática: tal diferença deriva, fundamentalmente, das *funções discursivas* por elas exercidas – a retomada de um SN velho no *discurso* (TOPs) e a apresentação de um SN novo no *discurso* (DESLs).

Embora procure mostrar diferentes perspectivas teóricas que abordaram o problema das TOPs e DESLs, Tarallo (1986) já parece indicar seu posicionamento ao falar do tratamento desses fenômenos no inglês. Segundo ele, nessa língua, não haveria nenhuma dúvida acerca da diferença estrutural existente entre TOPs e DESLs. O argumento para tal afirmação seria sustentado pelo trabalho de Chomsky (1977), segundo o qual as *estruturas topicalizadas* seriam resultantes da aplicação de uma *transformação de movimento* – que, por hipótese, deixaria um *vestígio* na posição original do SN deslocado –, ao passo que as *estruturas deslocadas* implicariam a retenção de *cópia pronominal* no espaço que, originalmente, seria do constituinte deslocado. Cremos que, por esse quadro, já é possível indicar o *objeto teórico* assumido por Tarallo (1986), isto é, o da Gramática Gerativa Transformacional, na qual uma das relações estabelecidas no interior do *objeto* é a *transformação de movimento*, por meio da qual um constituinte aparece, linearmente, em uma parte da sentença, mas é interpretado como se estivesse em outra.

A demarcação do *objeto teórico* de Tarallo (1986) parece estar clara na seguinte passagem, na qual o autor problematiza o uso que alguns autores fizeram das propostas de Prince (1980) para diferenciar TOPs e DESLs – inclusive Braga (1984) – :

Esta definição de Prince tem sido adotada por pesquisadores trabalhando sobre o mesmo tópico em outras línguas (**Por exemplo, ver Braga (1984)**). E a partir disto pode-se melhor compreender a situação do cenário desse roteiro. Uma vez que a diferença básica entre TOPs e DESLs reside na presença vs. ausência de cópia pronominal na posição original do SN deslocado, como então utilizar a definição proposta por Prince, sem fazer uma análise das estratégias anafóricas mais gerais existentes no sistema linguístico? (TARALLO, 1986: 130)³²

No trecho acima, vemos, logo de início, uma mistura de domínios: o do *objeto observacional* funcionalista e o do *objeto observacional* gerativista. Ora, conforme vimos anteriormente, o trabalho de Braga (1984) – ancorado, em alguma medida, na proposta de Prince (1980) – toma o *discurso* como *objeto observacional* e é a partir dele que a autora estipula as relações e entidades que compõem o *objeto teórico*. A Gramática Gerativa, por sua vez, toma a sentença como *objeto observacional* e tem como objetivo investigar todos os processos que ocorrem no interior dessa estrutura. É aí que estarão presentes os já referidos *subcomponentes* e *subsistemas de princípios* da gramática, cuja interação perfeita culmina na exata expressão da associação entre *forma* e *significado*. Dentre os *subsistemas de princípios*, encontra-se a *Teoria de Ligação*, que diz respeito às relações estabelecidas entre *anáforas*, *pronomes*, *nomes*, *variáveis* e seus *antecedentes*. Deste modo, a exigência feita por Tarallo, isto é, que os trabalhos realizados de acordo com as orientações de Prince (1980) também levassem em conta as *estratégias anafóricas* do sistema linguístico, situa a investigação no interior do *objeto teórico* da Gramática Gerativa, enfraquecendo, assim, o poder explicativo da análise funcionalista, calcada nas *funções discursivas*.

Tarallo (1986) prossegue com sua análise crítica, afirmando que a proposta de Prince (1980) seria satisfatória para os dados do francês pelo fato de que esta língua não teria sido atingida pelo *parâmetro pro-drop*. Línguas como o português e o espanhol, entretanto, apresentariam problemas se ancoradas na proposta de Prince (1980), uma vez que elas seriam “*fortemente atingidas pelo parâmetro ao longo da escala sintática*” (TARALLO, 1986: 130)³³. Ora, conforme vimos no **capítulo 2**, a noção de *parâmetro* está intimamente relacionada ao *objeto observacional* e ao *objeto teórico* da Gramática Gerativa, uma vez que o processo de fixação de *parâmetros* está articulado ao conceito de *Gramática Universal* e à

---

³² Os negritos são nossos.

³³ Vemos que, de certo modo, parecem ser os dados apresentados pelo português e o espanhol que fazem com que Tarallo (1986) adote o *objeto teórico* da Gramática Gerativa.

formação da *gramática nuclear* de uma língua particular. Deste modo, podemos afirmar que o questionamento de Tarallo (1986) aos estudos de base funcionalista, que, obviamente, não levam em consideração os referidos conceitos, parece ser uma tentativa de mostrar qual, na verdade, deveria ser o *objeto teórico* privilegiado pela análise. Não obstante, o autor defende as suas ideias de modo indireto, por meio de uma ***retórica de conciliação***, representada pela figura do *camaleão-linguista*:

É óbvio que as funções discursivas apresentadas para o inglês devem estar presentes no discurso falado do português e do espanhol. Não é o objetivo aqui negar esse fato. Trata-se, em particular, de chamar a atenção para o fato de que a diferença estrutural sintática proposta por Prince não pode ser levada a cabo sem que se considerem os padrões anafóricos do sistema linguístico em questão. O propósito central do argumento do filme será, portanto, não o de invalidar o trabalho já feito sobre o tópico em português, mas sim demonstrar que um pouco da doença do camaleão poderia salvar e salvaguardar a questão (TARALLO, 1986: 130-1).³⁴

A adoção de um *objeto teórico* gerativista por parte de Tarallo não se configura de maneira clara ao longo do texto, pois, curiosamente, o autor critica o modelo teórico erigido por Chomsky por seu papel no debate entre *racionalismo* e *empirismo* – debate este que, na visão de Tarallo (1986)³⁵, já deveria ter sido superado. Aliás, de acordo com Tarallo (1986: 131-2), a pesquisa empírica, preocupada com a *realidade sócio-cultural-econômica-linguística*, teria nascido em função do desencanto com a Gramática Gerativa³⁶. Não obstante essas críticas, a verdadeira postura de Tarallo emerge quando o autor busca comparar o tratamento dado ao problema das TOPs e DESLs:

No caso específico de TOPs e de DESLs, tanto o gerativista quanto o empirista dão conta do problema: as duas análises parecem ordenadas, coesas e lógicas quando consideradas separadamente. Para o português, em particular, o historiador demonstrará que as análises empiristas pecaram ao ignorar o componente puramente sintático, e que o gerativista sozinho daria conta do caso (TARALLO, 1986: 133).

No trecho acima, embora Tarallo pareça, inicialmente, considerar de igual modo as duas abordagens para o problema da distinção entre TOPs e DESLs, sob o argumento do estudo do debate entre *empiristas* e *racionalistas* – debate este estudado pelo *historiador da linguística* –, o autor afirma que, no caso do português, dado o fato de os *empiristas* não levarem em consideração o *componente sintático*, os gerativistas poderiam, sozinhos, resolver o problema. Ora, além de fazer uma crítica indireta ao trabalho de Braga (1984), no referido

³⁴ Os negritos são nossos.

³⁵ Conforme vimos anteriormente, essa crítica ao debate entre *racionalismo* e *empirismo* também é feita em Tarallo & Kato (1989).

³⁶ Conforme vimos anteriormente em relação ao impacto das ideias estruturalistas sobre WLH (1968), podemos dizer que, na visão de Tarallo (1986), o *coletivo de pensamento* de orientação gerativista teria influenciado a formulação de *fatos científicos* no âmbito da *Linguística empírica*.

trecho, Tarallo privilegia o *objeto observacional* da Gramática Gerativa – a saber, o *componente sintático* –, em detrimento do *nível discursivo*, privilegiado pelo Funcionalismo. Obviamente, tal escolha trará consequências para o estabelecimento do *objeto teórico*.

Em um determinado trecho do texto, Tarallo (1986) volta a analisar diretamente o trabalho de Braga (1984), trabalho este que tinha como um dos seus principais objetivos o exame da *topicalização* na função de objeto direto. Dentre as conclusões de Braga (1984), há aquela que diz respeito à baixa ocorrência de DESLs na posição de complemento direto. Para Tarallo (1986: 133-4), Braga (1984) teria chegado a essa conclusão por um simples motivo, amplamente atestado na literatura citada pelo autor: a atuação da *regra de pro-drop* na posição de objeto direto, o que impedia as ocorrências de DESLs, visto que, pela análise de Chomsky (1977), tais estruturas envolveriam a retenção de uma *cópia pronominal* na posição de origem do elemento *deslocado* – algo que não poderia ocorrer em estruturas com *pro-drop*. Não obstante o raciocínio teórico realizado por Tarallo (1986), vale dizer que, em nenhum momento, Braga (1984) utiliza a *regra de pro-drop* para explicar o fenômeno linguístico em questão. Acreditamos, assim, que a articulação realizada por Tarallo constitui-se em mais um argumento para atestar a vinculação do autor ao *objeto teórico* da Gramática Gerativa, uma vez que, para ele, somente as relações estabelecidas no interior desta teoria poderiam explicar os fenômenos linguísticos estudados por Braga (1984). Tal posicionamento fica mais claro a partir da leitura do trecho abaixo, em que, ao analisar os dados de uma informante, Tarallo justifica a escolha entre TOP e DESL não com base nas razões discursivas – como certamente o faria Braga (1984) –, mas sim com base na configuração estrutural da *gramática*:

A informante apresenta no geral um estágio muito avançado de anáfora zero para todas as funções sintáticas. Para o caso específico do objeto direto, o uso de elemento vazio é quase que categórico. **Consequentemente, caso um SN pleno seja deslocado de sua posição não marcada, a estratégia esperada deveria ser a estrutura TOP e não a DESL. Se em posição não-marcada a anáfora pronominal de objeto direto não integra a gramática da informante, também na ordem não-canônica deverá haver uma preferência por deslocamentos sem cópia pronominal** (TARALLO, 1986: 135-6).³⁷

Tendo como base o trabalho de Halliday (1976) – linguista funcionalista para quem a tendência das línguas era, na sequência SVOD (Sujeito + Verbo + Objeto Direto), apresentar primeiramente a *informação velha* (com o S) e depois a *informação nova* (com o OD) – Braga (1984: 182) afirma que o português estaria incorrendo em alguns *desvios*, por assim dizer, *discursivos*, dada a ocorrência de *topicalização* de OD envolvendo *informação nova*, sendo esta, portanto, expressa antes da *informação velha*. Tarallo (1986: 136), por sua vez, afirma

---

³⁷ Os negritos são nossos.

que tais “*impasses discursivos*”³⁸ poderiam ser resolvidos ou explicados por meio das *propriedades anafóricas* do português, tendo em vista a grande atuação da *regra de pro-drop* na posição de objeto direto. Novamente, poderíamos dizer que Tarallo (1986) está tentando situar o problema examinado por Braga (1984) na esfera do *objeto teórico* da Gramática Gerativa, como no trecho abaixo:

Nesse final de argumentação temos mais uma pergunta a colocar: por que encaminhar a análise de um fato, cuja natureza é essencialmente sintática, para o âmbito maior do discurso, uma vez que a ausência de reflexão a nível de análise sintática compromete negativamente os resultados dos estudos discursivos em questão? A resposta, cremos nós e o historiador da linguística, reside no não-camaleão em que nos transformamos (TARALLO, 1986: 141).

Levando em consideração tudo o que tratamos até aqui, verificamos que a Linguística praticada por Fernando Tarallo pode ser caracterizada por uma espécie de hibridismo teórico, no qual se conjugam, pelo menos, aspectos teórico-metodológicos da Sociolinguística, da Teoria da Mudança e da Gramática Gerativa. Conforme a nossa análise procurou mostrar de forma panorâmica, em diferentes momentos, esses modelos assumem proeminência na obra do autor, guardando-se, entretanto, algumas constantes, a saber: o *objeto teórico* parece ser sempre o da Gramática Gerativa e o dado linguístico parece sempre ser privilegiado. Deste modo, por meio da análise de Tarallo (1986 e 1991), vejamos, no próximo capítulo, como tais questões influenciam no tratamento que o autor dá aos problemas de *variação* e *mudança* e, conseqüentemente, ao *problema linguístico brasileiro*.

---

³⁸ Cremos ser importante dizer que a expressão “*impasses discursivos*” é utilizada pelo próprio Tarallo, com aspas, o que parece indicar que, na visão do autor, o problema a ser discutido não era efetivamente *discursivo*, mas sim *sintático*.

Capítulo 6

O Tratamento da Variação e da Mudança Linguísticas na obra de Fernando Tarallo

6.0. Introdução

Neste capítulo, propomos uma análise de dois trabalhos de Fernando Tarallo, a saber: *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias* (TARALLO, 1986) e *Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX* (TARALLO, 1991). Nosso principal objetivo é verificar como se dá o tratamento da **variação**, da **mudança linguística** e do **problema linguístico brasileiro** na obra desse autor que, de acordo com o que interpretamos a partir da literatura, pode ser considerado uma *liderança intelectual e organizacional* do segundo subperíodo de fluxo da Linguística Histórica brasileira. Para tanto, utilizamos os conceitos de *objeto teórico* e *objeto observacional* (DASCAL & BORGES NETO, 1991), as *capas do conhecimento linguístico* (SWIGGERS, 2004) e os *Programas de Investigação* (SWIGGERS, 2004 e 1987) – aspectos parcialmente abordados no capítulo anterior.

6.1. O tratamento da Variação e da Mudança Linguísticas em TARALLO (1986): análise das capas do conhecimento linguístico

A título de observação inicial desta análise, acreditamos ser possível afirmar que Tarallo (1993[1986]) já traz o seu posicionamento a respeito do **problema linguístico brasileiro** e sobre seu *horizonte de retrospecto* logo no título do artigo, a saber: *Sobre a Alegada Origem Crioula do Português Brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias*. Tal qual vimos no **capítulo 2**, houve – e ainda há – na Linguística Brasileira uma corrente de estudiosos que, ao investigarem as especificidades do PB frente ao PE relacionaram as características dessa segunda língua ao fato de ela ter passado por um longo período de contato com diferentes línguas indígenas e africanas, o que, por hipótese, teria modificado a sua gramática em relação à língua portuguesa trazida para o Brasil. Para alguns desses autores, dada essa situação de contato linguístico, o PB teria emergido como uma língua crioula, postura esta criticada e problematizada por muitos estudiosos – dentre eles, o próprio Silva Neto. Ora, apenas pelo título do texto de Tarallo, acreditamos ser possível argumentar que este autor também é crítico à teoria da crioulação do PB, e tal afirmação pode ser feita

com base em, pelo menos, dois motivos: (1) primeiramente, o uso do verbo ‘alegar’ na voz passiva parece querer indicar não só a impessoalidade da proposta de criouliização – uma vez que seriam vários os estudiosos defensores dessa corrente de pensamento –, mas, além disso, parece indicar o distanciamento do autor em relação a essas ideias, pois, do contrário, bastaria intitular o texto da seguinte maneira: *A origem crioula do português brasileiro*; (2) ao falar em *mudanças sintáticas aleatórias*, a intenção de Tarallo (1986) parece ser a de negar a influência de outras línguas no desenvolvimento do PB, o que, consequentemente, anula a hipótese da criouliização. Além disso, o sintagma *mudanças sintáticas* parece mostrar a centralidade desse nível na perspectiva teórica adotada pelo autor, o que já nos traz informações sobre o que Tarallo (1986) entende por *mudança* e também sobre o *objeto observacional* e o *objeto teórico* assumidos pelo autor¹.

O primeiro passo dado por Tarallo (1986) é a introdução e discussão da *hipótese da criouliização*. De acordo com ele, tal hipótese só poderia ser discutida à luz de uma perspectiva histórica, abordando-se, nesse sentido, tanto a *história interna* – entendida como *história linguística* – como a *história externa* – entendida como *história social* – da língua. Segundo Tarallo (1993[1986]: 35), se as informações fornecidas pela *história externa* traziam argumentos robustos para a *hipótese da criouliização*, a *história interna* não ofereceria evidências diretas para se provar ou negar a tese. Ao longo de nossa análise, veremos em maiores detalhes como Tarallo (1986) se posiciona em relação a esta questão, mas, por ora, no que diz respeito à *capa teórica*, temos em Tarallo uma *visão de linguagem* constituída por dois planos, a saber: o plano linguístico (da *história interna*) e o plano social (da *história externa*)².

Ao apresentar alguns autores que trabalharam com a hipótese da criouliização do PB, Tarallo (1986) dá um destaque especial à tese defendida por Gregory Guy, em 1981, na Universidade da Pensilvânia, a saber: *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese. Aspects of the phonology, syntax and language history*. Segundo Tarallo, nesse trabalho, Guy argumentava que, se se levasse em conta a história social do Brasil, a origem crioula do PB seria evidente e, em contrapartida, a hipótese de que o PB seria o resultado de uma evolução

---

¹ No que diz respeito ao *objeto observacional* e ao *objeto teórico*, é importante notar que, por meio de uma nota, Tarallo (1986) nos informa ter sido advertido por Eleonora Albano Mota Maia – uma importante fonóloga brasileira – a inserir aspectos fonológicos em sua análise, mas que, como não havia encontrado um meio de sistematizar esses aspectos, a análise teria se restringido aos aspectos sintáticos.

² Conforme vimos no **capítulo 4**, Silva Neto (1950) também se vale da distinção entre *história interna* e *história externa*.

interna a partir do latim³ seria enigmática e sem provas. Tarallo (1986), entretanto, problematiza a análise proposta por Guy (1981), devido, sobretudo, ao recorte de fenômenos linguísticos realizado pelo sociolinguista norte-americano, a saber: **(1) Variáveis fonológicas:** *apagamento do -s final; desnasalização de vogais fonológicas;* **(2) Variáveis morfossintáticas:** *concordância no sintagma nominal; concordância sujeito-verbo.* Na visão de Tarallo (1993[1986]: 37), ao contrário de trazerem evidências decisivas a respeito da formação do PB, os fenômenos linguísticos elencados por Guy (1981) dariam apenas sugestões para uma possível solução do problema.

Levando em consideração o que já falamos a respeito do *objeto observacional* e do *objeto teórico* assumidos por Tarallo, acreditamos ser possível fazer uma ligeira observação: fundamentado numa perspectiva teórica gerativista, Tarallo, certamente, elegeria como *objeto observacional* privilegiado o domínio sintático e, a partir dele, elaboraria as diferentes relações e explicações do *objeto teórico*. Além disso, vale à pena mencionar que, no âmbito dos estudos sintáticos, Tarallo parece estar mais fortemente vinculado à *Teoria de Regência e Ligação*, na qual fenômenos como os elencados por Guy (1981) não assumiriam grande relevância. De acordo com Ramos (1992: 49), uma vez que a Gramática Gerativa considerava a **mudança** somente se ela tivesse um resultado preciso sobre os processos gramaticais, nem todas as mudanças lhe interessavam. Na Sociolinguística, por outro lado, apresentava-se um interesse mais amplo pela **mudança**, considerando-a como uma sequência de fenômenos linguísticos encadeados. Portanto, era nesse campo que se inseria o objetivo de Guy, isto é, estudar exatamente as interações entre fonologia e sintaxe, como podemos ver no trecho abaixo:

This dissertation will accordingly exhibit both aspects of linguistic investigation. On the one hand, we will attempt to describe, and adequately model, a set of four related linguistic variables in the popular dialects of Rio de Janeiro. **This will lead us to examine the interaction of phonology and syntax**, as well as to investigate the origins of the variation (GUY, 1981: 81).⁴

Vemos, assim, que, tal qual o observado na análise crítica que Tarallo (1986) fez do trabalho de Braga (1984), Guy (1981) e Tarallo (1986) lidam com *objetos* diferentes, de modo que este segundo autor tentará estabelecer uma *ruptura* em relação ao trabalho do primeiro.

Avançando na análise crítica do trabalho de Guy (1981), Tarallo (1993[1986]) nos informa que, na visão daquele autor, um dos grandes problemas a serem solucionados era

³ De certo modo, esta é a hipótese defendida por Silva Neto (1950).

⁴ Os negritos são nossos.

saber se as *mudanças* ocorridas no PB eram frutos de *processos naturais de mudança*, atestados no conjunto das línguas românicas, ou se eram *mudanças* decorrentes do contato linguístico, fazendo com que o PB apresentasse traços linguísticos semelhantes aos de outras *variedades crioulas* do português. De acordo com Tarallo (1993[1986]), no que diz respeito às *variáveis fonológicas*, Guy (1981) acreditava serem elas resultados de *processos naturais de mudança*. Entretanto, segundo nos informa Tarallo (1993[1986]: 37-8), Guy (1981) chega à conclusão de que as *variáveis morfossintáticas* por ele estudadas no PB – *concordância no sintagma nominal* e *concordância no sintagma verbal* – não apresentavam resultados semelhantes no quadro das línguas românicas: no PB, as regras de *concordância* seriam influenciadas pela *saliência fônica*⁵, algo bastante frequente na formação das línguas crioulas. Ora, visto que, para Guy (1981), a *história externa* favorecia a interpretação do PB como um crioulo, esses dados de variação morfossintática se configuravam como argumentos para a comprovação da hipótese.

Segundo Tarallo (1993[1986]: 38), tendo como base alguns critérios amplamente utilizados na Crioulística, Guy (1981) teria definido o PB como uma língua de origem crioula, em fase de descrioulização. Tarallo, contudo, faz a seguinte problematização:

Minha intenção neste artigo não é confirmar ou desconfirmar a análise de Guy. Já se dispendeu esforço demais ao entendimento da tipologia de línguas crioulas. Os critérios existentes, contudo, não podem, sozinhos, resolver o enigma aqui, de vez que muito da história externa e também interna do PB permanece desconhecida. Este artigo não é, pois, mais um exercício sobre tipologia crioula; antes, com base no que já se conhece até hoje sobre a história interna do PB, pretendo descrevê-lo como uma língua de tipo misto: uma língua que, absurda, inesperada e estranhamente, compartilha propriedades com línguas não relacionadas, quer crioulas ou não, e que está se distanciando do *superestrato* original: PE. Deveria a hipótese crioula permanecer ainda em nossa agenda? (TARALLO, 1993[1986]: 38)

São várias as observações a serem feitas sobre o trecho acima transcrito. Primeiramente, se pensarmos no domínio da *capa teórica* – e também da *capa técnica* –, vemos que, à primeira vista, na perspectiva de Tarallo, o estudo da *mudança* deveria ser realizado com base em informações substanciais sobre a *história interna* e a *história externa* da língua. Entretanto, continuando ainda no domínio das referidas *capas*, vemos que o autor toma como argumentos críticos à proposta de Guy apenas elementos da *história interna*, como se esses fossem suficientes para negar a hipótese da crioulização. Além disso, no

---

⁵ De acordo com Paredes e Silva (2004: 67), o conceito de *saliência fônica* foi cunhado pelos linguistas variacionistas.

referido trecho, o autor nega⁶, simultaneamente, duas distintas – e, por assim dizer, antagônicas – concepções de *mudança*, a saber: a tese da *crioulização* e a tese *internalista* – isto é, aquela calcada na noção de *parentesco* das línguas. Primeiramente, Tarallo entende que as *mudanças* ocorridas no PB não seriam derivadas do *contato* com línguas indígenas e africanas. E, depois, ao definir o PB como uma *língua mista*, cujas propriedades gramaticais não seriam oriundas, necessariamente, de *línguas relacionadas* (ao que parece, línguas aparentadas), nega-se uma interpretação da *mudança* que confirme a *filiação latina* do português brasileiro, como uma espécie de continuidade do PE – hipótese esta defendida por Silva Neto (1950). Do que podemos adiantar neste ponto, cremos ser possível dizer que a interpretação de Tarallo para o *problema linguístico brasileiro* consistirá numa “terceira via”, pois a própria pergunta retórica por ele colocada – “*Deveria a hipótese crioula permanecer ainda em nossa agenda?*” – já anuncia uma *retórica de ruptura* em relação ao *establishment* da história do PB até então disponível⁷.

Um aspecto interessante a ser observado diz respeito propriamente ao teor da crítica de Tarallo (1993[1986]) à *hipótese da crioulização*. Ora, se voltarmos ao trabalho de Serafim da Silva Neto, vemos que o filólogo se posicionava contra os estudos que atestavam influências africanas na configuração do português no Brasil. Mas, conforme argumentamos no **capítulo 5** desta dissertação, Silva Neto parecia estar sendo impactado por uma forte corrente de pensamento que defendia a herança portuguesa no Brasil, fato este que interpretamos à luz do conceito de *tráfego intercoletivo de pensamento* (FLECK, 2010). Deste modo, a conjuntura que se apresentava a Silva Neto (1950) teria feito com que ele utilizasse a teoria da *deriva* para negar a influência africana no português. Entretanto, no que diz respeito à obra de Tarallo (1993[1986]), cremos que existem algumas diferenças fundamentais: para Tarallo, a questão a ser resolvida pela Linguística Histórica brasileira não era se o PB seria ou não uma língua crioula⁸. A esse respeito, vale dizer que Tarallo (1993[1986]: 39) chega até a admitir que o processo de crioulização poderia, sim, ter ocorrido no Brasil Colonial. Contudo, na perspectiva do autor, o aspecto mais relevante a ser levado em conta era que, tendo ocorrido ou não o processo de crioulização, a sintaxe do PB não atestava de forma alguma a tese da *descioulização*, proposta por Guy (1981). Novamente, vemos aqui a importância de se

---

⁶ É importante salientar que, em vários momentos do texto, Tarallo afirma que seu objetivo não é negar a história crioula do PB. Contudo, os argumentos utilizados pelo autor procuram, sim, desbaratar a referida hipótese, fato que nos levou a fazer uso do verbo ‘negar’.

⁷ A esse respeito, basta lembrar as reflexões que fizemos a respeito do manual de Linguística Histórica de Tarallo que, no prefácio escrito por Mary Kato, propõe uma nova perspectiva para a pesquisa linguística diacrônica.

⁸ Cf. Pagotto (2007) para observações semelhantes.

observar a delimitação do *objeto observacional* de Tarallo, isto é, a sintaxe, de onde sairiam das respostas para a configuração da *gramática* do PB⁹.

Para Tarallo (1993[1986]), outro motivo pelo qual a tese de Guy (1981) não poderia ser defendida até as últimas consequências se devia ao pouco conhecimento disponível acerca da história do PB. Nesse sentido, o autor chega a inverter a argumentação de Guy, dizendo que no que dizia respeito à *história social*, os defensores da *hipótese da criouliização* deveriam ser os responsáveis por encontrar as provas para tal afirmação. O interessante a se observar é que, mesmo diante dessa crítica à falta de informações da *história social* do PB, Tarallo (1993[1986]) não propõe reflexões nesse sentido, dando ao seu trabalho o caráter de uma análise interna, em que busca explicitar as diferenças sintáticas entre PB e PE, a fim de desbaratar a proposta de *descriouliização* do PB. Tendo como base as observações feitas no capítulo anterior, podemos dizer que o objetivo de Tarallo parece ser o de estabelecer uma análise sintática comparativa dentro da *Teoria da Regência e Ligação*, o que já nos dá elementos para afirmar que, no domínio da *capa técnica*, a análise de Tarallo (1993[1986]) não pode ser incluída no *Programa Sociocultural*.

Na continuidade do texto, Tarallo (1993[1986]: 39) se coloca no centro da discussão do *problema linguístico brasileiro*, afirmando que, em seu trabalho, duas das principais hipóteses desse *problema* seriam consideradas e, por assim dizer, problematizadas: a filiação latina direta e a influência das línguas africanas. O foco do estudo, conforme já observamos, incidiria sobre os aspectos sintáticos do PB.

No que diz respeito ao entendimento do conceito de *mudança* – elemento bastante relevante na investigação de aspectos da *capa teórica* –, parece-nos de especial importância a distinção que Tarallo (1993[1986]: 39-40) faz entre as *mudanças sintáticas com alvo* e as *mudanças sintáticas sem alvo*. Chamadas também de *mudanças direcionadas*, Tarallo define as *mudanças sintáticas com alvo* como aquelas que, ou podem ser *revertidas* em direção à *língua original* – hipótese bastante plausível na proposta de *descriouliização* –, ou que

---

⁹Pagotto (2007) afirma que, por se tratar de um texto produzido num terceiro momento de estudos dedicados à investigação da história do PB – período este impactado pelo desenvolvimento da Sociolinguística no Brasil –, o trabalho de Tarallo (1993[1986]) apresenta um tratamento mais *neutro* e menos *apaixonado* para o problema da criouliização (ou não) do PB, pelo fato de, naquele momento histórico, não haver preocupações de vincular-se a teses nacionalistas, de um lado, ou a defender uma norma comum entre Brasil e Portugal, de outro.

seguiram os mesmos passos das mudanças ocorridas na *língua alvo*¹⁰. As *mudanças sem alvo*, por sua vez, seriam as *mudanças aleatórias* referidas já no título do artigo, não condizentes com uma teoria de mudança genealógica, mas sim de *deriva*¹¹ e *separação* entre dialetos. Sabemos, pelo título do texto, que Tarallo (1993[1986]) argumentará a favor das *mudanças sintáticas aleatórias*, o que já nos leva a entender que, no que diz respeito ao domínio da *capa teórica*, em Tarallo a **mudança** é vista como um processo interno, não relacionado a fatores externos, pois, como vimos, o autor se abstém do estudo da *história social* do PB para tirar as suas conclusões.

Tendo como base as informações anteriores, na subseção seguinte, analisaremos com maiores detalhes os fenômenos linguísticos abordados por Tarallo (1993[1986]), o que nos trará algumas informações acerca de todas as *capas* que, de acordo com Swiggers (2004) envolvem o *conhecimento linguístico*.

6.1.1. Mudanças Sintáticas e emergência do Português Brasileiro

Nesta subseção, temos como objetivo a análise dos fenômenos linguísticos abordados por Tarallo (1993[1986]) para escrever a história do PB. Para tanto, articularemos a nossa análise de acordo com os seguintes conceitos: *objeto observacional*, *objeto teórico* e *capas do conhecimento linguístico*. Antes, porém, de adentrarmos no referido texto, voltemos a fazer breves observações sobre a tese de Tarallo (1983), pois isso nos ajudará a entender de uma melhor forma os deslocamentos operados em Tarallo (1986).

Conforme afirmamos anteriormente, Fernando Tarallo concluiu o seu doutorado em 1983, na Universidade da Pensilvânia, e sua tese tratou das *estratégias de relativização* do português brasileiro, enfocando tanto os aspectos de *variação* quanto os de *mudança*. Fala-se em *estratégias* porque, nos dados de Tarallo – obtidos fundamentalmente nas gravações do Projeto NURC-SP e também em peças de teatro – havia variação entre três formas de se realizar a relativa: a *variante com lacuna*; a *variante com pronome resumptivo*; a *variante cortadora*.

---

¹⁰ Embora seja um procedimento, por assim dizer, anacrônico, parece-nos ser possível afirmar que a noção de *mudança direcionada* se aproxima daquilo que Silva Neto (1950) acreditava acontecer com as chamadas *línguas transplantadas*.

¹¹ É importante observar que Tarallo (1993[1986]) utiliza o termo *deriva* de modo diferente do uso feito por Silva Neto (1950). Para o filólogo, a *deriva* marcaria justamente a *filiação latina* do PB, enquanto que, para Tarallo (1993[1986]), ela marcaria justamente as *mudanças aleatórias*.

Levando em consideração o conceito de *capa contextual/institucional*, poderíamos dizer que o trabalho de Tarallo (1983) emerge no seio da Sociolinguística brasileira de sua época, que mantinha uma postura bastante crítica em relação ao ensino de língua portuguesa (cf., por exemplo, SILVA, 1996; VANDRESEN, 2003). A esse respeito, vemos que um dos trabalhos que compõem o *horizonte de retrospecto* de Tarallo (1983) é o texto *Heterogeneidade Dialetal: um apelo à pesquisa*, publicado por Miriam Lemle em 1978, que tinha como um de seus principais objetivos auxiliar o professor de língua materna na percepção dos casos de heterogeneidade dialetal, por meio do estudo dos fatores condicionantes da variação linguística. Nesse trabalho, Lemle (1978:60) partia do pressuposto de que havia uma relação entre os fatos linguísticos e as situações sociais e, por isso, seu foco seria tratar de dados linguísticos que assinalavam divergências em relação à norma padrão, inclusive os dados de relativização.

Tendo em vista esse contexto ligeiramente expresso no parágrafo acima, a proposta de Tarallo (1983) seria a de dar uma solução sociolinguística para a **variação** nas relativas, fenômeno este bastante característico do PB. Com efeito, ao observarmos a tese, notamos que Tarallo (1983) apresenta uma análise do problema tradicionalmente entendida como sociolinguística. Vale mencionar que há na tese um capítulo exclusivamente dedicado à investigação das restrições sociais e estilísticas na realização das *relativas não-padrão* – *Non-Standard Relativization in the Synchronic data: social and stylistic constraints* –, capítulo no qual Tarallo (1983: 122-3) argumenta que os fatores de natureza social e estilística interagem com os traços linguísticos, determinando a forma dos enunciados. Como exemplo – fazendo uso de uma metodologia quantitativa – o autor chega à conclusão que pertencer a uma classe social mais baixa favorecia o uso de pronomes resumptivos (forma não-padrão, como no seguinte exemplo do autor: “E um deles foi esse fulano aí, que eu nunca tive aula com ele”).

Não obstante Tarallo (1983) apresente uma análise sociolinguística para o problema da variação nas *estratégias de relativização*, conforme vimos em passagens anteriores de nosso texto, o *objeto teórico* por ele privilegiado parece não pertencer, em essência, à Sociolinguística, e sim à Gramática Gerativa – e também a alguma espécie de Linguística Tipológica. A esse respeito, vemos a grande preocupação do autor em descrever o modo de derivação das sentenças, fazendo referência até mesmo ao trabalho de Chomsky (1977). Deste modo, aparentemente, o conceito de **variação** parece dizer respeito aos diferentes modos de

realização de um *princípio da gramática nuclear*, isto é, o estabelecimento das *relações anafóricas*¹².

A vinculação de Tarallo a esse *objeto teórico* de natureza mais afinada com a Gramática Gerativa fica mais clara exatamente no trabalho de 1986, pois sua tese de 1983 ainda apresenta uma análise sociolinguística para o problema das relativas. Em 1986, entretanto, Tarallo retoma a pesquisa sobre as relativas, mas depurada de suas condicionantes sociais: a análise concentra-se nos efeitos estruturais – *encaixamento linguístico* (WLH, 1968) – causado pelas *mudanças* ocorridas no *sistema anafórico* da língua. Se fôssemos analisar tal proposta à luz de Swiggers (2004), diríamos que o autor nega, por assim dizer, a necessidade de realizar a investigação no interior do *Programa Sociocultural*: “[...] Por isso, deixarei de lado a história social neste artigo e concentrarei os meus esforços na apresentação de evidências de que seria muito improvável e nada natural que o PB e o PE viessem a se encontrar de novo sintaticamente” (TARALLO, 1993[1986]: 39).

Um aspecto interessante a ser observado é que, conforme dissemos, Tarallo (1993[1986]) afirma que os problemas linguísticos elencados por Guy (1981) não poderiam dar respostas conclusivas para o problema das origens do PB. Do mesmo modo, o autor afirma que, à época de produção da sua tese de doutoramento, ele também não acreditava que os seus resultados deveriam e/ou poderiam dar respostas satisfatórias para o problema em discussão. Contudo, no artigo de 1986, ele diz ter mudado de ideia.

Conforme já temos visto, no que diz respeito à *capa documental*, Tarallo (1993[1986]) opta por circunscrever a análise aos fenômenos sintáticos da relativização. De acordo com Tarallo, tais fenômenos constituiriam o *sistema anafórico* da língua. Segundo a Profa. Dra. Marilza Oliveira¹³, a motivação teórica de Tarallo para o estudo sobre as relativas teria vindo do trabalho de Kato (1981), afirmação esta que endossamos na reconstrução do *horizonte de retrospecto*, uma vez que a ideia mestra defendida no artigo de Kato (1981) seria a da existência de uma relação entre as *estratégias de relativização* e as *estratégias anafóricas* – relação abonada por Tarallo. Contudo, como já mencionamos no **capítulo 5**, Kato (1981: 14) informa que não conseguira chegar a uma resposta definitiva a respeito da integração de

---

¹² Além disso, poderíamos dizer que, ancorado em WLH (1968), Tarallo (1983) assume a existência do *sistema linguístico diferenciado* no âmbito das *estratégias de relativização*.

¹³ Comunicação pessoal, na ocasião do exame de qualificação.

comportamento dos fenômenos linguísticos nas diferentes estruturas sintáticas por ela abordadas – isto é, as orações principais e as relativas. Tarallo (1993[1986]: 40), entretanto, propõe já de início a relação entre as diferentes estruturas sintáticas, afirmando que os *traços sintáticos* que seriam discutidos por seu trabalho não seriam restritos às orações relativas, mas ocorreriam em outros domínios sentenciais. Deste modo, acreditamos ser possível dizer que, em Tarallo (1993[1986]), os problemas sintáticos investigados teriam sido irradiados por outras fontes teórico-metodológicas, que deram novos contornos aos *objetos* em questão¹⁴.

Acreditamos ser possível tirar algumas conclusões provisórias a respeito da *capa técnica* a partir da observação do modo como Tarallo expõe os seus exemplos, como no trecho abaixo¹⁵:

Tarallo (1983) investiga estratégias de relativização em PB na variante falada na área urbana de São Paulo. A análise mostrou três tipos diferentes de cláusula relativa:

I. O primeiro tipo é, **ao menos superficialmente**, idêntico a cláusulas relativas encontradas na língua escrita padrão. Nesse tipo, ilustrado na sequência (1) abaixo, há uma **lacuna** na cláusula relativa na **posição original** do SN-qu. Referiu-se a ele, pois, como a **variante com lacuna**.

(1) Tem as_i *que* (**e_i**) não estão nem aí, não é?

II. O segundo tipo encontrado nos dados não envolve lacuna. O que se tem é a **posição da lacuna** preenchida por uma **forma pronominal coreferente** com o SN núcleo da relativa. A sequência (2) é um exemplo desse tipo de relativa, ao qual se referiu como estratégia de pronome resumptivo.

(2) Você acredita que um dia teve uma mulher_i *que ela_i* queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone.

A estratégia do pronome resumptivo ocorre na escala sintática inteira: o primeiro tipo, ao contrário, ocorre somente nas posições de sujeito e objeto direto. Para as **posições sintáticas mais baixas** [i. e., objetos indiretos, objetos de preposição (obliquos) e genitivos], a gramática padrão prescreve o uso de relativas *piedpiped*, como exemplificado em (3)

(3) E um deles foi esse **fulano_i** aí, *com quem_i* eu nunca tive aula.

III. O terceiro tipo ocorre somente quando o SN relativizado é o objeto de uma preposição. Nesse tipo, denominado relativa cortadora, estão ausentes a preposição regente e o SN relativizado, i.e., é também uma variante com lacuna. [...]

(4) E um deles foi esse fulano_i aí, *que* eu nunca tive aula *com ele*.

(5) E um deles foi esse fulano_i aí, *que* eu nunca tive aula. (com *e*) (TARALLO, 1993[1986]: 40-2)

¹⁴ Vale dizer que o trabalho de Kato (1981) não figura, diretamente, nas referências bibliográficas de Tarallo (1993[1986]).

¹⁵ É importante ressaltar que, em geral, os ‘exemplos’ envolvidos na formulação do conhecimento linguístico são tratados no âmbito da *capa documental*. Contudo, nesta passagem do texto, queremos mostrar que o modo de exposição e tratamento desses dados é teoricamente orientado, inserido no modo de trabalho característico da Gramática Gerativa.

Para iniciar, poderíamos levar em consideração algumas expressões – ou, se for possível dizer assim, *metatermos* – utilizadas por Tarallo. Ao lermos expressões como **superficialmente**, **lacuna**, **posição original**, nossa atenção se volta para a perspectiva teórico-metodológica adotada no âmbito da Gramática Gerativa dos anos 1980, que entendia a estrutura linguística como uma unidade constituída por dois *níveis de representação* – a *Estrutura Profunda* e a *Estrutura Superficial*¹⁶. Ao dizer que o primeiro tipo de relativa exemplificado se parece **superficialmente** com as orações relativas da língua padrão, Tarallo (1993[1986]: 41) está alertando sobre a necessidade de se investigar o modo de derivação da estrutura exemplificada, a fim de verificar se o processo se dá do mesmo modo como ocorre com a relativa padrão¹⁷. Termos como **posição original** e **lacuna** também remetem à proposta dos dois *níveis de representação*, uma vez que a **posição original** faz referência à posição que o SN relativizado ocupa antes que, na *Estrutura de Superfície*, ele apareça efetivamente relativizado, e o termo **lacuna**, por sua vez, também diz respeito a uma realidade sintática da *Estrutura de Superfície*, uma vez que, na *Estrutura Profunda*, todas as posições são preenchidas, para atender a demandas da interpretação. Além dos termos e expressões já citados, acreditamos que o uso da expressão **posições sintáticas mais baixas** nos dá elementos para afirmar que Tarallo (1993[1986]) está tomando como base uma teoria da estrutura de constituintes, pois evidencia a hierarquia a ela relacionada. O uso de indexadores para marcar a **posição original** do SN relativizado na *Estrutura Profunda* também pode ser apontado como uma evidência de que o trabalho de Tarallo está vinculado à Gramática Gerativa, pois faz referência a uma *regra de movimento* – princípio este tão caro ao modelo aqui considerado – e, além disso, os indexadores também expressam as *relações anafóricas*.

Os elementos da *capa técnica* acima citados parecem não estar presentes em Kato (1981) que, conforme vimos, também não apresenta uma relação muito explícita entre as *estratégias de relativização* e as *estratégias de anaforização*. Nesta dissertação, argumentamos que, ao tomar o *objeto observacional* e o *objeto teórico* da Gramática Gerativa como ponto de partida, Tarallo (1993[1986]) apresenta uma articulação entre as duas estruturas sintáticas via *Teoria da Regência e Ligação*, relacionando-as com a história do PB.

---

¹⁶ Conforme já mencionamos anteriormente, Batista (2007) identifica que um dos traços da realização do programa gerativista no Brasil era justamente o estudo de fenômenos linguísticos que pudessem comprovar a existência desses dois *níveis*.

¹⁷ Provavelmente, Tarallo (1993[1986]) também estava pensando na análise proposta por Chomsky (1977), uma vez que Tarallo (1983) apresenta essa proposta de Chomsky como a análise padrão para a geração das orações relativas.

Antes de verificarmos tais questões, vejamos, na seguinte citação, como Chomsky (1988[1981]) concebia esse modelo de *gramática*:

The lexicon specifies the abstract morpho-phonological structure of each lexical item and its syntactic features, including its categorial features and its contextual features. The rules of the categorial component meet some variety of X-bar theory. Systems (i) and (iia)¹⁸ constitute the base. Base rules generate D-structures (deep structures) though insertion of lexical items into structures generate by (iia), in accordance with their feature structure. These are mapped to S-structure by rule Move- α , leaving traces coindexed with their antecedents; this rule constitutes the transformational component (iib), and may also appear in the PF- and LF-components. Thus the syntax generates S-structures which are assigned PF- and LF-representations by components (iii) and (iv) of (1)¹⁹, respectively (CHOMSKY, 1988[1981]: 5).

No trecho acima citado, Chomsky fala a respeito da interação entre os subcomponentes da *gramática*. Conforme já mencionamos, para Chomsky (1988[1981]), a *gramática* seria um sistema global, constituído de vários subsistemas, cujo principal objetivo seria o de expressar a associação entre forma e significado e, como a leitura do texto indica, para o autor, tal sistema global funcionaria de um modo perfeito. No interior desse sistema global estaria a *Teoria de Ligação*, um dos *subsistemas de princípios da gramática*, cuja principal função seria a de estabelecer relações sintático-semânticas entre as *anáforas*, *pronomes*, *nomes*, *variáveis* e seus possíveis *antecedentes*. Cada um desses elementos obedeceria a um determinado conjunto de *princípios* e, levando em consideração o *Modelo de Princípios e Parâmetros*, poderia haver *variação paramétrica* no âmbito da fixação dos *parâmetros*. Deste modo, o real objetivo de Tarallo (1993[1986]) parece ser propor análise da *Teoria de Ligação* no PB, avaliando o impacto das mudanças nesse *subsistema* para a história da língua. Para isso, o autor toma como base o estudo das *estratégias de relativização*. Assim, o conceito de *variação* parece dizer respeito às diferentes formas de marcação do *parâmetro* e, a *mudança* propriamente dita, parece ser a *mudança paramétrica*, responsável pela distinção entre PB e PE.

Na continuidade do texto, Tarallo (1993[1986]: 42) cerca ainda mais o seu *objeto teórico*, uma vez que, fazendo novamente referência à tese de 1983, ele considera que uma das grandes questões a serem resolvidas na análise das *estratégias de relativização* seria verificar se, no PB, tais estruturas seriam geradas por *movimento* ou *apagamento*. O enquadramento da proposta do autor no âmbito da Gramática Gerativa torna-se, assim, bastante claro, devido a vários elementos, como referência à análise de Chomsky (1977) para

---

¹⁸ Léxico e Componente Categorial, respectivamente.

¹⁹ “Componente da Forma Fonética e Componente da Forma Lógica, respectivamente.

o problema do *movimento* das palavras interrogativas e a referência à *hierarquia de constituintes*, por exemplo.

Se levarmos em consideração as propostas de Swiggers (2004) acerca da relevância que os dados linguísticos têm na formulação dos modelos de análise, veremos a *capa documental* de Tarallo (1993[1986]) – constituída por dados pretensamente pertencentes ao **português brasileiro** – leva o autor a fazer as perguntas teóricas mencionadas no parágrafo acima – ou seja, se as relativas do PB são geradas via *movimento* ou via *apagamento*²⁰. Anteriormente, vimos que, na descrição que Tarallo (1993[1986]: 41-2) propôs para as diferentes *estratégias de relativização* encontradas no português urbano de São Paulo, havia uma oposição entre as *estratégias* que já seriam previstas pelas regras da língua escrita padrão e outras que, diferentemente, não seriam abonadas por essa modalidade. Embora, posteriormente, tal discussão deva ser feita com maiores detalhes, acreditamos que, nesse ponto, fazem-se necessárias algumas observações sobre o que Tarallo (1993[1986]) estava entendendo por *padrão* e *não-padrão* e, para tanto, faremos breve menção ao trabalho de Coelho; Danna; Polachini (2015). O trabalho dessas autoras teve como principal objetivo a observação de formas de tratamento dos dados do PB nas gramáticas brasileiras no século XIX e, deste modo, o levantamento por elas realizado nos leva a argumentar que a *estratégia de relativização* a que Tarallo (1993[1986]) se refere como *padrão* seria pertencente à *gramática lusitana*.

Em Coelho; Danna; Polachini (2015), antes da verificação de como as gramáticas brasileiras teriam abordado os dados considerados característicos do português brasileiro, foi necessário compreender quais os fenômenos linguísticos seriam, por hipótese, marcadamente pertencentes à modalidade brasileira da língua para aqueles gramáticos. Assim, as autoras fundamentaram seu recorte temporal justamente na alegada existência desses dados nas obras, levando em consideração as declarações e classificações dos gramáticos que, em geral, referiam-se aos exemplos do PB como *vícios*, *brasileirismos* ou *provincianismos*. Segundo as autoras, realmente, os fatos linguísticos do século XIX mencionados pelos gramáticos seriam fortes candidatos à categoria de “*exclusivamente nacionais*”, visto que muitos estudos linguísticos – não apenas sob a forma de gramáticas – já identificavam esse período da história da língua como um momento de emergência de uma língua genuinamente brasileira.

---

²⁰ Conforme vimos no capítulo anterior, a *capa documental* também parece ser essencial para que Tarallo (1986) opte pelo *objeto teórico* da Gramática Gerativa.

Além disso, como salientam Coelho; Danna; Polachini; (2015: 117-8), alguns aspectos sócio históricos do século XIX – como o nacionalismo, o cientificismo, a Independência etc – poderiam ter estimulado a emergência de uma gramaticografia nacional do português, voltada para a descrição de fenômenos linguísticos supostamente locais.

Tendo como base tal eixo de análise, as autoras apresentam alguns dados linguísticos que, nas gramáticas examinadas, haviam sido citados como pertencentes à modalidade brasileira do português. Dentre eles, estariam estruturas como a seguinte: “*a pessoa que eu falei com ella*”. Segundo Coelho; Danna; Polachini; (2015: 125), esse exemplo teria sido classificado como um caso de *construção irregular* por Maximino de Araújo Maciel (1902[1894]), que a reputa como uma estrutura à moda brasileira. Conforme vimos, esse tipo de estrutura sintática também aparece em Tarallo (1983) e em Tarallo (1993[1986]) como uma *estratégia de relativização* (a de *pronome resumptivo*), que só ocorreria na posição de sujeito e de objeto direto, e é analisada como uma *estratégia não-padrão* característica do PB. Outra *estratégia não-padrão* apresentada por Tarallo (1993[1986]: 41-2) é aquela que o autor chama de *relativa cortadora*, presente nos casos em que o SN relativizado é objeto de preposição. Segundo o autor, dado o fato de a *estratégia piedpiping*²¹ não ocorrer no PB falado – fato a partir do qual podemos inferir que a *piedpiping* pertencia à norma padrão –, a relativização de objetos de preposição seria feita por meio das duas referidas *estratégias de relativização não-padrão*.

Com efeito, a única *estratégia de relativização* que Tarallo (1993[1986]) apresenta como *padrão* é a *estratégia da variante com lacuna*, uma vez que esta seria semelhante às estruturas encontradas nos textos escritos. Ressaltamos, também, que na perspectiva do autor, tal *estratégia* poderia ser analisada à luz da proposta de Chomsky (1977) – isto é, por meio da noção de *movimento* do constituinte relativo –, análise esta que, segundo Tarallo (1983: 14) estaria em consonância com as prescrições das gramáticas normativas do português, ao contrário, por exemplo, das *variantes não-padrão* encontradas no *corpus* que, pretensamente *brasileiras*, apresentariam alguns problemas descritivos: na *estratégia do pronome resumptivo*, por exemplo, a oração relativa não apresentaria a *lacuna* prevista por Chomsky (1977). Tarallo (1993[1986]), por sua vez, se propõe a analisar a forma de *derivação* dessas *estratégias não-padrão*, o que nos dá argumentos para afirmar que, na perspectiva do autor,

---

²¹ A estratégia *piedpiping* consiste em casos como este: *A menina **com quem** eu nunca tive aula*. De acordo com Tarallo (1993[1986]), esse tipo de estrutura seria recomendado pela gramática padrão.

os dados linguísticos do PB poderiam, trazer novos conhecimentos para o estudo do processo de relativização no âmbito da Gramática Gerativa. Vemos, assim, o comprometimento de Tarallo com os problemas científicos levantados pela Teoria da Gramática.

Levando em consideração o que acima dissemos sobre a *capa documental*, acreditamos ser possível afirmar que o trabalho de Tarallo (1993[1986]) parece ser constituído por um duplo objetivo: ao mesmo tempo em que o autor deseja dar conta do **problema linguístico brasileiro**, mostrando que, embora o **português brasileiro** não seja um crioulo – problematizando, assim, a tese de Guy (1981) –, ele é, sim, uma língua diferente do português europeu, o autor também tem objetivos teóricos no interior da Gramática Gerativa, isto é, demonstrar, com os dados de sua língua, que o processo de relativização – e, em alguma medida, os mecanismos do *sistema anafórico* – pode ser realizado de outra maneira, que não aquela estudada por Chomsky (1977)²², ou, em outras palavras, pode apresentar mais casos de *variação paramétrica*. Deste modo, acreditamos que é em função dos motivos acima mencionados que Tarallo inicia a sua análise pelos casos de *relativa cortadora*, cuja derivação, no que diz respeito ao mapeamento existente entre forma e significado, parece ser a menos transparente, dentro dos mecanismos fornecidos pela teoria: conforme vimos anteriormente, nessas estruturas, o SN relativizado seria o objeto de uma preposição que, na passagem para a *Estrutura Superficial*, teria sido “*cortado*” – juntamente com a preposição regente. Para Tarallo (1993[1986]: 42) – que ratifica as considerações de Tarallo (1983) –, haveria duas formas de se analisar o problema:

I. a *relativa com lacuna* seria gerada por *movimento-qu* seguido pelo apagamento do *qu* em *COMP*.

II. as *lacunas* seriam derivadas do apagamento do pronome resumptivo na cláusula relativa. Nessa segunda análise, o *apagamento* da preposição nas *relativas cortadoras* ocorreria não em *COMP* mas *in situ*.

Tarallo (1993[1986]: 42) opta pela segunda análise, uma vez que seu uso não acarretaria a postulação de uma nova regra na *gramática*, além da já existente *regra de movimento-qu*. Levando em consideração a *capa técnica*, vemos que Tarallo (1993[1986]) está trabalhando com o conceito de *gramática* do modelo gerativo – *objeto observacional* e

---

²² Lembramos, a esse respeito, o seguinte trecho da tese de Tarallo: “*I will [...] to say something decisive about relativization in SBP*” (TARALLO, 1983: 13).

teórico –, no qual o menor número de regras possível procura tornar a proposta analítica elegante. Além disso, o autor não deixa de vincular a análise da *relativa cortadora* ao trabalho de Chomsky (1977), em que se propõe um exame do *movimento* de constituintes interrogativos.

Além de vincular a derivação das *relativas cortadoras* à ação da *regra de movimento-qu*, a proposta analítica de Tarallo (1993[1986]: 42) apresenta uma especificidade daquilo que, de acordo com ele, seria um *dialeto do português*²³: a ação da *regra pro-drop* em outras posições sintáticas que não a de sujeito – como a posição de objeto direto, por exemplo. Segundo Tarallo, no que diz respeito a essa regra, o PB falado seria distinto de outras línguas e dialetos românicos, inclusive do *português padrão escrito*²⁴.

Aprofundando a sua análise, Tarallo (1993[1986]: 42-3) passa a considerar a *variação* no âmbito do preenchimento dos SNs com pronomes. De acordo com ele, em PB, os sintagmas não-qu poderiam apresentar ora *anáfora pronominal* ora *anáfora zero* (isto é, mediante o apagamento do pronome). Para ele, levando-se em consideração a *estrutura de superfície*, tal processo de *variação* seria, aparentemente, semelhante ao ocorrido nas cláusulas relativas. A fim de estabelecer a referida correlação, Tarallo (1993[1986]: 43) compara os dois pares de estruturas seguintes:

(1) O café_i de lá é tão ruim. Eu não consegui tomar (e_i)

Eu não gosto daquele café_i de lá, *que* (e_i) tem um gosto horrroso.

(2) Eu tenho uma amiga_i. Ela_i é toda cheia das frescuras.

Aí esse rapaz_i aí *que* eu conheci ele_i, ele estava lá na festa também.

A comparação entre as duas estruturas de cada par – *capa técnica* – indica, mais uma vez, o *objeto teórico* assumido por Tarallo (1993[1986]): os elementos que possuem os mesmos índices participam de relações de correferencialidade no *sistema anafórico* da *Teoria*

---

²³ Em Tarallo (1993[1986]), o termo *dialeto* não parece ter uma pretensão teórica específica. No entanto, a sua ocorrência nos parece interessante num texto que tem como objetivo, exatamente, a sustentação da hipótese de existência de uma *gramática* (no sentido chomskiano) brasileira propriamente dita.

²⁴ Levando-se em consideração o fato de que, em linhas gerais, o *português padrão escrito* parece fazer referência à norma linguística do português europeu.

de *Ligação*. E, conforme veremos na argumentação do autor, o fato de o *PB falado moderno*²⁵ expressar de modo diferente as referidas relações no campo da *Teoria de Ligação*, fará com que seja possível atestar uma *mudança linguística aleatória*, a partir da qual se afastam os dois *dialeto*s do português (europeu e brasileiro).

Conforme temos falado, um dos objetivos de Tarallo (1993[1986]) é, por assim dizer, problematizar e desconstruir a *tese da criouliização*²⁶. Para tanto, numa seção do texto intitulada *Línguas crioulas legítimas vs. supostas: similaridades sintáticas*, o autor passa a considerar algumas estruturas com pronomes resumptivos que, segundo ele, seriam comuns a várias línguas verdadeiramente crioulas. O autor menciona, por exemplo, os trabalhos de Sankoff & Brown (1976, 1980) que, ao investigarem o Tok Pisin – um crioulo de base inglesa, falado na Papua-Nova Guiné –, verificaram que na história dessa língua o dêitico de lugar ‘*ia*’ havia assumido a função de relativizador. Como no Tok Pisin o ‘*ia*’ não possuía marca de *Caso*, Sankoff & Brown argumentaram que ele funcionaria apenas como um *complementizador invariável*, e não como um pronome relativo propriamente dito. Deste modo, a língua apresentaria muitos *pronomes resumptivos* nas estruturas relativas, visto que, de um modo ou de outro, a *correferência* entre o SN da *matriz* e da *encaixada* deveria ser garantida.²⁷

De modo que, inicialmente, soa paradoxal – uma vez que se deseja desconstruir a *hipótese da criouliização* –, Tarallo (1993[1986]: 45) afirma que, no que diz respeito à sintaxe, o *PB falado* apresenta algumas similaridades com a estrutura de línguas crioulas legítimas. Como exemplo, o autor faz menção ao trabalho que ele mesmo desenvolveu em parceria com sua orientadora, isto é, Sankoff & Tarallo (1984), o qual teve como objetivo a descrição dos sistemas sintáticos do Tok Pisin e do PB. Vejamos, abaixo, como Tarallo (1993[1986]) justificou essa descrição comparada:

---

²⁵ Até esse momento do texto, parece-nos possível dizer que, o que Tarallo (1993[1986]) está chamando de *PB falado moderno* é a língua (ou *dialeto*) que apresenta características sintáticas diferentes das do português europeu.

²⁶ A esse respeito, parece-nos importante pontuar que o autor não é contrário à resolução final dos proponentes da referida tese – isto é, que o *português brasileiro* é uma língua diferente, se considerada em relação ao português europeu –, mas sim ao encaminhamento dado à análise do *problema linguístico brasileiro* via *contato*. Nesse sentido, há uma diferença muito grande entre Tarallo e Silva Neto, uma vez que este segundo autor nega hipóteses como a da criouliização e outras influências do contato para afirmar a continuidade do português no Brasil.

²⁷ Vemos, assim, que Sankoff & Brown explicam a ocorrência de *resumptivos* nas relativas do Tok Pisin a partir de uma razão estrutural que, tal qual temos argumentado, parece emergir no interior do *objeto teórico* da Gramática Gerativa – *Teoria de Ligação*. É importante lembrar que Gillian Sankoff foi justamente a orientadora da tese de doutoramento de Fernando Tarallo, na área de Sociolinguística.

Dois argumentos principais explicam a similaridade encontrada nas duas línguas: 1. a explicação dos sistemas de relativização similares depende crucialmente do modo como as línguas tratam da **anáfora** em cláusulas principais; e 2. a evolução histórica (i.e., a **história linguística interna**) do modo como as línguas **representam os argumentos** de cláusulas principais determina, em larga escala, os padrões contemporâneos da cláusula relativa (TARALLO, 1993[1986]: 45).

Antes que façamos algumas considerações a respeito da comparação estabelecida por Sankoff & Tarallo (1984), acreditamos que alguns dos elementos negritados podem, novamente, nos chamar a atenção para aspectos das *capas teórica e técnica* da Linguística Histórica proposta por Tarallo, bem como para o *objeto teórico* por ele adotado. A *visão de língua*, por exemplo, parece ser a da Gramática Gerativa dos anos 1980: os *argumentos* de um predador que, em tese, são gerados na *Estrutura Profunda*, são *representados* de alguma forma, quando da passagem à *Estrutura Superficial* e, nesse caso específico, a questão é decidir se os *argumentos* são foneticamente realizados ou se, por outro lado, sofrem a aplicação da *regra de pro-drop*. Aliás, é esse modo de *representação* que dirá se uma língua tende mais a expressar *anáfora zero* e/ou *anáfora pronominal*. Vemos, além disso, que a perspectiva a respeito da ***mudança linguística*** é imanentista, uma vez que apenas a *história interna* da língua serve para esclarecer sobre os padrões encontrados nas relativas da língua contemporânea²⁸. Nesse sentido, não importa que o Tok Pisin e o PB sejam línguas que, além de não possuírem origem genética comum, provavelmente, nunca entraram em contato, visto que o objetivo dos autores parece ser o de justapor esses sistemas, não manifestando interesse pela história social a eles relacionada. Aliás, por meio de uma nota, Tarallo (1993[1986]: 63) afirma que o trabalho de Sankoff & Tarallo (1984) partia de uma perspectiva tipológica e histórica (*história interna*), e não sociolinguística, a fim de observar as relações estabelecidas entre a *relativização* e a *anáfora*. Nesse sentido, as línguas por eles estudadas poderiam ou não ser historicamente relacionadas²⁹. Levando tudo isso em consideração, acreditamos ser possível afirmar que, aparentemente, a própria Gillian Sankoff, orientadora de Tarallo (1983), apresentava uma espécie de ambiguidade em seu trabalho sociolinguístico, uma vez que realizava estudos voltados para a discussão dos problemas teóricos levantados pela Gramática Gerativa – *Teoria de Ligação* –, legando a um segundo plano os aspectos sociais associados à linguagem.

Voltando à comparação proposta por Tarallo (1993[1986]) entre os crioulos legítimos e os supostos, leiamos o seguinte trecho:

---

²⁸ Vemos, também, o uso da metodologia proposta por Labov (1975), a saber: o uso do passado para explicar o presente.

²⁹ Relacionadas do ponto de vista da História Social.

A hipótese original formulada por Sankoff e Brown (1976) sobre o Tok Pisin era que o padrão de pronomes resumptivos a ser encontrado nas relativas deveria ser explicado em termos das regras ou processos que estivessem controlando o aparecimento ou apagamento de pronomes em todos os tipos de cláusulas na língua, e não em termos de regras ou processos específicos à relativização. Esta hipótese é inteiramente corroborada pelo PB, como demonstrado por Tarallo (1983) dentro do **paradigma quantitativo laboviano**, e por Galves (1984) dentro do **arcabouço da regência e ligação** (TARALLO, 1993[1986]: 47).

Por meio da leitura do trecho acima, podemos afirmar que, no domínio da *capa técnica*, Tarallo (1993[1986]) se propõe a comparar línguas que, sociolinguisticamente falando, não possuem nenhuma relação entre si, mas que, de um jeito ou de outro, apresentam características estruturais semelhantes. Ora, mesmo que tal crítica esteja implícita, parece ser possível dizer que o autor está advogando por uma análise da **mudança** que não tome como princípio de análise apenas a relação genética estabelecida entre as línguas. Além disso, é importante salientar que, ao mencionar o paradigma laboviano, Tarallo faz menção apenas aos aspectos quantitativos do modelo, depurando-o de todos os aspectos socioculturais envolvidos. A referência ao *arcabouço da regência e ligação* como um modelo teórico inspirador exclusivamente para o trabalho de Galves (1984) parece indicar que, ao fim e ao cabo, Tarallo se vê como um sociolinguista laboviano. Não obstante, conforme já temos argumentado nesta dissertação, a Linguística Histórica proposta por Tarallo também está intimamente relacionada ao modelo de Regência e Ligação, visto que os próprios fenômenos de **mudança** só se configuram como tal quando afetam os *parâmetros* desses domínios da *gramática*.

Após sua comparação entre as estruturas sintáticas do Tok Pisin e do PB apresentarem resultados semelhantes – a saber: a determinação dos *sistemas de relativização* por parte dos *processos anafóricos gerais* – Tarallo chega à seguinte conclusão:

[...] a **história interna** de cada sistema explica sozinha a reestruturação na representação de argumentos SN em cláusulas matrizes e em relativas nas gramáticas contemporâneas. Podemos, por isso, com base nas similaridades sintáticas encontradas entre uma língua crioula legítima (Tok Pisin) e uma suposta língua crioula (PB) advogar a hipótese crioula para essa última? Sankoff e Tarallo nem mesmo levantam a questão da criouliização no artigo de 1984 [...] (TARALLO, 1993[1986]: 49)

Conforme o trecho acima citado deixa claro, na visão de Tarallo, a resposta para as **mudanças** por ele elencadas estaria na *história interna* da língua. Uma prova disso era que, sistemas linguísticos não relacionados, como o Tok Pisin e o PB, quando justapostos, apresentariam fenômenos de **mudança** bastante semelhantes: seriam as *mudanças sintáticas aleatórias*, tal qual o autor menciona no próprio título do trabalho. Levando tudo isso em

consideração, a *hipótese da criouliização* poderia ser entendida como uma espécie de “falsa questão”, nem sequer mencionada por Sankoff & Tarallo (1984)³⁰.

Embora Tarallo (1993[1986]) reúna uma série de argumentos teóricos da Gramática Gerativa para problematizar a *hipótese da criouliização* do PB, a crítica maior é feita à postulação do processo de *descriouliização*, processo pelo qual, segundo Guy (1981), o PB estaria passando. Na perspectiva de Tarallo (1993[1986]: 50), a *hipótese da criouliização* poderia, em última instância, ser aventada, desde que se tivesse informações robustas tanto sobre a *história interna* quanto sobre a *história externa* do PB³¹. Para ele, contudo, defender a *hipótese da descriouliização* seria, por assim dizer, ignorar a *feição sintática* do PB moderno, cuja gramática estaria numa direção oposta da suposta *língua-alvo*, isto é, o português europeu (PE). Vemos, assim, que mais uma vez Tarallo (1993[1986]) restringe o seu *objeto observacional* à *feição sintática* da língua, de modo que todos os possíveis fenômenos de *mudança* deveriam ali ser observados. Dessa perspectiva, o autor passa a observar as diferenças sintáticas existentes entre o PB e o PE.

A fim de ainda problematizar a *hipótese da criouliização*, Tarallo (1993[1986]: 50) inicia a sua análise comparativa entre PB e PE tomando como base um pressuposto de Bickerton (1984) a respeito das línguas crioulas, a saber: a inexistência, nessas línguas, de assimetria entre sujeito e objeto. Levando em consideração o *objeto observacional* da Gramática Gerativa, Tarallo (1993[1950]: 51) vai mostrar a assimetria tanto no Tok Pisin (o que ele chama de *língua crioula legítima*), quanto no PB e no PE: se no Tok Pisin e no PB os SNs que funcionam como sujeito são, frequentemente, preenchidos com uma forma pronominal, e os SNs na posição de objeto direto tendem a apresentar um preenchimento pronominal menor com maior incidência de zeros; já no PE, o contrário acontece, pois essa língua favorece os sujeitos nulos e preenchimento da posição de objeto direto com clíticos. A título de exemplo, o autor fornece os seguintes dados:

---

³⁰ É importante salientar que a negação da *hipótese da criouliização* proposta por Guy (1981) por parte de Tarallo (1993[1986]) nos parece um tanto problemática, visto que os dois autores partem de diferentes *objetos observacionais* e *teóricos*.

³¹ Embora o autor saliente essa necessidade de se conhecer a *história externa*, ele mesmo – que se via como um sociolinguista – não se propõe a realizar esse tipo de pesquisa, o que parece indicar que tal investigação não fazia parte de seu *objeto teórico*.

(3) Paulo viu Maria ontem?

(a) Sim, *ele* viu (e). (SUJEITO PREENCHIDO/OBJETO VAZIO = PB)

(b) Sim, (e) *a* viu. (SUJEITO VAZIO/OBJETO PREENCHIDO = PE)³²

No que diz respeito à *capa técnica*, Tarallo parece estar querendo mostrar que o PB não estaria passando por um processo de *descrioulização*, por apresentar uma sintaxe distinta da do PE. Aliás, a distinção entre os dois sistemas sintáticos parece ser grande, pois o autor se refere a ela como uma *distância sintática dramática*. Ora, nesta dissertação, acreditamos ser possível dizer que a afirmação de Tarallo (1993[1986]) acerca da referida *distância gramatical dramática* entre PB e PE só pode ser feita quando se define, no domínio da *capa teórica*, o *objeto teórico* da Gramática Gerativa: a noção que está em jogo nessa diferença é, por assim dizer, a atuação da *regra de pro-drop*, isto é, se ela atua mais fortemente na posição de sujeito ou de objeto direto.

Conforme vimos no **capítulo 2**, o *parâmetro* designa uma propriedade de natureza abstrata da língua que, ao ser fixado de uma forma ou de outra, determina um feixe de propriedades concretas em diferentes pontos da *gramática* (RAPOSO, 1992: 62). Assim, entendemos que, o fato de o *parâmetro pro-drop* funcionar de uma maneira no PB e de outra, totalmente diferente, no PE, desencadeia propriedades concretas diferentes nas duas línguas, fazendo com que elas possam apresentar uma *distância gramatical dramática*. E é dessa *distância gramatical dramática* que o conceito de *português brasileiro* emerge na obra de Tarallo.

Tarallo (1993[1986]: 52-3) faz referência aos trabalhos de Galves (1983, 1984)³³, que analisam as diferenças sintáticas entre PB e PE à luz da *Teoria da Regência e Ligação*. Assim, para explicar a tendência do PB ao preenchimento da posição de sujeito e ao não preenchimento na posição de objeto, a autora lança mão de vários princípios e generalizações do referido modelo, por exemplo: 1) no PB, o pronome de terceira pessoa do singular '*ele*' funcionaria como o pronome '*il*' do francês – uma língua *-pro-drop* –, e não como um pronome *enfático* e *contrastivo*, como o do PE; o *empobrecimento de INFL* (concordância) em PB; 3) o fato de o PB ser uma língua orientada para o *discurso* e o PE, por sua vez, ser

³² Em Tarallo (1993[1986]: 51), os exemplos (3) (a) e (b) são, respectivamente, (10), (11) e (12).

³³ Respectivamente: *Algumas diferenças entre o Português de Portugal e Português do Brasil e a teoria de regência e vinculação* e *Pronomes e Categorias Vazias em Português do Brasil*.

uma língua orientada para a *sentença*. Essas e outras explicações propostas por Galves – algumas até sobre as condições da *Teoria de Ligação* – são abonadas por Tarallo (1993[1986]), o que nos indica o *objeto teórico* assumido pelo autor, que é o que, de fato, lhe possibilita assumir que existem diferenças entre o PB e o PE.

É importante mencionar que a seção do texto em que Tarallo (1993[1986]) trata das *diferenças gramaticais* existentes entre PB e PE se inicia como uma espécie de avaliação da área, na qual o autor afirma não ter conhecimento, até o momento, de trabalhos que tivessem abordado as referidas *diferenças* tomando como base o *modelo quantitativo*; teria, sim, notícia de dois trabalhos de orientação gerativista (*Modelo de Regência e Ligação*), a saber, o já citado Galves (1984) e Galves (1983). No que diz respeito ao tratamento das peculiaridades gramaticais do PB, no entanto, Tarallo afirma que o *modelo quantitativo* apresentava uma farta literatura, tanto de estudos fonológicos, quanto sintáticos e discursivos. Essa avaliação de Tarallo poderia ser analisada no âmbito da *capa contextual/institucional*: o que o autor chama de *modelo quantitativo* é, ao fim e ao cabo, a Sociolinguística de orientação laboviana que, de um modo ou de outro, estava sendo depurada de seus aspectos socioculturais, a fim de se utilizar apenas o seu aparato metodológico de quantificação dos dados. Ora, conforme temos argumentado, Tarallo (1993[1986]) parece organizar as suas análises no interior da *Teoria da Regência e Ligação*, de modo que a redução da Sociolinguística laboviana ao aparato quantitativo pode funcionar como mais um argumento voltado para a comprovação dos fatos atestados no modelo gerativista. Vale dizer que, conforme já mencionamos, em Tarallo & Kato (1989), a Teoria da Variação é chamada de *ciência das probabilidades*, pois, na perspectiva dos autores, tal metodologia estatística fazia do modelo um poderoso instrumento para se identificar os fatores condicionantes da *variação* e da *mudança* e também para se comparar línguas distintas. Nesta dissertação, cremos que é possível afirmar que, ao longo da obra de Tarallo, as ideias concebidas no âmbito da Sociolinguística laboviana integram apenas as *capas técnica e documental* do conhecimento linguístico por ele produzido: no primeiro caso, a Sociolinguística entra através da metodologia quantitativa e, no segundo, por meio da análise de dados reais de fala, hauridos do *corpus* do NURC-SP. A *capa teórica*, entretanto, remete à Gramática Gerativa.

Na conclusão de seu trabalho, num movimento *retórico* que nos parece bastante interessante, Tarallo (1993[1986]) remete o leitor ao trabalho de Adolfo Coelho³⁴, filólogo

---

³⁴ Lembremos, aqui, que Adolfo Coelho também compõe o *horizonte de retrospectão* de Serafim da Silva Neto.

português que opunha o processo de *crioulização* ao de *formação de dialetos*. De acordo com Tarallo, seria necessário olhar com mais atenção para os trabalhos de Coelho para se interpretar corretamente as origens do PB, fato que, segundo ele, havia sido ignorado por Guy (1981).

Ora, conforme vimos na análise da obra de Silva Neto (1950), Adolfo Coelho foi um filólogo bastante afinado com as ideias e práticas da Filologia Românica e, por conseguinte, defendia a perspectiva de que o português falado no Brasil seria uma espécie de continuidade da língua falada em Portugal. Deste modo, mesmo assumindo as semelhanças da variedade brasileira do português com as línguas e dialetos crioulos, o autor acreditava que aquela primeira língua passara por um processo de *dialetação*, resultante de seu *transplante* para o Brasil. Tarallo (1993[1986]), por sua vez, enfocará tangencialmente o trabalho de Adolfo Coelho, pois, ao mesmo tempo em que endossará a proposta de que o PB não se trata de um crioulo, não trabalhará com a ideia de uma continuidade, visto que defende a hipótese das *mudanças sintáticas aleatórias*.

Amparando-se nas propostas de Adolfo Coelho, Tarallo (1993[1986]: 59) afirma que nem todas as situações de contato linguístico – fato que, efetivamente, ocorreu na formação do PB – gerariam línguas crioulas: outro resultado possível poderia ser a *diferenciação dialetal*. Além disso, a fim de combater a *tese da descrioulização*, Tarallo (1993[1986]: 60) reproduz novamente Coelho, segundo o qual o *transplante* do PE para o Brasil teria feito com que os dois *dialetos* tomassem rumos diferentes e separados. Contudo, embora Tarallo cite a declaração de Coelho sobre o desenvolvimento da língua tal qual um *organismo*, ele não segue os argumentos da *linguística biológica* e, no trabalho que ora consideramos, não procura estabelecer os caminhos da *mudança* do PE em PB, visto que a sua ideia central parece ser a de defender a existência das *mudanças sintáticas aleatórias*.

A fim de desbaratar definitivamente a *tese da descrioulização*, Tarallo (1993[1986]: 60-1) afirma que, se se levasse em consideração a assimetria sujeito-objeto, para que fosse possível o PB se aproximar do PE, a primeira língua deveria ser modificada como que de ponta-cabeça. Vejamos, a esse respeito, as palavras do próprio autor:

O que seria necessário para o PB descrioulizar-se na direção do PE? Nem mais nem menos do que o seguinte: o PB teria literalmente que se virar pelo avesso e de ponta-cabeça. Sujeitos teriam que começar a ser nulos outra vez (isto é, o PB teria que começar a readquirir suas características pro-drop perdidas), enquanto objetos teriam que começar a receber pronomes clíticos outra vez. No caso dos sujeitos, a gramática do PB teria que deixar sua configuração sintática e começar a ser mais orientada para o discurso; com respeito aos objetos, a variável discursiva teria que ser substituída por uma orientação mais sintática na sua derivação. Mesmo se isso fosse possível, i.e., se a posição e também o peso da sintaxe ou do discurso de uma língua pudessem ser naturalmente revertidos, iria a fonologia abrir espaço para mudanças tão dramáticas? Isto é, iriam os padrões de acento e ritmo favorecer o apagamento em superfície de pronomes sujeitos, ou mais improvável ainda, transformar a forma tônica do pronome nominativo *ele* usado na posição de objeto (em função acusativa) em um pronome clítico? (TARALLO, 1993[1986]: 60-1)

Assim, conforme procuramos mostrar ao longo desta análise, além dessas diferenças superficiais mencionadas por Tarallo, o que parece estar em jogo em sua argumentação é a noção de *parâmetro*. Ao falar da noção de *parâmetro*, Chomsky utiliza a metáfora de um quadro de força elétrica, constituído por várias chaves: assim, se se liga as chaves de um determinado jeito, tem-se uma língua X; se se ligam as mesmas chaves em outra posição, tem-se uma língua Y. Em linhas gerais, aparentemente, Tarallo (1993[1986]) está argumentando que PE e PB teriam ligado *chaves* distintas e que, uma aproximação entre os dois *dialeto*s dependeria de uma *mudança paramétrica* na mesma direção, fato que, levando-se em consideração a sintaxe do *PB moderno*, não estaria acontecendo.

Levando em consideração tudo o que foi dito até aqui, cremos que seja possível sintetizar alguns resultados parciais da análise de TARALLO (1993[1986]):

1. No que diz respeito à *capa teórica*, o autor toma como ponto de partida o *objeto observacional* e o *objeto teórico* da Gramática Gerativa, mais especificamente, a *Teoria de Regência e Ligação*. É desse modelo que emerge a noção de *língua (gramática)* assumida pelo autor, bem como a seleção dos fatos linguísticos relevantes para se afirmar que o PB não se trata de uma língua crioula. No que refere ao *horizonte de retrospectção*, há a negação do trabalho sociolinguístico elaborado por Guy (1981) – sobretudo da *hipótese da descrioulização* –, ao mesmo tempo em que são ratificadas propostas encontradas nos trabalhos de Chomsky (1977), Galves (1983, 1984) Sankoff (1977), Sankoff & Tarallo (1984), a maioria deles ligados à Gramática Gerativa.

2. No âmbito da *capa técnica*, percebemos uma certa ambiguidade: embora o autor faça uso de dados reais de fala retirados do NURC-SP, a análise sociolinguística é reduzida ao seu componente quantitativo, uma vez que a investigação se pretende *estrutural* e *interna* – em detrimento da *história social*. A análise sintática das *estratégias de relativização* – e de outros

fenômenos linguísticos que, via *objeto teórico*, são a elas associados –, por sua vez, pode ser perfeitamente incorporada à *Teoria de Regência e Ligação*: há a postulação da *Estrutura Profunda* e da *Estrutura Superficial*, da *regra de movimento*, das *condições de ligação* etc.

3. A *capa documental* mostrou-se bastante interessante, pois, ao trabalhar com as *estratégias de relativização não-padrão*, Tarallo (1993[1986]) mostra os caminhos de *mudança do português brasileiro*, que pode assim ser chamado em seu trabalho devido às diferenças *paramétricas* que possui em relação ao português europeu. As relativas que, a princípio, poderiam parecer estruturas tão pequenas no universo daquilo que se chama *língua*, seriam uma espécie de *exteriorização de parâmetros abstratos da gramática*.

4. Embora tenhamos chegado à conclusão de que o *objeto observacional* eleito por Tarallo (1993[1986]) emerge via Gramática Gerativa, alguns elementos da *capa contextual/institucional* nos colocam algumas perguntas acerca do status que o pesquisador assumia à época de divulgação das suas ideias – isto é, se ele era reconhecido e se reconhecia como um sociolinguista ou como linguista gerativista – e, nos termos de Fleck (2010), a qual *coletivo de pensamento* ele estava vinculado. Esta pergunta nos parece importante porque, embora a questão das relativas não-padrão fosse um fato bastante caro para a Sociolinguística daquele momento, que sustentava uma postura crítica em relação ao ensino de Língua Portuguesa (cf. VANDRESEN, 2003; LEMLE, 1978), vemos em Batista (2007) que a recepção da Gramática Gerativa no Brasil – teoria esta que, de acordo com Altman (1994), também sustentou uma *retórica de ruptura* com a gramática tradicional – levou os linguistas a se concentrarem em fenômenos linguísticos que, por assim dizer, evidenciavam a constituição da *gramática* em *Estrutura Profunda* e *Estrutura de Superfície*, algo bastante característico das relativas, cuja explicação depende da postulação de *regras de movimento*. Vale relembrar que, no trabalho de (1993[1986]), a principal preocupação de Tarallo parece ser a de explicar a *derivação* de cada uma das *estratégias de relativização*, de modo que o autor abre mão de levar em consideração os aspectos socioculturais que poderiam estar envolvidos em cada ocorrência³⁵.

5. Levando em consideração apenas Tarallo (1993[1986]), acreditamos ser possível dizer que o tratamento que o autor dá ao *problema linguístico brasileiro* pode ser incluído no

---

³⁵ O autor chega até a contrastar, por meio de duas tabelas, o uso de pronomes resumptivos por parte de falantes de classe média e alta e de falantes de classe baixa, mas não aprofunda nenhuma discussão nesse sentido. Na verdade, tal problema fora tratado em Tarallo (1983), que apresentou um tratamento propriamente sociolinguístico das *estratégias de relativização*.

Programa de Correspondência, pois o fato de o **português brasileiro** ser uma língua diferente em relação ao português europeu se sustenta na hipótese de que a primeira língua dispõe de estratégias gramaticais diferentes para mapear as relações estabelecidas na mente: no que diz respeito ao processo de *anaforização*, o falante dispõe de um *conhecimento intuitivo* que, necessariamente, estabelece as relações entre os referentes da sentença (NEGRÃO, 2013) e é exatamente nesse ponto que se dá o processo de *relativização*.

Feitas essas ligeiras considerações, na seção seguinte empreendemos a análise de Tarallo (1993[1991]), a fim de verificar as possíveis *continuidades* e *descontinuidades* no tratamento que Tarallo deu ao **problema linguístico brasileiro**, visto ser esse o último trabalho que o autor nos legou sobre esse tema.

6.2. O tratamento da *Variação* e da *Mudança Linguísticas* em TARALLO (1991): análise das *capas do conhecimento linguístico*

Tal qual constatamos na análise de Tarallo (1993[1986]), o título do artigo de Tarallo (1993[1991]) também traz elementos relevantes para a investigação proposta em nossa dissertação: entendemos que, no título *Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX*, já estão colocadas a noção de **mudança**, a abordagem do **problema linguístico brasileiro** e também uma periodização da referida **mudança**. Cabe à nossa análise verificar como esse *conhecimento linguístico* emerge.

A análise do que o referido título será feita com amparo no texto integral. Contudo, antes que passemos a ele, parece-nos importante destacar que Tarallo (1993[1991]) toma a seguinte declaração de Sílvio Elia como epígrafe de seu artigo: “*A fuga para a Europa ou o recolhimento na taba do índio são duas soluções cômodas, mas em desacordo com o ser nacional*”. Esta declaração de Elia está presente no livro *O Problema da Língua Brasileira* (ELIA, 1961), trabalho no qual, em linhas gerais, o autor procura problematizar os argumentos erigidos pela *Escola da Língua Brasileira*, que tinha como principal hipótese a da existência de uma língua genuinamente brasileira, totalmente diferente do português falado em Portugal. Nessa passagem, em especial, Elia (1961: 169-71) estava tentando dizer que só existiria uma *língua brasileira* caso a cultura de base portuguesa tivesse sido efetivamente quebrada no Brasil. Entretanto, no contexto da obra de Fernando Tarallo, acreditamos que tal epígrafe diz muito a respeito do *horizonte de retrospectção* do autor.

Conforme vimos na análise de Tarallo (1993[1986]), embora o autor ateste a conclusão de um processo de *mudança linguística* no PB – o que o leva a distinguir essa língua do português europeu, formulando uma versão do *conceito* de *português brasileiro* –, ele problematiza e nega duas análises que estavam em voga à época da divulgação de seu trabalho, a saber: a *hipótese da criouliização* e uma certa *hipótese continuísta*, segundo a qual as *mudanças* processadas no PB seriam derivadas de sua filiação ao PE e, conseqüentemente, ao latim. Assim, naquele trabalho, o autor estava negando a *mudança* por contato e também por herança genética, assumindo, então, que as *mudanças* do PB seriam *mudanças sintáticas aleatórias*. Em Tarallo (1993[1991]) a questão parece se configurar de modo semelhante: a *fuga para a Europa*, por exemplo, parece representar exatamente as teorias de *mudança* do PB fundamentadas na noção de *herança genética* e, o *recolhimento na taba do índio* parece fazer menção às teorias nacionalistas que haviam sido utilizadas para dar conta do *problema linguístico brasileiro*, sobretudo no século XIX e primeira metade do século XX. Concordando com Elia, Tarallo (1993[1991]) parecia estar assumindo que nem uma das duas propostas se configuraria como uma boa abordagem da questão e, por conseguinte, seu trabalho se enveredaria por outros caminhos.

Observando ainda o *horizonte de retrospectção*, vemos, logo no início do texto, uma avaliação de Tarallo sobre o tratamento que até o momento vinha sendo dado ao *problema linguístico brasileiro*. Tal qual Silva Neto (1950), Tarallo começa o texto indicando que o referido *problema* vinha sendo discutido há muito tempo no terreno dos estudos linguísticos nacionais. Segundo ele, no bojo dessas discussões, estaria a oposição básica entre a manutenção do português no Brasil ou o surgimento de uma língua brasileira propriamente dita, entretanto, boa parte da discussão teria sido amparada por argumentos de base nacionalista, sem que se tivesse dado a devida atenção às *diferenças estritamente linguísticas* caracterizadoras dos dois *sistemas*. Ora, se conjugarmos o título do texto – *Diagnosticando uma Gramática Brasileira* – àquilo que Tarallo expressa no trecho que estamos comentando, vemos que o posicionamento do autor vai na direção de defender, sim, a emergência de uma *língua*, ou melhor, uma *gramática brasileira*. Porém, no âmbito da *capa técnica*, o autor questiona as análises nacionalistas que eram realizadas para se comprovar a tese, visto que o melhor encaminhamento seria ater-se às *diferenças linguísticas* existentes entre os *sistemas*.

Observando a *capa contextual/institucional*, vemos que Tarallo (1993[1991]: 70) também procura marcar o seu trabalho com a já referida *retórica de ruptura* contra o *establishment* da Gramática Tradicional. De acordo com ele, embora existissem *diferenças*

estruturais entre o *sistema* do PB e do PE, a gramática normativa brasileira seguiria o mesmo perfil da gramática lusitana, aprofundando, no Brasil, o vácuo entre a língua oral e a língua escrita. Conforme podemos depreender, a descrição de Tarallo teria como um dos seus objetivos contribuir para essa *ruptura* e problematização.

Vejamos o seguinte trecho, no qual Tarallo expressa os objetivos de seu texto:

O principal objetivo deste capítulo é delinear as **bases linguísticas** em torno das quais se centrava toda a **discussão na virada do século**, isto é: esboçar a emergência de uma gramática brasileira que, ao final do século XIX, mostrava claras diferenças estruturais em relação à gramática portuguesa (TARALLO, 1993[1991]: 70).

Antes de tudo, cremos que o trecho acima nos ajuda a pensar Tarallo (1993[1991]) como um *texto de diluição*, no qual a “teoria” *diluída* é, por assim dizer, o **problema linguístico brasileiro**, pois, uma reflexão mais detalhada nos indica que o que Tarallo está fazendo é uma espécie de diálogo com a produção metalinguística que, no século XIX, discutia o referido **problema**. Conforme vimos anteriormente, segundo Coelho; Danna; Polachini (2014), tal discussão teria permeado a fundação de uma gramaticografia nacional, no século XIX, uma vez que alguns autores, ao construírem suas gramáticas, vinculavam algumas estruturas diferenciadas ao português falado no Brasil. E, quando cotejamos alguns dos fenômenos linguísticos considerados nessas gramáticas com as escolhas de Fernando Tarallo, vemos que as *bases linguísticas* às quais o autor se refere são, de fato, fenômenos que, no período de **mudança** da língua – uma vez que, para Tarallo (1993[1991]), o PB emerge no século XIX – vinham chamando a atenção dos estudiosos. No século XX, Tarallo traria uma nova perspectiva analítica.

Tomando como ponto de partida a análise da *capa técnica*, vemos que, no que diz respeito ao *objeto observacional*, Tarallo (1993[1991]) defende a possibilidade de se estudar a emergência da *Gramática Brasileira* por meio da investigação de *quatro grandes mudanças sintáticas*, a saber:

1. **Reorganização do sistema pronominal;**
2. **Mudança nas estratégias de relativização;**
3. **Reorganização dos padrões sentenciais básicos;**
4. **Mudança nos padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas.**

Entrando no domínio do *objeto teórico* – e, conseqüentemente, no da *capa teórica* – Tarallo (1993[1991]: 70) procura apresentar a implicação que cada uma dessas *mudanças* teria sobre as outras, gerando uma ampla cadeia de mutação:

- I. **Reorganização do Sistema pronominal** > Implementação de Objetos Nulos e Sujeitos Lexicais no PB > **Mudança nas Estratégias de** Relativização
- II. **Reorganização dos padrões sentenciais básicos** > Estabelecimento da Ordem SVO rígida > Enrijecimento do Princípio de Adjacência para marcação de Acusativo > **Padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas**

Embora ainda sejam necessários maiores detalhamentos sobre as razões que levam Tarallo (1993[1991]) a assumir o referido conjunto de *mudanças* como suficientes para atestar a emergência de uma *gramática brasileira*, com base na observação de alguns fenômenos, cremos ser possível dizer que, tal qual ocorre em Tarallo (1993[1986]), a vinculação ao *objeto teórico* definido pela Gramática Gerativa é explícita: além da questão das *estratégias de relativização* – que, conforme vimos na seção anterior, é um tema intimamente relacionado à Teoria da Regência e Ligação –, destacamos também o fenômeno de *enrijecimento do Princípio de Adjacência para a marcação de Acusativo*, tema estudado por Jania Ramos (1992), aluna de Tarallo durante o doutorado.

De acordo com Raposo (1992: 349), a noção de *Caso*, tradicional nos estudos gramaticais, fora introduzida nas reflexões da Gramática Gerativa por Chomsky (1980). Na perspectiva deste linguista, os DPs (sintagmas determinantes) de todas as línguas naturais deveriam receber marca de *Caso Abstrato*, além daquelas que receberiam essa marca diretamente em sua morfologia. Tal processo deveria ocorrer para licenciar uma interpretação fonológica para os DPs, de modo que os sintagmas que não passassem pelo *Filtro de Caso*, não seriam interpretáveis na sintaxe da língua. Para Chomsky (1988[1981]: 135), a *Teoria do Caso* seria um dos *subsistemas de princípios da gramática*, voltado a expressar perfeitamente a relação entre forma e significado. O fato de Tarallo (1993[1991]) explicitar elementos da *Teoria do Caso* como relevantes para se entender a emergência da *gramática brasileira*, indica o *objeto teórico* do autor.

Permanecendo na análise da *capa teórica*, vemos que Tarallo (1993[1991]: 71) situa o seu trabalho dentro do quadro teórico desenvolvido por WLH (1968), afirmando que as *mudanças* seriam consideradas através dos conceitos de *encaixamento linguístico* e do

princípio de uniformidade. Conforme vimos no **capítulo 2**, a noção de *encaixamento linguístico* (ou *encaixamento estrutural*) diz respeito ao fato de que uma mudança linguística particular é *encaixada* em um *sistema* que preexiste a ela, gerando, por vezes, outras mudanças na estrutura³⁶. Tal conceito permite àqueles teóricos defender que, mesmo diante da mudança, o *sistema linguístico* permanece, possibilitando a comunicação. Já o *Princípio de Uniformidade*, tomado de Labov (1975, 1982) – definido pelo próprio Tarallo com a máxima “as forças que operam no presente são as mesmas que teriam operado no passado” –, diz respeito à possibilidade de o linguista explicar as mudanças passadas tendo como base os dados do presente, o que, segundo Ramos (1992: 32), favorecia a integração entre *diacronia* e *sincronia*, trazendo a concepção de que a heterogeneidade da língua, verificada por meio dos processos de *variação*, não seria algo caótico³⁷.

Além de explicitar os dois referidos conceitos teóricos, Tarallo insere o seu trabalho no campo da Sociolinguística, mencionando que esse paradigma poderia ser rotulado de duas outras maneiras, a saber: *paradigma quantitativo para o estudo da competência comunicativa* – assim designado por Sankoff (1984)³⁸ – e *variação e mudança linguística*. Definida a sua *capa teórica*, vejamos, então, como a análise de Tarallo (1993[1991]) se estrutura, sobretudo no domínio da *capa técnica*.

O primeiro aspecto a se observar é que, após mencionar a ideia básica da proposta de WLH (1968) – isto é, procurar dirimir os paradoxos que as teorias estruturalistas haviam trazido para a análise da mudança linguística, sobretudo no que diz respeito ao paralelismo entre as noções de *estrutura* e *homogeneidade* –, Tarallo (1993[1991]: 72-3) passa a ilustrar as questões de pesquisa daquilo que ele chama de *paradigma quantitativo*. Com efeito, em WLH (2006[1968]: 107), vemos que, ao mencionarem a pouca precisão do tratamento dado ao problema da variação por parte da Escola Linguística de Praga, os autores mencionam a importância de se trabalhar com evidências quantitativas, a fim de se definir as condições estritas da variação e inseri-la na estrutura da linguagem. Além disso, ao mencionarem o trabalho de Greenberg sobre os *universais gramaticais*, os autores chamam a atenção para a

---

³⁶ Além do *encaixamento estrutural*, WLH (1968) também trabalham com a noção de *encaixamento social*, segundo a qual a mudança linguística também se *encaixa* em uma *matriz social*.

³⁷ De acordo com Koerner (1995a), a noção subjacente ao *Princípio de Uniformidade* teria migrado da Geologia para Linguística, e teria sido utilizada por outros autores, além de Labov, como Whitney e Roger Lass.

³⁸ Conforme vimos na primeira parte do capítulo, o trabalho de Gillian Sankoff – orientadora de doutorado de Fernando Tarallo – parece estar intimamente relacionado com as investigações no campo da Gramática Gerativa, de modo que o fato de a autora chamar a Sociolinguística de *paradigma quantitativo para o estudo da competência comunicativa* pode significar uma redução do modelo aos seus aspectos quantitativos – sem falar, é claro, do *tráfego intercoletivo* do conceito de *competência*.

metodologia empírica aplicada em *Universals of language* (GREENBERG, 1966), que teria utilizado argumentos quantitativos como uma alternativa às evidências assistemáticas e ao argumento persuasivo. Entretanto, o paradigma proposto por WLH (1968) não parece restringir-se apenas ao elemento quantitativo; ao tratarem dos *fundamentos empíricos* para o estudo da mudança, os autores abordam aspectos mais profundos, como a questão dos *fatores condicionantes*, da *transição da mudança*, do *encaixamento (estrutural e social)*, da *implementação* e da *avaliação*. Em linhas gerais, entendemos que o propósito dos autores era ir além da identificação da mudança como um problema passível de ser estudado cientificamente, mas sim segmentar esse objeto, mostrando quais aspectos deveriam ser levados em conta para compreendê-lo.

Na Linguística brasileira, entretanto, os aspectos quantitativos da Sociolinguística parecem ter assumido maior saliência. Vimos no capítulo anterior, por exemplo, que para Tarallo & Kato (1989) a cientificidade da Teoria da Variação – chamada de *ciência das probabilidades* pelos autores – viria justamente de sua metodologia quantitativa, por meio da qual era possível identificar, com clareza, os fatores que favoreciam ou inibiam a *variação* e a *mudança*. Para Ramos (1992: 49)³⁹, a metodologia quantitativa serviria a uma boa integração com o *Princípio de Uniformidade*, a fim de identificar as “forças mais gerais” que favoreciam a mudança, tanto no presente, quanto no passado e no futuro. E, em Paiva & Duarte (2006: 134), a quantificação emerge como um instrumento sustentador do conceito de *heterogeneidade ordenada*, visto que, no contexto, tal noção traria consciência sobre a inexistência de muitas diferenças qualitativas entre as normas vernáculas e a norma padrão, mas sim diferenças quantitativas na utilização de uma ou outra forma linguística.

Adentrando o domínio da *capa técnica*, observemos a seguinte declaração de Tarallo:

Depois dessa breve introdução ao quadro teórico a partir do qual as mudanças sintáticas [...] foram atestadas, dois pontos merecem destaque. Em primeiro lugar: **embora se pressuponha no quadro teórico que fatores linguísticos e sociais estejam intimamente relacionados no desenvolvimento da mudança linguística**, assumimos no presente trabalho **a possibilidade teórica de contemplar somente o lado linguístico das variáveis em estudo**. Duas razões principais explicam tal possibilidade: de um lado, o **aparato analítico é sociolinguístico em concepção e orientação** mas a **motivação teórica para o estudo das variáveis é derivada do modelo gerativo**; a segunda razão, e esta é crucial, é a **distinção** assumida no trabalho entre **origem e propagação da mudança linguística**. Ao limitarmo-nos exclusivamente ao **lado linguístico/sintático** da questão, **não estaremos contemplando a questão da propagação**. A **origem, por outro lado, somente pode ser apreciada no seu lado estritamente linguístico**, isto é: **no sentido de ser o sistema retratado de tal maneira a responder às questões referentes às restrições e ao encaixamento linguístico** (TARALLO, 1993[1991]: 73-4).

---

³⁹ Tese de doutorado orientada por Tarallo.

Várias são as observações que podem ser feitas a respeito do trecho acima citado. Inicialmente, cremos que seja possível dizer que, se fôssemos interpretá-lo à luz dos *Programas de Investigação*, diríamos que, tal qual ocorre no texto que analisamos na primeira parte do capítulo, Tarallo está negando a necessidade de se considerar o ***problema linguístico brasileiro*** no interior da abordagem sociolinguística e, por conseguinte, dentro do *Programa Sociocultural*. Outro aspecto a ser considerado diz respeito às justificativas dadas pelo autor: o que significa dizer que o “*aparato analítico é sociolinguístico em concepção e orientação, mas a motivação teórica para o estudo das variáveis é derivada do modelo gerativo*”? Ora, levando em consideração o que tratamos no **capítulo 5** e também na primeira parte deste mesmo capítulo, a resposta para a segunda parte da questão é que o *objeto teórico* assumido por Tarallo é oriundo da Gramática Gerativa, de modo que é somente no interior desse modelo teórico que as quatro mudanças sintáticas elencadas pelo autor se configuram como *variáveis linguísticas* suficientes para dar conta da emergência da *gramática brasileira*. A *concepção e orientação sociolinguísticas*, entretanto, não ficam muito claras.

No que diz respeito à distinção entre *origem e propagação* da ***mudança***, há algumas generalizações que não condizem com as propostas de WLH (1968). Na visão de Tarallo (1993[1991]), levando-se em consideração a referida oposição, seria mais provável encontrar a força dos aspectos sociais na *propagação* da mudança, mas não em sua *origem*, de modo que seria possível estudá-la com base apenas no domínio linguístico/sintático. Ora, se tomarmos WLH (1968) como ponto de partida, veremos que tal equação não se confirma: dentre os primeiros *fundamentos empíricos* que os autores elencam para o estudo da mudança, está o problema dos *fatores condicionantes*, nos quais a força dos aspectos socioculturais parece ser bastante expressiva⁴⁰. Depois dos *fatores condicionantes*, vem o problema do *encaixamento social*, por exemplo, por meio do qual a tarefa do linguista é verificar como a mudança se insere numa dada *matriz social* estabelecida. Ambos os *problemas empíricos* parecem estar muito mais próximos das *origens* da mudança do que de sua *propagação* e, curiosamente, são guiados por elementos socioculturais – ao contrário do assumido por Tarallo. Deste modo, conforme já temos defendido nesta dissertação, afirmamos que a perspectiva de ***mudança*** está muito mais ligada à Gramática Gerativa do que às propostas de WLH (1968), uma vez que o autor parece tratar de algo próximo ao conceito de *mudança paramétrica*, internamente condicionada. Conforme já mencionamos na análise anterior, o

---

⁴⁰ Os autores salientam, entretanto, que nem sempre fácil estabelecer correlações entre fenômenos linguísticos e sociais.

sistema linguístico no qual se dá o *encaixamento*, em Tarallo, parece ser semelhante à noção de *gramática* do modelo gerativo, fato pelo qual o *encaixamento social* nem chega a ser mencionado pelo autor.

Conforme já dissemos, dentre os *fundamentos empíricos* que WLH (1968) elencam como fundamentais para o estudo da mudança, Tarallo (1993[1991]) privilegia a questão do *encaixamento*. Com base no que dissemos no **capítulo 2**, acreditamos ser possível dizer que, uma vez que WLH (1968) não explicitam com clareza a noção de *sistema linguístico* no qual uma determinada mudança deva encaixar-se, mas apenas diz que ele é um elemento empírico para o qual o linguista deve olhar, abre espaço para que a noção de *sistema* e, conseqüentemente, a noção de *encaixamento*, seja definida por outra teoria – e, num certo sentido, abre espaço para um *tráfego intercoletivo*. No caso de Tarallo, a teoria que afirma as propriedades do *sistema* é a Gramática Gerativa, e o *encaixamento* é realizado mediante as restrições desse construto teórico. A vinculação do autor a esse *objeto teórico* pode ser vista por meio da metalinguagem que ele utiliza: o *encaixamento estrutural* passa ser visto como *ecos sintáticos*, previsíveis quando se leva em consideração o modelo chomskiano de análise.

Um dos pontos pouco claros do texto diz respeito ao cotejo que Tarallo (1993[1991]: 74-5) faz entre a Sociolinguística e a Análise do Discurso, pintando-as como perspectivas teórico-metodológicas relacionadas a *Programas de Investigação* distintos. A primeira distinção sugerida pelo autor estaria no campo do *objeto observacional*: enquanto a Sociolinguística olharia para os *produtos linguísticos* – no caso de Tarallo, as *mudanças sintáticas* – a Análise do Discurso olharia para os *processos de produção e significação da linguagem* e, necessariamente, verificaria os aspectos externos relacionados aos referidos processos. Contudo, de acordo com Tarallo (1993[1991]: 74), o modelo da Sociolinguística não se distanciaria tanto dos aspectos externos relacionados aos *produtos linguísticos* visto que, dentro daquela perspectiva, a linguagem não somente refletiria as normas sociais, como também as reforçaria. Além disso, no domínio da *capa documental*, o autor chama a atenção para a importância que a noção de *representatividade do corpus* assumiria no trabalho sociolinguístico. Outro aspecto interessante no cotejo realizado por Tarallo diz respeito – no domínio das *capas teórica e técnica* – à valorização dos dados linguísticos nos dois modelos. Segundo o autor, na Análise do Discurso, a motivação para a análise de *corpora* seria teórica, ao passo que na Sociolinguística, ela seria mais metodológica, ou seja, uma necessidade do trabalho empírico. Conforme já temos falado, análises como essas nos dão pistas para

entender o modo de recepção dos modelos sociolinguísticos no Brasil que, frequentemente, não são entendidos como teorias linguísticas autônomas, mas devem ser interpretados à luz de outros modelos teóricos.

No que diz respeito à *capa contextual/institucional*, podemos observar outras considerações de Tarallo (1993[1991]) a respeito do ***problema linguístico brasileiro***, recurso que, segundo pensamos, é utilizado pelo autor como uma forma de inserir o seu próprio trabalho no âmbito desse debate. Tarallo (1993[1991]: 75) afirma que, não obstante a questão tivesse sido permeada por argumentos de natureza nacionalista, ao longo dos anos, seria possível encontrar algumas “*posições moderadas*”. Mattoso Câmara é apresentado como um dos autores *moderados*: em *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1976), Mattoso afirma que o *sistema americano* não deveria ser pensado como um fruto da influência de línguas indígenas e africanas, mas sim como uma língua gerada por processos de evolução independente, dada a distância em relação a Portugal. Aliás, para esse autor, a dimensão geográfica do Brasil teria favorecido a diferenciação dialetal. Outro estudioso que, na perspectiva de Tarallo (1993[1991]), teria dado uma visão *moderada* do ***problema***, era Souza da Silveira, para quem não existiria uma língua brasileira de fato, mas sim uma variedade brasileira da língua portuguesa, visto que a prática da escrita no Brasil freava algumas tendências de mudança. O oposto das *posições moderadas* seria, como já dissemos, as interpretações nacionalistas, que argumentariam a favor de uma independência linguística brasileira, similar à independência política. Para Tarallo (1993[1991]: 81) o problema persistiria: o autor cita um editorial da *Folha de São Paulo*, de 1982, no qual, ao tratar da influência das novelas brasileiras sobre Portugal a jornalista falava sobre a possibilidade de unificação da língua portuguesa. Para Tarallo, esta não seria uma possibilidade e, por isso, ele apresenta a sua visão sobre o ***problema linguístico brasileiro***.

Tarallo (1993[1991]: 81) chama a sua abordagem de um *diagnóstico da gramática brasileira* – uma *analogia conceitual*, conforme vimos no **capítulo 2**. Tendo em vista o que tratamos no capítulo anterior, sabemos que tal *diagnóstico* é feito a partir de um dado *objeto teórico*, isto é, a partir da Gramática Gerativa. Deste modo, os primeiros fenômenos linguísticos que figuram como *sintomas* dessa *gramática brasileira* é a ocorrência de objetos nulos e de sujeitos lexicais. A fim de ilustrar o *sintoma*, no nível da *capa documental* – e também da *capa técnica* –, o autor se vale de uma sentença retirada do *corpus* do Projeto NURC e também de uma tabela, que apresenta os casos de retenção e apagamento pronominal

em diferentes categorias sintáticas. É importante dizer que, embora Tarallo (1993[1991]) tenha a pretensão de estabelecer a emergência dessa *gramática brasileira* ao longo da história – conforme veremos, ele até divide a história da língua em quatro períodos –, o seu ponto de partida são fenômenos linguísticos da sincronia que, conforme vimos na primeira parte do capítulo, em Tarallo (1993[1986]) são vistos como os principais elementos para opor a *gramática* do PB à do PE. Além disso, conforme vimos no **capítulo 2**, uma língua licenciar ou não sujeito nulo implica numa distinção paramétrica bastante relevante, visto que várias propriedades estruturais são derivadas desse fato.

Após a constatação da oposição entre objetos nulos e sujeitos lexicais no PB, Tarallo (1993[1991]: 83) propõe a análise de dados diacrônicos. Para tanto, o autor propõe uma divisão da história do PB em quatro períodos, iniciando nos anos 1700. Segundo ele, a história do PB teria início nos anos 1700 devido à sua emergência como língua literária, de modo que os textos produzidos num período anterior a esse trariam traços do PE e enviesaria a análise dos dados. Acreditamos ser possível dizer que essa escolha de Tarallo (1993[1991]), situada no domínio da *capa técnica*, parece demonstrar o interesse do autor em tratar da *variação linguística*: como o próprio título do texto já informa, a *mudança linguística* – ou a *emergência da gramática brasileira* – se daria apenas no século XIX, mas, como o autor entende a *mudança* como um processo, seria necessário, nos períodos anteriores, verificar a *variação* entre as formas, dentro de uma espécie de *pré-PB*.

Tarallo (1993[1991]: 83) faz um recorte na história do português, compreendendo somente os séculos XVIII e XIX, períodos que, para ele, são fundamentais para a emergência de uma *gramática brasileira*. Dentro desses dois séculos, o autor propõe uma outra segmentação, em quatro períodos, cada um deles com 50 anos: tempo I (*circa 1725*), tempo II (*circa 1775*), tempo III (*circa 1825*) e tempo IV (*circa 1880*). Ao longo da argumentação de Tarallo, vemos que essa divisão dos períodos serve para mostrar o afastamento paulatino da *gramática portuguesa* em direção à *gramática brasileira*, demonstração esta articulada por meio dos conceitos de *variação* e *mudança*. Assim, de acordo com Tarallo (1993[1991]: 83), se nos tempos I e II, a retenção pronominal nos sintagmas preposicionais era quase categórica – isto é, praticamente não variava –, no tempo III ela começa a variar – e, talvez, a abrir espaço para uma *mudança*. Os dados diacrônicos apresentados pelo autor mostram também que, à medida que a retenção pronominal passa por um processo de redução para os sintagmas preposicionais – objeto indireto, oblíquo e genitivo – e para o objeto direto, cresce a retenção

pronominal na posição de sujeito, provocando um *rearranjo* no sistema. Sabemos, pela análise apresentada na primeira parte do capítulo, que tal rearranjo representará uma diferença fundamental entre PB e PE: a primeira língua apresenta objetos nulos e sujeitos preenchidos, características totalmente opostas a da segunda. Tarallo propõe, então, que o PB teria passado por um processo de *mudança* na hierarquia de retenção pronominal:

Assim, enquanto a hierarquia para a retenção pronominal era

SPs > objetos diretos > sujeitos

no conjunto de dados diacrônicos, por volta de 1880, acontece uma mudança no sistema pronominal segundo a qual a frequência de retenção começa a decrescer para SPs (em menor escala) e para objetos diretos (em maior escala) enquanto a percentagem para sujeitos começa a crescer. O resultado é uma hierarquia diferenciada para os dados de 1981, a saber:

sujeitos > SPs > objetos diretos (TARALLO, 1993[1991]: 84)

Ao se perguntar se a mudança acima descrita teria ocorrido no português europeu, Tarallo (1993[1991]: 84) faz uma declaração que, a nosso ver, pode ser considerada no nível da *capa contextual/institucional*. Segundo ele, não haveria meios quantitativos para dizer se a mudança teria ou não ocorrido no PE, pois a Linguística portuguesa seguiria outros referenciais teóricos. Assim, Tarallo aponta diferenças epistemológicas entre as práticas linguísticas do Brasil e de Portugal. Tal fato nos parece bastante interessante, pois, se no primeiro fluxo da Linguística Histórica brasileira – representada, em nosso trabalho, por Serafim da Silva Neto – Portugal figura como um grande centro de referência, no segundo ciclo, a referência será os EUA, local de nascimento da Sociolinguística Quantitativa.

Não obstante a ausência de trabalhos sociolinguísticos que retratassem a situação do PE em relação às regras pronominais, assim como fizera no trabalho que analisamos na primeira parte do capítulo, Tarallo (1993[1991]: 84-5) toma como referência as pesquisas de Charlotte Galves – linguista gerativista vinculada à Teoria da Regência e Ligação –, para quem as diferenças entre PB e PE estariam bem expressas no comportamento da posição de sujeito e de objeto direto: o PE apresentaria uma incidência significativa de clíticos acusativos, o que inibiria a ocorrência de objetos nulos, e no âmbito do sujeito, o PE licenciaria sujeitos nulos porque não traria prejuízos àquilo que a autora chama de “referência inerente”. A fim de ilustrar essas generalizações, Tarallo retoma o seguinte exemplo de Galves (1987), destacando as diferenças de interpretação no Português do Brasil e no Português de Portugal:

“Não usa mais saia.”

Português do Brasil: Não *se* usa mais saia.

Português de Portugal: *Alguém* não usa mais saia.⁴¹

De acordo com Tarallo (1993[1991]: 85), as diferenças de interpretação entre as duas *gramáticas* seria fruto de uma **mudança** ocorrida no Português do Brasil, que teria passado a reter os pronomes na posição de sujeito, abrindo o espaço para que as estruturas com sujeito nulo tivessem uma leitura, por assim dizer, marcada, com uma interpretação indeterminada.

Refletindo sobre a *capa teórica*, vemos que, na perspectiva de Tarallo (1993[1991]: 85), as diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal poderiam ser atribuídas a razões muito mais profundas, a saber: enquanto o português europeu seria caracterizado por regras de movimento, o português brasileiro trabalharia mais com regras de apagamento de constituintes *in situ*. Conforme já observamos na primeira parte do capítulo, tais diferenças só poderiam ser atestadas no âmbito da Gramática Gerativa, dadas as regras de movimento e apagamento e a teoria sobre a estrutura de constituintes.

Após abordar a assimetria existente entre a posição de sujeito e objeto direto e a diferença de aplicação dessa assimetria entre o PB e o PE, Tarallo (1993[1991]) volta a tratar das estratégias de relativização, tema estudado em Tarallo (1983, 1986). Conforme já vimos na primeira parte do capítulo, a primeira estratégia considerada pelo autor é o que ele chama de *relativa com lacuna*, estratégia que, sendo encontrada em outras línguas indo-europeias, corresponde, ao menos superficialmente, às relativas encontradas no português padrão – e, conseqüentemente, no português europeu. Contudo, o português falado no Brasil não apresentaria apenas a relativa com lacuna, mas também a *estratégia de pronome lembrete* e a *relativa cortadora*. Além disso, por vezes, essas duas últimas estratégias representariam incorreções perante o padrão gramatical e, por conseguinte, representariam um distanciamento entre PB e PE. Um exemplo disso pode ser dado com a relativa de pronome lembrete: segundo Tarallo (1993[1991]: 86), embora a gramática padrão recomendasse o uso da estrutura *piedpiping*⁴² para posições sintáticas mais baixas, ela não seria produtiva nos

---

⁴¹ Vale dizer que, no trabalho de Galves (1987), esse dado foi retirado do NURC, o que mostra que esse *corpus* foi utilizado por diferentes abordagens da Linguística brasileira, com os mais diversos propósitos.

⁴² Como em “Eu vi a menina com quem você estudou”.

dados do PB do século XX (1981), de modo que, no âmbito da *capa documental*, o autor recorre à criação de um exemplo.

Em relação às *capas teórica e técnica*, consideramos importante notar que, a proposta de Tarallo (1993[1991]) não se limita a mostrar que o PB apresenta estruturas de relativização diferentes do PE – até porque uma das estratégias é encontrada em ambas as línguas, isto é, a *relativa com lacuna*. Conforme vimos na primeira parte do capítulo, as questões de Tarallo recaem sobre o modo de derivação dessas estruturas que, para ele, é o que de fato distingue as duas *gramáticas*: no PB, as relativas com lacuna – que também incluem as *relativas cortadoras* – seriam derivadas por apagamento do constituinte *in situ*, ao passo que, no PE, elas seriam geradas por movimento. Na perspectiva do autor, o modo de derivar relativas adotado pelo PB seria uma espécie de reflexo dos processos que estariam ocorrendo com as estratégias de pronominalização nas orações principais, sobretudo nos dados de 1981. Deste modo, o propósito de Tarallo (1993[1991]: 87) era demonstrar o *encaixamento estrutural* que estava ocorrendo no *sistema anafórico* do PB: a **mudança** nas estratégias de pronominalização teriam acarretado, por sua vez, **variação** e **mudança** nas estratégias de relativização:

Fica claro então que a relativa cortadora surgiu no sistema a partir da mudança sintática nas estratégias de pronominalização. Em outras palavras, a substituição da anáfora pronominal pela anáfora zero gerou, por assim dizer, um novo tipo de relativa: um que se parece exatamente com uma oração declarativa matriz a não ser pelo complementizador invariável que a introduz. Neste sentido, a análise defendida aqui sugere que a antiga competição entre dois tipos de relativas – uma claramente envolvendo movimento (relativa padrão) e a outra, um processo de apagamento (pronomes lembretes) – somente produziu um segundo paradigma, mas os dois processos em competição permaneceram os mesmos: movimento (*piedpiping*) vs. apagamento (relativa cortadora) (TARALLO, 1993[1991]: 88-9)

Para Tarallo (1993[1991]: 87), uma prova de que o português do Brasil vinha realizando a relativização por meio de apagamento, seriam as poucas ocorrências *piedpiping* nos dados do NURC de 1981, estratégia na qual a regra de movimento seria explícita. Além disso, teria ocorrido um aumento na ocorrência das estratégias de pronome lembrete e de relativa cortadora, corroborando o *encaixamento estrutural* da *gramática brasileira*. Uma vez que a proposta de Tarallo reside em explicar os dados linguísticos sincrônicos a partir da diacronia, por meio de tabelas e gráficos, o autor se propõe a identificar o momento em que a **mudança** teria ocorrido, tornando o português brasileiro uma língua distinta do português europeu:

A partir dos resultados apresentados [...], fica claro que por volta do tempo IV, ou seja, por volta de 1880, a relativa cortadora já havia iniciado seu papel no sistema: competir contra a estratégia do pronome lembrete em substituição à relativa *piedpiping*. Observe-se que a estratégia com pronome lembrete mantém um papel balanceado, embora marginal, no sistema sintático. A relativa cortadora, entretanto, começa a florescer precisamente por volta de 1880, momento em que também as estratégias de pronominalização estavam revertendo a hierarquia de uso válida até então. O gráfico 1 (adaptado do gráfico 5 em Tarallo, 1985, p. 373) revela o encaixamento das duas mudanças: a reestruturação do sistema pronominal e a emergência da relativa cortadora (TARALLO, 1993[1991]: 88)

Conforme já dissemos anteriormente, na perspectiva de Tarallo (1993[1991]), a emergência da *gramática brasileira* poderia ser entendida como fruto de uma mudança paramétrica. Para fundamentar essa generalização, Tarallo toma como ponto de partida os estudos realizados por Rosane Berlinck (1988, 1989) – sua aluna de Mestrado –, segundo os quais o português falado no Brasil estaria passando por uma fase de transição, indo de uma língua “*pro-drop*” para uma língua “*não pro-drop*”. Assim, no âmbito das *capas técnica e documental*⁴³, o autor menciona algumas estruturas de línguas que, de acordo com a literatura chomskiana, seriam próprias das línguas “*pro-drop*”: licenciamento de sujeitos nulos e de inversão de sujeito – isto é, ocorrência tanto da ordem SV, quanto da ordem VS. Dado o fato de não apresentar tais estruturas, a modalidade brasileira do português não seria uma língua “*pro-drop*” e, por consequência, deveria apresentar uma ordem sintática rígida, isto é, SVO. De acordo com Tarallo (1993[1991]: 90), Berlinck (1989) teria encontrado esses resultados em seu estudo, fato que, para o autor, revelaria a ocorrência de um *encaixamento sintático*: os dados de VS diminuem ao longo do período que vai de 1750 a 1987.

Tratando ainda da *capa técnica*, vemos que Tarallo (1993[1991]: 90) salienta o papel exercido pela análise quantitativa na determinação dos condicionantes da mudança linguística. Neste sentido, o autor destaca a metodologia utilizada por Berlinck (1989) no estudo da ordem VS, a fim de verificar o que condicionava ou não o uso dessa estrutura antes da mudança nas estratégias de pronominalização. Assim, utilizando os mesmos fatores condicionantes, a autora teria observado que, a cada século, um deles havia sido determinante: estatuto informacional do sintagma nominal sujeito (século XVIII); tipo do verbo (século XIX); transitividade (século XX). Na perspectiva de Tarallo (1993[1991]: 91), a mudança no peso dos fatores condicionantes revelaria, por assim dizer, a existência de diferentes *gramáticas*: em uma delas, a ordem dos constituintes da sentença seria derivada de razões funcionais – como no século XVIII –, ao passo que na outra o mesmo aspecto estrutural seria

---

⁴³ Inserimos esse aspecto na *capa técnica* porque, no âmbito da Gramática Gerativa, é comum haver a comparação translinguística, dado o objetivo de se encontrar os *princípios* estruturadores da *Gramática Universal*.

determinado pela transitividade do verbo. Deste modo, a existência de duas gramáticas parece ser justificada pelos fatores que conduzem ou não ao encaixamento estrutural:

[...] desde que os objetos nulos se tornaram um traço sintático dessa emergente gramática brasileira, a ordem VS deveria ser bloqueada com verbos transitivos a fim de não colidir com o papel temático a ser atribuído ao sintagma nominal ao redor do verbo (TARALLO, 1993[1991]: 92).

Dando continuidade à análise do *encaixamento estrutural* (*capas teórica e técnica*), Tarallo (1993[1991]: 94) faz menção a outra mudança que teria ocorrido em decorrência do enrijecimento da ordem dos constituintes na sentença e, conseqüentemente, da mudança nas estratégias de pronominalização, a saber: o enrijecimento do *princípio de adjacência* para a atribuição de *Caso Acusativo*. A fim de corroborar essa análise, Tarallo recorre ao trabalho de Ramos (1992), que, tendo sido orientada por ele, defendeu a tese *Marcação de Caso e Mudança Sintática no Português do Brasil: uma abordagem gerativista e variacionista*⁴⁴. De acordo com o que pudemos depreender a partir da leitura de Tarallo, o estudo de Ramos (1992) traria informações acerca de uma espécie de *mudança em progresso* nas regras de marcação do *Acusativo* entre os séculos XVIII e XIX – perda dos exemplos de marcação com *a*⁴⁵ –, período no qual também mudavam as estratégias de pronominalização.

Dado o fato de o *objeto teórico* eleito por Tarallo ser ancorado na noção de *encaixamento estrutural*, o autor chama a atenção para uma última mudança que caracterizaria a *gramática brasileira*, a saber: a fixação da ordem SVO também nas estruturas interrogativas diretas e até mesmo nas indiretas. Segundo o autor, tal mudança seria previsível:

Quão previsível é esta quarta mudança considerando-se os traços sintáticos já apresentados até o momento no presente trabalho? De um lado, há forte evidência (mas de novo não de natureza quantitativa) de que os padrões de ordem nas perguntas diretas na modalidade lusitana são bastante diferentes (cf. Ambar, 1987). De outro, não há razão nenhuma para não se acreditar que uma língua, que sofre um enrijecimento nos padrões canônicos de ordem nas declarativas, não deveria nivelar todos os tipos de estruturas, assim ecoando o mesmo padrão pelo sistema como um todo. E ainda, apontamos acima para uma distinção drástica entre as duas variedades do português: regras de movimento para a modalidade lusitana e regras de apagamento para o dialeto brasileiro para a derivação de certas estruturas. Certamente, a derivação de perguntas diretas envolve movimento, mas em um sistema fortemente marcado por regras de apagamento, deve-se na realidade esperar que mesmo na configuração das perguntas diretas as estratégias de movimento deveriam, pouco a pouco, começar a ser deixadas de lado. E isto é exatamente o que Duarte (1991) atestou em seus dados: um decréscimo da ordem VS, isto é, um decréscimo da regra de fronteamto ou subida do verbo nas perguntas diretas a partir de 1937 na modalidade brasileira (TARALLO, 1993[1991]: 98)

⁴⁴ Nas referências bibliográficas do texto que analisamos, aparece o seguinte título para o trabalho de Ramos (1992): *Teoria do Caso e Mudança Linguística: Uma Abordagem Gerativo-Variacionista*.

⁴⁵ Como em “Irmã Dulce surpreendeu *a todos*” (exemplo 7 em Tarallo (1993[1991]: 94)).

Através do trecho citado, vemos que, na proposta de Tarallo, a noção de *encaixamento linguístico*, oriunda de WLH (1968), está totalmente vinculada à noção de *gramática* defendida no âmbito da Gramática Gerativa, caracterizando um *tráfego intercoletivo de pensamento*: a *mudança paramétrica* que teria gerado alterações nas estratégias de pronominalização, geraria, por conseguinte, alterações em várias das estruturas da língua, ocasionando *mudanças* em cadeia. Deste modo, a *mudança* em um dos *parâmetros* da *gramática* – isto é, no *sistema anafórico* – geraria, então, a acomodação de vários aspectos da estrutura, a fim de garantir o mapeamento ideal entre forma e significado.

Observamos que, no que diz respeito à *capa técnica*, Tarallo (1993[1991]) dá bastante ênfase à quantificação dos dados *variação* e *mudança*. Ao fim e ao cabo, parece ser esse aspecto metodológico o fator principal para determinar se um fenômeno gramatical ainda está no “*campo de batalha*” ou se já venceu o *duelo*⁴⁶. Como exemplo, vemos Tarallo (1993[1991]: 99) afirmar que as quatro mudanças sintáticas observadas em seu artigo consistem em “*evidência quantitativa*” das “*mudanças dramáticas*” que, no século XIX, fizeram emergir uma *gramática brasileira*. No período anterior ao século XIX, os processos ainda estariam no terreno da *variação*, mas no século XIX, a *mudança* teria tomado espaço, conforme atestavam os dados quantitativos.

A valoração da metodologia quantitativa também pode ser visto no seguinte contraponto colocado pelo autor:

Certamente, estes novos traços gramaticais entraram na língua no final dos anos 1800 porque circunstâncias sociais especiais aconteciam naquele momento da história externa. Isso significa que não descartamos a hipótese de que essas mudanças poderiam ter ocorrido antes da virada do século. E isso também não significa que nossa evidência se encontra enviesada pelos dados. Certamente que não! Nosso argumento é que as circunstâncias sociais antes da virada do século podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta. E neste sentido fica comprovado quão importante é o exame de dados linguísticos à luz de evidências sociais. Sem vias de dúvidas, entretanto, pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática (TARALLO, 1993[1991]: 99)

Nesse trecho, o autor chama a atenção para a possibilidade de as mudanças sintáticas atestadas terem ocorrido antes do século XIX e, além disso, para a possibilidade de elas terem ocorrido sob a influência de *circunstâncias sociais*. Contudo, não obstante tais *circunstâncias* não serem explicitadas, a sua força e impacto são depreendidos por meio do viés quantitativo, isto é: independentemente de as *circunstâncias sociais* terem ou não exercido impacto na

---

⁴⁶ Cf. o capítulo 5, no qual mencionamos as analogia que Tarallo (1985) faz entre os processos de *variação* e *mudança* e um campo de batalha.

formação de uma *gramática brasileira*, isso não teria ocorrido antes do século XIX, dada a ausência de evidências quantitativas para afirmar isso.

A título de síntese, podemos fazer as seguintes observações a respeito de Tarallo (1993[1991]):

1. Em relação à *capa teórica*, o principal conceito utilizado foi o de *encaixamento estrutural*, *fundamento empírico* da mudança linguística, elaborado por WLH (1968). Entretanto, dado o fato de a perspectiva analítica de Tarallo estar atrelada ao *objeto teórico* da Gramática Gerativa – a saber, a *gramática nuclear* –, o *encaixamento* se dá à medida que as “*acomodações*” requeridas pela *gramática* vão ocorrendo, completando a *mudança*. A esse respeito, parece-nos ser possível dizer que, implicitamente, há a noção de que, quando ocorre o *encaixamento*, tem-se uma língua acabada (COSERIU 1979), pronta para mapear as relações entre forma e significado.
2. No âmbito da *capa técnica*, destacamos a relevância dada à metodologia quantitativa. É a partir dela que Tarallo (1993[1991]) determina os estágios de *variação* – a saber, os tempos de I a III – e, por fim, o período da *mudança*, que dá origem à *gramática brasileira*.
3. Tendo como base as reflexões deste e do capítulo anterior, verificamos, também, o papel relevante exercido pela *capa documental*: são os dados atribuídos ao português brasileiro que parecem conduzir a análise de Tarallo para o modelo da Gramática Gerativa, seja para atestar uma configuração paramétrica diferente, seja para mostrar problemas que ainda não teriam sido tratados de maneira satisfatória pela teoria – como a análise das estratégias de relativização, por exemplo.

Um aspecto interessante a ser observado em Tarallo (1993[1991]) é a relativa despreocupação do autor em nomear a língua portuguesa falada no Brasil. Ao longo do texto, vários termos são utilizados, sem que Tarallo demonstre preferência por algum deles: *dialeto brasileiro*, *modalidade brasileira*, *sistema brasileiro*. Aliás, em uma passagem do texto, o autor afirma que não achava necessário debater a questão da nomeação da língua, dado tratar-se de uma questão *meramente ideológica*. Contudo, é importante observar que, logo no início do texto, Tarallo se refere a uma *gramática brasileira* e, ao longo do artigo, reitera essa proposta. Nesta dissertação, acreditamos que Tarallo está referindo ao conceito de *gramática nuclear*, de modo que, quando o autor afirma que PB e PE são línguas diferentes, elas o são no âmbito desses princípios básicos, que determinam o que uma língua é ou não é, o que uma

língua faz ou não faz. Em outras palavras, na visão de Tarallo, o português do Brasil não parece se distanciar do português europeu no plano meramente cultural, mas, além disso, as duas línguas estruturam construtos teóricos distintos, parametricamente opostos.

Levando tais aspectos em consideração, cremos ser possível afirmar que, embora Fernando Tarallo tenha sido considerado uma *liderança intelectual e organizacional* da Sociolinguística no Brasil, suas análises propostas no âmbito do **problema linguístico brasileiro** podem ser classificadas no interior do *Programa de Correspondência* (SWIGGERS, 1987 e 2004), de acordo com os seguintes critérios:

1. A *visão de língua* defendida pelo autor corresponde ao conceito de *gramática* defendido na Gramática Gerativa: um sistema global, constante da intuição do falante, constituído por vários subsistemas que interagem entre si a fim de garantir o mapeamento perfeito entre forma e significado. Por esta razão, numa situação de **variação e mudança**, cabe ao analista demonstrar as acomodações geradas no sistema para garantir o seu funcionamento e equilíbrio, daí o uso do conceito de *encaixamento estrutural* por parte de Tarallo.
2. A *incidência* das análises de Tarallo corresponde, fundamentalmente, às mudanças ocorridas no *sistema anafórico* do português, fazendo emergir, então, uma *gramática brasileira*. Com base em Negrão (2014), afirmamos que as relações de anaforização são expressas primeiramente na mente do falante e, com a estruturação da sentença, são expressas na estrutura. Por isso, o estudo desses processos está ligado ao *Programa de Correspondência*.
3. Embora a análise quantitativa se apresente como extremamente relevante na determinação da emergência da *gramática brasileira*, verificamos que a *técnica* utilizada por Tarallo (1986 e 1991) está intimamente relacionada à Teoria da Regência e Ligação: o autor assume a existência da *Estrutura Profunda* e da *Estrutura Superficial*; há uma teoria da estrutura de constituintes e também de suas operações de movimento; a *Teoria de Ligação* e a *Teoria do Caso* são domínios relevantes para se atestar a existência de uma *gramática brasileira*; o português do Brasil é distinguido do português de Portugal por meio da noção de *parâmetro*.

A seguir, apresentaremos algumas conclusões sobre os nossos resultados de pesquisa, por meio das quais procuraremos cotejar, sumariamente, o conhecimento linguístico produzido por Fernando Tarallo e Serafim da Silva Neto, verificando quais aspectos condicionaram a formação da Linguística Histórica para cada um desses autores.

Discussão dos resultados da pesquisa

Ligando-nos a uma vertente da Historiografia Linguística que se ocupa do estudo do tratamento dos problemas teóricos no âmbito das ciências da linguagem – Historiografia de Problemas (cf. SWIGGERS, 2013) –, nesta dissertação, propusemos uma análise comparativa dos conceitos de *variação* e *mudança linguísticas* em dois subperíodos da Linguística Histórica Brasileira – a década de 1950 e pós-década de 1980 –, assumindo como fontes de investigação as obras de dois grandes profissionais dessa linha de pesquisa, a saber: Serafim da Silva Neto – do qual estudamos a *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* (1950) – e Fernando Luis Tarallo – de quem estudamos dois artigos: *Sobre a Alegada do Português Brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias* (1986) e *Diagnosticando uma Gramática Brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX*. A partir desses trabalhos, também buscamos analisar a emergência e formulação do *conceito científico* de *português brasileiro* – o que convenciamos chamar de *problema linguístico brasileiro* –, entendendo-o não como uma realidade previamente dada, mas sim como um *conceito*, teoricamente formulado.

Tomamos como um dos pontos de partida as ideias de Fleck (2010), porque esse autor, à semelhança do que se dá no campo da Historiografia Linguística, entende a formulação do *conhecimento científico* como uma prática sócio historicamente situada, caracterizada por continuidades e descontinuidades, nas complexas redes que se estabelecem entre passado, presente e, por que não dizer, futuro. Além das propostas de Fleck (2010), cujo trabalho nos serviu como um modelo geral para o estudo da História da Ciência, valemo-nos também de conceitos teórico-metodológicos com os quais tínhamos mais familiaridade, tais como: *Capas do Conhecimento Linguístico* (SWIGGERS, 2004), *Programas de Investigação* (SWIGGERS, 1987 e 2004), *Objeto Observacional* e *Objeto Teórico* (DASCAL & BORGES NETO, 1991).

No que diz respeito à constante e reiterada discussão do *problema linguístico brasileiro*, por meio da análise dos dois autores privilegiados por nossa pesquisa e também de algumas *fontes secundárias* – como Mendonça (1936), por exemplo – verificamos que, ao longo do recorte temporal abordado, observa-se importante *descontinuidade*, pois o referido *problema* muda de forma a depender do *estilo de pensamento* predominante no contexto, o que, por sua vez, conduz à formulação de diferentes *objetos observacionais* e *teóricos*. No caso da obra de Silva Neto (1950), inserida num *estilo de pensamento* (ou numa *capa*

contextual) que valorizava a continuidade político-cultural entre Portugal e Brasil, o **problema linguístico brasileiro** é tratado de forma negativa: o **português brasileiro**, enquanto língua distinta e desgarrada da língua de Portugal, não se configura como realidade. Deste modo, o *objeto observacional* é uma *língua transplantada*, ao passo que o *objeto teórico* é caracterizado pelas ideias e práticas da Linguística Românica, dentre as quais há a noção do português falado no Brasil como uma língua que faz parte da *deriva indo-europeia*. Fernando Tarallo, por sua vez, cuja obra é perpassada por um *estilo de pensamento* (ou *capa contextual*) composto por teorias linguísticas que, no contexto brasileiro, acima de tudo, sinalizam uma ruptura com a tradição gramatical portuguesa – como a Sociolinguística e a Gramática Gerativa, por exemplo –, tratará afirmativamente do **problema linguístico brasileiro**: para o linguista, ocorre, no século XIX, a emergência de uma *gramática brasileira*. No *conhecimento linguístico* produzido por esse autor, a *gramática nuclear* assume o papel de *objeto observacional* e, no âmbito do *objeto teórico*, têm-se os elementos caracterizadores do *sistema anafórico* do **português brasileiro**. Não obstante essas generalizações, é importante ressaltar que, em ambos os períodos, houve abordagens diferentes do **problema linguístico brasileiro**, as quais, não necessariamente, foram vinculadas às ideias dos autores que, de um modo ou de outro, foram considerados mais relevantes pela Historiografia: um exemplo disso é o próprio Renato Mendonça que, mesmo em meio ao forte predomínio das teorias e práticas da Linguística Românica na primeira metade do século XX no Brasil, sustentou a existência de uma *língua brasileira*, originária da influência do contato com as línguas africanas.

Nos dois subperíodos observados em nossa pesquisa, ainda no que diz respeito à *capa teórica*, verificamos a *continuidade* em um entendimento, por assim dizer, *teleológico* da **mudança linguística**. Na perspectiva de Silva Neto (1950), por exemplo, o conceito de *língua transplantada*, ancorado na noção de *deriva linguística*, dava argumentos para que o filólogo concebesse o **português brasileiro** como uma resultante dos processos de **mudança** que caracterizavam as línguas indo-europeias e, num âmbito mais particular, o português falado na ex-metrópole, do qual o **português brasileiro** seria uma espécie de estágio intermediário. Por outro lado, o *Modelo de Princípios e Parâmetros* e a noção de *encaixamento estrutural* – entendidos como ferramentas teóricas essenciais para a emergência de outra Linguística Histórica brasileira, na década de 1980 – também trazem uma perspectiva de previsibilidade para a **mudança**: conforme vimos em Lifghtfoot (1979), a Teoria da Gramática que serve de interpretante para as teorias de **mudança** informa ao analista quais aspectos da estrutura

linguística são (ou não) afetados pelas alterações observadas, fazendo com que algumas *mudanças* sejam prefiguradas através da ocorrência de outras.

O *ecletismo teórico* também foi uma característica presente na *capa teórica* do conhecimento produzido pelos dois autores que analisamos¹. Ora, segundo Fleck (2010), cada época possui seu *estilo de pensamento* predominante, que molda a percepção de mundo de um dado momento, inclusive as concepções científicas. Contudo, conforme salienta o autor, em virtude da articulação orgânica e fluida que se estabelece entre passado e presente, dificilmente é possível encontrar situações de ruptura absoluta, sobretudo no que diz respeito à ciência, de modo que os conceitos atuantes num tempo/espço presente são, por consequência, determinados por aqueles que os antecederam. Assim, nos estágios iniciais de emergência de um *estilo de pensamento* particular, é possível perceber traços de outros, configurando-se, assim, um *tráfego intercoletivo*. Nesta dissertação, no que diz respeito à *capa contextual*, entendemos que ambos os autores analisados situam-se em momentos de transição dos estudos linguísticos no Brasil: Silva Neto (1950), embora defenda a adoção de uma perspectiva sociocultural para o estudo da *variação* e da *mudança*, parece ser impactado pelo conhecimento linguístico produzido no século XIX, período de grande proeminência dos estudos de caráter imanente no âmbito da Linguística Histórica, no geral, e da Linguística Românica, em particular. Por esta razão, ao mesmo tempo em que apresenta concepções sociológicas ou de *feição sociolinguística* – como as de Tarde, Veblen e Meillet –, trabalha com teorias de mudança interna, como as de Adolfo Coelho e de Sapir. Fernando Tarallo, por sua vez, produz a sua obra num período quase imediatamente posterior à institucionalização da Linguística no Brasil, disciplina que, de um modo geral, caracterizou-se por um discurso de ruptura com a Gramática Tradicional. Assim, o autor reúne em seu *conhecimento linguístico* aspectos da Sociolinguística (Teoria da Variação e da Mudança) e da Gramática Gerativa, a fim de caracterizar uma *gramática brasileira* apartada do padrão lusitano.

No que diz respeito à *capa técnica*, os dois autores observados tendem a apresentar análises mais atreladas a fatores sócio históricos para o problema da *variação* e, para a *mudança*, análises mais imanentes. Silva Neto (1950), por exemplo, procura apresentar de forma detalhada a organização da sociedade do Brasil colonial, de modo justificar as diferenças linguísticas existentes entre brancos e negros, urbanos e rurais etc. No plano da *mudança*, entretanto, o autor afirma existirem fenômenos cuja alteração já estaria, por assim

---

¹ Vale dizer que esse mesmo aspecto foi observado na produção do século XIX, por Pinto (1978).

dizer, programada pela *deriva* da língua. Não obstante, por meio de uma análise um tanto híbrida, vemos que Silva Neto (1950) também procura acentuar o papel que os fatores de natureza social podem desempenhar na *mudança*, como a ação dos *aloglotas* na deflagração da *deriva* e a ascensão social do mestiço como um dos elementos que teria levado à vitória da língua portuguesa no Brasil. Nesse sentido, o tratamento que Silva Neto (1950) apresenta para os problemas da *variação* e da *mudança* poderia, por um lado, ser incluído no *Programa Sociocultural* e, por outro, no *Programa Descritivista* (SWIGGERS, 2004).

Embora Tarallo (1986 e 1991) não apresente um tratamento pormenorizado do problema da *variação* – já que seu foco parece ser a *mudança* –, por meio das breves considerações que, no **capítulo 5**, fizemos sobre os trabalhos de Tarallo (1985 e 1983), vemos que esse linguista também olhava para a *variação linguística* a partir de uma perspectiva mais social: em Tarallo (1985), por exemplo, assume-se que a relação entre a língua e a sociedade deveria ser tomada como elemento central da análise, e em Tarallo (1983), o autor assume que o uso de estruturas com pronomes resumptivos estava ligada ao pertencimento a classes sociais mais baixas. Contudo, no estudo da *mudança*, tomando como ponto de partida os conceitos de *mudança paramétrica* e *encaixamento estrutural*, o linguista propõe uma análise imanente das *mudanças sintáticas aleatórias* do português. Dado o caráter dos fenômenos linguísticos investigados pelo autor – em geral, fenômenos linguísticos relacionados ao domínio do sistema anafórico da língua –, sua análise pode ser inserida no âmbito do *Programa de Correspondência* (SWIGGERS, 2004).

O contraste entre os *Programas de Investigação* nos quais as análises de Silva Neto e Fernando Tarallo podem ser inseridas também pode ser percebido pelo seguinte aspecto: enquanto o filólogo faz um uso abundante de teorias sociológicas para interpretar os seus dados – o que nos leva a perceber a construção de uma espécie de teoria sociolinguística em sua obra –, Tarallo utiliza, fundamentalmente, modelos teóricos internos à Linguística. Nesse sentido, se nos referirmos ao conceito de *tráfego intercoletivo de pensamento* (FLECK, 2010), veremos que em Silva Neto o processo se dá entre os estudos linguísticos – sobretudo os estudos de Linguística Românica – e os estudos culturais – História, Sociologia etc –, enquanto em Tarallo o *tráfego intercoletivo* ocorre entre teorias linguísticas hegemônicas no período, a saber: a Gramática Gerativa e a Sociolinguística de extração laboviana.

No plano da *capa documental*, também pudemos observar uma *descontinuidade* entre o trabalho dos dois autores que, de um modo geral, parece representar a tendência de duas

gerações: enquanto Silva Neto (1950) privilegia o domínio fonético-fonológico da língua, procedendo a generalizações sobre o vocalismo e o consonantismo do português, Tarallo (1986 e 1991) tem como foco a sintaxe, mais especificamente os fenômenos linguísticos envolvidos no *sistema anafórico*. Se em Tarallo o **português brasileiro** é comparado diretamente com o português europeu e com outras línguas historicamente distantes – uma vez que o objetivo do autor é fazer aproximações “tipológicas” –, em Silva Neto a comparação se dá com o maior número de línguas românicas possíveis, de modo a comprovar os caminhos tomados pela **mudança** ao longo da *deriva indo-europeia*. Outro aspecto a ser observado é que, em Silva Neto (1950) há um espaço destinado ao tratamento dos dados dialetais, porém, na produção de Tarallo, a norma linguística urbana assume o protagonismo, algo que faz parte da *capa contextual* da emergência da Sociolinguística no Brasil.

À parte as *descontinuidades*, no todo da pesquisa, os elementos da *capa documental* nos ajudaram a verificar a interação entre *objeto observacional* e *objeto teórico*: em geral, os autores justificavam a escolha por determinada abordagem teórica em função dos dados linguísticos encontrados. Tarallo, por exemplo, argumenta que, dadas as particularidades sintáticas apresentadas pelo português no quadro das demais línguas românicas, seria necessário recorrer a uma abordagem estrutural, por meio da qual as línguas seriam aproximadas não por sua origem comum, mas sim pela semelhança dos traços gramaticais. Em Silva Neto (1950), o domínio fonético-fonológico emerge como *objeto observacional* privilegiado para se provar a tese do *conservadorismo*, mesmo que, para isso, fosse necessário recorrer à reconstrução interna. Neste sentido, vemos que se em Silva Neto (1950), por vezes, os dados não mostram o que efetivamente ocorreu, devendo o filólogo lançar hipóteses de reconstrução, em Tarallo, o dado linguístico assume o papel de direcionar para um ou outro modelo teórico².

Alguns aspectos do *horizonte de retrospectão* dos dois autores particularmente abordados em nossa pesquisa podem ser aproximados. Como exemplo, podemos afirmar que ambos negam as análises nacionalistas como soluções satisfatórias para o **problema linguístico brasileiro**, dada a sua insuficiência enquanto modelo científico. Além disso, observamos aspectos de *continuidade* nas problematizações que os dois autores fazem das teorias sobre a mudança linguística elaboradas no século XIX, sobretudo em função da

---

² Lembremos, a esse respeito, as problematizações que as relativas do português colocavam para a análise clássica de Chomsky (1977).

aproximação que elas estabeleciam com as ciências biológicas. Contudo, embora a teoria da filiação linguística seja relevante no conhecimento linguístico produzido por Serafim da Silva Neto – que, de uma maneira ou outra, se aproxima dessa Linguística do século XIX –, ao utilizar o *Modelo de Princípios e Parâmetros*, Tarallo argumenta que a comparação entre as línguas não deveria ficar restrita à sua origem histórica comum, mas deveria ser pensada em relação aos seus aspectos estruturais.

Por fim, a análise ancorada nos *Programas de Investigação* foi essencial para demonstrar a *descontinuidade* da Linguística Brasileira. Em outras palavras, o uso desse conceito operatório – assim como o conceito de *capas do conhecimento linguístico* –, ajudou-nos a mostrar que diferentes linhas de Linguística Histórica fundamentaram a discussão do *problema linguístico brasileiro*. No primeiro momento, conduzido pela tradição filológica, há o predomínio de teorias, métodos e fontes documentais ligados ao *Programa Sociocultural* para descrever e explicar o problema da *variação linguística*: em Silva Neto (1950), por exemplo, a oposição entre a cidade e o campo é entendida como uma das principais causas de *variação*, e em Mendonça (1936) as diferentes faces da língua são explicadas via Geografia Linguística – esta entendida num sentido amplo, como: composição étnica da localidade, demografia etc. Entretanto, no plano do estudo da *mudança*, há uma distinção entre os que defendem a filiação latina do português falado no Brasil e os que atestam a existência de uma língua brasileira: em geral, as ideias propagadas pelo primeiro grupo são sustentadas por teorias pertencentes ao *Programa Descritivista*, como pudemos notar na obra de Silva Neto (1950), que descreve o *português No Brasil* como uma *língua transplantada* por meio de uma *visão de língua imanente*, sustentada pelo conceito de *deriva*. Por outro lado, na obra de Tarallo e no conjunto das pesquisas que ele motivou no âmbito da Linguística Histórica, há uma preponderância do *Programa de Correspondência*, uma vez que, tanto a *variação* quanto a *mudança* emergem de um conceito mentalista de *gramática*.

Considerações Finais

Com base no estudo realizado nesta dissertação, acreditamos ser possível dizer que revisitar a história da Linguística Histórica brasileira significa, antes de tudo, refletir sobre os diferentes aspectos que propiciaram a institucionalização dos estudos sobre a linguagem no Brasil, isto é, verificar, de um lado, quais foram os pressupostos teóricos, os métodos e dados linguísticos privilegiados por essa área do conhecimento e, de outro, os aspectos contextuais que fundamentaram a sua emergência.

Os elementos teórico-metodológicos utilizados na pesquisa foram úteis para a determinação das *continuidades* e *descontinuidades* envolvidas nos estudos histórico-diacrônicos brasileiros. Se pensarmos na distinção entre *Linguística Histórica* – ideias e práticas voltadas ao estudo dos fenômenos ocorridos em línguas particulares – e *Linguística Teórica* – ideias e práticas linguísticas voltadas a um estudo abstrato do sistema – (MATTOS E SILVA, 1988), vemos que, de um modo geral, as ideias e práticas da *Linguística Teórica* foram transferidos para a *Linguística Histórica*. Tal conclusão só foi possível por meio do uso de conceitos como *Programas de Investigação*, *capas do conhecimento linguístico*, *objeto observacional*, *objeto teórico* e *estilo de pensamento*.

Acreditamos que, ao assumirmos o *português brasileiro* não como uma realidade dada, mas sim como um *conceito científico*, um *objeto observacional* e *teórico* em construção, respondemos a uma das questões colocadas por Dascal & Borges Neto (1991), a saber: os diferentes *objetivos* e *modos de fazer* não tomam como escopo um mesmo *objeto*. Se, rapidamente, pensarmos em Silva Neto (1950) e Mendonça (1936), veremos que alguns dos fenômenos linguísticos considerados são equivalentes em cada um dos autores, que, por sua vez, seguem diferentes linhas no estabelecimento de uma história para o português falado no Brasil. Além disso, não obstante houvesse uma literatura considerável contando a história da língua em seus variados aspectos – sobretudo no campo da Fonologia – Tarallo se propõe a construir uma sintaxe diacrônica, por meio da qual, segundo ele, seria possível tirar conclusões gerais e, por assim dizer, definitivas sobre o *problema linguístico brasileiro*¹.

A noção de *capas do conhecimento linguístico* se mostrou bastante relevante no exame da íntima relação que se estabelece entre uma teoria linguística e os dados que se deseja descrever. Pensando especificamente em nossa pesquisa, verificamos que, a depender do caso,

---

¹ A esse respeito, podemos citar a abordagem que o autor faz da hipótese da criouliização.

as *capas teórica e técnica* podem se sobrepor à *capa documental* ou vice-versa. No primeiro caso, podemos exemplificar com a abordagem dada por Silva Neto (1950) para o ***problema linguístico brasileiro***, a qual, segundo argumentamos, foi caracterizada por *estratégias de adaptação* (SWIGGERS, 1988)², e no segundo – isto é, caracterizada pela proeminência dos dados –, enquadrados o direcionamento de Fernando Tarallo, cujos dados da sintaxe do português brasileiro frente ao português europeu levam à busca de uma teoria que, na visão do autor, melhor explicita as rupturas. Deste modo, indagamo-nos se, na Linguística Histórica Brasileira, haveria uma tendência paulatina para a análise calcada em e direcionada por dados. Ora, sabemos que no final do século XX houve investimentos consideráveis na construção de *corpora*, mas as generalizações só se tornam possíveis mediante uma pesquisa empírica detalhada, tendo como base as obras de diferentes autores e projetos.

Pensando na Linguística brasileira contemporânea, vemos que o que aqui chamamos de ***problema linguístico brasileiro*** parece não ocupar mais o centro das atenções. Não são mais vistos trabalhos ou debates sobre a nomeação da língua ou mesmo um questionamento forte em relação à existência ou não de um ***português brasileiro*** propriamente dito, pois todos os pesquisadores que se ocupam do estudo dessa língua assumem, como ponto de partida, que Brasil e Portugal seguem padrões linguísticos distintos. Entretanto, há uma divergência bastante grande em relação aos aspectos linguísticos que, fundamentalmente, caracterizam essa língua, fato que, em linguagem historiográfica, poderia ser, ao menos, identificado como divergências no âmbito da *capa teórica* e na *capa técnica*. Assim, julgamos possível dizer que, embora o ***problema linguístico brasileiro*** não soe mais como um elemento de divergência e/ou diversificação na Linguística nacional, esse *objeto* que, em tese, compartilham todos os profissionais da área – isto é, o ***português brasileiro*** – é perpassado pela pluralidade teórica e metodológica. Neste sentido, amparando-nos em Altman (1994), afirmamos que há duas forças caracterizadoras da Linguística Histórica brasileira: uma *força centrípeta* e uma *força centrífuga*. A *força centrípeta* se dá pelo compartilhamento do objeto, isto é, o ***português brasileiro*** (PB) que, de maneira geral, está no horizonte de descrição e interpretação de um imenso conjunto de linguistas. Contudo, a *força centrípeta* caracteriza os aspectos teóricos e metodológicos, fazendo voltar algumas perguntas, ligeiramente modificadas: o PB seria fruto do contato com línguas africanas? Ou as línguas indígenas também teriam contribuído para a sua formação? Qual o papel dos imigrantes europeus e

---

² Como o uso do conceito de *língua transplantada*, através do qual o português falado no Brasil era considerado um estágio intermediário da ação da *deriva indo-europeia* sobre o *domínio linguístico português*.

asiáticos? Qual a melhor abordagem teórica para deslindar o problema? Enfim, são várias as perguntas, que nos mostram uma Linguística Histórica brasileira perpassada por *continuidades e descontinuidades*.

Referências bibliográficas

- ALONSO, A. Prólogo a La Edición Española. In: SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística General**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1945.
- ALONSO, M. C. Multidimensionalidad, Complejidad y Dinamismo em la Historiografía Lingüística y en su definición del concepto de Tradición. **Todas as Letras: revista de Língua e Literatura**, v. 14, nº 1, p. 71-86, 2012.
- ALTMAN, C. Trinta anos de Linguística Brasileira: movimentos de afirmação e auto-afirmação profissional. **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 10, 389-408, 1994.
- _____. **A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- AMARAL, A. **Dialeto Caipira**: Gramática e Vocabulário. São Paulo: “O Livro”, 1920.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BASTOS, E. R. O Ensaísmo dos Anos 20. In: _____. **As Criaturas de Prometeu**. Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2006.
- BLANCH, J. L. Proyecto de Estudio Del Habla Culta de Las Principales Ciudades de Hispanoamérica. In: PRETI, D.; URBANO, H. (org.) **A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo**. São Paulo: TAQ/FAPESP, 1990 [1967].
- BATISTA, R. de O. **A Recepção à Gramática Gerativa no Brasil (1967-1983)**: um estudo historiográfico. 2007, 190 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BORGES, P. de S. Obras inaugurais dos estudos do contato do PB com as línguas africanas. In: BORGES, P. de S. **Línguas Africanas e Português Brasileiro**: análise historiográfica de fontes e métodos de estudos no Brasil (séc. XIX-XXI). 2015. 237. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 86-143.
- BRAGA, M. L. Tópico e Ordem Vocabular. **Boletim da Abralín** 6, 174-88.
- CASTILHO, A. T. de. O Português Culto Falado no Brasil: história do Projeto NURC. In: PRETI, D.; URBANO, H. (org.) **A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo**. São Paulo: TAQ/FAPESP, 1990.
- _____. Prefácio. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- _____. O Português do Brasil. In: ILARI, R. **Linguística Românica**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2004.
- CAVALIERE, R. S. Vertentes da Sociolinguística no Brasil. **Web-Revista Sociodialeto**, v. 4., 2014.

CHOMSKY, N. **Linguística Cartesiana**: um capítulo na história do pensamento racionalista. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **Lectures on Government and Binding**. 5. ed. Dordrecht: Foris Publications, 1988.

COELHO, F. A. **A língua portuguesa**: fonologia, etimologia, morfologia e sintaxe. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

_____. Os Dialectos Românicos ou Neolatinos na África, Ásia e América. In: **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 2ª série, nº 3, 1880.

COELHO, O. F. **Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira**: Um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem. 1998. 184f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

_____. Os nomes da língua: configuração e desdobramentos do debate sobre a língua brasileira no século XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 47, p. 139-160, 2008.

_____; DANNA, S.; POLACHINI, B. O Português do Brasil em Gramáticas Brasileiras do Século XIX. **Confluência** (Rio de Janeiro), v. 1, p. 115-141, 2015.

COSERIU, E. Perspectivas Gerais. In: NARO, A. J. (org.). **Tendências Atuais da Linguística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. Língua Abstrata e Língua Concreta. A Língua como “Saber Falar” historicamente determinado. Os Três Problemas da Mudança Linguística. In: _____. **Sincronia, Diacronia e História**: o problema da mudança linguística. 1. ed. Rio de Janeiro: Editorial Presença, 1979.

COSTA, W. P. A Independência na Historiografia Brasileira. In: JANCSÓ, I. (Org.). **Independência do Brasil**: História e Historiografia. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006, v.1, 2006.

DASCAL, M.; BORGES NETO, J. De que trata a Linguística, Afinal?. **Histoire Épistémologie Langage**, Paris, França, v. 13, n. 1, p. 13-50, 1991.

ELIA, S. E. *In memoriam* a Serafim da Silva Neto (6-6-1917 -23-9-1960). **Revista Brasileira de Filologia**, 1960.

_____. **O Problema da Língua Brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1961.

_____. **Ensaio de filologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1975.

FARACO, C. A. **Linguística Histórica**: introdução ao estudo da história das línguas. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial.

FLECK, L. **Gênese e Desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FREYRE, G. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In:_____. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 47. ed. São Paulo: Global, 2003.

GALVES, C. A sintaxe do português brasileiro. **Ensaio de Linguística**, Belo Horizonte, v. 13, p. 31-50, 1987.

GENTNER, D.; JEZIORSKI, M. The Shift from Metaphor to Analogy in Western Science. In: ORTONY (ed.). **Metaphor and Thought**. 2.ed. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1993.

GUY, G. The Linguistic Problems. In: _____. **Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the Phonology, Syntax, and Language History**. 1981, 392f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade da Pensilvânia, 1981.

_____. The origins of popular dialect. In: _____. **Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the Phonology, Syntax, and Language History**. 1981, 392f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade da Pensilvânia, 1981.

HYMES, Dell. **Traditions and paradigms**. Essays in the history of Linguistic Anthropology. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1974.

HOCHBERG, J. Functional Compensation for /s/ deletion in Puerto Rican Spanish. **Language**, 62, 3, p. 609-621, 1986.

KATO, M. A. Orações Relativas: Variação Universal e Variação Individual em Português. **Anais do Seminário do GEL**, v. 5, p. 1-16, 1981.

_____. Prefácio. In: TARALLO, F. L. **Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. Por que escavar? In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____; RAMOS, J. M. Trinta Anos de Sintaxe Gerativa no Brasil. **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. Especial, p. 105-146, 1999.

KOERNER, E. F. K. Models in Linguistic Historiography. In:_____. **Practicing linguistic historiography: selected essays**. 31-46. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

_____. Preface to the 1974 edition. In: BOPP, Franz. **Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin and Teutonic Languages**, Sheewing the Original Identity of their Grammatical Structure. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

_____. The Natural Science Impact on Linguistic Theory. In: KOERNER, E.F.K. **Professing Linguistic Historiography**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995a.

_____. Questões que persistem em Historiografia Linguística. **Revista da ANPOLL**, nº 2, p. 45-70, 1996.

_____. O Problema da ‘Influência’ na Historiografia Linguística. In:_____. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, Coleção

Linguística 11, prefácio de Carlos Assunção, seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman, 2014.

_____. William Labov e as origens da sociolinguística na América. In: _____. **Quatro décadas de historiografia linguística**: estudos selecionados. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras, Coleção Linguística 11, prefácio de Carlos Assunção, seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman, 2014.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 12.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

LABOV, W. O quadro social da mudança linguística. In: _____. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Contexto, 2008.

LEMLE, M. Heterogeneidade Dialetoal: um apelo à pesquisa. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 53-54, p. 60-94, 1978.

LIÃO, D. N. de. **Origem da lingua portvgvesa**. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1606.

LIGHTFOOT, D. W. Preliminaries. In: LIGHTFOOT, D. W. **Principles of diachronic syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

LOBO, T. Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, 12, p. 9-16, 1994.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da linguística histórica no Brasil **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, 4(1), p. 85-113, 1988.

_____. Ideias para a História do Português Brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, A. T. de (Org.) **Para a História do Português Brasileiro** volume I: primeiras ideias. São Paulo: Humanitas Publicações/ FFLCH/USP, 1998.

_____. Orientações atuais da Linguística Histórica no Brasil. **Revista de Linguística**, São Paulo, v.1, nº 11, p. 155-174, 1999.

_____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. Teorias da mudança linguística e a sua relação com a(s) história(s) da língua(s). **Linguística (Porto)**, v. 3., p. 39-53, 2008.

MENDONÇA, R. **A Influência Africana no Português do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. **O Português do Brasil**: origem, evolução e tendências. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

MURRAY, S. O. Theory Groups in Science. In: _____. **Theory and theory groups in american sociology**. New York: Harper&Row, 1973.

NEGRÃO, E. V. A natureza da linguagem humana. In: FIORIN, J. L. (org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, M.H.M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OBREGÓN, D. La construcción social del conocimiento: los casos de Kuhn y de Fleck. **Revista Colombiana de Filosofía de la Ciencia**, año/vol. 3, número 6-7, Universidad El Bosque, Bogotá, Colombia, pp. 41-58, 2002.

OLIVEIRA, M. A naturalização dos portugueses e a invenção da marca identitária. In: FIGUEIREDO, C.; ARAÚJO, E. (orgs.). **Diálogos com Ribeiro**. Sobre gramática e história da língua portuguesa. Salvador: Edufba, 2015.

PAGOTTO, E. G. Crioulo sim, crioulo não: uma agenda de problemas. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; LOPES, R. E. V.; MORAIS, M. A. T. de; CYRINO, S. M. L. (Orgs.). **Português Brasileiro: Descrição, História e Aquisição**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2007, v. 1, p. 461-482.

PAIVA, M. C. A.; DUARTE, M. E. L. Quarenta anos depois: a herança de um programa na Sociolinguística brasileira. In: BAGNO, M. (org.). **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. A Morfologia de Flexão no Português do Brasil: Ensaio sobre um discurso de perda. **Estudos da Língua(gem)** (Impresso), v. 8, p. 55-82, 2010.

PAREDES SILVA, V. L. Relevância das Variáveis Linguísticas. In: MOLLICA, M.C.; BRAGA, M.L. **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

PICKERING, W. A. A influência de Darwin na teoria linguística como um prelúdio às abordagens “evolucionárias” no século XXI. **Teoria, Análise e Aplicações** (6). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras – UERJ, v. 6. p. 105-124, 2011.

PINTO, E. P. **O Português do Brasil: Textos críticos e teóricos**. Vol. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978.

_____. **O português do Brasil**. Textos críticos e teóricos. Fontes para a teoria e a história. Vol. 2. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1981.

RAMOS, J. M. **Marcação de Caso e Mudança Sintática no Português do Brasil**: uma abordagem gerativa e variacionista. Tese (Doutorado em Linguística), 356f. Universidade Estadual de Campinas, 1992.

RAPOSO, E. P. **Teoria da Gramática: a Faculdade da Linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992.

ROBINS, R. H. Comparative and historical linguistics in the nineteenth century. In: _____. **A Short History of Linguistics**. Londres: Longman, 1967.

RODRIGUES, A. D. Tarefas da Linguística no Brasil. **Estudos Linguísticos** (Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada), v. 1., n. 1., p. 4-15, 1966.

SAPIR, E. **A Linguagem**: introdução ao estudo da fala. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SILVA, W. S. da. Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil (SILVA NETO, 1950): a variação linguística sob a ótica de dois Programas de Investigação contrastantes.

Anais do IX Congresso Internacional da ABRALIN. Belém: ABRALIN, v.4, p. 1040-1055, 2015.

SILVA, L. A. Projeto NURC: um histórico. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 10, p. 83-90, 1996.

SILVA NETO, S. da. À guisa de Prólogo. **Revista Brasileira de Filologia**, 1955.

_____. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e da Cultura, 1963.

_____. Prefácio. In: SILVA NETO, Serafim da. **História da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

SWIGGERS, P. L'historiographie des sciences du langage: intérêts et programmes. **INTERNACIONAL CONGRESS OF LINGUISTICS**, 14, 1987 (August 10 – August 15), Berlin/GDR, Proceedings, Berlin: Akademie-Verlag, p. 2713-2716, 1991a.

_____. Les premières grammaires des vernaculaires gallo-romans face à la tradition latine: stratégies d'adaptation et de transformation. In: ROSIER, I. **L'Heritage des Grammairiens Latins de L'Antiquité Aux Lumières**. Actes du Colloque de Chantilly. Paris: Diffusion Éditions Peeters, 1988.

_____. Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística. **Nuevas Aportaciones a la historiografía lingüística**. Actas del IV Congresso Internacional de la SEHL. La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003. p. 113-146, 2004.

_____. A Historiografia da Linguística: objeto, objetivos e organização. **Revista Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, nº 44-5, 1º e 2º semestres de 2013, p. 39-59.

TARALLO, F. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. 1983, 273f. Tese (Doutorado em Linguística), University of Pennsylvania, 1983.

_____. A Fênix finalmente renascida. **Boletim da Abralín** 6: 95-103, 1984.

_____. **A Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. Zelig: um camaleão linguista. **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 2, n. 1., 127-144, 1986.

_____. **Tempos Linguísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. Sobre a Alegada Origem Crioula do Português Brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I; KATO, M.A. 1993. **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica (uma homenagem a Fernando Tarallo). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993 [1986].

_____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I; KATO, M. (orgs.). **Português Brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993 [1991].

_____. Por uma Sociolinguística Românica "Paramétrica": Fonologia e Sintaxe. In: In: ALBANO, E.; COUDRY, M. A. H.; POSSENTI, S. (orgs.). **Saudades da língua**: a

Linguística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Campinas: Mercado de Letras, 2003 [1987].

_____; KATO, M. A. Harmonia Transistêmica: Variação Intra e Interlinguística. **Preedição**, 5, 1989.

VANDRESEN, P. A Trajetória do GT de Sociolinguística da ANPOLL - 1885-2001. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). **Português Brasileiro**: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Ed. 7 Letras, 2003.

VELLINHO, M. A valorização do português na obra de Gilberto Freyre. In: **Gilberto Freyre**: sua Ciência, sua Filosofia, Sua arte. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

VOTRE, S. J.; NARO, A. J. Mecanismos Funcionais do Uso da Língua. **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 5, p. 169-184, 1989.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of linguistic change. In: LEHMANN, W; MALKIEL, Y. **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968.

_____. BAGNO, M (trad.). **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.